

**Expediente:**

Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP

DIRETORIA-EXECUTIVA**PRESIDENTE: GEORGE JOSÉ PORCIÚNCULA PEREIRA COELHO – SOBRADO****1º VICE- PRESIDENTE: ROBERTO BANDEIRA DE MELO BARBOSA - BOM JESUS****2º VICE- PRESIDENTE: ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO - BOA VISTA****3º VICE- PRESIDENTE: ANNA LORENA NOBREGA – MONTEIRO****4º VICE- PRESIDENTE: EUCLIDES SÉRGIO COSTA DE LIMA JÚNIOR - BAÍA DA TRAIÇÃO****1º SECRETÁRIO: ALLAN FELIPPE BASTOS DE SOUSA - PEDRA BRANCA****2º SECRETÁRIO: BEVILACQUA MATIAS MARACAJÁ – JUAZEIRINHO****3º SECRETÁRIO: TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA – CABACEIRAS****1º TESOUREIRO: FÁBIO RAMALHO DA SILVA - LAGOA SECA****2º TESOUREIRO: LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO COSTA – ITABAIANA****CONSELHO FISCAL****EFETIVOS****RONALDO R. DE QUEIROZ – GURIÃO****JOSÉ ALEXANDRE DE ARAÚJO - SANTA LUZIA****JOYCE RENALLY FELIX NUNES - DUAS ESTRADAS****CLÁUDIA MACÁRIO LOPES – QUIXABA****MARIA RODRIGUES DE ALMEIDA FARIAS – ALAGOINHA****SUPLENTE****AGUIFALDO LIRA DANTAS - FREI MARTINHO****ROSALBA GOMES DA NÓBREGA - SÃO JOSÉ DO BONFIM****JOAQUIM HUGO VIEIRA CARNEIRO - RIACHO DOS CAVALOS****JOSÉ BENICIO DE ARAÚJO NETO – PILAR****DIOGO RICHELLI ROSAS - NOVA OLINDA**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE CAAPORÃ

LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00027/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ-PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 00027/2021. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Caaporã: 02.070 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 02070.12.306.1005.2033 – MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 3.3.90.30.00.00.111 – MATERIAL DE CONSUMO 3.3.90.30.00.00.122 – MATERIAL DE CONSUMO ESSAS DOTAÇÕES PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2021. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Caaporã e as empresas: **JOSE DE ARIMATEA DA SILVA (MC ALIMENTOS MINIMERCARDO EIRELI)** – CNPJ nº 19.211.844/0001-00- CONTRATO Nº 00073/2021 – Data do contrato: 27/07/2021 –

VALOR TOTAL: R\$ 700.000,00 (SETECENTOS MIL REAIS); **MERCADINHO OLIVEIRA EIRELI** – CNPJ nº 26.739.555/0001-43 - CONTRATO Nº 00074/2021 – DATA DO CONTRATO: 27/07/2021 – VALOR TOTAL: R\$ 437.380,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E SETE MIL E TREZENTOS E OITENTA REAIS).

Caaporã - PB, 28 de Julho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:C0D8379B

ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2021

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada no Câmara Municipal de Conceição, Avenida Governador Wilson Leite Braga, s/n, Centro, Conceição/PB, às 08:00 horas do dia 13 de agosto de 2021, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: **Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos na assessoria de recursos humanos, de elaboração da folha de pagamento, acompanhamento da implementação da obrigatoriedade do ESOCIA, geração de informações para o TCE/PB de forma em sagres on-line da Câmara Municipal de Conceição - PB.** Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Informações: no horário das 08:00 às 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail:presidencia@camaradeconceicao.pb.gov.br Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 28 de julho de 2021.

ARLIGETON AVELINO DE SOUSA

Presidente da Comissão

Publicado por:

Lissandra Nadja de Moraes Leite

Código Identificador:BA7B0020

CAMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N. 0003/2021

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada no Câmara Municipal de Conceição, Avenida Governador Wilson Leite Braga, s/n, Centro, Conceição/PB, às 10:00 horas do dia 13 de agosto de 2021, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: **Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos contábeis na assessoria ao setor de recursos humanos, com as informações em GFIP, RAIS, DIRF, DCTF, bem como, acompanhamento da regularidade da empresa junto aos órgãos fiscalizadores da Câmara Municipal de Conceição - PB.** Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Informações: no horário das 08:00 às 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail:presidencia@camaradeconceicao.pb.gov.br Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 28 de julho de 2021.

ARLIGETON AVELINO DE SOUSA

Presidente da Comissão

Publicado por:

Lissandra Nadja de Moraes Leite
Código Identificador:A672B174

**CAMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N. 0004/2021**

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada no Câmara Municipal de Conceição, Avenida Governador Wilson Leite Braga, s/n, Centro, Conceição/PB, às 14:00 horas do dia 13 de julho de 2021, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: **Aquisição de combustível (gasolina comum) destinado ao abastecimento do veículo da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Conceição - PB.** Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Informações: no horário das 08:00 as 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: presidencia@camaradeconceicao.pb.gov.br
Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 28 de julho de 2021.

ARLIGETON AVELINO DE SOUSA

Presidente da Comissão

Publicado por:

Lissandra Nadja de Moraes Leite
Código Identificador:A4E88FBD

**CAMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N. 0005/2021**

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada no Câmara Municipal de Conceição, Avenida Governador Wilson Leite Braga, s/n, Centro, Conceição/PB, às 16:00 horas do dia 13 de agosto de 2021, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Locação de softwares para administração pública: sistema de contabilidade, folha de pagamento e portal da transparência, para a Câmara Municipal de Conceição - pb. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Informações: no horário das 08:00 as 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: presidencia@camaradeconceicao.pb.gov.br
Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 28 de julho de 2021.

ARLIGETON AVELINO DE SOUSA

Presidente da Comissão

Publicado por:

Lissandra Nadja de Moraes Leite
Código Identificador:2E13E45F

**CAMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
PORTARIA Nº 005/2021**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL CONCEIÇÃO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e, em especial, o disposto no parágrafo 1º e caput do art. 51, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão Permanente de Licitação - CPL, da Câmara Municipal de Conceição-PB, para tomar as medidas necessárias a convocação, processamento e julgamento das licitações que venham a ser executadas pela Câmara Municipal de Conceição durante o exercício financeiro de 2021, sendo a mesma composta da seguinte forma:

Arligeton Avelino de Sousa – Presidente;

Allyn Terla Ramos dos Santos – Membro Titular;

Maria Francineide Alves – Membro Titular.

Dê-se publicação ao presente ato.

Conceição – PB, 01 de julho de 2021.

FIDELIS RODRIGUES DE LUNA

Presidente

Publicado por:

Lissandra Nadja de Moraes Leite
Código Identificador:3A105F81

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos licitantes participantes do Processo na modalidade Tomada de Preço Nº 00004/2021, que as empresas **CRV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 07.609.311/0001-00; PROJEMAQ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 21.784.773/0001-86 E CONCRETISA EIRELI ME, CNPJ 09.913.177/0001-53**, impetraram recurso contra o resultado da fase de habilitação da referida Tomada de Preços. Dessa forma ficam intimados os licitantes participantes do processo, e neste mesmo ínterim fica aberto o prazo para interpor contrarrazões, consoante consta no Art. 109, inciso I, alínea a, §3, da Lei nº 8.666/93. Os recursos se encontram à disposição no setor de licitação a qualquer interessado ou através do e-mail: licitacao@conceicao.pb.gov.br.

Conceição - PB, 28 de Julho de 2021.

DÂMARIS HENRIQUE DE FIGUEIREDO

Presidente da Comissão

Publicado por:

Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:17F39B11

**GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGAVELMENTE**

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL, ATRAVÉS PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO E A CONSTRUTORA PRINCESA DO VALE EIRELI - PRINCESA DO VALE CONSTRUÇÕES, NAS CONDIÇÕES ABAIXO PACTUADAS:

Pelo presente instrumento, o Município de Conceição - Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição - PB, CNPJ nº 08.943.227/0001-82, neste ato representada pelo Prefeito Samuel Soares Lavor de Lacerda, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua Sólton de Lucena, 554 - Centro - Conceição - PB, CEP: 58.970-000, CPF nº 063.290.794-04, Carteira de Identidade nº 3361004 SSP/PB, neste ato denominado CONTRATANTE, e do outro lado CONSTRUTORA PRINCESA DO VALE EIRELI - PRINCESA DO VALE CONSTRUÇÕES, RUA RAIMUNDO ALVES, 61, SANTO ANTÔNIO, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS/PB, CEP: 58.940-000, CNPJ: 15.233.791/0001-77, neste ato representado por Ranyere Vieira de Araújo, residente e domiciliado na Rua Raimundo Alves, 61, Santo Antônio, São José de Piranhas/PB, CPF nº 486.920.264-68, Carteira de Identidade nº 1.074.181 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATADO, celebram o presente Termo de rescisão do contrato para Contratação de empresa especializada para reforma e revitalização do Centro de Cultura no Município de Conceição/PB, conforme planilha orçamentária e o contrato de repasse Nº. 887709/2019/MTUR/CAIXA, referente ao contrato Nº. 108/2016 do Tomada de Preços Nº. 40601/2020, celebrado em 03/11/2020, baseado no Art. 79, II da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Constitui objeto do presente instrumento, a Rescisão Amigável do Contrato n.º 40601/2020, firmado entre as partes em 03/11/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. As partes dão entre si quitações mútuas relativamente à contratação havida, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do contrato original, tampouco ter ocorrido o descumprimento das cláusulas que o compõe.

2.2. Como sendo amigavelmente a rescisão contratual não gera obrigação de indenizar de nenhuma das partes.

2.3. Fundamentação Legal: art.79 II da Lei Nº. 8.666/93.

2.4. Pelo que vai assinado pelo Prefeito Municipal e o licitante Contratado.

2.5. E, por estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo. Como mais havia a tratar foi encerrado o presente termo.

Conceição - PB, 27 de Julho de 2021.

| TESTEMUNHAS | Pelo Contratante |
|-------------|--|
| | SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA |
| | Prefeito |
| | 063.290.794-04 |
| | Pelo Contratado |
| | Construtora Princesa Do Vale EIRELI Princesa Do Vale Construções |
| | CNPJ nº 15.233.791/0001-77 |
| | RANYERE VIEIRA DE ARAÚJO |
| | 486.920.264-68 |

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:934EBD8D

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE LIVRAMENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00016/2021

A Prefeitura Municipal de Livramento – PB, torna público que realizará através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Jose Américo de Almeida, 386 - Centro - Livramento - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição parcelada de peças para os veículos que não participaram do último certame, da frota da Prefeitura de Livramento – PB, conforme termo de referência. Abertura da sessão pública: 08:30 horas do dia 10 de Agosto de 2021. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3477-1042. E-mail: pmlicitacoes@gmail.com. Edital: <http://livramento.pb.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes>; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Livramento - PB, 26 de Julho de 2021

GILSON FERNANDES DOS SANTOS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Renato Eduardo Marques
Código Identificador:A1050DA0

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE PATOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PUBLICAÇÃO DECISÃO – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico nº 050/2021 - PMP

Processo Administrativo nº 251/2021

Ref.: Impugnação ao Edital

Impugnante: FRANCILENE RAMALHO DOS SANTOS ME.

Tendo em vista o tudo o que consta do processo administrativo, **JULGO IMPROCEDENTE** a Impugnação interposta com fundamento nas alegações fático-jurídicas apresentadas, devendo permanecer inalterado o edital do certame, e manter o prazo para abertura das propostas.

Patos (PB), 28 de julho de 2021.

ROBEVALDO DE ANDRADE LEITE
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Rachel da Costa Medeiros
Código Identificador:E8523E1F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2021 - PMP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 265/2021

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE TAMBOR DE LIXO 200L, COM TAMPA REMOVÍVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB

Data para cadastro de propostas: 30/07/2021 às 13:00 horas;

Data para abertura de propostas: 11/08/2021 às 13:00 horas;

Início da sessão pública de lances: 11/08/2021 às 13:01 horas (horário de Brasília).

VALOR ESTIMADO: R\$ 16.161,60 (dezesesseis mil cento e sessenta e um reais e sessenta centavos).

O edital está disponível nos sites:
<https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf>;
http://patos.pb.gov.br/governo_e_municipio/avisos_de_licitacao;
<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Processos/>.

Informações complementares: E-mail: licitacao@patos.pb.gov.br

Telefone: (83) 993849765

Centro Administrativo Municipal Aderbal Martins de Medeiros, Rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte, Patos/PB.

PATOS - PB, 28 de julho de 2021.

ROBEVALDO DE ANDRADE LEITE
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Rachel da Costa Medeiros
Código Identificador:FD8BCEC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2021 - PMP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 266/2021

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FOGÕES TIPO INDUSTRIAIS DE 04 (QUATRO) BOCAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB.

Data para cadastro de propostas: 30/07/2021 às 09:00 horas;
Data para abertura de propostas: 11/08/2021 às 09:00 horas;
Início da sessão pública de lances: 11/08/2021 às 09:01 horas (horário de Brasília).
VALOR ESTIMADO: R\$ 109.334,70 (cento e nove mil trezentos e trinta e quatro reais e setenta centavos).

O edital está disponível nos sites:
<https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf>;
http://patos.pb.gov.br/governo_e_municipio/avisos_de_licitacao;
<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Processos/>.

Informações complementares: E- mail: licitacao@patos.pb.gov.br
 Telefone: (83) 993849765
 Centro Administrativo Municipal Aderbal Martins de Medeiros, Rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte, Patos/PB.

PATOS - PB, 28 de julho de 2021.

ROBEVALDO DE ANDRADE LEITE

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Rachel da Costa Medeiros

Código Identificador:785A4082

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 260/2021

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de quadros brancos para atender às necessidades da rede de ensino do município de Patos - PB.

O(A) Secretário(a) Ordenador(a) de Despesas da Prefeitura Municipal de Patos, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no processo em tela.

RESOLVE:

HOMOLOGAR, após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a Lei, considerando que foram observados os prazos recursais ou foi expressamente consignada em Ata a desistência pelo licitante, nos termos da Lei 10.520/2002, em consequência, fica convocado o(s) licitante(s) vencedor(es) para a assinatura do termo de contrato, nos termos do art. 64, *caput*, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

Vencedores:

- Empresa FFN FORNAZAR-ME - ME, CNPJ n.º 13.104.805/0001-27, vencendo no seguinte item: 01.

Perfazendo o Valor Global de R\$ 100.050,00 (cem mil e cinquenta reais).

Patos – PB, 28 de julho de 2021.

ADRIANA CARNEIRO DE AZEVEDO

Autoridade Competente

Publicado por:

Mayra Mikaelle Dias Fernandes

Código Identificador:B689BFC5

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

TOMADA DE PREÇO 06/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 136/2021

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE–PB, CNPJ: 09.145.368/0001-12, E A EMPRESA: FUNDAÇÃO VALE DO PIAUÍ, CNPJ n.º 04.751.944/0001-51.

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para organização e realização de concurso público, visando o recrutamento e seleção de candidatos para provimento de cargos do quadro efetivo na Administração Municipal de São Mamede.

Fundamento LEGAL: Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, correrão por conta dos Recursos do orçamento do município, através da seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.020 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – classificação funcional: 04 122 2003 2008 Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Administração-SEADM – **ELEMENTO DE DESPESA** - 33.90.39 – outros serviço terceiro Pessoa Jurídica.

VALOR GLOBAL: R\$ 85.500,00 (Oitenta e Cinco Mil e Quinhentos Reais).

VIGÊNCIA: 01/07/2021 à 01/07/2022

DATA E ASSINATURA: São Mamede – PB, 01 de julho de 2021, **UMBERTO JEFFERSON DE MORAIS LIMA**, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador:5B4B8F2C

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO CONTRATO CHAMADA PÚBLICA 0001

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS TITULARES DE SOLUÇÃO DE MEIOS DE PAGAMENTOS, especializadas na conciliação de arrecadações das receitas municipais, multas, taxas e outros tributos, com capacidade técnica e financeira para implantar tecnologias que integre com os sistemas de recebimentos de receitas do Município de SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE–PB, inclusive da administração indireta, e permita a maximização da rede arrecadadora de receitas e a ampliação da sua base territorial de arrecadação, como forma d. FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública n.º 00001/2021. **VIGÊNCIA:** até 07/07/2022. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de São João do Rio do Peixe e: CT N.º 00111/2021 - 07.07.21 - CREDPAY SOLUCOES EM PAGAMENTOS LTDA.

Publicado por:

Thamyse Martins Soares

Código Identificador:1614E102

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO AVISO EDITAIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00026/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua José Nogueira Pinheiro, S/N - Centro - São João Rio do Peixe - PB, por meio do site portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DIVERSOS POR IMAGEM DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (COMPREENDENDO RAO-X E TOMOGRAFIA)CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 16 de Agosto de 2021. Início da fase de lances: 09:15 horas do dia 16 de Agosto de 2021. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 996787922. E-mail: cplpmsjrp@gmail.com. Edital: https://www.sjrp.pb.gov.br/ www.tce.pb.gov.br; portaldecompraspublicas.com.br.

São João Rio do Peixe - PB, 28 de Julho de 2021

THAMYSE MARTINS SOARES
Pregoeira Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00027/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua José Nogueira Pinheiro, S/N - Centro - São João Rio do Peixe - PB, por meio do site portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES NA AREA DE GASTROENTEROLOGIA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB. Abertura da sessão pública: 10:30 horas do dia 16 de Agosto de 2021. Início da fase de lances: 10:45 horas do dia 16 de Agosto de 2021. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 996787922. E-mail: cplpmsjrp@gmail.com. Edital: https://www.sjrp.pb.gov.br/ www.tce.pb.gov.br; portaldecompraspublicas.com.br.

São João Rio do Peixe - PB, 28 de Julho de 2021

THAMYSE MARTINS SOARES
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Thamyse Martins Soares
Código Identificador:F51D7F8D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO RESULTADO DE HABILITAÇÃO

RESULTADO FASE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB. LICITANTES HABILITADOS: CRV CONTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; MOTIVA CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIRELI. LICITANTES INABILITADOS: A L S CONSTRUÇÕES, SERVICOS E EVENTOS EIRELI; AM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI; ATLAS CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI; B2 CONSTRUÇÕES EIRELI; CONSTRUTORA PRINCESA DO VALE EIRELI; COVALE CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIRELI; FFJ CONSTRUTORA LTDA; MAXICASA COMERCIO CONSTRUÇÕES E SERVICOS LTDA.; PROJEMAQ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; QUEOPS CONSTRUTORA EIRELI; R.T.S PEREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI

EPP. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Comunica-se que, em não havendo interposição de recursos, a sessão pública para abertura dos envelopes Proposta de Preços será realizada no dia 09/08/2021, às 08:30 horas, no mesmo local da primeira reunião. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua José Nogueira Pinheiro, S/N - Centro - São João Rio do Peixe - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 996787922. E-mail: cplpmsjrp@gmail.com.

São João Rio do Peixe - PB, 28 de Julho de 2021

THAMYSE MARTINS SOARES
Presidente da Comissão

Publicado por:
Thamyse Martins Soares
Código Identificador:1C4C1545

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2021
O PREGOEIRO da Prefeitura Municipal de Água Branca/PB torna público que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2021 cujo OBJETO É: Aquisição de Patrulha Mecanizada tipo Trator Agrícola para atender as necessidades da Prefeitura de Água Branca – PB, nos termos do Convênio n.º 892109/2019. O edital está disponível nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.aguabranca.pb.gov.br ou Mural de Licitações do TCE-PB. A sessão publica na forma eletrônica será aberta às 08:00hs (Horário de Brasília) do dia 11/08/2021. Esclarecimentos: Telefone: (083) 3481-1027 ou através do e-mail: licitação.aguabranca@gmail.com ou via sistema, no horário das 08h:00 às 12h:00 de segunda a sexta feira.

Água Branca – PB, 28 de julho de 2021.

ALERSON JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA
Pregoeiro

Publicado por:
Gidailsom Paulino Rodrigues
Código Identificador:1CD7C6A2

COMISSÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2021
O PREGOEIRO da Prefeitura Municipal de Água Branca/PB torna público que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2021 cujo OBJETO É: Aquisição de Veículos tipo Van Minibus para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Água Branca – PB, conforme especificações constantes do Termo de Referência. O edital está disponível nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.aguabranca.pb.gov.br ou Mural de Licitações do TCE-PB. A sessão publica na forma eletrônica será aberta às 14:00hs (Horário de Brasília) do dia 11/08/2021. Esclarecimentos: Telefone: (083) 3481-1027 ou através do e-mail: licitação.aguabranca@gmail.com ou via sistema, no horário das 08h:00 às 12h:00 de segunda a sexta feira.

Água Branca – PB, 28 de julho de 2021.

ALERSON JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA
Pregoeiro

Publicado por:
Gidailsom Paulino Rodrigues
Código Identificador:9AC10D0E

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2021

OBJETO: Locação de veículos para o Transporte de Alunos da Rede Municipal de Ensino, residentes na Zona Rural, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Água Branca – PB. Data e Local, às 09:00 horas do dia 12/08/2021, na sala de reuniões da CPL, na Rua Sargento Florentino Leite, S/N, Centro, Água Branca - PB, CEP 58.748-000. Qualquer informação poderá ser obtida na sede da CPL ou através do telefone: 3481-1027. O Edital poderá ser obtido no site institucional da Prefeitura: www.aguabranca.pb.gov.br ou Mural de Licitações do TCE-PB: www.tce.pb.gov.br.

Água Branca – PB, 28 de julho de 2021.

ALERSON JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA

Pregoeiro

Publicado por:

Gidailsom Paulino Rodrigues

Código Identificador:A5CAE0FB

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO
JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇO N.º 05/2021

Objeto: O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Água Branca, nos autos do Processo Licitatório Tomada de Preço n.º 05/2021, que tem como objeto a Contratação de Empresa para Execução dos serviços de Pavimentação em Paralelepípedo em Diversas Ruas do Município de Água Branca – PB, torna público que após apreciar os fundamentos do recurso administrativo apresentado pela empresa **ULTRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS**, CNPJ: 37.566.790/0001-87, **Reconsidera a decisão** que inabilitou a empresa recorrente, nos termos do item 15.6 do Edital e Art. 109, § 4º da Lei n.º 8.666/93, considerando a mesma habilitada para participar da fase de proposta de preços.

Água Branca – PB, 28 de julho de 2021.

ALERSON JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA

Presidente da CPL

JOSÉ ROMOALDO RODRIGUES SOARES

Membro

JAILSON VIRGOLINO GONÇALVES

Membro

Publicado por:

Gidailsom Paulino Rodrigues

Código Identificador:00082CB2

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTINUAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º
00042/2021**

O Pregoeiro Oficial comunica as empresas participantes do referido processo, que realizará a sessão de continuidade às 08:00 horas do dia 05 de agosto de 2021. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no seguinte endereço - Rua Claudinor Falsar, 158 - Centro - Alhandra - PB.

Alhandra - PB, 28 de julho de 2021

THIAGO DA SILVEIRA MARTINS

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Thiago da Silveira Martins

Código Identificador:59513A5A

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS N.º
00001/2021**

**RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS N.º
00001/2021**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA/PB – CR 1073993–86. LICITANTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação: MATRIX CONSTRUTORA LTDA – EPP - Valor: R\$ 242.226,25. MATRIX CONSTRUTORA LTDA – EPP - Valor: R\$ 242.226,25. Resultado: MATRIX CONSTRUTORA LTDA – EPP - Valor: R\$ 242.226,25 – 1º Lugar; SENA CONSTRUÇÕES EIRELI – ME – Valor: 243.409,98 – 2º Lugar. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal n.º. 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Manoel de Sousa Lima, 118 - Centro - Barra de Santa Rosa - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3376–1040. E-mail: pmbsr.pb2017@gmail.com.

Barra de Santa Rosa - PB, 28 de Julho de 2021

JOSÉ DANIEL MARTINS SILVA

Presidente da Comissão

Publicado por:

José Daniel Martins Silva

Código Identificador:E18AB455

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA N.º
DP00021/2021**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação n.º DP00021/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE CARROS PIPA PARA O TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL PARA ATENDIMENTO EMERGENCIAL DA POPULAÇÃO DAS ZONAS URBANA E RURAL DESTE MUNICÍPIO; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: JOSÉ FÁBIO BASÍLIO BATISTA - R\$ 54.000,00; LUCIANO FLÁVIO CHAVES MARTINS - R\$ 54.000,00.

Barra de Santa Rosa - PB, 05 de Julho de 2021

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO

Prefeito

Publicado por:

José Daniel Martins Silva

Código Identificador:9895E096

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATOS - DISPENSA N.º DP00021/2021**

EXTRATO DE CONTRATOS - DISPENSA N.º DP00021/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CARROS PIPA PARA O TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL PARA ATENDIMENTO EMERGENCIAL DA POPULAÇÃO DAS ZONAS URBANA E RURAL DESTE MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação n.º DP00021/2021. DOTAÇÃO: Recursos Ordinários 05.00 SEC. DE AGRICULTURA 20.605.0011.2013 ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM CARRO PIPA 3.3.90.36.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA.

VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa e: CT Nº 10107/2021 - 05.07.21 - LUCIANO FLÁVIO CHAVES MARTINS - R\$ 54.000,00; CT Nº 10108/2021 - 05.07.21 - JOSÉ FÁBIO BASÍLIO BATISTA - R\$ 54.000,00.

Publicado por:
José Daniel Martins Silva
Código Identificador:FB013958

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO - FAPEN PORTARIA

PORTARIA Nº 006/2021

O DIRETOR PRESIDENTE DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DE BARRA DE SANTA ROSA - FAPEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 080/2009,

RESOLVE:

“Conceder aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, à servidora **MARIA DE LOURDES ACIOLE**, Professora 1 - Nível III - Classe D, matrícula nº 2013218, com lotação fixada na Secretaria de Educação, com fundamentação legal no Art. 40, §1º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 88/2015, combinado com o Art. 15 da Lei Municipal nº 080/2009 de Barra de Santa Rosa/PB.”

Barra de Santa Rosa, 28 de julho de 2021.

HUGO DE OLIVEIRA ALMEIDA
Diretor Presidente do FAPEN

Publicado por:
Alessandra Guedes Oliveira
Código Identificador:1E4B9F5D

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO - FAPEN EXTRATO DE CONTRATO - INEXIGIBILIDADE

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA – FAPEN

EXTRATO DE CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00001/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA DEFESA DOS INTERESSES, REPRESENTAÇÃO ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA E FAZENDÁRIA JUNTO AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, SRPPS, SPREV, TCE, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUDICIÁRIO, GESTÃO DE REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS), GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E CONTROLADORIA, EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS), JUNTO AO FAPEN. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2021. DOTAÇÃO: RECURSOS ORDINÁRIOS 01.00 FAPEN - FUNDO APOSENTADORIA E PENSÃO 09.271.6001.2082 MANTER AS ATIVIDADES DO FAPEN 3.3.90.35.01 SERVIÇOS DE CONSULTORIA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa e: CT Nº 00001/2021 - 08.04.21 - GESPREV - GESTAO PREVIDENCIARIA SERVICOS EIRELI - R\$ 50.400,00.

Publicado por:
Alessandra Guedes Oliveira
Código Identificador:06B0071E

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO - FAPEN RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA – FAPEN

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00001/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA DEFESA DOS INTERESSES, REPRESENTAÇÃO ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA E FAZENDÁRIA JUNTO AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, SRPPS, SPREV, TCE, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUDICIÁRIO, GESTÃO DE REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS), GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E CONTROLADORIA, EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS), JUNTO AO FAPEN; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: GESPREV – GESTAO PREVIDENCIARIA SERVICOS EIRELI - R\$ 50.400,00.

Barra de Santa Rosa - PB, 08 de Abril de 2021

HUGO OLIVEIRA ALMEIDA
Diretor Presidente do FAPEN

Publicado por:
Alessandra Guedes Oliveira
Código Identificador:E4A33C80

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº. 082/2021

PORTARIA Nº. 082/2021

O Prefeito Constitucional do Município de Barra de Santa Rosa, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e no que couber a legislação suplementar, e

CONSIDERANDO, análise no requerimento de concessão de licença-prêmio do servidor público municipal, Sr. LUIS REINALDO DO NASCIMENTO, matrícula Nº 1012476, investido no cargo de GUARDA MUNICIPAL, com data de admissão em 03 de junho de 2002, portaria nº 089/2002,

CONSIDERANDO, PARECER JURÍDICO, que se posiciona pelo deferimento da Licença pleiteada, visto que o servidor preenche os requisitos necessários para concessão desse benefício, previsto no Art. 84 da Lei Municipal N. 004/1997 - Estatuto dos Servidores Municipais de Barra de Santa Rosa – PB,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE a LUIS REINALDO DO NASCIMENTO, ocupante do Cargo de GUARDA MUNICIPAL, Matrícula Nº 1012476.

Art. 2º - A licença será remunerada, conforme prever o art. 84 do Estatuto do Servidor e terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, a ser gozada no período compreendido entre 01 de julho a 31 de dezembro de 2021.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional.
Barra de Santa Rosa, em 23 de julho de 2021.
Registre-se e Publique-se.

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Andre Luiz Silva Batista
Código Identificador:703EC174

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 083/2021

PORTARIA Nº. 083/2021

O Prefeito Constitucional do Município de Barra de Santa Rosa, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e no que couber a legislação complementar, e

CONSIDERANDO, análise no requerimento de concessão de licença-prêmio da servidora pública municipal, Sra. EURIDES MENDES PEREIRA, matrícula Nº 2012297, investida no cargo de PROFESSOR 1 – NÍVEL 3 – CLASSE E, com data de admissão em 18 de agosto de 1997, portaria nº 0321/1997,

CONSIDERANDO, PARECER JURÍDICO, que se posiciona pelo **DEFERIMENTO** da Licença pleiteada (parecer em anexo),

RESOLVE:

Art. 1º - DEFERIR O PEDIDO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE a EURIDES MENDES PEREIRA, ocupante do Cargo de PROFESSOR 1 – NÍVEL 3 – CLASSE E, Matrícula Nº 2012297.

Art. 2º - A licença será remunerada, conforme prever o art. 84 do Estatuto do Servidor e terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, a ser gozada no período compreendido entre 01 de agosto de 2021 a 27 de janeiro de 2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional.

Barra de Santa Rosa, em 28 de julho de 2021.

Registre-se e Publique-se.

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Andre Luiz Silva Batista

Código Identificador:81291B0F

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDINO BATISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2021

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00004/2021, que objetiva: Contratação de empresa para execução de serviços de ampliação da sede da Prefeitura Municipal de Bernardino Batista, mediante ajuste de mão de obra por tarefa, sem fornecimento de materiais, nos termos da alínea "d" do inc. VIII do art. 6º da Lei nº 8.666/93; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: CONSTRUTORA NOSSA SENHORA DA CONCEICAO EIRELI - R\$ 7.914,21.

Bernardino Batista - PB, 27 de Julho de 2021

ANTONIO ALDO ANDRADE DE SOUSA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Mateus Ribeiro Dantas

Código Identificador:C95C960E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO - TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2021

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de ampliação da sede da Prefeitura Municipal de Bernardino Batista, mediante ajuste de mão de obra por tarefa, sem fornecimento de materiais, nos termos da alínea "d" do inc. VIII do art. 6º da Lei nº 8.666/93.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00004/2021.

DOTAÇÃO:

Unidade Orçamentária: 02.130 – Secretaria de Administração e Finanças

Função: 04 – Administração

Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 1023 – Programa de Infraestrutura da Gestão Pública

Ação: 1103 – Ampliação da Sede da Prefeitura Municipal

4.4.90.39 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1001 – Recursos Ordinários

VIGÊNCIA: até 25/10/2021.

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bernardino Batista e: CT Nº 00111/2021 - 27.07.21 - CONSTRUTORA NOSSA SENHORA DA CONCEICAO EIRELI - R\$ 7.914,21.

Publicado por:

Mateus Ribeiro Dantas

Código Identificador:5F6523EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 00038/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial SRP nº 00038/2021, que objetiva: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de armações oculares e confecção de lentes corretivas, com fornecimento parcelado, destinadas aos estudantes matriculados na rede municipal de ensino e a pessoas carentes do município de Bernardino Batista; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: PAULO CEZAR SILVA SAMPAIO-ME - R\$ 39.000,00.

Fica convocado o licitante para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação, assinar a ATA de registro de preços, nos termos do Decreto nº 057/2007, bem como o termo de contrato, sob pena das sanções previstas no Art. 7 da Lei 10.520/02.

Notifica-se a empresa PAULO CEZAR SILVA SAMPAIO-ME para, no decorrer deste prazo, apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS devidamente regularizado, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, como condição obrigatória para assinatura da Ata de Registro de Preços e do respectivo Termo de Contrato.

Bernardino Batista - PB, 28 de Julho de 2021

ANTONIO ALDO ANDRADE DE SOUSA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Mateus Ribeiro Dantas

Código Identificador:15FAFB8A

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRINHAS

GABINETE DO PREFEITO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00030/2021

Aos 16 dias do mês de Julho de 2021, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas, Estado da Paraíba, localizada na Rua Admilson Leite de Almeida - Centro - Cajazeirinhas - PB, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Municipal nº 03, de 30 de Dezembro de 2010; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 070, de 01 de Fevereiro de 2006; Decreto Municipal nº 0194, de 21 de Janeiro de 2013; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a

classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00030/2021 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de pães e bolos, de forma parcelada, destinados a manutenção das atividades de diversos programas do município de Cajazeirinhas; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRINHAS - CNPJ nº 01.612.687/0001-89.

- LICITANTE VENCEDOR: BRUNO ALVES DE MELO 31322423814 - R ADMILSON LEITE DE ALMEIDA, SN - CENTRO - CAJAZEIRINHAS - PB, CNPJ nº 19.595.546/0001-60, neste ato representado por Bruno Alves de Melo, Brasileiro, Casado, Padeiro, residente e domiciliado na Rua Admilton Leite de Almeida, S/N, Centro - Cajazeirinhas - PB, CPF nº 313.224.238-14, Carteira de Identidade nº 6.404.486 SSP/PB.

| CÓDIGO | DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | P.UNITÁRIO | P. TOTAL |
|---------------|--|-------|--------|------------|------------------|
| 1 | Pão, tipo doce, ingredientes farinha trigo, fermento, sal, açúcar, margarina e água, distribuído no mesmo dia da confecção, unidade com 50g. | Kg | 1600 | 12,70 | 20.320,00 |
| 2 | Pão, tipo francês, ingredientes farinha trigo, fermento, sal, açúcar, margarina e água, distribuído no mesmo dia da confecção, unidade com 50g. | Kg | 2100 | 12,45 | 26.145,00 |
| 3 | Pão de sanduíche, tipo cachorro-queijo. Ingredientes farinha trigo, fermento, sal, açúcar, margarina e água. Com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, isento de materiais estranhos a sua espécie. Embalagem plástica contendo 500 g, com 10 unidades com 50g, distribuído em no máximo em 8 (oito) dias de sua produção, com marca registrada. | pct | 900 | 6,50 | 5.850,00 |
| 4 | Bolo, alimento a base de massa contendo leite, ovos, fermento, açúcar, sabor fofo, cozido a forno, pesando no mínimo 1 KG. | Kg | 800 | 10,50 | 8.400,00 |
| 5 | Bolo, alimento a base de massa contendo leite, ovos, fermento, açúcar e chocolate, sabor chocolate, cozido a forno, pesando no mínimo 1 KG. | Kg | 800 | 10,50 | 8.400,00 |
| Total: | | | | | 69.115,00 |

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto desta Ata é o registro dos preços da PROMITENTE CONTRATADA, devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços apresentada no Pregão Presencial N. 00030/2021, a qual passa a fazer parte deste documento.

1.2 Os preços da PROMITENTE CONTRATADA, constantes desta Ata de Registro de Preços, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento.

1.3 A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

1.4 Fica a PROMITENTE CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 meses contados da data de sua assinatura, permanecendo em vigor os mesmos preços e condições observados no Pregão Presencial SRP n. 00030/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todas as Secretárias Municipais.

3.2 O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 00030/2021. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 00030/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O valor da presente Ata perfaz a quantia total de R\$ 69.115,00, conforme valores constantes na proposta comercial de preços apresentada pela PROMITENTE CONTRATADA no Pregão n. 00030/2021, em anexo.

4.2 Os preços registrados manter-se-ão fixos e irrevogáveis durante a validade desta Ata.

4.3 O pagamento será efetuado de acordo com o previsto no item 16.0 do Edital do Pregão 00030/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1 Durante a validade do registro, a PROMITENTE CONTRATADA poderá ser convidada pelos órgãos integrantes a firmar contratações de fornecimento do objeto licitado.

5.2 A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho emitida pelo órgão requisitante do objeto.

5.3 A recusa em assinar o contrato ou em receber a Nota de Empenho correspondente, implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando-se o contratado à aplicação das sanções previstas nesta Ata e no Edital do Pregão 00030/2021.

5.4 Os compromissos contratuais firmados entre as empresas vencedoras e os órgãos integrantes do Registro de Preços serão: o Edital e seus anexos, a documentação apresentada pelo Licitante, a Ata de Registro de Preços e a Nota de Empenho emitida em favor do mesmo, independentemente de outras transcrições.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DO OBJETO

6.1 A entrega do objeto da presente Ata deverá ser efetuada nas sedes dos órgãos integrantes em conformidade com o Anexo I ao Edital do Pregão 00030/2021, em até 08 (oito) dias a partir do recebimento da solicitação de compra ou nota de empenho, sem quaisquer ônus adicionais para as contratantes, incluindo-se nos preços registrados todos os custos de transportes, carga e descarga, seguro de transporte das materiais até o local de entrega, bem como testes de campo, leis sociais, tributos e quaisquer outros encargos que incidam sobre os bens.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

7.1 A presente Ata poderá, a critério da Administração, ser parcial ou totalmente cancelada quando o fornecedor descumprir as condições da mesma, não retirar a nota de empenho ou assinar o contrato no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda, por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização.

7.2 Quando os preços de mercado tornarem-se superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado pela Administração, não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no Cadastro da Prefeitura e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços ou o contrato correspondente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - Sicaf e de sistemas

semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais. Se houver indícios de crimes contra o sistema de licitações e de contratos, o fato será prontamente comunicado ao Ministério Público Estadual, assim como serão adotadas todas providências administrativa para que, depois de assegurada a ampla defesa e o contraditório nos termos dos incisos LIV e LV do Art. 5º da Constituição da República, de 05 de outubro de 1988, a contratada seja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração.

8.2.O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

- Aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, diante da recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato e/ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 dias úteis, fato que caracteriza a inexecução total da obrigação assumida.
- Aplicação de multa moratória no percentual de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, contados a partir da sua constatação em processo administrativo plenamente vinculado, incidente sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total, ou sobre a parcela em atraso, no caso de inexecução parcial.
- Advertência.
- Aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da contratação ou da parcela em atraso, no caso de inexecução total ou parcial.
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

8.3.Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial - excluídas as penalidades de advertência e multa de mora -, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Integram esta Ata, o Edital do Pregão 00030/2021 e a proposta comercial de preços do **PROMITENTE CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 Fica eleito o foro da cidade de Pombal/PB, como competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DE LIMA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Geraldo de Assis Cezario

Código Identificador:EA8BD4EA

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO HOMOLOGAÇÃO PE 00042/2021

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00042/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00042/2021, que objetiva: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Gás liquefeito de petróleo GLP, a fim de atender as demandas operacionais das secretarias do município, conforme termo de referência; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: ALEXANDRE CHAVES SOUSA – ME - R\$ 22.500,00.

Camalaú - PB, 27 de Julho de 2021

UBIRAJARA ANTÔNIO PEREIRA MARIANO

Prefeito Interino

Publicado por:
Jeferson Douglas da Silva
Código Identificador:CB1A3B2F

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2021

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2021

O município de CATINGUEIRA/PB, através de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, TORNA PUBLICO, para conhecimento dos interessados que esta aberto edital para Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de uma Estrutura de cobertura para instalação da garagem Municipal na sede do município de CATINGUEIRA/PB, conforme especificações do edital e seus anexos. DATA REUNIÃO: **17 de Agosto de 2021 08:30 horas, (horário de Brasília)**. O Edital estará disponível nos Sites <https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf>, e <http://catingueira.pb.gov.br/acesso-ainformacao/licitacoes?covid=true>. **Informações:** consulta/pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital, deverá ser dirigida por escrito a Presidente, no endereço Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro – Catigueira-PB - Estado da Paraíba, deste edital ou por e-mail: licitacao@catingueira.pb.gov.br informando o número da licitação indicada no Edital, devidamente protocolado no órgão deste município.

CATINGUEIRA/PB, 28 de julho de 2021.

ROSINEIDE MARTINS DE FREITAS

Presidente da CPL/PMC

Publicado por:
Ionara Félix Tavares
Código Identificador:D73186FF

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 268/2018

Pregão Presencial Nº 016/2018. Contratante: Prefeitura Municipal de Coremas/PB. Contratada: M.G. Doctors Serviços Médicos Ltda, CNPJ nº 17.721.542/0001-56. Considerando a necessidade de continuação da prestação de serviços médicos realizando pequenas cirurgias ambulatoriais, exames, consultas, procedimentos médicos na área de clínica geral, consulta médica na área de pediatria e outros, desta forma a vigência passará de 31/12/2020 a 30/06/2021, para a nova vigência de 30/06/2021 a 30/06/2022, e ainda e por se tratar de serviços de natureza continuada, desta forma fica justificada a prorrogação da vigência. Considerando a justificado acima o pedido de prorrogação do contrato por mais um ano, desta forma a vigência de contrato deve ser prorrogada até 30/06/2022. Contudo total que s será aditivado é de R\$ 165.600,00 (Cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais), pelos 12 (Doze) meses, correspondente a 50% (Cinquenta por cento) do valor inicial contratado). Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Partes contratantes: Irani Alexandrino da Silva (Prefeito) e o Sr. Marcelo Gambarra Pires (Pela contratada). Coremas-PB, 11 de junho de 2021.

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:
Jacé Alves de Oliveira
Código Identificador:F34FAF86

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO
POR VALOR Nº DV017/2021

O Prefeito do Município de Coremas, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, Resolve: **Ratificar** o processo da Dispensa de Licitação Por Valor nº DV017/2021, nos termos do Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que objetiva: Contratação de direta da pessoa jurídica Jhonatan Andradesz da Silva Eireli, Cnpj: 34.955.075/0001-48, Av. Raimundo Bernardo da Silva, Nº 92, Bairro: Linha de Ferro, Cidade: Coremas-PB, para prestar serviços na Reforma da Escola Municipal localizada na Comunidade Curral Velho, Zona Rural de Coremas-PB, conforme planilha orçamentária de custo; com base nos elementos constantes da Exposição de Motivos correspondente, a qual sugere a contratação da pessoa jurídica: Jhonatan Andrade da Silva Eireli, CNPJ: 34.955.075/0001-48, Av. Raimundo Bernardo da Silva, Nº 92, Bairro: Linha de Ferro, Cidade: Coremas-PB, com o valor total de R\$ **31.092,69** (trinta e um mil, noventa e dois reais e sessenta e nove centavos). Publique-se e cumpra-se.

Coremas - PB, 01 de julho de 2021.

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Jacé Alves de Oliveira

Código Identificador:37524F5C

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 157/2021

Processo Administrativo Nº 089/2021. Dispensa Por Valor Nº 017/2021. Contratante: Prefeitura de Coremas-PB. **Contratada:** Jhonatan Andrade da Silva Eireli, Cnpj: 34.955.075/0001-48, Av. Raimundo Bernardo da Silva, Nº 92, Bairro: Linha de Ferro, Cidade: Coremas-PB. **Objeto:** Prestar serviços na Reforma da Escola Municipal localizada na Comunidade Curral Velho, Zona Rural de Coremas-PB, conforme planilha orçamentária de custo. **Valor total contratado:** R\$ 31.092,69 (trinta e um mil, noventa e dois reais e sessenta e nove centavos). **Recursos:** Próprios (Diversos) da Prefeitura de Coremas-PB. **Unidade orçamentária:** QDD/2021, ficando automaticamente incorporado a lei orçamentária anual aprovada para o exercício seguinte. **Início dos serviços:** Em até 07 (sete) dias, após assinatura da ordem de serviços. **Entrega dos serviços:** Em até 01 (Um) meses. **Vigência do contrato:** Até 31/12/2021. **Partes assinantes:** Irani A. da Silva (Pela contratante) e o Sr. Jhonatan A. da Silva (Pela contratada).

Coremas/PB, 02 de julho de 2021.

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Jacé Alves de Oliveira

Código Identificador:2B1091DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO
POR VALOR Nº DV022/2021

O Prefeito do Município de Coremas, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, Resolve: **Ratificar** o processo da Dispensa de Licitação Por Valor nº DV022/2021, nos termos do Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que objetiva: Contratação de direta da pessoa jurídica Obraplan Empresa de Limpeza e Serviços Urbana Ltda, Cnpj nº 26.764.981/0001-37, com sede na Rua Raimundo Bernardo da Silva, s/nº, Linha de Ferro, Cidade: Coremas-PB, conforme planilha orçamentária de custo; com base nos elementos constantes da Exposição de Motivos correspondente, a qual sugere a contratação da pessoa jurídica: Obraplan Empresa de Limpeza e Serviços Urbana Ltda, Cnpj nº 26.764.981/0001-37, com sede na Rua Raimundo Bernardo da Silva, s/nº, Linha de Ferro, Cidade: Coremas-PB, com o valor total de R\$

32.986,59 (Trinta e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos). Publique-se e cumpra-se.

Coremas - PB, 01 de julho de 2021.

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Jacé Alves de Oliveira

Código Identificador:96616B1B

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 170/2021

Processo Administrativo Nº 096/2021. Dispensa Por Valor Nº 022/2021. Contratante: Prefeitura de Coremas-PB. **Contratada:** Obraplan Empresa de Limpeza e Serviços Urbana Ltda, Cnpj nº 26.764.981/0001-37, com sede na Rua Raimundo Bernardo da Silva, s/nº, Linha de Ferro, Cidade: Coremas-PB. **Objeto:** Prestar serviços na Reforma da Escola Municipal localizada na Comunidade Jurema, Zona Rural de Coremas-PB, conforme planilha orçamentária de custo. **Valor total contratado:** R\$ 32.986,59 (trinta e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos). **Recursos:** Próprios (Diversos) da Prefeitura de Coremas-PB. **Unidade orçamentária:** QDD/2021, ficando automaticamente incorporado a lei orçamentária anual aprovada para o exercício seguinte. **Início dos serviços:** Em até 07 (sete) dias, após assinatura da ordem de serviços. **Entrega dos serviços:** Em até 01 (Um) mês. **Vigência do contrato:** Até 31/12/2021. **Partes assinantes:** Irani A. da Silva (Pela contratante) e o Sr. Geraldo Virgolino da Silva (Pela contratada).

Coremas/PB, 02 de julho de 2021.

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Jacé Alves de Oliveira

Código Identificador:332DAC2F

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DE PRAZO AO
CONTRATO Nº 153/2018

Pregão Presencial Nº 005/2018. Contratante: Prefeitura de Coremas-PB. Contratada: Cavalcanti Auto Pecas Ltda, CNPJ: 11.897.295/0001-67. Considerando a necessidade de continuação do fornecimento dos produtos contratados e a utilização do saldo contratual serviços prestados pela contratada a vigência passará de 31/12/2020 a 30/06/2021, para a nova vigência de 30/06/2021 a 31/12/2021, e ainda e por se tratar de serviços de natureza continuada, desta forma fica justificada a prorrogação da vigência. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Partes: Irani Alexandrino da Silva (Pela contratante) e a Sra. Narcisa Maria F. Cavalcanti (Pela contratada).

Coremas-PB, 14 de junho de 2021.

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Jacé Alves de Oliveira

Código Identificador:620909C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DE PRAZO AO
CONTRATO Nº 170/2019

Pregão Presencial Nº 016/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Coremas-PB. Contratada: Antonio Francisco Matias-ME, CNPJ nº 09.687.339/0001-82. Considerando o serviço objeto da avença, ora aditado, fica acrescido até 31/12/2021, o presente contrato, fundamentado na cláusula quarta. Considerando a necessidade de continuação do fornecimento dos produtos contratados e a utilização

do saldo contratual serviços prestados pela contratada a vigência passará de 31/12/2020 a 30/06/2021, para a nova vigência de 30/06/2021 a 31/12/2021, e ainda e por se tratar de serviços de natureza continuada. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Partes: Irani Alexandrino da Silva (Prefeito) e o Sr. Antônio Francisco Matias (Pela contratada).

Coremas-PB, 14 de junho de 2021.

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Jacé Alves de Oliveira
Código Identificador:E864F4E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DE PRAZO AO
CONTRATO Nº 152/2018

Pregão Presencial Nº 005/2018. Contratante: Prefeitura de Coremas-PB. Contratada: Alberivan Lopes Amurin, CNPJ: 29.383.303/0001-12. Considerando a necessidade de continuação do fornecimento dos produtos contratados e a utilização do saldo contratual serviços prestados pela contratada a vigência passará de 18/06/2020 a 18/06/2021, para a nova vigência de 18/06/2021 a 18/06/2022, e ainda e por se tratar de serviços de natureza continuada, desta forma fica justificada a prorrogação da vigência. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Partes: Irani Alexandrino da Silva (Pela contratante) e o Sr. Edysmar Rolim Rodrigues (Pela contratada).

Coremas-PB, 14 de junho de 2021.

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Jacé Alves de Oliveira
Código Identificador:78C60B5C

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DE PRAZO AO
CONTRATO Nº 162/2018

Pregão Presencial Nº 009/2018. Contratante: Prefeitura de Coremas-PB. **Contratada:** Rita Andrade de Sousa, CNPJ: 03.185.120/0001-07. **Considerando** a necessidade de continuação do fornecimento dos produtos contratados e a utilização do saldo contratual, a vigência passará de 31/12/2020 a 30/06/2021, para a nova vigência de 30/06/2021 a 31/12/2021, desta forma fica justificada a prorrogação da vigência. Contudo ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. **Partes contratantes:** Irani Alexandrino da Silva (Pela contratante) e o Sr. Ivan Amâncio de Sousa, CPF nº 237.320.914-49 (Pela contratada).

Coremas-PB, 14 de junho de 2021.

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Jacé Alves de Oliveira
Código Identificador:1661384C

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTINUIDADE DE SESSÃO PÚBLICA -
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00030/2021

A Prefeitura de Itaporanga – PB, torna público através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça João Pessoa, 32 - Centro - Itaporanga - PB, que **A SESSÃO DE CONTINUIDADE** do Pregão Presencial 030/2021, do tipo menor preço, visando formar Sistema de

Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Contratação de horas, diárias e carradas (máquina e de veículos, especificado no termo de referência), para atender as demandas do município de Itaporanga, conforme termo de referência, **FICA MARCADA PARA O DIA 11/08/2021 às 09:00**. Informamos ainda que cópia da ata interna de julgamento dos credenciamentos encontrava-se disponível no portal de licitações do Município de Itaporanga através do endereço eletrônico http://itaporanga.pb.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes/p2000_eventid/668. Informações: no horário das 07:30 as 13:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3451-2383. E-mail: cplitaporanga@gmail.com.

Itaporanga - PB, 28 de Julho de 2021

RENATO EDUARDO MARQUES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Edmarineudson Rodrigues Pinto
Código Identificador:E586A984

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO
PRESENCIAL Nº 00031/2021

A Prefeitura de Itaporanga – PB, torna público através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça João Pessoa, 32 - Centro - Itaporanga - PB, **O ADIAMENTO DA LICITAÇÃO** que aconteceria às 09:00 horas do dia 03 de Agosto de 2021, na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Aquisição de veículo tipo caminhonete, cabine simples, 0 (zero) KM, vendido e entregue por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante. **A MESMA FICA ADIADA PARA O DIA 10/08/2021. Motivo do Adiamento:** a mesma não foi informada ao TCE em tempo hábil.

Informações: no horário das 07:30 as 13:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3451-2383. E-mail: cplitaporanga@gmail.com. Edital: <http://itaporanga.pb.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes>; www.tce.pb.gov.br.

Itaporanga - PB, 28 de Julho de 2021

RENATO EDUARDO MARQUES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Edmarineudson Rodrigues Pinto
Código Identificador:767826B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 243/2021

PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA, ESTADO DA PARAÍBA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO,

R E S O L V E:

Constituir a JUNTA MÉDICA do Município de Itaporanga(PB), composta das Médicas: DRª. AKILA MACEDO FREIRE, Matrícula nº. 8065, RG. nº. 343354-98-SSP/CE e CPF nº. 003.682.263-95 e DRª. RAYANE ARAÚJO TORRES LEMOS, RG. nº. 2.565.084-SSDS-PB e CPF. nº. 052.668.804-14, lotadas, na Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de avaliar as homologações de Licenças e Atestados, bem como todo e qualquer requerimento gerador de afastamento de atividades trabalhistas dos Servidores do Município.

Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, **a Portaria nº. 515/2018**, a partir da presente data.

Registre-se,

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaporanga(PB), 27 de Julho de 2021.

DIVALDO DANTAS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marianna Neves de Almeida
Código Identificador:D3B798AD

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2021

RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ** torna público que após análise da impugnação do recurso interposto pelas empresas: CONSTRUTORA E SERVIÇOS EXCLUSIVA EIRELI – CNPJ: 17.809.782/0001-07 e CONSTRUTORA NACIONAL LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 36.428.864/0001-56 e **DECIDE:**

Julgar pelo **conhecimento** da impugnação interposto e no mérito e antendo a licitude em respeito ao Instrumento Convocatório e pelas razões expostas no presente instrumento, essa Assessoria Jurídica recomenda à Autoridade Superior **CONHECER DO RECURSO POR SER TEMPESTIVO E, NO MÉRITO, DESPROVER** as peças recursais apresentadas pelas empresas licitantes CONSTRUTORA E SERVIÇOS EXCLUSIVA EIRELI – CNPJ: 17.809.782/0001-07 e CONSTRUTORA NACIONAL LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 36.428.864/0001-56, mantendo incólume a decisão do Pregoeiro sobre a habilitação da empresa MIMOZZA CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ: 10.291.098/0001-37, tendo em vista existência de prova do cumprimento da exigência item 9.2.2, do Edital da licitação. Com a decisão, será procedido a publicação de novo edital contendo as devidas mudanças, com a consequente nova data da reunião para apresentação das propostas e documentações necessárias. Maiores informações, na Rua Augusto Luna, nº 45 - Centro – <https://transparencia.elmartecnologia.com.br/Licitacao?Tab=1&isModal=false&ctx=201093>

Jacaraú-PB, 28 de julho de 2021.

TÁSSIO PEREIRA DA SILVA

Pregoeiro

Publicado por:
Tássio Pereira da Silva
Código Identificador:0DB2B138

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00021/2021

ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00021/2021

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Presencial nº 00021/2021, que objetiva: Contratação de empresa especializada para confecção de prótese dentária de acordo com as especificações da Portaria nº 1.825/GM/MS de 24 de agosto de 2012 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde; ADJUDICO o seu objeto a: SCG SERVICOS DE PROTESES LTDA - R\$ 75.160,00.

Joca Claudino - PB, 28 de Julho de 2021

ARTHUR DE ALMEIDA PINTO

Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00021/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00021/2021, que objetiva: Contratação de empresa especializada para confecção de prótese dentária de acordo com as especificações da Portaria nº 1.825/GM/MS de 24 de agosto de 2012 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: SCG SERVICOS DE PROTESES LTDA - R\$ 75.160,00.

Joca Claudino - PB, 28 de Julho de 2021

RINALDO CIPRIANO DE SOUSA

Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00021/2021

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: Contratação de empresa especializada para confecção de prótese dentária de acordo com as especificações da Portaria nº 1.825/GM/MS de 24 de agosto de 2012 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde; DESIGNO os servidores Aline Andrade Cruz, Secretária, como Gestora; e Rodolfo Cipriano Bezerra, Controlador Geral Interno, para Fiscal, do contrato decorrente da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00021/2021, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.

Joca Claudino - PB, 28 de Julho de 2021

RINALDO CIPRIANO DE SOUSA

Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção de prótese dentária de acordo com as especificações da Portaria nº 1.825/GM/MS de 24 de agosto de 2012 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00021/2021. DOTAÇÃO: 02.060 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOCA CLAUDINO – FMS 10 301 0040 2019 MANUTENCAO DE PROGRAMA DE SAUDE BUCAL 1211 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde 000302 3390.36 99 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 000304 3390.39 99 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1214 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Custeio d 000303 3390.36 99 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 000305 3390.39 99 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Joca Claudino e: CT Nº 00042/2021 - 28.07.21 - SCG SERVICOS DE PROTESES LTDA - R\$ 75.160,00.

Publicado por:

Arthur de Almeida Pinto

Código Identificador:B8F9899A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DECRETO Nº47, 28 DE JULHO DE 2021.

DECRETO Nº47, 28 de julho de 2021.

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOCA CLAUDINO - PB, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 51, III, “a”, da Lei Orgânica Municipal, e **CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação do Sistema de Registro de Preço para utilização no âmbito municipal;

DECRETA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

- Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;
- ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;
- órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;
- órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;
- órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
- quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 4º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;
- conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

- autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo revisto no § 6º o Art. 22 deste Decreto, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

§ 1º A ata de registro de preços, disponibilizada no Portal da Transparência Municipal, poderá ser assinada por certificação digital.

§ 2º O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos IV, V e VI do caput.

§ 3º Fica delegado ao Secretário Municipal da pasta interessada, em conjunto com o Procurador Geral do Município, o exercício da competência para assinar as atas de registros de preço.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

- garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e
- tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§ 1º Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 2º Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CAPÍTULO IV

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666/1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 7º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, preservada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 8º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, enquanto estiverem em vigência, e contemplará, no mínimo:

- a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

- estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;
- quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;
- condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;
- prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;
- órgãos e entidades participantes do registro de preço;
- modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;
- penalidades por descumprimento das condições;
- minuta da ata de registro de preços como anexo; e
- realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantagem.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

§ 4º O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão.

Art. 9º Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 10. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

- serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;
- será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993;
- o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Transferência Municipal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;
- a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 4º O anexo que trata o inciso II do caput consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

Art. 11. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CAPÍTULO VI

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 12. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 13. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 14. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 15. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO VII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 16. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 17. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- descumprir as condições da ata de registro de preços;
- não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO VIII

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 21. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 6º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 7º Fica admitida aos órgãos e entidades da administração pública municipal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital, estadual ou federal.

§ 8º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais, estaduais ou federais a adesão à ata de registro de preços da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. A Administração poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 23. As atas de registro de preços vigentes, poderão ser utilizadas pelos órgãos gerenciadores e participantes, até o término de sua vigência.

Art. 24. O órgão gerenciador deverá:

- providenciar a assinatura da ata de registro de preços e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes; e

- providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos e entidades participantes.

Art. 25. A ata registrará os licitantes vencedores, quantitativos e respectivos preços.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Constituição de Joca Claudino - PB, 28 de julho de 2021.

RINALDO CIPRIANO DE SOUSA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Arthur de Almeida Pinto

Código Identificador:32182BB8

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA EXTRATO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - PB. FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00021/2020. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA E: CT Nº 00003/2021 - AUTO POSTO JE COMBUSTÍVEIS LTDA - APOSTILA 03 - EQUIVALENTE A R\$ 103.510,00. O VALOR CONSOLIDADO PASSA PARA R\$ 1.955.890,00. ASSINATURA: 28.07.21.

Publicado por:

Silvania Alves Santos

Código Identificador:1A2E6B37

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATARACA EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços funerários mediante solicitação, junto a Secretaria de Ação Social deste Município. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00015/2021. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Mataraca: 2018 – Manut. do Fundo Municipal de Assist. Social: 3390.32 – Material, Bem ou Serv. p/ Dist. Gratuita. VIGÊNCIA: até 18/07/2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Mataraca e: CT Nº 00038/2021 - 19.07.21 - Sara Cristina Pereira da Silva - ME - R\$ 190.700,00.

Publicado por:

Maria de Lourdes da Silva

Código Identificador:08B89B82

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PORTARIA GABSEC Nº. 013/2021

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

PORTARIA GABSEC Nº. 013/2021 Mataraca, 26 de Julho de 2021. O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE MATARACA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 47, Inciso IV da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – Designar, Talita Geisa de Souza Rocha, matrícula nº 2052129-0 - Professora, para responder pela Coordenação Pedagógica da EMEF I e II Professora Maria Ridete Madruga, até ulterior deliberação.
II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAULO DE TARSO CORRÊA DIAS DE ARAÚJO

Secretário de Educação e Desportos

Publicado por:

Wanderley Bernardo da Silva

Código Identificador:A19C6562

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS**

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 656, DE 28 DE JULHO DE 2021 -
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA DA 7ª
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 656, DE 28 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a convocação ordinária da 7ª Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso da atribuição que lhe confere art. 63, IV, da Lei Orgânica Municipal, em conjunto com a PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSIDERANDO a necessidade de avaliação da situação atual e avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), disposto no art. 18, VI da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 7ª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2021, com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Art. 2º A 7ª Conferência Municipal de Assistência Social de Montadas terá como tema: “Assistência Social: Direito do povo e dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”.

Art. 3º O órgão municipal de Assistência Social ficará responsável pelo apoio técnico, logístico e custeio das despesas decorrentes da aplicação deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Montadas, 28 de julho de 2021.

58º da Emancipação Política.

JONAS DE SOUZA

Prefeito Constitucional

JOSENILDA SANTOS LUIZ

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:

Antônio Veríssimo de Souza Segundo

Código Identificador:144E6660

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO
RESULTADO FASE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS
Nº 2.2.001/2021**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANTIGA ESCOLA ESTADUAL SANTA FILOMENA) NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO - PB.

LICITANTES HABILITADOS:

FERREIRA ALVES SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA - ME;

CFR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI;

JOTAV CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA

L & L CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

TORRE CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA EM ENGENHARIA EIRELI

ULTRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

LICITANTES INABILITADOS:

- VALMIR ALVES DE OLIVEIRA CONSTRUÇÕES EIRELI, por não atender ao disposto nos itens: **6.1.4.2.1.** Ausência de Atestado de execução de serviços no nome da empresa.

Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Comunica-se que, em não havendo interposição de recursos, a sessão pública para abertura dos envelopes Proposta de Preços será realizada no dia 05/08/2021, às 11:00 horas, no mesmo local da primeira reunião. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Dr. Alcindo Bezerra de Menezes, 13, 1º Andar - Centro - Monteiro - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3351-1544. Email: licitacaopmmonteiro@gmail.com.

Monteiro - PB, 28 de Julho de 2021

ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO

Presidenta da Comissão

Publicado por:

Erinaldo Araújo Sousa

Código Identificador:10EC6CE6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
DECISÃO**

Pregão Eletrônico nº 0.10.67/2021

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

IMPUGNANTE:

MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

I – DO RESUMO

Trata-se de impugnação manifestada tempestivamente em face do EDITAL – PE Nº 0.10.67/2021, por onde requer o impugnante a alteração de normas editalícias.

O Pregão Eletrônico Nº. 1067/2021, tem como objeto a formalização do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Em suas razões, o impugnante traz argumentos por onde alega que devem ser alterados os itens: “08 e 09, do GRUPO 01: **a)** que seja admitido aparelhos com memória a partir de 300 resultados, com fornecimento gratuito de software; **b)** aparelho e tira decodificado e memória para 500 medições”, alegando que não há razões técnicas e econômicas para a restrição da oferta apenas para aparelhos decodificados; **c)** bem como requereu esclarecimento de dúvida quanto ao item 08 – grupo 01, posto que “informa o Edital que o aparelho deverá possuir bateria recarregável, devendo ser fornecido o cabo USB para recarga.”

Por fim, requereu as alterações das normas editalícias com vistas a garantir maior isonomia e competitividade ao certame.

Este o resumo dos fatos.

II – DA ANÁLISE DE MÉRITO

Inicialmente, importa considerar que a impugnação foi interposta tempestivamente e preenche os requisitos legais de admissibilidade.

Além disso, há de se esclarecer que a referida impugnação não possui efeito de recurso, portanto não há que se falar em suspensão das etapas do certame, tampouco sua remessa a autoridade superior. Tem o Pregoeiro, nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme determina os arts. 17 e 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

Omissis.

II – receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Omissis.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Outrossim, em que pese os respeitáveis argumentos articulados pela empresa impugnante, seu pleito quanto a alteração dos itens 08 e 09 do Grupo 01, não devem prosperar.

Passa-se a contraditar cada um dos pleitos requeridos.

QUANTO À CAPACIDADE DE MEMÓRIA DE TESTES DO APARELHO.

O impugnante requereu a alteração do item 8 do Grupo 01 do EDITAL – PE Nº 0.10.67/2021. Tal item resta assim descrito:

“Item 08: Aparelho De Hgt Contendo Tela De Lcd Iluminada, Descodificado, Ejetor De Fitas Usadas, Bateria Recarregável (Cabo Usb Para Recarga), Liga E Desliga Automaticamente, Memória Para 500 Medições, Amostra De Sangue 0.7 Ul, Resultado Em Apenas 5 Segundos, Não Existe Contato Do Sangue Com O Aparelho Unidade De Glicose Mg/Dl Ou Mmol/L.”

O impugnante aduz que o Edital compromete a competitividade do certame ao exigir aparelho com “memória para 500 medições”, defendendo que “300 medições cobririam perfeitamente este tipo de paciente. Vale lembrar que pacientes críticos não devem ficar durante tanto tempo sem receber orientação da equipe de saúde, sob risco de tornar a doença mais severa.”

Todavia, tal argumento não deve prosperar.

A administração, no seu exercício de discricionariedade e visando atender, por fim, ao interesse público através de um serviço mais eficiente, pode exigir um aparelho com especificações técnicas mais qualificadas.

Nesse sentido, se o mercado dispõe de aparelhos que possuem capacidade para armazenar 500 testes e, levando em consideração que tais aparelhos não se destinarão ao uso privado, mas sim, pelo sistema de saúde municipal, resta evidente que aparelhos que possuam melhor capacidade de armazenamento podem oferecer um maior espaço amostral, inclusive para o cotejo dos dados e análises estatísticas.

Desse modo, o impugnante não logrou êxito em demonstrar como um aparelho com menor capacidade de memória de testes poderia ser

mais eficiente em relação a um outro, com maior capacidade de armazenamento.

Sendo assim, entendemos que o Edital encontra-se regular e em consonância com escopo delineado pelo interesse público, motivo pelo qual deve ser mantido o requisito previsto no item 08 do Grupo 01 do Edital – PE Nº 0.10.67/2021, no que tange ao requisito de que os aparelhos possuam capacidade de memória para 500 medições.

QUANTO À CODIFICAÇÃO DOS APARELHOS

O impugnante sustenta que os itens 08 e 09 do Grupo 01 do Edital – PE nº 0.10.67/2021 preveem aparelhos e tiras, respectivamente, “descodificados”, sem uso de chip - no code, e que “tal exigência seria restritiva ao caráter competitivo do certame e seu único condão é trazer prejuízos incalculáveis ao Erário e aos interesses Públicos, e nenhum benefício ou vantagem para a Administração.”

Após análise e diligências, verificou-se que há, pelo menos, 03 tecnologias empregadas nos aparelhos glicosímetros.

Com efeito, cabe à administração definir qual tecnologia melhor perfaz o interesse público. Senão vejamos o seguinte entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU:

Diferentemente das condições gerais do direito de licitar - que são exigidas no texto da lei para toda e qualquer licitação, independentemente das circunstâncias de uma situação concreta -, as condições específicas são fixadas pelo ato convocatório, em função das características da contratação desejada em um determinado certame, cabendo à Administração Pública, neste último caso, deliberar acerca da extensão e do conteúdo dos requisitos que serão exigidos daqueles que pretendam formular propostas.

Acórdão 1631/2007 Plenário (Sumário)

Nesse sentido, a descrição dos itens 08 e 09, ora impugnados, traz como exigência tecnologia utilizada amplamente no mercado, de modo que não há qualquer ilegalidade em tal enquadramento.

Outrossim, o impugnante não logrou êxito em demonstrar como a lícita opção da administração por uma tecnologia poderia incorrer em prejuízo à concorrência.

Diante de tais razões, revela-se impertinente o inconformismo do licitante quanto à necessidade de exigência de aparelhos com “codificação automática”, motivo pelo qual seu pleito deve ser indeferido.

QUANTO AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

O impugnante requereu o seguinte pedido de esclarecimento:

Por fim, o descritivo do item 08 – grupo 01 informa que o aparelho deverá possuir bateria recarregável, devendo ser fornecido o cabo USB para recarga.

Considerando que essa característica não interfere na qualidade do produto nem mesmo no resultado alcançado pelo seu uso, entende-se que serão aceitos os aparelhos que utilizem bateria ou pilha “tradicional”, podendo ser solicitado o fornecimento de pilhas e baterias extras, acordo com a necessidade da Administração. Este entendimento está correto?

No cumprimento de seu dever de transparência e legalidade e em face desse questionamento específico, tem-se que foi exigido pelo edital aparelho com bateria recarregável.

Nesse sentido, há no mercado glicosímetros com tecnologia de bateria recarregável, o que reduz os custos pilhas. Assim, o que o Edital – PE Nº 0.10.67/2021 exige são aparelhos recarregáveis, devendo estes serem acompanhados dos carregadores.

In casu, o cabo USB foi citado especificamente como um tipo de carregador, mas serão excluídos aparelhos que contenham outros tipo de carregadores, desde que o aparelho contenha bateria recarregável ou seja, **não utilize pilhas**.

III – DA CONCLUSÃO

ANTE EXPOSTO, julga-se pelo **DESPROVIMENTO** das impugnações, mantendo-se a descrição e as exigências contidas nos itens 08 e 09 do Grupo 01 do EDITAL – PE Nº 0.10.67/2021, bem como os prazos das etapas seguintes previstas no instrumento convocatório.

Monteiro (PB), 22 de julho de 2021.

ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO

Pregoeira Oficial

Publicado por:

Erinaldo Araújo Sousa

Código Identificador:27FEA52B

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO DECISÃO

Pregão Eletrônico nº 0.10.63/2021

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA

RECORRENTE:

USIFER TERMO CONEXOES LTDA.

I – DO RESUMO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa USIFER TERMO CONEXOES LTDA, nos autos do Pregão Eletrônico Nº. 1063/2021, que tem como objeto a eventual aquisição de MATERIAL ELÉTRICO, em face da decisão que julgou pela inabilitação da recorrente por infração ao item 9.10.2 do Edital.

Argumenta a empresa recorrente que tal decisão não teria fundamento legal. Sustenta que “a legislação federal estabeleceu a prorrogação do envio da escrituração contábil digital (ECD) referente a qualificação econômico-financeira referente aos demonstrativos do exercício de 2020, por força da Instrução Normativa 2.023/2021, prorrogando sua validade até o último dia útil de julho, ainda que conste como “vencido” o prazo da qualificação”.

Ainda, salienta que a mencionada instrução normativa teria sido anexada juntamente como balanço no site antes da disputa, para verificação da validade do documento. Prossegue aduzindo que a inabilitação teria violado o art. 3, § 1º, da Lei 8.999/93.

Por fim, requereu o provimento do recurso para reformar a decisão e habilitar a recorrente.

Este o resumo dos fatos.

II – DA ANÁLISE DE MÉRITO

Inicialmente, importa considerar que o recurso foi interposto tempestivamente e preenche os requisitos legais de admissibilidade.

Outrossim, ao examinar os documentos e argumentos apresentados pela recorrente, verificou-se a procedência de seu pleito.

Com efeito, aduz o item 9.10.2 do Edital – PE Nº 0.10.63/2021:

9.10.2. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Ocorre que, no dia 28 de abril de 2021, foi publicado no Diário Oficial da União a Instrução Normativa RFB nº 2.023, que aduz, *in verbis*:

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 2º do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º O prazo final para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) previsto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, referente ao ano-calendário de 2020, fica prorrogado, em caráter excepcional, para o último dia útil do mês de julho de 2021.

Parágrafo único. Nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial, a ECD prevista no § 3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 2021, referente ao ano-calendário de 2021, deverá ser entregue:

I - se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro a junho, até o último dia útil do mês de julho de 2021; e

II - se o evento ocorrer no período compreendido entre julho a dezembro, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Nesses termos, de fato, a mencionada instrução normativa se trata de norma específica, vigente e emitida por autoridade competente, derogando a exigência do item 9.10.2 do Edital para considerar válido os documentos e demonstrativos contábeis de acordo com o prazo estabelecido na instrução normativa, ou seja, até 31.07.2021, nos termos do art. 1º acima mencionado.

Logo, forçoso reconhecer que, ante a publicação da IN/RFB nº 2.023, o item 9.10.2 do Edital não deve ser óbice para a habilitação da recorrente, deve ser privilegiado a isonomia, a competitividade e o interesse público pela melhor proposta.

Em tempo, segundo Marçal Justen Filho (2006):

Licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio (edital ou carta-convite, conforme o caso), que determina critérios objetivos de seleção da proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da ISONOMIA, conduzido por um órgão dotado de competência específica.

Assim, diante da análise dos argumentos recursais, constata-se que denegar o pleito da empresa, mantendo-a inabilitada, implicaria num formalismo excessivo. Neste sentido leciona o renomado doutrinador, Marçal Justen Filho:

“A expressão legislativa sintetiza todas essas considerações quando estabelece que a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. **Significa que o critério para decisão de cada fase deve ser a vantagem para Administração. Isso acarreta a irrelevância do puro e simples formalismo do procedimento. Não se cumpre a lei através do mero ritualismo dos atos. O formalismo do procedimento licitatório encontra conteúdo na seleção da proposta mais vantajosa.** Assim, a série formal de atos se estrutura e se orienta pelo fim objetivado. Ademais, será nulo o procedimento licitatório quando qualquer fase não for concretamente orientada para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.” (Grifo nosso).

Com essas considerações fáticas e jurídicas, merece reforma a decisão que inabilitou a recorrente, em atenção aos princípios vigentes da

administração pública de agir de forma isonômica, imparcial dentro das legislações vigentes, buscando sempre o zelo pelo interesse público e a proposta mais vantajosa, de modo a sagrar a lisura do certame.

III – DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, julga-se pelo conhecimento e **PROVIMENTO** do recurso interposto, para habilitar a empresa USIFER TERMO CONEXOES LTDA.

Monteiro (PB), 28 de julho de 2021.

ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO

Pregoeira Oficial

Publicado por:

Erinaldo Araújo Sousa

Código Identificador:24D10A12

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2021

LICITAÇÃO Nº. 0.10.63/2021

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

TIPO: Menor Preço

ASSUNTO: Recurso Administrativo

RECORRENTE: USIFER TERMO CONEXOES LTDA

DECISÃO

Recebi hoje;

Vistos etc;

Nos termos da Decisão proferida pela Pregoeira Oficial da Prefeitura, aceito o provimento do Recurso Administrativo interposto pela Licitante USIFER TERMO CONEXOES LTDA.

Como a presente Decisão é irrecurável, deste já delibero pela homologação desse procedimento, determinado que se proceda imediatamente com as providências de modo a permitir a célere contratação e execução dos serviços.

Publique-se. Cumpra-se. Autue-se.

Monteiro PB, em 28 de Julho de 2021.

ANNA LORENA DE FARIAS LEITE NÓBREGA

Prefeita

Publicado por:

Erinaldo Araújo Sousa

Código Identificador:0D4A67E9

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZAREZINHO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 00028/2021

GABINETE DO PREFEITO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00028/2021 EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição parcelada de peças, pneus e serviços de manutenção de veículos para atender as necessidades de secretarias do município de Nazarezinho-PB.

VENCEDORES:

EVOKS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ: 37.790.246/0001-14, com o valor de R\$ 45.720,00 (Quarenta e cinco mil, setecentos e vinte reais); J A L SILVA COMERCIO VAREJISTA DE PNEUMATICOS EIRELI - CNPJ: 34.277.779/0001-09, com valor de R\$ 3.968,00 (Três mil novecentos e sessenta e oito reais); VICENTE AUTO PEÇAS COMERCIO E

TRANSPORTE LTDA – CNPJ: 03.385.743/0001-15, com o valor de R\$ 29.750,00 (Vinte e nove mil, setecentos e cinquenta reais), perfazendo o valor global de R\$ 79.438,00 (setenta e nove mil e trezentos e trinta e oito reais). Após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a Lei, HOMOLOGO, nos termos da Lei 10.520/2002, em consequência, fica convocado o licitante vencedor para a assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 64, *caput*, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

Nazarezinho, 27 de julho de 2021.

MARCELO BATISTA VALE

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Francisco José de Santana

Código Identificador:FC01D4F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO PREGAO ELETRONICO 00030/2021

GABINETE DO PREFEITO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00030/2021 EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de materiais de expediente para atender ao programa CRIANÇA FELIZ, com o objetivo de suprir as necessidades do município de Nazarezinho-PB.

VENCEDORES:

DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA – CNPJ: 40.876.269/0001-50, com o valor de R\$558,30 (Quinhentos e cinquenta reais e trinta centavos); LEIA COMERCIAL DE LIVROS E MAGAZINE LTDA – CNPJ: 11.895.653/0001-00, com o valor de R\$ 4.318,20 (Quatro mil, trezentos e dezoito reais e vinte centavos); THIAGO GOMES BARBOSA COMERCIO ME – CNPJ: 31.860.198/0001-07, com o valor de R\$ 1.785,00 (mil setecentos e oitenta e cinco reais)

Perfazendo o valor global de R\$6.661,50 (Seis mil seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).

Após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a Lei, HOMOLOGO, nos termos da Lei 10.520/2002.

Nazarezinho, 28 de julho de 2021.

MARCELO BATISTA VALE

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Francisco José de Santana

Código Identificador:C0D8E34A

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ

GABINETE DO PREFEITO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antônio Firmino – Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PERMANENTE E DE CONSUMO, DE FORMA PARCELADA, MEDIANTE REQUISIÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 12 de agosto de 2021. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas

normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3371-2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br. Edital: www.picui.pb.gov.br/licitacoes; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Picuí - PB, 28 de Julho de 2021

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:452F3198

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 123/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB, Estado da Paraíba, usando das atribuições legais conferidas pelas disposições contidas na Lei Orgânica e no que couber a legislação complementar.

RESOLVE:

Exonerar a pedido, a servidora **WALERYA VALDEYSIA HENRIQUES DA COSTA DANTAS**, matrícula nº 0066729, do cargo de Agente Administrativo deste Município, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Picuí-PB, 28 de julho de 2021.

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:4E7B1009

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 398/2021

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **31 de julho de 2014** e que entrou em **exercício no cargo em 01 de agosto de 2014**, a cada dia 01 de agosto de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2020/2021**, que se completará em **01 de agosto de 2021**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discricionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 486/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **EDILENE MARIA DA SILVA MACEDO**, matrícula nº 0066194, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativas ao período de 2020/2021, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de Picuí, contados a partir de 02/08/2021 a 31/08/2021.

Picuí-PB, 28 de julho de 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS
Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:A994674D

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL

CMAS
RESOLUÇÃO DO CMAS Nº013 DE 28 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre a criação de Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal de Assistência Social de Pombal/PB.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS**, instituído pela Lei Municipal Nº951/97, alterada pela Lei Nº1.247/2005 e revogadas pela Lei Municipal Nº1.765/2016 Lei SUAS, no uso das atribuições que lhes são conferidas;

CONSIDERANDO, a necessidade de realização da IX Conferência Municipal de Assistência Social, a realizar-se em Pombal/PB.

CONSIDERANDO, a reunião do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 23 de Julho de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal de Assistência Social, composta pelos seguintes conselheiros:

Kamilla Dantas de Sousa, titular representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social – SMTRDS;

Marcílio Andrade Alves, suplente representante da Secretaria Municipal de Educação;

Fabiana Vila Formiga, titular representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social;

Edney de Lacerda Porfírio, suplente representante das Entidades e Organizações de Assistência Social;

Art. 2º - A Comissão será presidida pela Presidente do CMAS de Pombal/PB.

Art. 3º A Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal de Assistência Social tem caráter temporário.

Art. 4º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de Julho de 2021.

Pombal/PB, 28 de Julho de 2021.

FABIANA VILA FORMIGA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielle Pereira de Araujo Lacerda
Código Identificador:DBC15465

COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 478/2021 TOMADA DE
PREÇOS Nº 002/2021

OBJETO: OBRA CIVIL PÚBLICA DE REFORMA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA A SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

CONTRATO Nº 478/2021
CONTRATADO: CONSTRUMAX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 02.152.129/0001-40
PRAZO: 24/02/2022

VALOR TOTAL: R\$ 188.019,41 (Cento e Oitenta e Oito Mil, Dezenove Reais e Quarenta e Um Centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.100 Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - 08 244 1046 2050 Manutenção das Atividades da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - 000597 4490.51 99 1001 Obras e Instalações.

Pombal/PB, 28 de julho de 2021.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA
Prefeito

CONSTRUMAX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
Contratado

Publicado por:
Eriston de Abrantes Pontes
Código Identificador:9689816C

COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO EXTRATO ADITIVO

ADITIVO: Primeiro aditivo do contrato n.º 522/2020
OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL PÚBLICA DE CONSTRUÇÃO DA UBS NO SÍTIO FLORES NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB.
CONTRATADA: CONSTRUTORA J. GALDINO EIRELI-EPP
CNPJ: 20.227.311/0001-03
MOTIVO: Prorrogação de Prazo
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 26 de julho de 2021 a 21 de fevereiro de 2022.
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: art. 57, II c/c § 1º, III da Lei 8.666/93.

Pombal 20 de julho de 2021.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA
Prefeito/ Contratante

Publicado por:
Eriston de Abrantes Pontes
Código Identificador:46F9D48C

COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO EXTRATO RESCISÃO DO CONTRATO N.º 0395/2021

Pombal, 28 de julho de 2021.

CONTRATO N.º 0395/2021
CONTRATADA: CDH - CENTRO DE DIAGNÓSTICO HUMANO LTDA
CNPJ: 04.666.364/0001-66
RAZÕES DO DISTRATO: não cumprimento de cláusulas contratuais
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 78, XII c/c 79, I da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA
Prefeito

Publicado por:
Eriston de Abrantes Pontes
Código Identificador:333E287F

GABINETE DECRETO N.º 2.244 DE 28 DE JULHO DE 2021

Decreta LUTO OFICIAL por três dias no município de Pombal, Estado da Paraíba, em razão do lamentável falecimento do senhor Antônio Nóbrega Freitas.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e as demais legislações aplicáveis à espécie e;

CONSIDERANDO que faleceu nesta quarta-feira (28/07/2021) o Sr. Antônio Nóbrega Freitas, aos 81 anos de idade, na cidade de Pombal, Estado da Paraíba;

CONSIDERANDO que o homenageado foi um dos comerciantes mais antigos de Pombal, conhecido por todos como um dos pombalenses que fomentou o desenvolvimento local;

CONSIDERANDO o consternamento geral e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda deste ilustre cidadão e grande chefe de família;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público pombalense render justas homenagens àqueles que com seu trabalho, exemplo e legado, contribuíram para o engrandecimento deste Município.

RESOLVE:

Art. 1.º Decretar luto oficial por três dias no Município de Pombal, Estado da Paraíba.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Pombal, Estado da Paraíba, em 28 de julho de 2021.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Fernanda Priscila de Souza Bandeira
Código Identificador:A54D9502

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA SEAD/PMP N.º 0894/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo n.º 1007/2021, advindo da secretaria de lotação do(a) servidor(a);

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 108 e ss da Lei Municipal n.º 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(s) servidor(es) público(s) municipal(is), abaixo nominado(s), **FÉRIAS**, devendo o mesmo usufruir o benefício no interstício abaixo mencionado e correspondente ao respectivo período aquisitivo:

| Nome | Mat | Cargo |
|-------------------------------|------|-------------------------|
| ANAXIMANDRO BATISTA DE ARAÚJO | 2226 | GUARDA MUNICIPAL |
| Período de Gozo das Férias | | 01/07/2021 a 30/07/2021 |

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício no assentamento individual do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria em sua pasta funcional, devendo ele(a) usufruir as vantagens previstas no art. 67 e 108 da Lei Municipal n.º 717/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pombal-PB, bem como as restrições e exigências para seu cumprimento previstas em lei.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2021.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 02 de julho de 2021.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA
Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:5E4321F1

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - AVISO
DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00013/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Av. Santa Cecília, 214 - Centro - Santa Cecília - PB, às 14:00 horas do dia 11 de Agosto de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Aquisição parcelada, conforme demanda, de fórmulas infantis para atendimento aos Processos Judiciais e demandas do Fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Cecília/PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Municipal nº 185/11; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3642-1006. E-mail: licitacaoscpcb@gmail.com.. Santa Cecília - PB, 28 de Julho de 2021

ERNANDO SOUZA DE SALES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:8C3BF24E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - AVISO
DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00017/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Av. Santa Cecília, 214 - Centro - Santa Cecília - PB, por meio do site <https://www.comprasnet.gov.br>, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática (Notebooks, Tablets e Impressoras) para atender a Portaria GM/MS Nº 3.474/20 na informatização das equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes da Atenção Primária (eAP) do Município de Santa Cecília/PB. Abertura da sessão pública: 10:00 horas do dia 12 de Agosto de 2021. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 004/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3642-1006. E-mail: licitacaoscpcb@gmail.com. Santa Cecília - PB, 28 de Julho de 2021

ERNANDO SOUZA DE SALES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:57FF1C53

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - AVISO
DE LICITAÇÃO - RETOMADA DE SESSÃO - PREGÃO
PRESENCIAL Nº 00009/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Av. Santa Cecília, 214 - Centro - Santa Cecília -

PB, a retomada da sessão às 10:00 horas do dia 30 de Julho de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, **Por Vídeo Conferência, através da plataforma Google Meet**, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa prestador de serviços de transporte terceirizado, através de pessoa física ou jurídica, nos termos e condições estabelecidas no presente edital, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, para atender às atribuições da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, através das necessidades e finalidades apontadas pelas secretarias no atendimento das demandas inerentes à gestão municipal. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3642-1006. E-mail: licitacaoscpcb@gmail.com. Santa Cecília - PB, 28 de Julho de 2021

ERNANDO SOUZA DE SALES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:EFD661A7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB -
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00013/2021, que objetiva: Contratação de empresa para fornecimento parcelado, conforme demanda, de testes COVID-19, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Cecília/PB; **HOMOLOGO** o correspondente procedimento licitatório em favor de: **FLASH PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI - R\$ 7.000,00; VITALABE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS LTDA - R\$ 9.500,00.** Santa Cecília - PB, 27 de Julho de 2021

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:8C55CF72

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB -
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2021

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00013/2021, que objetiva: Contratação de empresa para fornecimento parcelado, conforme demanda, de testes COVID-19, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Cecília/PB; **ADJUDICO** o seu objeto a: **FLASH PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI - R\$ 7.000,00; VITALABE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS LTDA - R\$ 9.500,00.** Santa Cecília - PB, 27 de Julho de 2021

ERNANDO SOUZA DE SALES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:0ABF5EDB

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 14/2021

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2020.
CONTRATANTE Prefeitura Municipal de São Domingos.
CONTRATADA: CESARINO CONSTRUÇÕES EIRELI.
OBJETO: O presente Termo Aditivo consiste na prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 00136/2020, fica prorrogado para até 28 de janeiro de 2022.

JUSTIFICATIVA: Dar-se-á prorrogação do prazo contratual, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato nº 169/2018 e Art. 57, §1º, V, da Lei 8.666/93, tendo em vista o impedimento da execução do contrato por falta expedição do AIO (Aprovação para Início de Obra) emitido pelo setor responsável da Caixa Econômica Federal.

São Domingos - PB, 20 de maio de 2021.

ADEILZA SOARES FREIRES

Prefeita

Publicado por:

Francisco Jerfeson do Nascimento

Código Identificador:3980329A

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 0237/2021

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para fornecimento e instalação de vidros comuns e temperados e janelas de alumínio, destinados a manutenção dos prédios públicos do município de São Francisco. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00036/2020. DOTAÇÃO: FNAS, FNDE, FUNDEB 40%, SUS e Recursos Próprios do Município de São Francisco.. VIGÊNCIA: até o dia 29 Setembro de 2021.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São Francisco e: CT Nº 00237/2021 - 27.07.21 - CARLOS HENRIQUE NOGUEIRA LOPES - R\$ 30.000,00

Publicado por:

Francisco Lopes de Lima

Código Identificador:057B650F

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº
011/2021

CREDENCIAMENTO Nº 004/2021 – PROCESSO
LICITATÓRIO nº 068/2021

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde

ASSUNTO: Credenciamento para execução de serviços médicos (consultas e exames)

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº
011/2021

De acordo.

Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, o **Credenciamento para execução de serviços médicos (consultas e exames)**, junto às empresas: **CLINICA SALVIANO E CUNHA S/C LTDA**, (CNPJ nº 18.500.402/0001-10).

Em respeito ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no art. 25, *caput* da supracitada lei e, em consequência, determino a Contratação das empresas: **CLINICA SALVIANO E CUNHA S/C LTDA**, (CNPJ nº 18.500.402/0001-10), através de **TERMO DE CREDENCIAMENTO**.

São José do Brejo do Cruz/ PB, 28 de julho de 2021.

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:

Genilda Saraiva de Andrade

Código Identificador:858A92B6

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 195/2021
INEXIGIBILIDADE Nº 011/2021

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 195/2021
INEXIGIBILIDADE Nº 011/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 068/2021

CREDENCIANTE: Município de São José do Brejo do Cruz/ PB; CREDENCIADA: CLINICA SALVIANO E CUNHA S/C LTDA, CNPJ nº 18.500.402/0001-10; OBJETO: execução dos serviços em consultas e exames; VIGÊNCIA: 28 de julho de 2021 a 07 de maio de 2022; DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 02 13 10 122 0015 2104 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA; FONTE: 2 0.1.530/300.530; 2 0.1.211/300.211; 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 2 0.1.211/300.211; 2 0.1.530/300.530; DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 02 13 10 122 0051 2011 0000 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE AO ENFRENTAMENTO A COVID-19; ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA; FONTE: 2 0.1.211/340.211; 2 0.1.214/340.214; 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 2 0.1.211/340.211; 2 0.1.214/340.214; DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 02 13 10 301 0048 2036 0000 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE – UBS; ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA; FONTE: 2 0.1.211/300.211; 2 0.1.214/300.214; 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 2 0.1.211/300.211; 2 0.1.214/300.214; DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 02 13 10 302 0048 2184 0000 MANUTENÇÃO DA MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE; ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA; FONTE: 2 0.1.211/300.211; 2 0.1.214/300.214; 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; FONTE: 2 0.1.211/300.211; 2 0.1.214/300.214; DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 02 13 10 305 0051 2008 0000 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA AO ENFRENTAMENTO DA COVID – 19; ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 2 0.1.211/340.211; 2 0.1.214/340.214.; FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, *caput*; SUBSCRITORES: Ana Maria da Silva Oliveira – pelo Credenciante e Germano Lacerda da Cunha Filho – pela Credenciada.

São José do Brejo do Cruz/ PB, 28 de julho de 2021.

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:

Genilda Saraiva de Andrade

Código Identificador:D71749D5

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – PROC. LICITATÓRIO
Nº 079/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – PROC. LICITATÓRIO
Nº 079/2021

CONTRATANTE: Município de São José do Brejo do Cruz/ PB; PROMITENTE CONTRATADA: ESTER ALENCAR DOS SANTOS 12675995452, CNPJ nº 41.302.234/0001-70; OBJETO: Registro de preços para possível aquisição gradativa de material de expediente; VALOR GLOBAL: R\$ 18.341,80 (dezoito mil trezentos e quarenta e um reais e oitenta centavos); VALIDADE: 28 de julho de 2021 a 28 de julho de 2022; MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Presencial; SUBSCRITORES: Ana Maria da Silva Oliveira – Pelo

Promitente Contratante e Ester Alencar dos Santos - Pela Promitente Contratada.

São José do Brejo do Cruz/ PB, 28 de julho de 2021.

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:

Genilda Saraiva de Andrade

Código Identificador:336178C4

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ

CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de móveis e cadeiras para escritório destinados as secretarias deste município de sapé. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº DV00027/2021. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Sapé: 20300.04.122.1002.1008 **ADQUIRIR EQUIPAMENTO PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** 21100.04.122.1002.2119 **MANTER ATIVIDADES DO PROCON MUNICIPAL EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE ELEMENTO** 4.4.90.52.00.00. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2021. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Sapé e: CT Nº 00043/2021 - 16.06.21 - MATHEUS HENRIQUE DE SOUSA AGUIAR 13469450471 - R\$ 17.810,00.

Publicado por:

Elaine Cunha da Silva

Código Identificador:B536E198

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2897/2021 DE 21 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre a convocação da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sapé, no uso de suas atribuições legais que lhe confere pelo o Art. 37, II, da Constituição Federal e pela Lei Orgânica do município, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de nº 1238/2016 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Sapé.

Considerando a necessidade de avaliação da situação atual e avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

Considerando a Lei Municipal de nº 1238/2016, que dispõe sobre a reestruturação do CMAS;

Considerando as Resoluções CNAS Nº 30 de 12 de março de 2021 que dispõe sobre normas gerais da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências;

Considerando que as Conferências de Assistência Social são instâncias deliberativas, com a atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e definir diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União;

Considerando que os Conselhos devem observar em sua Lei de criação a sua competência e autonomia, principalmente no que tange à convocação da Conferência em seu âmbito;

Considerando o Decreto Estadual nº 40.122 de 13 de março de 2020, atualizado posteriormente por outros decretos que atualizam o estado de emergência na Paraíba por conta da pandemia do coronavírus, vide o Decreto nº 41.209 de 28 de abril de 2021, se deve observar as orientações dos

protocolos de Saúde do Estado da Paraíba, neste sentido deverão optar por qual formato acontecerá: *online* ou presencial, garantindo assim a realização das Conferências de Assistência Social nos Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º convocar a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 25 de agosto de 2021, tendo como tema central: “Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento

público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social e da prefeitura municipal.

Art. 3º A realização da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social será de forma presencial, respeitando os protocolos de segurança.

Art. 4º O público será de no máximo 40 participantes.

Art. 5º - A escolha dos(as) delegados(as) nas Conferências Municipais para participação na 13ª Conferência Estadual obedecerá ao critério do porte do município, obedecendo ainda, à paridade, a saber:

§1º - Município Porte II : 02 delegados(as), priorizando a participação mínima de 01 usuário(a);

§2º - Para cada representante eleito(a) deverá ser escolhido(a) o(a) seu(sua) respectivo(a) suplente, preferencialmente do mesmo segmento para o caso de necessidade de substituição.

§3º – Os(as) Conselheiros(as) titulares e suplentes do CMAS serão delegados(as) natos(as) na 13ª Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sapé, 21 de Julho de 2021

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito Constitucional

FLAVIANE XAVIER DE A. AMBRÓSIO

Presidente do CMAS

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:D76D0355

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 427/2021 SAPÉ, 22 DE JULHO DE 2021.
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPE, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI, combinado com o art. 88, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé e tendo em vista o Ofício nº 342/2021/GAPRE/PMC.

RESOLVE:

Autorizar a cessão da servidora **ANDREZA CARLA DE SANTANA GOMES**, matrícula nº 2123569, Professor de Educação Básica, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, para a Prefeitura Municipal de Cuité/Pb, em permuta da servidora **KELLY CRISTINA GONÇALO DA SILVA**, matrícula nº 2901831, Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, até ulterior deliberação.

Gabinete do Prefeito, em 22 de julho de 2021.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:37665D08

SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 10/2021.

Cria a Comissão Organizadora da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do município de Sapé.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela **Lei Municipal de nº 1238/2016** que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Sapé – CMAS, e considerando:

Considerando a deliberação da Plenária realizada no dia 21 de julho de 2021.

Considerando a necessidade de avaliação da situação atual e avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

Considerando a Lei Municipal de nº 1238/2016, que dispõe sobre a reestruturação do CMAS;

Considerando as Resoluções CNAS Nº 30 de 12 de março de 2021 que dispõe sobre normas gerais da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências;

Considerando que as Conferências de Assistência Social são instâncias deliberativas, com a atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e definir diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União;

Considerando que os Conselhos devem observar em sua Lei de criação a sua competência e autonomia, principalmente no que tange à convocação da Conferência em seu âmbito;

Considerando o Decreto Estadual nº 40.122 de 13 de março de 2020, atualizado posteriormente por outros decretos que atualizam o estado de emergência na Paraíba por conta da pandemia do coronavírus, vide o Decreto nº 41.209 de 28 de abril de 2021, se deve observar as orientações dos protocolos de Saúde do Estado da Paraíba, neste sentido deverão optar por qual formato acontecerá: *online* ou presencial, garantindo assim a realização das Conferências de Assistência Social nos Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão Organizadora da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social composta por Conselheiros, dentre titulares e suplentes, incluindo Presidente do CMAS e profissionais da SEDES quais sejam:

Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Flaviane Xavier de A. Ambrósio – Presidente do CMAS;

Representante da Secretaria Municipal de Educação: Josineide Maria Alves dos Santos -- Conselheira;

Representante dos Trabalhadores do SUAS: Karla Emmanuela Alves Nunes – Conselheira;

Representante de Entidades de Organizações de Assistência Social de Âmbito Municipal: Joelma Freire da Costa – Conselheira;

Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social: Josineide Souza de Brito – Funcionária da SEDES.

Art. 2º A comissão Organizadora será coordenada pela Presidente Flaviane Xavier de A. Ambrósio do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS será responsável pela organização e

operacionalização da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 3º – A Comissão terá como competência:

- I. preparar e acompanhar a operacionalização da 13ª Conferência Municipal;
- II. propor e encaminhar para aprovação do Colegiado, critérios de definição do número de delegados, regulamento, regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a 13ª Conferência Municipal;
- III. organizar e coordenar a 13ª Conferência Municipal;
- IV. promover a integração com os setores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social que tenham interface com o evento, para tratar de assuntos referentes à realização da 13ª Conferência Municipal;
- V. dar suporte técnico-operacional durante o evento;
- VI. acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas por pessoas e/ou empresas contratadas para prestar serviços ou fornecer produtos para a 13ª Conferência Municipal;
- VII. subsidiar as pessoas para prestar serviços ou fornecer produtos para a 13ª Conferência Municipal, por meio de orientações em estrita consonância com as deliberações do CMAS;
- VIII. manter o Colegiado informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da 13ª Conferência Municipal;

Parágrafo único. Apoiarão a organização da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social a Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sapé - PB, 21 de julho de 2021.

FLAVIANE XAVIER DE A. AMBRÓSIO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:FC45COA7

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

CAMARA MUNICIPAL DE SOLEDADE
ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO
ORDINÁRIO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO 2021.

Aos 14(quatorze) dias do mês de junho de 2021 (dois mil e vinte e um), às 19h30min no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Soledade, na Sede própria, situada à Rua José Francisco de Araújo, 57ª - 1º andar, sob a Presidência do Vereador Udenilson Candido de Sousa após verificação de quórum feita pelo 1º Secretário Márcio de Souto Marques, registrou-se a presença de 09 (nove) vereadores e ausência dos vereadores Adeilson Joelby Martins Mariano e Eliomar Pereira de Lima, ausências justificadas, os vereadores Francisco de Souto Lima, Vânia Maria Ouriques Leal, José Correia de Queiroz Neto (Netinho Queiroz), e Alexandre Emanuel Nery Dantas que participaram da sessão Ordinária de forma remota através da plataforma digital. Não havendo discussão a ata da sessão anterior foi proclamada aprovada. Não havendo matérias para leitura no pequeno expediente o Presidente declarou aberto o Tema livre, na ocasião foram a tribuna os vereadores: Alexandre Nery com o tema “agradecimentos e outros”, Márcio Souto com o tema “agradecimentos e outros”, e Maria de Fátima Barros com o tema “cobranças a Energiza e outros”. Logo após o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia, na oportunidade autorizou leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 017/2021 Dispõe sobre a criação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as mulheres, Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher –CMDM, o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FUMDEM e dá outras providências de autoria do Poder Executivo, na ocasião fez uso da palavra os vereadores: Márcio Souto, Fátima Barros e Vânia Leal, em

votação foi aprovado por unanimidade de votos dos presentes; Requerimento nº 069/2021 de autoria do vereador Wellington Di Karlos, na oportunidade foi à tribuna o autor da matéria, em votação foi aprovado por unanimidade de votos dos presentes. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a presente sessão encerrada. Eu, Márcio de Souto Marques 1º Secretário lavrei a presente Ata.

Sala das Sessões em 14 de junho de 2021.

MÁRCIO DE SOUTO MARQUES

1º Secretário

UDENILSON CANDIDO DE SOUSA

Presidente

Publicado por:

Udenilson Candido de Sousa

Código Identificador:106E876A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2021

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua José Francisco de Araújo, 62 - Centro - Soledade - PB, às 09:00 horas do dia 12 de Agosto de 2021, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: **CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIO COBERTA DA ESCOLA JUVINA DE OLIVEIRA, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO JOSÉ, SOLEDADE-PB, EM CONVÊNIO COM FNDE PROCESSO 23400014624201320 (APÓS READEQUAÇÃO FÍSICA-FINANCEIRA E ATUALIZAÇÃO ORÇAMENTARIA DO PROJETO. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei nº 8666/1993 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3383-1725/1094. E-mail: licita.soledade@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br. Soledade - PB, 27 de Julho de 2021**

DAVID PIERRE GONÇALVES PEREIRA

Presidente da Comissão

Publicado por:

David Pierre Gonçalves Pereira

Código Identificador:E0AEF13D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2021

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua José Francisco de Araújo, 62 - Centro - Soledade - PB, às 09:00 horas do dia 16 de Agosto de 2021, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: **REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JANUÁRIO GONÇALVES DA SILVA, SÍTIO CAIÇARA, ZONA RURAL DE SOLEDADE-PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei nº 8666/1993 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3383-1725/1094. E-mail: licita.soledade@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br. Soledade - PB, 28 de Julho de 2021**

DAVID PIERRE GONÇALVES PEREIRA

Presidente da Comissão

Publicado por:

David Pierre Gonçalves Pereira

Código Identificador:DD5000CC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

VEM POR MEIO DESTA ANULAR AS SEGUINTE PUBLICAÇÕES FEITAS NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS - FAMUP, DIA 23 DE JULHO DE 2021 ANO XII |

Nº 2905, POR ESTAREM COM ERRO EM SUA ESTRUTURA, SEGUE ABAIXO O CÓDIGO VERIFICADOR DAS PUBLICAÇÕES QUE SERAM ANULADAS:

CÓDIGO: 870D7A36

CÓDIGO: B10E707C

CÓDIGO: 1D76C552

Publicado por:

David Pierre Gonçalves Pereira

Código Identificador:8068AB6D

GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº. 31, DE 26 DE JULHO DE 2021.

REGULAMENTA O USO DE ARMAS MENOS LETAIS PELA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SOLEDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SOLEDADE, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade de criação de normas para o controle, a habilitação, medidas preventivas, auditoria e procedimentos para a utilização apropriada do armamento menos que letal como tonfa, gás lacrimogênio, spray de pimenta e Arma de Condutividade Elétrica (SPARK ou TASER);

CONSIDERANDO os princípios basilares de existência das Guardas Municipais, especialmente aqueles contidos no art. 3º, incisos II e V, da Lei Federal nº 13.022/2014, que dispõe sobre o seu Estatuto Geral no Brasil;

CONSIDERANDO que as normas de uso do armamento menos letal propiciam ao Guarda Civil Municipal um conjunto de regras claras a serem seguidas, baseadas na atitude do agressor e na percepção do GCM;

CONSIDERANDO que a Arma de Condutividade Elétrica deve estar posicionada no penúltimo "degrau" do uso progressivo da força, ou seja, como uma ferramenta que o Agente poderá, caso julgue seguro e conveniente, utilizar antes do armamento de fogo;

CONSIDERANDO que os agentes da Guarda Civil Municipal de Soledade só poderão utilizar o armamento menos letal em casos de iminente perigo de morte ou lesão e em legítima defesa da sua própria integridade física e de outrem, ou do suspeito; e

CONSIDERANDO que o regramento da Lei é muito mais amplo que a vontade pessoal do administrador, por possuir cunho de moralidade pública, direcionado a todos os administradores da coisa pública, independentemente de sujeitarem-se ou não aos imperativos da Lei e que a administração em qualquer de suas esferas obedecerá, dentre outros, aos princípios da **legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, segurança jurídica, interesse público, impessoalidade, publicidade e eficiência**, ex vi do art. 37 da CF;

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o uso das armas menos letais, pelos Guardas Civis Municipais de Soledade, constituindo-se de tonfa, gás lacrimogênio, spray de pimenta e Arma de Condutividade Elétrica (SPARK ou TASER).

Parágrafo Único. Considera-se arma menos letal, para efeitos deste Decreto, a arma projetada, especificamente, para conter, debilitar ou incapacitar, temporariamente, pessoas, com baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes.

DO CONTROLE

Art. 2º Compete ao setor administrativo da Guarda Civil Municipal de Soledade:

I – O recebimento, a guarda, o controle dos registros, a distribuição e o acatamento do armamento menos letal;
 II – Manter registro dos cartuchos da Arma de Condutividade Elétrica de cada Guarda Civil Municipal e atualizá-lo duas vezes ao ano;
 III – Manter controle do registro histórico do uso de cada Pistola de Condutividade Elétrica; e
 IV – Manter controle do gás lacrimogênio, spray de pimenta e tonfa que foi disponibilizado para cada Guarda Civil Municipal.

DA HABILITAÇÃO DA ARMA DE CONDUTIVIDADE ELÉTRICA

Art. 3º O porte do armamento de Condutividade Elétrica está condicionado a:

I – Prévia habilitação técnica, após aprovação em treinamento específico de operador da Arma de Condutividade Elétrica de no mínimo 16 h/aula;
 II – Para requalificação, após aprovação em treinamento específico de operador da Arma de Condutividade Elétrica, de no mínimo 12 h/aula;
 II – Autorização e liberação do armamento da Pistola de Condutividade Elétrica pelo Comandante Geral da Guarda Civil de Soledade; e
 III – O porte pessoal da Arma de Condutividade Elétrica poderá ser autorizado pelo Comandante Geral, quando julgado necessário.

Parágrafo Único. A autorização e liberação do armamento de Condutividade Elétrica poderá ser suspensa ou cancelada quando o Guarda Civil Municipal for avaliado inapto pelo Instrutor do Curso de Capacitação e Treinamento, ou pelo Comandante da Guarda Civil de Soledade, fundamentado em parecer médico, processual criminal ou administrativo disciplinar.

Art. 4º Estando autorizado e capacitado para o uso das armas menos letais constante do presente Decreto, o Guarda Civil Municipal, quando possa vir a se envolver em situações de uso da força, deverá portar no mínimo 2 (dois) destes instrumentos juntamente com equipamentos de proteção necessários à atuação específica.

Art. 5º O Guarda Civil Municipal, no início de sua jornada de trabalho receberá a Arma de Condutividade Elétrica, devendo inspecioná-la e realizar o teste de centelha com arma apontada para o teto em um ângulo de 180 graus.

Parágrafo Único. A Arma de Condutividade Elétrica, após ser recebida e devidamente inspecionada, conforme o disposto acima, deverá até o encerramento do turno, permanecer sempre junto ao corpo do Guarda Civil Municipal devidamente acondicionada no coldre, de onde somente poderá ser retirada quando for exclusivamente necessário ou para o devido e justificado emprego, ficando o portador responsável e, dependendo do caso ou situação, se tornar passível de enquadramento em legislação pertinente ao uso do referido armamento.

Art. 6º Para inserir o cartucho na Arma de Condutividade Elétrica, o Guarda Civil Municipal deverá adotar os seguintes procedimentos:

I – Arma deverá estar desligada e apontada para o chão em um ângulo de 45 graus;
 II – O dedo deverá estar fora do gatilho; e
 III – A face da mão nunca deverá estar na frente do cartucho;

Art. 7º O Guarda Civil Municipal somente poderá utilizar os cartuchos fornecidos pela Corporação, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Soledade.

DOS PROCEDIMENTOS DE UTILIZAÇÃO

Art. 8º A Arma de Condutividade Elétrica deverá ser utilizada somente quando haja ação do suspeito, seja de agressão ou resistência ativa, e os Guardas Cíveis Municipais tenham esgotado todos os escalonamentos precedentes do uso progressivo da força.

Art. 9º O Guarda Civil Municipal deverá levar em consideração nas ações, à capacidade de resistência e idade do ofensor, seguindo os princípios da legalidade, necessidade, conveniência, moderação e proporcionalidade, a fim de caracterizar o uso legítimo da força.

Art. 10º A Arma de Condutividade Elétrica deverá ser utilizada em pessoas com comportamentos potencialmente perigosos, para evitar que o agressor se machuque, para manter a ordem em situações de manifestação agressiva e para proteger o Guarda Civil Municipal ou terceiros de risco de ferimentos ou morte.

Art. 11 A área visada na ação deve ser feita preferencialmente no centro do corpo, em grandes áreas musculares, sendo que a cabeça, a face e o pescoço devem ser evitados.

Art. 12 A Arma de Condutividade Elétrica não deve ser utilizada como elemento de punição em abordagens ou revistas, observando sempre as normas de segurança, utilizando as técnicas e táticas operacionais, comunicando sempre o Supervisor do turno de serviço sobre o uso necessário da arma, devendo manter as armas sempre travadas para evitar disparos acidentais.

Art. 13 O (a) Guarda Civil Municipal que pretenda utilizar a Arma de Condutividade Elétrica deverá notificar seus parceiros que fará o uso, em tom bem alto e claro avisando que irá disparar, considerando que tal disparo só poderá ser feito, se isto não colocar em situação de perigo qualquer cidadão, agente da Guarda Civil ou mesmo o agressor.

Art. 14 Após a utilização da Arma de Condutividade Elétrica o Guarda Civil Municipal deverá, obrigatoriamente:

I – Algemar o suspeito e tratar os ferimentos;
 II – Conduzir o detido à presença da Autoridade Policial para lavrar o Boletim de Ocorrência e confeccionar o Auto de Resistência e outros delitos relativos ao conflito; e
 III – Informar a Autoridade Policial, sobre a fundamentada motivação que justificou a utilização do uso da força através da Arma de Condutividade Elétrica.

Parágrafo Único. Em conflitos envolvendo doentes mentais agressivos, quando esgotados os recursos do uso progressivo da força, após a utilização da Arma de Condutividade Elétrica, será executada a imobilização adequada para que o indivíduo não se auto lesione ou cause lesões a vítimas ou qualquer outros danos, solicitando imediatamente condução especializada para uma Unidade de Pronto Socorro Psiquiátrico, não sendo necessário encaminhá-lo a presença da Autoridade Policial para o Registro do Boletim de Ocorrência por Resistência, salvo se outro crime ocorrer, devendo apenas recolher o dardo utilizado e registrar a ocorrência no Boletim de Ocorrência da própria corporação.

Art. 15 Ao término do serviço, o(a) Guarda Civil Municipal deverá realizar a devolução de todo o equipamento acatado para o serviço, informando, sobre o uso, avaria ou qualquer informação relevante ao controlador/supervisor do seu turno.

§1º Caso apresente qualquer avaria, dano ou alteração em qualquer equipamento, o(a) Guarda Civil Municipal deverá registrar em documento interno “Parte”, para que seja providenciado o reparo e/ou a substituição do equipamento, bem como, a apuração das responsabilidades aos danos causados ao material; e

§2º Sendo constatado da Arma de Condutividade Elétrica e/ou cartucho, como exibições ou centelhamento, ensejará no recolhimento imediato do equipamento, que tenha causado avaria, dano ou alteração, seja por negligência, imperícia ou imprudência, o(a) Guarda Civil Municipal estará sujeito à aplicação das medidas administrativas disciplinares através da Corregedoria da Corporação e/ou medidas penais cabíveis, bem como o ressarcimento ao erário Municipal, de despesas provenientes do reparo ou troca do equipamento.

Art. 16 O Comando da Guarda Civil Municipal deve envidar esforços para que:

I – Os programas de treinamento e os planos operacionais sejam revistos à luz de incidentes particulares, incluindo procedimentos eficazes de comunicação e revisão aplicáveis aos eventos em que houver morte ou ferimento, causado pelo uso da força; e

II – Seja proporcionada orientação sobre estresse e aconselhamento psicológico ao(a) Guarda Civil Municipal envolvido em situações em que o uso da força tenha ocorrido no nível máximo.

Art. 17 Caso ocorra o disparo com cartucho, o Guarda Civil Municipal deve, obrigatoriamente:

I – Providenciar que os dardos sejam retirados o mais breve possível por pessoa treinada ou pessoal da área médica usando sempre luvas; e
II – Recolher os dardos utilizados e entregá-los ao responsável pela Administração da Guarda Civil Municipal.

Art. 18 Quando o uso de alguma arma menos letal, pelo Guarda Civil Municipal, causar lesão ou morte de pessoa(s), aquele deverá realizar as seguintes ações:

I – Facilitar a prestação de socorro ou assistência médica aos feridos;
II – Promover a correta preservação do local da ocorrência;
III – Comunicar o fato ao seu superior imediato; e
IV – Preencher relatório individual correspondente sobre o uso da arma, relatando os fatos e as providências consequentes e ainda justificando o motivo do uso, encaminhando-o ao seu superior hierárquico.

Art. 19 Situações que justificam a utilização a Arma de Condutividade Elétrica como forma de contato:

I – Quando o cartucho não funcionar corretamente;
II – Quando 1 (um) ou 2 (dois) dardos não atingir (em) o suspeito;
III – Quando mesmo atingido pelos 2 (dois) dardos não gerar Incapacitação Neuro Muscular (INM);
IV – Quando a distância do Guarda Civil Municipal em relação ao suspeito for muito pequena;
V – Quando o Guarda Civil Municipal errar o disparo; e
VI – Quando romper 1 (um) ou os 2 (dois) fio(s) preso(s) aos dardos.

Art. 20 Situações que não justificam a utilização da Arma de Condutividade Elétrica:

I – Em qualquer situação que envolva líquidos e/ou gases inflamáveis, devido à presença de centelha elétrica e condução de energia que poderá ocorrer um incêndio;
II – Em ações de controle de distúrbios civis, pois este tipo de armamento serve para conter indivíduos isoladamente e não em grupo, por conta do seu poder de ação, bem como não se deve combinar o uso de agentes químicos com a Arma de Condutividade Elétrica devido ao poder inflamável dos agentes químicos;
III – Em veículos em movimento, pois o veículo poderá ficar desgovernado, ocasionando outros acidentes de trânsito, até mesmo fatais;
IV – Em indivíduos montados em cavalos, pois a queda poderá oferecer uma grave lesão ou até mesmo a morte;
V – Em indivíduos posicionados em árvores, muros, beiradas de lajes ou quaisquer outros locais com altura considerável em relação ao solo, pois a queda poderá oferecer uma grave lesão ou risco de perder a vida;
VI – Pessoas idosas, gestantes, crianças ou deficientes físicos, pois, em indivíduos que apresentem estas restrições, o efeito da queda poderá ser fatal;
VII – Em locais próximos a meios líquidos, pois, durante os efeitos da Arma de Condutividade Elétrica, o indivíduo poderá se afogar caso não exista uma equipe de apoio pronta para resgatá-lo;
VIII – Em locais onde exista risco de explosão, como zonas industriais e postos de combustíveis, casa de fogos, etc., devido ao alto poder inflamável dos produtos utilizados;
IX – Em ocorrências de crise onde o agressor esteja utilizando líquidos corrosivos como instrumento de ameaça, pois devido ao espasmo proporcionado pela Arma de Condutividade Elétrica, o mesmo poderá arremessar ou derramar o líquido sobre si ou sobre uma possível vítima, podendo causar grave lesão ou incêndio; e

X – Em ocorrências de crise onde o agressor esteja utilizando substâncias explosivas como instrumento de ameaça, podendo ocorrer à detonação do explosivo pela condutividade elétrica do armamento.

DA AUDITORIA

Art. 21 Qualquer utilização efetiva da Arma de Condutividade Elétrica deve ser justificada em Boletim de Ocorrência da corporação ou quando for caso, em Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia de Soledade, onde também deverão ser explicadas as circunstâncias que levaram ao uso da força.

Art. 22 O responsável pela Administração da Guarda Civil Municipal por determinação do Comandante Geral poderá, a qualquer momento, providenciar o recolhimento de uma ou de todas as Armas de Condutividade Elétrica em operação para realização de auditoria ou manutenção.

Art. 23 Todos os Guardas Cíveis envolvidos na operação, manutenção, inspeção e demais intervenções devem receber capacitação anual e compatível com suas funções, que aborde os riscos a que estão expostos e as medidas de proteção existentes e necessárias, nos termos desta Norma e demais Legislações vigentes.

Art. 24 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Soledade, 26 de julho de 2021.

GERALDO MOURA RAMOS

Prefeito

Publicado por:

João Trigueiro Castelo Branco
Código Identificador:43C771BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 223/2021, DE 28 DE JULHO DE 2021.

O **Secretário de Administração e Planejamento**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Complementar nº 05/2002 e com fulcro no disposto na Lei nº 838/2020, Art. 27 **Resolve:**

Art. 1º Conceder ao servidor **ANTÔNIO SALVIANO DE SOUSA**, matrícula **0166**, ocupante do cargo de **MOTORISTA, FÉRIAS** durante 30 dias, no período de 28/07/2021 a 27/08/2021. Referente ao ano de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se e cumpra-se

Soledade, 28 de Julho de 2021.

JOSÉ ANTONIO CORDEIRO DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Publicado por:

José Antonio Cordeiro de Oliveira
Código Identificador:602056A6

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAUNA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO N.º. 0053/2021

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO N.º. 0053/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

Objeto: EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, VERTICAL E TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL A CARGO PREFEITURA DE UIRAUNA

Vencedores:

- PROVIA PESQUISA DESENVOLVIMENTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA com o valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), vencendo no item: 1, perfazendo o Valor Global de 80.000,00 (Oitenta Mil Reais).

Após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a Lei, HOMOLOGO, nos termos da Lei 10.520/2002, em consequência, fica convocado os licitantes vencedor(es) para a assinatura do termo de contrato, nos termos do art. 64, *caput*, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeito Constitucional

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Uirauna

PREGÃO 0053/2021

Nº. CONTRATO 00196/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Uirauna

Contratado: PROVIA PESQUISA DESENVOLVIMENTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Objeto: EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, VERTICAL E TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL A CARGO PREFEITURA DE UIRAÚNA

Valor: R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais)

Data do Contrato: 21 de Julho de 2021

Vigência: 21/07/2022

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeita Constitucional

Publicado por:

Isabel Fernandes Lima

Código Identificador:0BFBC2A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO 2º TERMO ADITIVO PP 0001/2021 REALINHAMENTO DE PREÇO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO REALINHAMENTO DE PREÇO DE COMBUSTÍVEL PREGÃO PRESENCIAL 0001/2021

Nº. CONTRATO 000010/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de UIRAÚNA

Contratado: ALZIRO ZARU ROBERTO LIRA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS DE COMBUSTÍVEL, DESTINADOS A TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAÚNA – PB.

REALINHAMENTO DE PREÇO.

ITEM 4 Gasolina 6,16

ITEM 5 Diesel s500 4,70

ITEM 11 Diesel s10 4,78

Fundamentação legal/; Art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/93.

Uiraúna-PB, 28 de julho de 2021

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeita Constitucional

Publicado por:

Isabel Fernandes Lima

Código Identificador:2257F023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO REALINHAMENTO DE PREÇO DE COMBUSTÍVEL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO REALINHAMENTO DE PREÇO DE COMBUSTÍVEL PREGÃO PRESENCIAL 0016/2021

Nº. CONTRATO 000077/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de UIRAÚNA

Contratado: ALZIRO ZARU ROBERTO LIRA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS DE COMBUSTÍVEL, DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UIRAÚNA – PB.

REALINHAMENTO DE PREÇO.

ITEM 4 Gasolina 6,16

ITEM 5 Diesel s500 4,70

ITEM 11 Diesel s10 4,78

Fundamentação legal/; Art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/93.

Uiraúna-PB, 28 de julho de 2021

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeita Constitucional

Publicado por:

Isabel Fernandes Lima

Código Identificador:B751EE77

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO N.º. 0043/2021

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO N.º. 0043/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para fornecimento de Conjunto de Montagem Educacional com Recursos Tecnológicos e Conteúdos de Aprendizagem, para atender aos Alunos da Educação Básica (Pré-Escola; Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais) da Rede Municipal de Ensino

Vencedores:

- POSITIVO TECNOLOGIA S.A. com o valor de R\$ 1.010.599,10 (Um Milhão, Dez Mil, Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Dez Centavos), vencendo nos seguintes itens: 1, 2;

- SISTTECH TECNOLOGIA EDUCACIONAL COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS S/A com o valor de R\$ 1.230.000,00 (Um Milhão e Duzentos e Trinta Mil Reais), vencendo no item: 3;

Perfazendo o Valor Global de 2.240.599,10 (Dois Milhões, Duzentos e Quarenta Mil, Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Dez Centavos). Após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a Lei, HOMOLOGO em 07/07/2021, nos termos da Lei 10.520/2002, em consequência, fica convocado no prazo até 05 (CINCO), contados desta publicação, os licitantes vencedor(es) para a assinatura do termo de contrato, nos termos do art. 64, *caput*, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Isabel Fernandes Lima

Código Identificador:C5704134

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CAAPORÁ

LICITAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00016/2021

Aos 28 dias do mês de Julho de 2021, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Caaporá, Estado da Paraíba, localizada na Rua Salomão Veloso - Centro - Caaporá - PB, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002; Decreto Municipal nº 106, de 09 de Abril de 2019; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e,

ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00015/2021 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; resolve registrar o preço nos seguintes termos: Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÁ - CNPJ nº 08.865.644/0001-54.

| VENCEDOR: IN-DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS, MEDICOS E HOSPITALARES LTDA | | | | | | |
|---|--|-------------------------|-------|--------|---------|-----------|
| CNPJ: 07.788.510/0001-14 | | | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UNID. | QUANT. | P.UNIT. | P.TOTAL |
| 1 | Bandeja 10cmX20cm | Fami / Fami | UND | 40 | 26,20 | 1.048,00 |
| 2 | Bandeja 15cm X 20cm | Fami / Fami | UND | 40 | 32,50 | 1.300,00 |
| 3 | Brunidor para amálgama | Cooperflex / Cooperflex | UND | 36 | 8,50 | 306,00 |
| 4 | Cabo para espelho bucal | Cooperflex / Cooperflex | UND | 150 | 4,20 | 630,00 |
| 5 | Calçador para amálgama nº1 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 40 | 8,50 | 340,00 |
| 6 | Calçador para amálgama nº2 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 40 | 8,50 | 340,00 |
| 8 | Espátula de inserção de resina 1/2 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 120 | 18,00 | 2.160,00 |
| 9 | Espátula de inserção de resina 2 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 120 | 18,00 | 2.160,00 |
| 10 | Espátula de inserção de resina 3 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 120 | 18,00 | 2.160,00 |
| 11 | Espátula Hølembeck S | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 8,50 | 425,00 |
| 12 | Espátula nº 17 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 11,00 | 550,00 |
| 13 | Espátula nº 22 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 11,00 | 550,00 |
| 14 | Espátula nº 35 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 11,00 | 550,00 |
| 15 | Espátula nº 36 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 11,00 | 550,00 |
| 16 | Espátula nº 40 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 11,00 | 550,00 |
| 17 | Espátula nº 7 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 11,00 | 550,00 |
| 18 | Espátula nº31 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 11,00 | 550,00 |
| 19 | Espelho bucal | Mirage / Barash | UND | 200 | 7,30 | 1.460,00 |
| 20 | Fórceps odontológico infantil nº 17 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 21 | Fórceps odontológico infantil nº150 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 22 | Fórceps odontológico infantil nº 2 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 23 | Fórceps odontológico infantil nº1 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 24 | Fórceps odontológico infantil nº 69 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 25 | Fórceps odontológico nº 1 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 26 | Fórceps odontológico nº 150 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 27 | Fórceps odontológico nº 151 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 28 | Fórceps odontológico nº 16 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 29 | Fórceps odontológico nº 17 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 30 | Fórceps odontológico nº 18L | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 31 | Fórceps odontológico nº 18R | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 32 | Fórceps odontológico nº 65 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 33 | Fórceps odontológico nº 69 | Golgran / Golgran | UND | 40 | 107,00 | 4.280,00 |
| 34 | CURETA MC CAL 19/20 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 40 | 12,00 | 480,00 |
| 35 | CURETA MC CAL 17/18 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 40 | 12,00 | 480,00 |
| 36 | Kit alavancas cirúrgicas INFANTIL | Cooperflex / Cooperflex | UND | 60 | 90,00 | 5.400,00 |
| 37 | Kit alavancas cirúrgicas ADULTO | Cooperflex / Cooperflex | UND | 60 | 90,00 | 5.400,00 |
| 38 | CURETA MC CAL 13/14 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 12,00 | 600,00 |
| 39 | CURETA MC CAL 11/12 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 12,00 | 600,00 |
| 40 | Cureta gracey 5/6 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 12,00 | 600,00 |
| 41 | Cureta gracey 7/8 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 12,00 | 600,00 |
| 42 | Cureta gracey 9/10 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 12,00 | 600,00 |
| 43 | Cureta gracey 11/12 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 12,00 | 600,00 |
| 44 | Cureta gracey 13/14 | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 12,00 | 600,00 |
| 45 | Lamparina a álcool | Mac / Mac | UND | 10 | 38,00 | 380,00 |
| 46 | Pinça clínica | Cooperflex / Cooperflex | UND | 150 | 12,00 | 1.800,00 |
| 47 | Pinça hemostática | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 28,00 | 1.400,00 |
| 48 | Pinça Porta Agulha | Cooperflex / Cooperflex | UND | 50 | 89,00 | 4.450,00 |
| 49 | Placa de vidro 10cm X15cm | Preven / Preven | UND | 24 | 15,00 | 360,00 |
| 50 | Sonda exploradora | Cooperflex / Cooperflex | UND | 120 | 8,50 | 1.020,00 |
| 51 | Sonda exploradora periodontal | Cooperflex / Cooperflex | UND | 120 | 8,50 | 1.020,00 |
| 52 | Tesoura curva | Cooperflex / Cooperflex | UND | 40 | 19,00 | 760,00 |
| 53 | Tesoura reta | Cooperflex / Cooperflex | UND | 40 | 19,00 | 760,00 |
| 54 | BROCA GATES Nº 1 | Mani / Wilcos | UND | 30 | 17,00 | 510,00 |
| 55 | BROCA GATES Nº 2 | Mani / Wilcos | UND | 30 | 17,00 | 510,00 |
| 56 | BROCA GATES Nº 3 | Mani / Wilcos | UND | 30 | 17,00 | 510,00 |
| 57 | BROCA GATES Nº 4 | Mani / Wilcos | UND | 30 | 17,00 | 510,00 |
| 58 | Broca largo nº 1 | Mani / Wilcos | UND | 30 | 17,00 | 510,00 |
| 59 | Broca largo nº2 | Mani / Wilcos | UND | 30 | 17,00 | 510,00 |
| 60 | Broca largo nº3 | Mani / Wilcos | UND | 30 | 17,00 | 510,00 |
| 61 | Broca largo nº 4 | Mani / Wilcos | UND | 30 | 17,00 | 510,00 |
| 63 | Cx Ponta de papel absorvente odontológico 1ª série | Tanari / Tanariman | CX | 60 | 29,00 | 1.740,00 |
| 64 | Cx Ponta de papel absorvente odontológico 2ª série | Tanari / Tanariman | CX | 60 | 29,00 | 1.740,00 |
| 65 | Cx Ponta de guta-percha 1ª série | Tanari / Tanariman | CX | 60 | 35,00 | 2.100,00 |
| 66 | Cx Ponta de guta-percha 2ª série | Tanari / Tanariman | CX | 60 | 35,00 | 2.100,00 |
| 67 | Cx lima endodôntica k-file 1ªsérie | Sybron Endo / Kavo | CX | 60 | 29,00 | 1.740,00 |
| 68 | Cx lima endodôntica k-file 2ªsérie | Sybron Endo / Kavo | CX | 60 | 29,00 | 1.740,00 |
| 69 | Cx lima endodôntica hedstron 1ªsérie | Sybron Endo / Kavo | CX | 60 | 29,00 | 1.740,00 |
| 70 | Cx lima endodôntica hedstron 2ªsérie | Sybron Endo / Kavo | CX | 60 | 29,00 | 1.740,00 |
| 71 | Cx lima endodôntica protaper | Maillefer / Dentsply | CX | 60 | 330,00 | 19.800,00 |
| 72 | Cx espaçador endodôntico | Maillefer / Dentsply | CX | 60 | 204,00 | 12.240,00 |
| 73 | Solução de Milton 1% 1 LITRO | Asfer / Asfer | LITRO | 40 | 7,00 | 280,00 |
| 74 | Soda clorada litro | Asfer / Asfer | LITRO | 40 | 9,00 | 360,00 |
| 75 | Paramono clorofenol canforado Frasco de 20 ML | Maquira / Maquira | UND | 40 | 6,70 | 268,00 |
| 76 | Cx Callen | Calen / SS White | CX | 40 | 81,00 | 3.240,00 |
| 77 | Cx Callen-PMCC | Calen PMCC / SS White | CX | 40 | 81,00 | 3.240,00 |
| 79 | Cx Kit condensador de Paiva | Cooperflex / Cooperflex | CX | 30 | 34,00 | 1.020,00 |
| 80 | Cimento Endodôntico (SIALER) cx | Sealer 26 / Dentsply | CX | 40 | 118,00 | 4.720,00 |
| 81 | Cânula de aspiração endodôntica | Cooperflex / Cooperflex | UND | 30 | 19,00 | 570,00 |
| 83 | Revelador 500 ml | Soinvie / Prodak | UND | 40 | 13,00 | 520,00 |
| 84 | Fixador 500 ml | Soinvie / Prodak | UND | 40 | 13,00 | 520,00 |

| | | | | | | |
|-----|---|-------------------------------|-------|------|--------|-----------|
| 85 | Câmara escura portátil | VH / Essence Dental | UND | 30 | 314,00 | 9.420,00 |
| 87 | Cera 7 cx | Lysanda / Lysanda | CX | 40 | 28,00 | 1.120,00 |
| 89 | ÁCIDO FOSFÓRICO 37%. Pacote com 03 unidades cada | Ataque Gel / Biodinamica | PCT | 250 | 4,80 | 1.200,00 |
| 90 | ADESIVO DENTÁRIO (DE) | Master Bond DE / Biodinamica | UND | 240 | 16,00 | 3.840,00 |
| 91 | AGULHA GENGIVAL CURTA 30G CX.C/100 | Dencojet / DFL | CX | 180 | 45,50 | 8.190,00 |
| 92 | AGULHA GENGIVAL LONGA 27G CX.C/100 | Dencojet / DFL | CX | 40 | 41,50 | 1.660,00 |
| 93 | ALGODÃO ROLO | Farol / SJE | ROLO | 200 | 21,00 | 4.200,00 |
| 95 | ALGINATO PARA IMPRESSÃO | Ezact Kromm / Vigodent | UND | 100 | 22,00 | 2.200,00 |
| 96 | ANESTÉSICO BUCAL COM VASO LIDOCAÍNA CX.C/50 TUBETES – LIDOCAÍNA | Lidostesin / DLA | CX | 290 | 94,00 | 27.260,00 |
| 97 | ANESTÉSICO BUCAL COM VASO MEPIVACAÍNA CX.C/50 TUBETES – MEPIVACAÍNA | Mepivalem AD / DLA | CX | 220 | 141,00 | 31.020,00 |
| 98 | ANESTÉSICO SEM VASO CX.C/50 TUBETES | Mepivalem SV / DLA | CX | 100 | 141,00 | 14.100,00 |
| 99 | ANESTÉSICO TÓPICO | Benzotop / DFL | UND | 220 | 7,80 | 1.716,00 |
| 100 | AVEOLEX | Alveolex / Biodinamica | UND | 150 | 29,50 | 4.425,00 |
| 101 | BABADOR ODONTOLÓGICO | Hospflex / Hospflex | CX | 200 | 19,00 | 3.800,00 |
| 102 | Broca cirúrgica nº 06 | Kavo / Kavo | CX | 120 | 11,00 | 1.320,00 |
| 103 | BROCA DIAMANTADA Nº 1011 CX.C/10 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 104 | BROCA DIAMANTADA Nº 1012 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 105 | BROCA DIAMANTADA Nº 1013 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 106 | BROCA DIAMANTADA Nº 1014 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 107 | BROCA DIAMANTADA Nº 1015 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 108 | BROCA DIAMANTADA Nº 1016 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 109 | BROCA DIAMANTADA Nº 1033 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 110 | BROCA DIAMANTADA Nº 1034 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 111 | BROCA DIAMANTADA Nº 1035 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 112 | BROCA DIAMANTADA Nº 1092 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 113 | BROCA DIAMANTADA Nº 2135 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 114 | BROCA DIAMANTADA Nº 3118 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 115 | BROCA DIAMANTADA Nº 3195 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 116 | BROCA DIAMANTADA Nº 4138 | Champion / 3R | CX | 120 | 25,00 | 3.000,00 |
| 117 | BROCA CARBIDE Ca 4 – 22Mm | Kavo / Kavo | UND | 120 | 5,00 | 600,00 |
| 118 | CAIXA DE PERFURO CORTANTE 13LITROS (DESCARTEX) | Flexpell / Flexpell | UND | 280 | 7,50 | 2.100,00 |
| 120 | CIMENTO DE HIDROXIDO DE CÁLCIO | Hydcal / Maquira | UND | 160 | 24,80 | 3.968,00 |
| 121 | CIMENTO ENDODONTICO | Fill Canal / Maquira | UND | 75 | 31,00 | 2.325,00 |
| 122 | CUNHA INTERPROXIMAL DE MADEIRA CX.C/50 | Iodontosul / Souza e Leonardi | CX | 120 | 13,00 | 1.560,00 |
| 123 | DETERGENTE ENZIMÁTICO 1 LITRO | Riozyme / Rioquímica | LITRO | 110 | 39,50 | 4.345,00 |
| 124 | ESCOVA DE ROBSON | Preven / Preven | UND | 1080 | 2,30 | 2.484,00 |
| 125 | EUGENOL | Maquira / Maquira | UND | 150 | 13,00 | 1.950,00 |
| 126 | EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA | Eviplac / Biodinamica | UND | 150 | 8,00 | 1.200,00 |
| 127 | FIO DE SEDA Nº 3.0 C/ AGULHA CX.C/50 | Technofio / Technofio | CX | 150 | 48,00 | 7.200,00 |
| 128 | Fio dental 500m | Medfio / Medfio | UND | 110 | 15,65 | 1.721,50 |
| 129 | FITA MATRIZ DE AÇO Nº 5mm | Preven / Preven | UND | 220 | 1,80 | 396,00 |
| 130 | FITA MATRIZ DE AÇO Nº 7mm | Preven / Preven | UND | 220 | 2,10 | 462,00 |
| 131 | FIXADOR | Soinvie / Prodak | UND | 75 | 13,00 | 975,00 |
| 132 | FLUOR GEL 200ml | DFL / DFL | UND | 360 | 7,50 | 2.700,00 |
| 133 | FLUOR SOLUÇÃO PARA BUCHECHO | Fluorsul 500ml / Iodontosul | UND | 300 | 11,00 | 3.300,00 |
| 135 | GLUTARALDEÍDO 2% – 1 LITRO | Glutaron / Rioquímica | LITRO | 180 | 30,00 | 5.400,00 |
| 136 | HEMOSPOM | Hemospon / Maquira | CX | 144 | 62,00 | 8.928,00 |
| 137 | HEMOSTOP | Hemoliq / Maquira | UND | 144 | 18,00 | 2.592,00 |
| 138 | HIDROXIDO DE CÁLCIO 10g (P A) | Maquira / Maquira | UND | 150 | 5,20 | 780,00 |
| 139 | IONÔMERO DE VIDRO F | Vidron F / SS White | UND | 180 | 93,00 | 16.740,00 |
| 140 | IONÔMERO DE VIDRO R | Maxxon R / Dentscare FGM | UND | 180 | 22,00 | 3.960,00 |
| 141 | Kit DE HIGIENE ORAL ADULTO | Dental K / C Kovacs | UND | 7000 | 5,00 | 35.000,00 |
| 142 | KIT DE HIGIENE ORAL INFANTIL | Dental K / C Kovacs | UND | 7000 | 4,90 | 34.300,00 |
| 143 | LAMINA DE BISTURI Nº15 CX.C/100 | Solidor / Labor Import | CX | 140 | 59,00 | 8.260,00 |
| 144 | LIGA DE AMALGAMA EM CAPSULA 1 PORÇÃO | GS 80T / SDI | UND | 3000 | 2,80 | 8.400,00 |
| 145 | LIGA DE AMALGOMA EM CAPSULA 2 PORÇÕES | GS 80 / SDI | UND | 2000 | 5,40 | 10.800,00 |
| 146 | MICROBRUCH CX.C/100 | Cavibrush / Dentscare FGM | CX | 150 | 11,00 | 1.650,00 |
| 147 | MOLDEIRA DESCARTÁVEL DUPLA CX.C/50 | Biodinamica / Biodinamica | CX | 120 | 32,00 | 3.840,00 |
| 148 | ÓLEO LUBRIFICANTE DE ALTA ROTAÇÃO SPRAY EMBALAGEM COM 200 ML | Maquira / Maquira | UND | 120 | 21,00 | 2.520,00 |
| 149 | OTOSPORIM GOTAS | Otosporin / FQM | UND | 150 | 17,85 | 2.677,50 |
| 150 | OXIDO DE ZINCO P A | Maquira / Maquira | UND | 150 | 4,65 | 697,50 |
| 151 | PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO | Maquira / Maquira | PCT | 150 | 2,10 | 315,00 |
| 152 | PASTA PROFILÁTICA ODONTOLÓGICA | Maquira / Maquira | UND | 150 | 5,20 | 780,00 |
| 153 | PEDRA PARA AFIAR INSTRUMENTAL | Jon / Jon | UND | 12 | 38,70 | 464,40 |
| 154 | PEDRA POMES | Maquira / Maquira | UND | 150 | 4,45 | 667,50 |
| 155 | PELÍCULA DE RAO X PERIAPICAL 3X4mm CX.C/100 | Agfa / Kulzer | UND | 60 | 193,00 | 11.580,00 |
| 156 | PINO INTRARRADICULAR DE FIBRA DE VIDRO Nº01 | Maquira / Maquira | UND | 72 | 42,70 | 3.074,40 |
| 157 | PINO INTRARRADICULAR DE FIBRA DE VIDRO Nº02 | Maquira / Maquira | UND | 72 | 42,70 | 3.074,40 |
| 158 | PINO INTRARRADICULAR DE FIBRA DE VIDRO Nº03 | Maquira / Maquira | UND | 72 | 42,70 | 3.074,40 |
| 159 | PINO INTRARRADICULAR DE METAL Nº01 | Reforpost / Angelus | UND | 72 | 52,70 | 3.794,40 |
| 160 | PINO INTRARRADICULAR DE METAL Nº02 | Reforpost / Angelus | UND | 72 | 52,70 | 3.794,40 |
| 161 | PINO INTRARRADICULAR DE METAL Nº03 | Reforpost / Angelus | UND | 72 | 52,70 | 3.794,40 |
| 162 | PONTEIRAS PARA UNTRASSOM GNATUS | Holdent / Holdent | UND | 40 | 58,50 | 2.340,00 |
| 164 | PORTA AMALGAMA | Maquira / Maquira | UND | 40 | 13,90 | 556,00 |
| 165 | PORTA MATRIZ | Cooperflex / Cooperflex | UND | 100 | 30,20 | 3.020,00 |
| 166 | POTE DAPPEN | Preven / Preven | UND | 100 | 4,45 | 445,00 |
| 167 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTINA A1 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |
| 168 | RESINA ALTOPOLIMERIZÁVEL 62 | Dencor / Classico | UND | 80 | 40,00 | 3.200,00 |
| 169 | RESINA ALTOPOLIMERIZÁVEL 64 | Dencor / Classico | UND | 80 | 40,00 | 3.200,00 |
| 170 | RESINA ALTOPOLIMERIZÁVEL 66 | Dencor / Classico | UND | 80 | 40,00 | 3.200,00 |
| 171 | RESINA FLOW | Master Flow / Biodinamica | UND | 80 | 17,10 | 1.368,00 |
| 172 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTINA A2 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |
| 173 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTINA A3 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |
| 174 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTINA A3,5 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |
| 175 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTINA C2 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |
| 176 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA ESMALTE B2 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |

| | | | | | | |
|--------------|--|-------------------------|---------|-----|--------|-------------------|
| 177 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA ESMALTE C3 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |
| 178 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA ESMALTE A1 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |
| 179 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA ESMALTE A2 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |
| 180 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA ESMALTE A3 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |
| 181 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA ESMALTE A3,5 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |
| 182 | RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA ESMALTE C2 | Llis / Dentscare FGM | UND | 80 | 14,70 | 1.176,00 |
| 183 | REVELADOR | Soinvie / Prodak | UND | 80 | 13,00 | 1.040,00 |
| 184 | ROLETE DENTAL ALGODÃO | Soft Plus / Orlando ME | PCT | 800 | 2,50 | 2.000,00 |
| 185 | SELANTE RISINOSO DE FISSURAS | Max Seal / Maquira | UND | 140 | 21,60 | 3.024,00 |
| 186 | SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL PAC.C/40 | Monoart / Boma | PCT | 430 | 5,55 | 2.386,50 |
| 187 | TAÇA DE BORRACHA | Preven / Preven | UND | 216 | 1,60 | 345,60 |
| 189 | TESTE BIOLÓGICOS PARA AUTO CLAVE CX.C/10 | Maquira / Maquira | CX | 240 | 35,30 | 8.472,00 |
| 190 | TIRAS DE LIXA DE AÇO 4mm | Preven / Preven | CX | 144 | 8,30 | 1.195,20 |
| 191 | TIRAS DE LIXA DE POLIESTER | Preven / Preven | CX | 144 | 9,40 | 1.353,60 |
| 192 | TIRAS DE POLIESTER | Preven / Preven | CX | 144 | 2,70 | 388,80 |
| 193 | TRICRESOL | Maquira / Maquira | UND | 144 | 5,00 | 720,00 |
| 194 | Resina termopolimerizável incolor | Vipi / Vipi | KG | 8 | 173,00 | 1.384,00 |
| 195 | Resina termopolimerizável Rosa médio | Vipi / Vipi | KG | 8 | 160,00 | 1.280,00 |
| 196 | Líquido termopolimerizável | Vipi / Vipi | LITRO | 8 | 150,00 | 1.200,00 |
| 197 | Isolante | Cel Lac 95ml / SS White | LITRO | 8 | 16,00 | 128,00 |
| 198 | Caixas de cera "7" | Lysanda / Lysanda | CX | 30 | 34,80 | 1.044,00 |
| 199 | Caixas de cera "utilidades" | Lysanda / Lysanda | CX | 30 | 34,80 | 1.044,00 |
| 201 | Resina autopolimerizável para concertos. Incolor . Embalagem de 500ml cada | TDV / TDV | GARRAFA | 8 | 84,00 | 672,00 |
| 202 | Líquido autopolimerizável para concertos. Embalagem de 500ml cada | TDV / TDV | GARRAFA | 8 | 84,00 | 672,00 |
| 204 | Pedra phones,para polimento. | Maquira / Maquira | KG | 9 | 4,40 | 39,60 |
| 205 | 264 C/32 L SUPERIOR NA COR 66 | Pop / Vipi | PLACAS | 36 | 5,25 | 189,00 |
| 206 | 264 C/32 L INFERIOR NA COR 66 | Pop / Vipi | PLACAS | 36 | 5,25 | 189,00 |
| 207 | A25 C/32 L SUPERIOR NA COR 66 | Pop / Vipi | PLACAS | 36 | 5,25 | 189,00 |
| 208 | A25 C/32 L INFERIOR NA COR 66 | Pop / Vipi | PLACAS | 36 | 5,25 | 189,00 |
| 209 | 2p c/32 L SUPERIOR NA COR 66 | Pop / Vipi | PLACAS | 36 | 5,25 | 189,00 |
| 210 | 2p c/32 L INFERIOR NA COR 66 | Pop / Vipi | PLACAS | 36 | 5,25 | 189,00 |
| 211 | 266 C/ 34 L SUPERIOR NA COR 66 | Pop / Vipi | PLACAS | 36 | 5,25 | 189,00 |
| 212 | 266 C/ 34 L INFERIOR NA COR 66 | Pop / Vipi | PLACAS | 36 | 5,25 | 189,00 |
| 213 | 263 C/ 32 M SUPERIOR NA COR 66 | Pop / Vipi | PLACAS | 36 | 5,25 | 189,00 |
| 214 | 263 C/ 32 M INFERIOR NA COR 66 | Pop / Vipi | PLACAS | 36 | 5,25 | 189,00 |
| TOTAL | | | | | | 606.943,10 |

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Caaporã firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00015/2021, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Caaporã, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00015/2021, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00015/2021 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

EMPRESA: IN-DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 07.788.510/0001-14.

ITEM(S): 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 45 - 46 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 63 - 64 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 79 - 80 - 81 - 83 - 84 - 85 - 87 - 89 - 90 - 91 - 92 - 93 - 95 - 96 - 97 - 98 - 99 - 100 - 101 - 102 - 103 - 104 - 105 - 106 - 107 - 108 - 109 - 110 - 111 - 112 - 113 - 114 - 115 - 116 - 117 - 118 - 120 - 121 - 122 - 123 - 124 - 125 - 126 - 127 - 128 - 129 - 130 - 131 - 132 - 133 - 135 - 136 - 137 - 138 - 139 - 140 - 141 - 142 - 143 - 144 - 145 - 146 - 147 - 148 - 149 - 150 - 151 - 152 - 153 - 154 - 155 - 156 - 157 - 158 - 159 - 160 - 161 - 162 - 164 - 165 - 166 - 167 - 168 - 169 - 170 - 171 - 172 - 173 - 174 - 175 - 176 - 177 - 178 - 179 - 180 - 181 - 182 - 183 - 184 - 185 - 186 - 187 - 189 - 190 - 191 - 192 - 193 - 194 - 195 - 196 - 197 - 198 - 199 - 201 - 202 - 204 - 205 - 206 - 207 - 208 - 209 - 210 - 211 - 212 - 213 - 214.

VALOR: R\$ 606.943,10.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Caaporã.

Caaporã - PB, 28 de Julho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador: 18B39FE2

LICITAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00017/2021

Aos 28 dias do mês de Julho de 2021, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Caaporã, Estado da Paraíba, localizada na Rua Salomão Veloso - Centro - Caaporã - PB, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei

Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002; Decreto Municipal nº 106, de 09 de Abril de 2019; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00031/2021 que objetiva o registro de preços para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE CARGA DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO PARA ATENDER AO SAMU E HOSPITAL ANA VIRGINIA; resolve registrar o preço nos seguintes termos: Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÁ - CNPJ nº 08.865.644/0001-54.

| VENCEDOR: ALEXSANDRO SANTOS DA SILVA | | | | | | |
|--------------------------------------|--|--------------|-----------|--------|--------|-------------------|
| CNPJ: 05.329.135/0001-19 | | | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UNID. | QUANT. | PUNIT. | P.TOTAL |
| 1 | CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL PPU DE 1M³ – COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO. | SOS OXIGÊNIO | CILINDROS | 39 | 150,00 | 5.850,00 |
| 2 | CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL PADRÃO SAMU DE 4M³ – COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO. | SOS OXIGÊNIO | CILINDROS | 18 | 170,00 | 3.060,00 |
| 3 | CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL DE 7M³ – COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO. | SOS OXIGÊNIO | CILINDROS | 500 | 189,00 | 94.500,00 |
| 4 | AR MEDICINAL COMPRIMIDO COM CAPACIDADE DE 10M³ | SOS OXIGÊNIO | CILINDROS | 30 | 300,00 | 9.000,00 |
| TOTAL | | | | | | 112.410,00 |

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Caaporá firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00031/2021, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Caaporá, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00031/2021, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00031/2021 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

EMPRESA: ALEXSANDRO SANTOS DA SILVA.

CNPJ: 05.329.135/0001-19.

ITEM(S): 1 - 2 - 3 - 4.

VALOR: R\$ 112.410,00.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Caaporá.

Caaporá - PB, 28 de Julho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:03EB0762

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/PB

EDITAL Nº 01/2021

SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/PB

O MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/PB, representado pelo Prefeito Constitucional, em uso de suas atribuições e competências legais, por meio da Secretaria de Administração, torna pública e estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Público destinado a selecionar candidato(a)(s) para a contratação temporária de 192 (cento e noventa e dois) profissionais e cadastro reserva, conforme especificado neste Edital e seus respectivos Anexos, com fulcro na Lei nº 478/2021, do Município de Água Branca/PB e demais normas aplicadas à espécie. 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. 1.1. O Processo Seletivo Público será regido por este Edital, por seus anexos, avisos, atos complementares e eventuais retificações, sendo a execução de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração. 1.2. O Processo Seletivo Público de que trata este Edital visa a contratação temporária de 192 (cento e noventa e dois) profissionais e formação de cadastro reserva, conforme especificado no mesmo e seus respectivos Anexos. 1.3. **O Processo Seletivo Público de que trata este Edital será de análise curricular do(a)(s) candidato(a)(s), através da avaliação de título(s) e de experiência(s) profissional(is), composto em etapa única, todos classificatórios e eliminatórios, consoante disposto nos Anexos do presente instrumento,** haja vista a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, da Organização Mundial da Saúde – OMS, de 30 de janeiro de 2020, em decorrência do novo coronavírus (sars-cov-2), causador da doença COVID-19; da Portaria n.º 188/GM/MS, do Ministério da Saúde – MS, de 03 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo COVID-19; da Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de

2019; da Declaração de Pandemia, da Organização Mundial da Saúde – OMS, de 11 de março de 2020, em decorrência do novo coronavírus (sars-cov-2), causador da doença COVID-19; dos reiterados decretos do Estado da Paraíba, em especial o Decreto n.º 40.304, do Estado da Paraíba, de 12 de junho de 2020, que dispõe a adoção do PLANO NOVO NORMAL PARAÍBA, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Administração Pública direta e indireta, bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual; considerando que, a cada dia, têm se confirmado novos casos de pessoas contaminadas com o COVID-19 em todo o território nacional, assim como no Estado da Paraíba e que, nos últimos dias, os números são os mais elevados desde o início da Pandemia, comprometendo substancialmente a capacidade de resposta de todo o poder público; e considerando que esse evento histórico, nunca visto na história recente, está sendo observado em outros países e que a investigação local demanda uma resposta à frente do contágio e de ações coordenadas preventivas e contundentes, bem como que em todos os estudos há um consenso que medidas de afastamento social precoce é a melhor alternativa para contenção da disseminação do COVID-19. 1.4. Este Processo Seletivo Público terá validade de 1 (ano) ano a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração pública. 1.5. **Toda menção a horário, neste Edital, terá como referência o horário oficial da cidade de Brasília/DF (UTC -3: Distrito Federal) e, eventualmente, em caso de afixação de horário de verão, o que for estabelecido para Região Nordeste; menções à publicações, serão por meio do Jornal Oficial do Município de Água Branca/PB, publicado diariamente no Mural na Sede da Prefeitura em cotejo e no sítio eletrônico da referida municipalidade, qual seja: “<https://aguabranca.pb.gov.br/>”; e menções à Prefeitura de Água Branca/PB e/ou Secretaria de Administração, estar-se-á se referindo à sede do referido Ente situado à Rua Sargento Florentino Leite, s/n, Centro, Água Branca/PB, CEP: 58.748-000, com horário de funcionamento de 8h as 12h, nos dias úteis.** 1.6. **O Edital completo deste Processo Seletivo poderá ser retirado pelo(a)s candidato(a)s, por download do arquivo em formato “PDF.”, no sítio eletrônico do Município de Água Branca/PB, bem como no Diário Oficial dos Municípios da Paraíba, disponibilizado no sítio eletrônico “<http://www.diariomunicipal.com.br/famup/>”.** 2. DOS REQUISITOS DE ESCOLARIDADE, JORNADA DE TRABALHO, ATRIBUIÇÕES E REMUNERAÇÃO. 2.1. A(s) escolaridade(s) mínima(s) exigida(s) para a(s) contratação(ões) temporária(s) está(ão) discriminada(s) nos Anexos deste Edital. 2.2. A comprovação da(s) escolaridade(s) mínima(s) exigida(s) será(ão) feita(s) por meio de certificado(s) de conclusão(ões) ou diploma(s) devidamente registrado(s) e legalmente reconhecido(s), expedido(s) por instituição(ões) de ensino credenciada(s) no MEC ou órgão(s) competente(s), conforme Anexos deste Edital. 2.3. Caso o(a)s candidato(a)s não esteja(m) de posse do(s) certificado(s) ou diploma(s), este(s) documento(s) poderá(ão) ser substituído(s) por certidão(ões)/declaração(ões) de conclusão(ões) de curso(s), acompanhada(s) de histórico(s) escolar(es), emitida por instituição(ões) de ensino credenciada(s) no MEC ou órgão(s) competente(s). 2.4. O(A)(S) candidato(a)s admitido(a)s estará(ão) subordinado(a)s ao Regime Jurídico de Contrato Administrativo disciplinado na Lei nº 478/2021, do Município de Água Branca/PB e demais normas aplicadas à espécie, vinculando-se ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS. 2.5. No(s) exercício(s) da(s) função(ões), o(a)s contratado(a)s poderá(ão) ser transferido(a)s para desenvolver sua(s) atividade(s) em qualquer setor ou Secretaria do Município de Água Branca/PB. 3. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PCD. 3.1. Este Processo Seletivo Público oferta vagas para contratação(ões) temporária(s) de pessoa(s) com deficiência(s), conforme Anexos deste Edital. 3.2. Durante o prazo de validade deste Processo Seletivo Público, 10% (dez por cento) das vagas ofertadas serão providas na forma do Art. 37, VIII, da Constituição Federal – CF/88, do Decreto Federal nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004, nos termos da Súmula 377, do Superior Tribunal de Justiça – STJ, e das Leis Federais nº 12.764/2012 e 13.146/2015, salvo observância a(s) exigência(s) de compatibilidade entre a(s) deficiência(s) e a(s) atribuição(ões) a ser(em) desempenhada(s). 3.2.1. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro anterior. 3.3. O(A)(S) candidato(a)s inscrito(a)s na(s) condição(ões) de pessoa(s) com deficiência(s) participará(ão) deste Processo Seletivo Público em igualdade de condições com o(a)s demais candidatos(as) no que se refere à(s) análise(s) dos critérios exigido(s) para todos(as) os(as) candidatos(as). 3.4. O(A)(S) candidato(a)s inscrito(a)s na(s) condição(ões) de pessoa(s) com deficiência(s), se aprovado(a)s e classificado(a)s neste Processo Seletivo Público, irá(ão) figurar na lista de classificação da ampla concorrência. 3.5. Para cumprimento da reserva estabelecida na legislação vigente, as vagas reservadas serão providas por candidato(a)s com deficiência(s) aprovado(a)s, convocado(a)s e submetido(a)s à(s) perícia(s) médica(s), observada(s) a distribuição(ões) de vaga(s) constante(s) dos Anexos deste Edital e a ordem de classificação do(a)s candidato(a)s nessa concorrência. 3.6. O(A)(S) candidato(a)s aprovado(a)s na(s) condição(ões) de pessoa(s) com deficiência(s) será(ão) convocado(a)s, na forma prevista no presente Edital, conforme necessidade e conveniência do Município de Água Branca/PB, de acordo com a classificação obtida neste Processo Seletivo Público, para avaliação por equipe médica, designada pela Secretaria de Administração, que emitirá parecer conclusivo sobre o enquadramento ou não da sua(s) deficiência(s) à legislação e sobre a compatibilidade da(s) atribuição(ões) da(s) função(ões) com a(s) deficiência(s), observadas: a) a(s) informação(ões) fornecida(s) pelo(a)s candidato(a)s no ato da inscrição; b) a natureza da(s) atribuição(ões) e tarefa(s) essencial(is) da(s) função(ões) vinculada(s); c) a viabilidade da(s) condição(ões) de acessibilidade(s) e de adequação(ões) do(s) ambiente(s) de trabalho necessário(s) à execução(ões) da(s) atribuição(ões); d) a possibilidade de uso, pelo(a)s candidato(a)s, de equipamento(s) ou outro(s) recurso(s) que habitualmente utilize(m); e e) a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) respectiva. 4. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO. 4.1. O(A)(S) candidato(a)s aprovado(a)s e classificado(a)s no Processo Seletivo Público, na forma estabelecida neste Edital, será(ão) admitido(a)s, quando convocado(a)s, se atendidas as seguintes exigências: a) ser brasileiro(a) nato(a), naturalizado(a) ou cidadão(ã) português(a), em condição de igualdade de direitos com os(as) brasileiros(as); no caso de ser português(a), comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do Art. 12, §1º, da CF/88; b) gozar(em) dos direitos políticos; c) estar(em) quite(s) com as obrigações eleitorais; d) estar(em) quite(s) com as obrigações do serviço militar, quando candidato do sexo masculino; e) ter(em) 18 anos completos até a data de admissão; f) ser(em) considerado(a)s apto(a)s - física e mentalmente - no(s) exame(s) admissional(is) a que for(em) submetido(a)s, mediante apresentação de laudo(s) e exame(s) que seja(m) exigido(s) pelo(a)s profissional(is) de saúde responsável(is) pela emissão do ASO – Atestado de Saúde Ocupacional; g) apresentar(em) declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública e não se inserir(em) em incompatibilidade; h) não receber(em) proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal; i) comprovar(em) a escolaridade, capacitação ou aprovação e/ou formação exigida para ingresso na função, nos termos dos Anexos deste Edital; j) não ter(em) sido condenado(a)s a pena privativa de liberdade transitado em julgado ou qualquer outra condenação incompatível com a função pública; k) estar(em) registrado(a)s e com situação regularizada junto ao órgão de conselho de classe correspondente à(s) sua(s) formação(ões) profissional(is), quando for o caso; l) cumprir(em) as determinações deste Edital; 4.2. Os requisitos descritos no “item 4.1” deste Edital deverão ser atendidos cumulativamente e a comprovação do atendimento deverá ser feita na admissão por meio de documentação original, juntamente com fotocópia legível e com o texto na horizontal. 4.3. O(A)(S) candidato(a)s que, na data de admissão, não comprovar(em) os requisitos enumerados no “item 4.1” deste Edital ou que por qualquer motivo não puder(em) comprová-los, será(ão) eliminado(a)s automaticamente do Processo Seletivo Público. 4.4. Antes de efetuar a inscrição, o(a)s candidato(a)s deverá(ão) conhecer o Edital e certificar-se de que preenche(m) todos os requisitos exigidos. 5. DAS INSCRIÇÕES. 5.1. DISPOSIÇÕES GERAIS. 5.1.1. A(s) inscrição(ões) será(ão) efetuada(s) exclusivamente nas formas descritas neste Edital. 5.1.2. A(s) inscrição(ões) do(a)s candidato(a)s implicará(ão) no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá(ão) alegar desconhecimento. 5.1.3. Antes de efetuar a(s) inscrição(ões), o(a)s candidato(a)s deverá(ão) tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus anexos e certificar-se de que preenche(m) todos os requisitos exigidos. 5.1.4. Não haverá(ão), sob qualquer pretexto, inscrição(ões) provisória(s), condicional(is) ou extemporânea(s). 5.1.5. Não será(ão) admitida(s), sob qualquer pretexto, inscrição(ões) feita(s) por fax, via postal, correio eletrônico ou outro(s) meio(s) que não os estabelecidos neste Edital. 5.1.6. O(s) requerimento(s) de inscrição(ões) é(são) pessoal(is) e intransferível(is). 5.1.7. **Não haverá(ão) cobrança(s) de taxa(s) de inscrição(ões) para participar(em) da Seleção Pública**

Simplificada disciplinada neste Edital. 5.1.8. O(A)(S) candidato(a)(s) não poderá(ão) concorrer a mais de uma vaga na presente seleção. 5.1.9. Depois de confirmado e protocolado o(s) requerimento(s) de inscrição(ões), não serão aceitos: a) alteração(ões) na(s) função(ões) indicada(s) pelo(a)(s) candidato(a)(s) no(s) requerimento(s) de inscrição(ões); b) transferência de inscrição(ões) entre pessoas; e c) alteração(ões) da(s) inscrição(ões) do(a)(s) concorrente(s) na(s) condição(ões) de candidato(a)(s) da ampla concorrência para a(s) condição(ões) de pessoa(s) com deficiência(s). 5.1.10. As informações constantes no(s) requerimento(s) de inscrição(ões) é(são) de inteira responsabilidade do(a)(s) candidato(a)(s), eximindo-se a Secretaria de Administração de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço inexato ou incompleto ou algo incorreto referente à vaga pretendida, fornecido(a)(s) pelo(a)(s) candidato(a)(s). 5.1.10.1. Declaração(ões) falsa(s) ou inexata(s) constante(s) do(s) formulário(s) de inscrição(ões) determinará(ão) o(s) cancelamento(s) da(s) inscrição(ões) e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, que eventualmente se amoldem ao caso. 5.2. DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO. 5.2.1. A(s) inscrição(ões) deverá(ão) ser efetuada(s) presencialmente, no auditório da Sede da Prefeitura de Água Branca/PB, situado à Rua Sargento Florentino Leite, s/n, Centro, Água Branca/PB, CEP: 58.748-000, de 27 de julho de 2021 à 27 de agosto de 2021, de segunda à sexta, de 8h às 12h, dias úteis. 5.2.2. Para inscrever-se, o(a)(s) candidato(a)(s) deverá(ão) realizar sua(s) inscrição(ões) conforme os procedimentos estabelecidos a seguir: I) Ler(em) atentamente o Edital disponível no site indicado acima; II) Preencher(em) o requerimento de inscrição fornecido pela Secretaria de Administração, indicando a opção de função para a qual concorrerá, de acordo com os Anexos deste Edital; III) Apresentar(em) cópia dos seguintes documentos: a) carteira de identidade (anverso e verso) e/ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH com a respectiva categoria, se for o caso necessário à vaga pleiteada; b) CPF/MF (anverso e verso), salvo no item anterior; c) laudo(s) médico(s), para o(a)(s) candidato(a)(s) com deficiência(s) que pretenda(m) concorrer à(s) vaga(s) destinada(s) à(s) pessoa(s) com deficiência(s), na forma estabelecida no “item 3”; d) Diploma(s) (anverso e verso), Certidão(ões) ou Declaração(ões) de Conclusão(ões) de Curso(s) de graduação(ões) ou formação(ões), conforme exigido nos Anexos deste Edital. e) Declaração(ões) acompanhado(s) do(s) Histórico(s) Escolar(es) da(s) titulação(ões) declarada(s), para fins de avaliação; f) documento(s) comprobatório(s) de experiência(s) profissional(is), para fins de avaliação; g) comprovante de residência atual (não superior a três meses de emissão); 5.2.2.1. Somente será(ão) aceito(s) como comprobatório(s) de experiência(s) profissional(is) os seguintes documentos: a) carteira(s) de trabalho, com data(s) de admissão(ões) e rescisão(ões). No caso de não ter ocorrido rescisão, deverá ser apresentado o último comprovante de pagamento. Na CTPS deve haver clara referência à função desejada nesta seleção pública; b) contrato(s) de trabalho(s), acompanhado(s) do(s) último(s) comprovante(s) de pagamento(s) ou da(s) rescisão(ões) do(s) contrato(s) de trabalho(s). No(s) contrato(s) de trabalho(s) deve haver clara referência à função desejada nesta seleção pública e ao período de início e término, se for o caso, da vigência contratual; c) declaração(ões) da(s) entidade(s) contratante(s) com clara referência ao período de início e término (quando for o caso) da(s) experiência(s) profissional(is); e d) certidão(ões) de tempo de serviço, para quem possuir experiência no serviço público. 5.2.2.2. Na(s) declaração(ões) da(s) entidade(s) contratante(s) e na(s) Certidão(ões) de Tempo de Serviço, emitidas em papel timbrado pelo Setor de Recursos Humanos ou equivalente, com indicação(ões) dos CNPJs, assinatura(s) e carimbo(s) do(s) responsável(is) pela(s) informação(ões), deverá(ão) haver clara referência à(s) função(ões) desejada(s) nesta seleção pública e ao período de início e término, se for o caso, da(s) experiência(s) profissional(is). 5.2.2.3. O(s) documento(s) deve(m) ser anexado(s) junto ao(s) formulário(s) de inscrição(ões), em arquivo único e identificado com o(s) nome(s) completo do(a)(s) candidato(a)(s). 5.2.2.4. O(s) documento(s) que não estiver(em) legível(is) ou não estiver(em) identificado(s) com o(s) nome(s) completo do(a)(s) candidato(a)(s) não será(ão) considerado(s), para fins de análise e julgamento. 6. DAS AVALIAÇÕES. 6.1. A seleção será realizada conforme os critérios, pontuações, todos constantes nos Anexos III, IV e V deste Edital, mediante avaliação(ões) de título(s) e experiência(s) profissional(is). 6.1.1. A pontuação final na seleção simplificada será de até 100 (cem) pontos, sendo eliminado(a)(s) o(a)(s) candidato(a)(s) que não comprovar(em) os requisitos mínimos para a contratação. 6.1.2. A avaliação da titulação e/ou formação será feita a partir da análise do(s) título(s) do(a)(s) candidato(a)(s) inscrito(s), apresentado(s) em procedimento de inscrição. 6.1.3. Declaração(ões) ou certidão(ões) de conclusão de curso(s) e/ou formação(ões) deverá(ão) ser acompanhada(s) de histórico(s) escolar(es). 6.1.4. O(a)(s) candidato(a)(s) poderá(ão) apresentar exclusivamente 1 (um) título para a função que o(a)(s) mesmo(a)(s) estiver(em) concorrendo. Na possibilidade de mais de um título ser entregue, o recebimento não será recusado, mas será considerado exclusivamente aquele de maior pontuação. 6.1.5. Serão considerados apenas títulos referentes a cursos (especialização *lato sensu*, mestrado e/ou doutorado e/ou formação) já concluídos no momento da inscrição. 6.1.6. Não será(ão) aceito(s) título(s) entregue(s) fora do prazo e sem observância das formas estabelecidas neste Edital. 6.1.7. Será(rão) aceito(s) exclusivamente o(s) título(s) e/ou formação(ões) de área(s) diretamente relacionada(s) com a função. 6.1.8. Não será(ão) pontuado(s) o(s) comprovante(s) de especialização, mestrado e/ou doutorado e/ou formação, no(s) qual(is) conste(m) pendência(s) para a(s) conclusão(ões) do(s) curso(s), incluindo, mas não se limitando a: trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese não entregue; disciplina pendente a ser cursada. 6.1.9. A(s) avaliação(ões) da(s) experiência(s) profissional(is) será(ão) feita(s) a partir da(s) análise(s) do(s) comprovante(s) de experiência(s) profissional(is) em área(s) diretamente relacionada(s) à(s) função(ões) pleiteada(s) pelo(a)(s) candidato(a)(s), apresentado(s) em inscrição(ões). 6.1.10. O(A)(S) candidato(a)(s) que tiver(em) exercido mais de uma função em paralelo e apresentar comprovante de vínculo profissional em mais de uma instituição durante o mesmo período, terá(ão) apenas um dos seus vínculos considerados, para fins de avaliação de experiência profissional. Será considerado aquele vínculo que permitir a pontuação mais favorável ao(a)(s) candidato(a)(s) de acordo com as regras do Edital. 6.1.11. Não serão aceitas atividades de “Monitoria”, “Bolsas”, “Estágio” ou “Estágio Docência”, para efeito de pontuação. 6.1.12. O(s) documento(s) que comprova(em) a(s) experiência(s) profissional(is) deverá(ão) conter, explicitamente, o início e o fim do tempo de serviço profissional, para possibilitar a contagem de tempo, bem como a função ou atividade desenvolvidas pelo(a)(s) candidato(a)(s). Caso contrário, deverá ser apresentada em concomitância uma declaração oficial da Instituição, digitada em papel timbrado, constando o número ou carimbo do CNPJ da mesma, informando a área de atuação, para possibilitar o enquadramento na área profissional pleiteada. 6.1.13. Não será(ão) considerado(a)(s) habilitado(a)(s) o(a)(s) candidato(a)(s) que obtiver(em) nota igual ou inferior à 30 (trinta) pontos, conforme Anexos deste Edital. 6.2. DO DESEMPATE. 6.2.1. Em caso de empate na classificação final, terá preferência, na seguinte ordem, para efeito de classificação: 6.2.1.1. O(A)(S) candidato(a)(s) que tiver(em) maior pontuação no critério análise de experiência profissional. 6.2.1.2. O(A)(S) candidato(a)(s) que tiver(em) maior pontuação na formação continuada, no caso dos cargos de Professor. 6.2.1.3. O(A)(S) candidato(a)(s) que tiver(em) idade igual ou superior a 60 anos, sendo considerada, para esse fim, a data da publicação do Edital e a data de nascimento informada no(s) formulário(s) de inscrição. 6.2.1.4. O(A)(S) candidato(a)(s) que tiver(em) maior pontuação no critério análise de títulos de graduação, especialização, mestrado ou doutorado. 6.2.1.5. O(a)(s) candidato(a)(s) ter(em) exercido função de jurado(a), nos termos do Art. 440, do Código de Processo Penal. 6.2.1.6. O(A)(S) candidato(a)(s) mais idoso(a)(s), considerando o ano, mês e dia da data de nascimento informados no momento da(s) inscrição(ões) através do formulário de inscrição. 6.2.1.7. Na possibilidade de 2 (dois) ou mais candidatos(as) permanecerem empatados(as) após a aplicação dos critérios anteriores, será realizado sorteio público na sede da Prefeitura de Água Branca/PB na presença do(a)(s) candidato(a)(s). 6.3. O(s) diploma(s), certificado(s) e comprovante(s) outro(s) de conclusão de curso(s), inclusive de especialização(ões), mestrado(s) e doutorado(s) e/ou formação(ões), somente será(ão) válido(s) quando oriundo(s) de Instituição(ões) de Ensino Pública(s) ou Privada(s), reconhecidos pelo MEC (cursos e instituições), e observadas as normas que lhes regem a validade, dentre as quais, se for o caso, as pertinentes ao respectivo registro. 6.4. O(s) diploma(s) e o(s) certificado(s) conferido(s) emitido por Instituição(ões) Estrangeira(s) somente será(ão) válido(s) quando traduzido(s) para o vernáculo por tradutor público juramentado, convalidados para o território nacional e quando atenderem à legislação pertinente do Conselho Nacional de Educação, no que tange à revalidação. 7. DA CLASSIFICAÇÃO. 7.1. Será(ão) eliminado(a)(s) do processo seletivo o(a)(s) candidato(a)(s) que obtiver(em) pontuação final igual a zero. 7.2. Após análise do(s) critério(s) de título(s) e experiência(s) profissional(is), será(ão) considerado(a)(s) classificado(a)(s), em ordem decrescente, os(as) candidatos(as) até o número correspondente a duas vezes o quantitativo de vagas ofertado no certame, sendo considerado(a)(s) eliminado(a)(s) aquele(a)(s) que ultrapasse(m) o referido limite. 7.3. O resultado preliminar será divulgado no sítio eletrônico do Município de Água

Branca/PB, na data provável constante do Cronograma deste Edital, conforme Anexo I ou suas alterações supervenientes, sendo de exclusiva responsabilidade do(a)(s) candidato(a)(s) acompanhar(em) os comunicados, convocações e o resultado da seleção. 7.4. O Município de Água Branca/PB não comunicará o(a)(s) candidato(a)(s) selecionado(a)(s) dos atos e resultados da presente seleção por telegrama, carta com aviso de recebimento, telefone, fax, e-mail, ou qualquer outro meio de comunicação similar. 8. DOS RECURSOS. 8.1. Cabe recurso contra a Avaliação Curricular, no prazo determinado no Cronograma deste Edital, Anexo I ou suas alterações supervenientes. Para tanto, o(a)(s) candidato(a)(s) deverá(ão) utilizar o formulário fornecido pela Secretaria de Administração quando da abertura do prazo. 8.2. Os recursos deverão ser interpostos nos prazos fixados neste Edital. 8.3. Não serão analisados os recursos interpostos fora do prazo estipulado neste Edital ou encaminhados por meio postal, fax, correio eletrônico, ou qualquer outro meio diverso daquele previsto neste Edital. 8.4. Não serão apreciados os recursos interpostos contra a avaliação ou nota do resultado de outro(a)(s) candidato(a)(s). 8.5. Não serão aceitos novos documentos quando da interposição dos recursos. 8.6. O(A)(S) candidato(a)(s), quando da interposição do recurso, deverá(ão) apresentar argumentação clara e concisa. 8.7. Os recursos, por ventura interpostos, serão julgados e deliberados pela Secretaria Municipal de Administração, a qual poderá se valer de Assessoria Jurídica. 8.8. A decisão relativa ao acolhimento ou rejeição dos recursos será divulgada no sítio eletrônico do Município de Água Branca/PB. 8.9. A decisão de que trata o “item 8.8” deste Edital terá caráter definitivo e não será objeto de reexame. 8.10. Em caso de alteração do resultado, será publicada a reclassificação dos(as) candidatos(as) e a divulgação da nova lista de aprovados em resultado final no mesmo canal. 9. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO. 9.1. **O resultado final do processo seletivo público será homologado pela Secretaria de Administração, publicado no Diário Oficial do Município de Água Branca/PB, no sítio eletrônico da referida municipalidade, qual seja: “<https://aguabranca.pb.gov.br/>”.** 9.2. A publicação constará de uma lista, de caráter geral e específico, contendo a função, o número de inscrição, o(s) nome(s) do(a)(s) candidato(a)(s), a nota e a classificação do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s), obedecendo a estrita ordem de classificação final, não se admitindo recurso contra esse resultado. A lista conterá a classificação de todo(a)(s) o(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s), inclusive a do(a)(s) candidato(a)(s) com deficiência(s). 9.3. O prazo de validade deste processo seletivo público será de 1 (um) ano, contados a partir da data da publicação da homologação do resultado final do Diário Oficial do Município de Água Branca/PB, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a exclusivo critério e interesse do Município de Água Branca/PB. 10. DA CONVOCAÇÃO. 10.1. A convocação do(a)(s) candidato(a)(s) classificado(a)(s) dentro da(s) vaga(s) será(ão) efetuada(s) pela Secretaria de Administração, respeitando-se a ordem classificatória e a necessidade da Administração, através de ato publicado no Jornal Oficial do Município de Água Branca/PB. 10.2. É de exclusiva responsabilidade do(a)(s) candidato(a)(s) acompanhar(em) comunicados, convocações e o resultado final da seleção no Jornal Oficial do Município de Água Branca/PB. 10.3. O(A)(S) candidato(a)(s) que for(em) convocado(s) deverá(ão) comparecer à Secretaria de Administração, na sede da Prefeitura de Água Branca/PB, em até 8 (oito) dias úteis, a partir da data da convocação, para os procedimentos administrativos de contratação. 10.4. Caso o(a)(s) candidato(a)(s) classificado(a)(s) convocado(a)(s) não se apresentar(em) para a contratação, será(ão) considerado(s) desistente(s), sendo convocado(a)(s) o(a)(s) candidato(a)(s) classificado(a)(s) em ordem subsequente. 11. DA CONTRATAÇÃO. 11.1. A(s) contratação(ões) em caráter temporário de que trata(m) este Edital, dar-se-á(m) mediante assinatura(s) de contrato(s) administrativo(s) entre o Município de Água Branca/PB e o(a)(s) candidato(a)(s). 11.2. No ato da(s) contratação(ões), o(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) e classificado(a)(s) no processo seletivo simplificado, deverá(ão) apresentar originais e cópia da seguinte documentação: a) carteira de identidade; b) cartão do CPF e certidão de regularidade; c) comprovante do PIS/PASEP, com os dados cadastrais; d) certidão de nascimento, casamento ou união estável; e) comprovante de residência, no nome do candidato dos últimos 90 dias; f) título de eleitor, com comprovante de quitação eleitoral; g) certidão de quitação militar ou carteira de reservista, para homens; h) documentação comprobatória da escolaridade exigida para a função/área a que concorre; i) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO; j) carteira do conselho de classe, quando aplicável; 11.3. O(s) contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), a qualquer tempo, quando conveniente ao interesse público; pelo desaparecimento da necessidade pública ou pela extinção da situação que ensejou a contratação. 11.4. Deverá(ão) o(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s), no ato da(s) contratação(ões), apresentar(em) os documentos originais (ou cópia autenticada), que comprove(m) que o(a)(s) mesmo(a)(s) atende(m) aos requisitos mínimos para ocupar a função. 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. 12.1. A inscrição do(a)(s) candidato(a)(s) implicará(ão) a aceitação das normas do presente processo de seleção, contidas neste Edital, e em outros instrumentos normativos e comunicados que vierem a surgir, ainda que unilateralmente. 12.2. A classificação do(a)(s) candidato(a)(s) dentro da(s) vaga(s) assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, ao exclusivo interesse, oportunidade e conveniência do Município de Água Branca/PB, a rigorosa ordem de classificação do(a)(s) candidato(a)(s) na seleção simplificada e ao prazo de validade do certame. 12.3. Não será emitido ao(a)(s) candidato(a)(s) documento comprobatório de classificação ou aprovação no presente processo seletivo simplificado, valendo, para esse fim, a(s) publicação(ões) no sítio eletrônico do Município de Água Branca/PB. 12.4. A rescisão do contrato por iniciativa do(a)(s) contratado(a)(s) deve(rão) ser comunicada(s), por escrito, à Administração com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, para que não seja prejudicada a prestação do serviço público. Neste caso, poderá(ão) ser convocado(a)(s) o(a)(s) próximo(a)(s) candidato(a)(s) da lista de classificação. 12.5. Os casos omissos serão deliberados pela Comissão Organizadora da Seleção Pública Simplificada.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

ANEXO I

CRONOGRAMA

| ATIVIDADES | DATAS |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| 1. Início das Inscrições | 27/07/2021, a partir das 8h |
| 2. Fim das Inscrições | 12h do dia 27/08/2021 |
| 3. Validação das Inscrições | 30/08/2021 |
| 5. Resultado Preliminar | 03/09/2021 |
| 6. Recursos do Resultado Preliminar | 06/09/2021 à 07/09/2021 |
| 7. Resultado dos Recursos | 10/09/2021 |
| 8. Resultado Final e Homologação | 10/09/2021 |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS, REQUISITOS, REMUNERAÇÃO MENSAL, JORNADA DE TRABALHO E ATRIBUIÇÕES

Tabela de cargos/funções e número de vagas

| CARGOS/FUNÇÕES | VAGAS |
|---|-------|
| Assistente Social para o CRAS | 01 |
| Assistente Social para o Programa Bolsa Família | 01 |
| Educador(a) Físico(a) | 02 |
| Enfermeiro(a) | 01 |
| Fisioterapeuta | 04 |
| Nutricionista | 01 |
| Médico(a)-Veterinário(a) | 01 |
| Professor(a) de Educação Infantil | 12 |
| Professor(a) de Ensino Fundamental I | 11 |
| Professor(a) Para Turmas Multisseriadas | 15 |
| Professor(a) de Língua Portuguesa | 03 |
| Professor(a) de Ciências Biológicas | 04 |
| Professor(a) de História | 04 |
| Professor(a) de Geografia | 03 |
| Professor(a) de Educação Física | 03 |
| Professor(a) de Matemática | 03 |
| Professor(a) de Música | 01 |
| Professor(a) de Língua Inglesa | 02 |
| Psicólogo(a) para Secretaria de Educação | 01 |
| Psicólogo(a) para o CRAS | 01 |
| Psicólogo(a) para o CAPS | 01 |
| Psicólogo(a) para o Serviço de Atendimento Domiciliar | 02 |
| Técnico(a) em Edificações | 01 |
| Técnico(a) em Enfermagem para o SAMU | 04 |
| Técnico(a) em Enfermagem | 04 |
| Agente Administrativo | 01 |
| Assistente de Sala de Aula | 07 |
| Cuidador(a) de Aluno Especial | 04 |
| Entrevistador(a) Social | 01 |
| Motorista Categoria “D” para transporte de alunos(as) | 15 |
| Motorista Categoria “D” para condução de ambulância | 03 |
| Oficineiro(a) de Esporte | 01 |
| Orientador(a) Social | 03 |
| Visitador(a) Social | 06 |
| Operador(a) de Máquinas Pesadas | 01 |
| Motorista Categoria “D” | 03 |
| Motorista Categoria “B” | 02 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | 58 |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Assistente Social para o CRAS

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Assistente Social para o CRAS | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 01 | 0 | 01 |
| Requisitos: Curso de Serviço Social concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Assistente Social para o CRAS / R\$ 1.400,00. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: | | | |
| Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social; | | | |
| Organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS; | | | |
| Realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população, que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social; | | | |
| Realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS e CREAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações, o que supõe assegurar espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multiprofissionais; | | | |
| Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; | | | |
| Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; | | | |
| Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; | | | |
| Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais, planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social; | | | |
| Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social; | | | |
| Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; | | | |
| Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; | | | |
| Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; e | | | |
| Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Assistente Social para o Programa Bolsa Família

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|-------------------|-----------------------|--------------|-------|
| Assistente Social | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | | | |

| | | | |
|--|----|---|----|
| | 01 | 0 | 01 |
| Requisitos: Curso de Serviço Social concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Assistente Social para o Programa Bolsa Família / R\$ 1.400,00. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social; Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social; Realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população, que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social; Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais, planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social; Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social; Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Educador(a) Físico(a)

| | | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Função | Quantitativo de Vagas | | |
| Educador(a) Físico(a) | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 02 | 0 | 02 |
| Requisitos: Curso de Educação Física concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Educador(a) Físico(a) / R\$ 1.100,00 + gratificação, se houver, e de acordo com a produção de atendimentos e/ou enquanto perdurar o incentivo/programa Federal, Estadual e/ou Municipal. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 20h. | | | |
| Atribuições: Coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do esporte; Utilizar diagnóstico, definir procedimentos, orientar, desenvolver, identificar, planejar, coordenar, supervisionar, assessorar, organizar e avaliar as atividades físicas, desportivas e similares, sendo especialista no conhecimento da atividade física/motricidade humana nas suas diversas manifestações e objetivos, de modo a atender às diferentes expressões do movimento humano presentes na sociedade, considerando o contexto social e histórico-cultural, as características regionais e os distintos interesses e necessidades da população; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Enfermeiro(a)

| | | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Função | Quantitativo de Vagas | | |
| Enfermeiro(a) | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 01 | 0 | 01 |
| Requisitos: Curso de Enfermagem concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Enfermeiro(a) / R\$ 1.100,00 + gratificação, se houver, e de acordo com a produção de atendimentos e/ou enquanto perdurar o incentivo/programa Federal, Estadual e/ou Municipal. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 20h. | | | |
| Atribuições: Dirigir o órgão de enfermagem integrante das unidades ou instituições hospitalares da saúde pública, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem que estiver atuando; planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços da assistência de enfermagem; atuar nos cuidados diretos de enfermagem junto à pacientes que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas; prescrever medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotinas previamente aprovados e estabelecidos pelas normas regulamentadoras respectivas; executar serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e a recuperação da saúde individual ou coletiva; identificar as necessidades de enfermagem, realizando entrevistas, participando de reuniões e através de observação sistematizada, para preservar e recuperar a saúde dos assistidos; fazer curativos, imobilizações especiais e ministrar medicamentos e tratamentos em situações de emergência, empregando técnicas usuais ou específicas, para atenuar as consequências dessas situações; registrar observações, tratamentos executados e ocorrências verificadas em relação aos pacientes, anotando-os no prontuário hospitalar, ficha de ambulatório, relatório de enfermagem da unidade ou relatório geral, para documentar a evolução da doença, possibilitar o controle da saúde, a orientação terapêutica e a pesquisa; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Fisioterapeuta

| | | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Função | Quantitativo de Vagas | | |
| Fisioterapeuta | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 04 | 0 | 04 |
| Requisitos: Curso de Fisioterapia concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Fisioterapeuta / R\$ 1.100,00 + gratificação, se houver, e de acordo com a produção de atendimentos e/ou enquanto perdurar o incentivo/programa Federal, Estadual e/ou Municipal. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 20h. | | | |
| Atribuições: Realizar consulta fisioterapêutica, anamnese, solicitar e realizar interconsulta e encaminhamento; Realizar avaliação física e cinesiofuncional específica do paciente/usuário; Realizar avaliação e monitorização da via aérea natural e artificial do paciente/usuário; Solicitar, aplicar e interpretar escalas, questionários, testes funcionais, exames complementares como espirometria e outras provas de função pulmonar, eletromiografia de superfície, entre outros; Determinar diagnóstico e prognóstico fisioterapêutico; Planejar e executar medidas de prevenção, redução de risco e descondiçãoamento cardiopulmonar do paciente crítico ou potencialmente crítico; Prescrever, confeccionar e gerenciar órteses, próteses e tecnologia assistiva; Realizar posicionamento no leito, sedação, ortostatismo, deambulação, além de planejar e executar estratégias de adaptação, readaptação, orientação e capacitação dos pacientes/usuários; Avaliar e monitorar os parâmetros cardiopulmonares, inclusive em situações de deslocamento do paciente/usuário; | | | |

Registrar em prontuário consulta, avaliação, diagnóstico, prognóstico, tratamento, evolução, interconsulta, intercorrências e alta fisioterapêutica;
Emitir laudos, pareceres, relatórios e atestados fisioterapêuticos;
Realizar atividades de educação em todos os níveis de atenção à saúde, e na prevenção de riscos ambientais e ocupacionais;
Estudar a ergonomia do trabalho, junto à equipe de saúde e segurança do trabalho; e
Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Nutricionista

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Nutricionista | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 01 | 0 | 01 |
| Requisitos: Curso de Nutrição concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Nutricionista / R\$ 1.100,00 + gratificação, se houver, e de acordo com a produção de atendimentos e/ou enquanto perdurar o incentivo/programa Federal, Estadual e/ou Municipal. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 20h. | | | |
| Atribuições: Planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar serviços de alimentação e nutrição, bem como estudos dietéticos, no âmbito de todo o Município e em qualquer de suas Secretarias ou setores; Prestar assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e em programas municipais voltados para nutrição, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para os pacientes/usuários; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Médico(a)-Veterinário(a)

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Médico(a)-Veterinário(a) | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 01 | 0 | 01 |
| Requisitos: Curso de Veterinária concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Médico(a)-Veterinário(a) / R\$ 2.000,00. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| Atribuições: Atuar na clínica veterinária em todas as suas modalidades, na direção de unidades hospitalares para animais, na assistência técnica e sanitária aos animais sob qualquer forma e no planejamento e execução da defesa sanitária animal; Inspeccionar e fiscalizar sob o ponto-de-vista sanitário, higiênico e tecnológico todo e qualquer estabelecimento que empregue produtos de origem animal nos locais de produção, manipulação, armazenagem e comercialização; Realizar a responsabilidade pelas fórmulas e preparação de rações para animais e a sua fiscalização; Atuar no controle de produtos de uso veterinário, controle de raiva, de roedores, vetores e zoonoses e controle sanitário de alimentos; Desenvolver e executar programas voltados para nutrição animal, formulação e balanceamento de rações e prevenção de doenças, como forma de aumento da produtividade da população que explora a respectiva atividade; Elaborar, assessorar e orientar em procedimentos relativos à projetos agropecuários, referentes ao crédito rural, e educação racional e lucrativa; Realizar estudos, pesquisas, consultas, relatórios, fiscalização e métodos, visando assegurar a sanidade do rebanho, a produção racional econômica de alimentos e a saúde da comunidade; Realizar procedimentos para avaliação dos surtos de infecção, profilaxia das intoxicações e infecções alimentares; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Professor I – Educação Infantil

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Professor I | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 10 | 2 | 12 |
| Requisitos: Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Professor I – Professor de Educação Infantil / R\$ 1.623,46. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Planejar, coordenar e executar atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e desportivas; Ministrar aulas pertinentes à função; Elaborar e executar o plano anual de trabalho em sintonia com a Política Educacional do Município; Participar de atividades de avaliação do rendimento escolar dos alunos; Produzir e sistematizar material pedagógico; Manter atualizados os registros de aula, de frequência e de aproveitamento escolar do aluno; Acompanhar e zelar pela frequência do aluno à escola; Participar de reuniões e outras atividades programadas pela Secretaria de Educação; Cumprir as normas e diretrizes educacionais, o regimento da escola e o calendário escolar; Participar do processo de avaliação da unidade educacional; Fortalecer a gestão democrática das unidades educacionais; Orientar e acompanhar o trabalho do estagiário; Participar do plano global da unidade educacional; Constatar necessidades e encaminhar o educando aos setores específicos de atendimento; Participar de atividades cívicas e de promoções internas e externas; Manter-se atualizado sobre a legislação e as diretrizes de ensino; e Zelar pela disciplina e pelo material docente. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Professor II – Ensino Fundamental I

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Professor II | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 09 | 02 | 11 |
| Requisitos: Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Professor II – Professor de Ensino Fundamental I / R\$ 1.623,46. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Planejar, coordenar e executar atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e desportivas; Ministrar aulas pertinentes à função; Elaborar e executar o plano anual de trabalho em sintonia com a Política Educacional do Município; Participar de atividades de avaliação do rendimento escolar dos alunos; Produzir e sistematizar material pedagógico; Manter atualizados os registros de aula, de frequência e de aproveitamento escolar do aluno; Acompanhar e zelar pela frequência do aluno à escola; Participar de reuniões e outras atividades programadas pela Secretaria de Educação; Cumprir as normas e diretrizes educacionais, o regimento da escola e o calendário escolar; Participar do processo de avaliação da unidade educacional; Fortalecer a gestão democrática das unidades educacionais; Orientar e acompanhar o trabalho do estagiário; Participar do plano global da unidade educacional; Constatar necessidades e encaminhar o educando aos setores específicos de atendimento; Participar de atividades cívicas e de promoções internas e externas; Manter-se atualizado sobre a legislação e as diretrizes de ensino; e Zelar pela disciplina e pelo material docente. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Professor III – Turmas Multisseriadas

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Professor III | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 13 | 2 | 15 |
| Requisitos: Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Professor III – Professor de Turmas Multisseriadas / R\$ 1.623,46. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Planejar, coordenar e executar atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e desportivas; Ministrar aulas pertinentes à função; Elaborar e executar o plano anual de trabalho em sintonia com a Política Educacional do Município; Participar de atividades de avaliação do rendimento escolar dos alunos; Produzir e sistematizar material pedagógico; Manter atualizados os registros de aula, de frequência e de aproveitamento escolar do aluno; Acompanhar e zelar pela frequência do aluno à escola; Participar de reuniões e outras atividades programadas pela Secretaria de Educação; Cumprir as normas e diretrizes educacionais, o regimento da escola e o calendário escolar; Participar do processo de avaliação da unidade educacional; Fortalecer a gestão democrática das unidades educacionais; Orientar e acompanhar o trabalho do estagiário; Participar do plano global da unidade educacional; Constatar necessidades e encaminhar o educando aos setores específicos de atendimento; Participar de atividades cívicas e de promoções internas e externas; Manter-se atualizado sobre a legislação e as diretrizes de ensino; e Zelar pela disciplina e pelo material docente. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de junho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Professor IV – Língua Portuguesa

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Professor IV | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 3 | 0 | 3 |
| Requisitos: Curso de Licenciatura em Letras concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Professor IV – Professor de Língua Portuguesa / R\$ 1.623,46. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Planejar, coordenar e executar atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e desportivas; Ministrar aulas pertinentes à função; Elaborar e executar o plano anual de trabalho em sintonia com a Política Educacional do Município; Participar de atividades de avaliação do rendimento escolar dos alunos; Produzir e sistematizar material pedagógico; Manter atualizados os registros de aula, de frequência e de aproveitamento escolar do aluno; Acompanhar e zelar pela frequência do aluno à escola; Participar de reuniões e outras atividades programadas pela Secretaria de Educação; Cumprir as normas e diretrizes educacionais, o regimento da escola e o calendário escolar; Participar do processo de avaliação da unidade educacional; Fortalecer a gestão democrática das unidades educacionais; Orientar e acompanhar o trabalho do estagiário; Participar do plano global da unidade educacional; Constatar necessidades e encaminhar o educando aos setores específicos de atendimento; | | | |

Participar de atividades cívicas e de promoções internas e externas;
Manter-se atualizado sobre a legislação e as diretrizes de ensino; e
Zelar pela disciplina e pelo material docente.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Professor V – Ciências Biológicas

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Professor V | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 4 | 0 | 4 |
| Requisitos: Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Professor V – Professor de Ciências Biológicas / R\$ 1.623,46. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Planejar, coordenar e executar atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e desportivas; Ministrar aulas pertinentes à função; Elaborar e executar o plano anual de trabalho em sintonia com a Política Educacional do Município; Participar de atividades de avaliação do rendimento escolar dos alunos; Produzir e sistematizar material pedagógico; Manter atualizados os registros de aula, de frequência e de aproveitamento escolar do aluno; Acompanhar e zelar pela frequência do aluno à escola; Participar de reuniões e outras atividades programadas pela Secretaria de Educação; Cumprir as normas e diretrizes educacionais, o regimento da escola e o calendário escolar; Participar do processo de avaliação da unidade educacional; Fortalecer a gestão democrática das unidades educacionais; Orientar e acompanhar o trabalho do estagiário; Participar do plano global da unidade educacional; Constatar necessidades e encaminhar o educando aos setores específicos de atendimento; Participar de atividades cívicas e de promoções internas e externas; Manter-se atualizado sobre a legislação e as diretrizes de ensino; e Zelar pela disciplina e pelo material docente. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Professor VI – História

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Professor VI | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 4 | 0 | 4 |
| Requisitos: Curso de Licenciatura em História concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Professor VI – Professor de História / R\$ 1.623,46. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Planejar, coordenar e executar atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e desportivas; Ministrar aulas pertinentes à função; Elaborar e executar o plano anual de trabalho em sintonia com a Política Educacional do Município; Participar de atividades de avaliação do rendimento escolar dos alunos; Produzir e sistematizar material pedagógico; Manter atualizados os registros de aula, de frequência e de aproveitamento escolar do aluno; Acompanhar e zelar pela frequência do aluno à escola; Participar de reuniões e outras atividades programadas pela Secretaria de Educação; Cumprir as normas e diretrizes educacionais, o regimento da escola e o calendário escolar; Participar do processo de avaliação da unidade educacional; Fortalecer a gestão democrática das unidades educacionais; Orientar e acompanhar o trabalho do estagiário; Participar do plano global da unidade educacional; Constatar necessidades e encaminhar o educando aos setores específicos de atendimento; Participar de atividades cívicas e de promoções internas e externas; Manter-se atualizado sobre a legislação e as diretrizes de ensino; e Zelar pela disciplina e pelo material docente. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Professor VII – Geografia

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Professor VII | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 3 | 0 | 3 |
| Requisitos: Curso de Licenciatura em Geografia concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Professor VII – Professor de Geografia / R\$ 1.623,46. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Planejar, coordenar e executar atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e desportivas; Ministrar aulas pertinentes à função; Elaborar e executar o plano anual de trabalho em sintonia com a Política Educacional do Município; Participar de atividades de avaliação do rendimento escolar dos alunos; Produzir e sistematizar material pedagógico; Manter atualizados os registros de aula, de frequência e de aproveitamento escolar do aluno; Acompanhar e zelar pela frequência do aluno à escola; | | | |

Participar de reuniões e outras atividades programadas pela Secretaria de Educação;
Cumprir as normas e diretrizes educacionais, o regimento da escola e o calendário escolar;
Participar do processo de avaliação da unidade educacional;
Fortalecer a gestão democrática das unidades educacionais;
Orientar e acompanhar o trabalho do estagiário;
Participar do plano global da unidade educacional;
Constatar necessidades e encaminhar o educando aos setores específicos de atendimento;
Participar de atividades cívicas e de promoções internas e externas;
Manter-se atualizado sobre a legislação e as diretrizes de ensino; e
Zelar pela disciplina e pelo material docente.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Professor VIII – Educação Física

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Professor VIII | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 3 | 0 | 3 |
| Requisitos: Curso de Licenciatura em Educação Física concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Professor VIII – Professor de Educação Física / R\$ 1.623,46. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Planejar, coordenar e executar atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e desportivas; Ministrar aulas pertinentes à função; Elaborar e executar o plano anual de trabalho em sintonia com a Política Educacional do Município; Participar de atividades de avaliação do rendimento escolar dos alunos; Produzir e sistematizar material pedagógico; Manter atualizados os registros de aula, de frequência e de aproveitamento escolar do aluno; Acompanhar e zelar pela frequência do aluno à escola; Participar de reuniões e outras atividades programadas pela Secretaria de Educação; Cumprir as normas e diretrizes educacionais, o regimento da escola e o calendário escolar; Participar do processo de avaliação da unidade educacional; Fortalecer a gestão democrática das unidades educacionais; Orientar e acompanhar o trabalho do estagiário; Participar do plano global da unidade educacional; Constatar necessidades e encaminhar o educando aos setores específicos de atendimento; Participar de atividades cívicas e de promoções internas e externas; Manter-se atualizado sobre a legislação e as diretrizes de ensino; e Zelar pela disciplina e pelo material docente. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Professor IX – Matemática

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Professor IX | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 3 | 0 | 3 |
| Requisitos: Curso de Licenciatura em Matemática concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Professor IX – Professor de Matemática / R\$ 1.623,46. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Planejar, coordenar e executar atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e desportivas; Ministrar aulas pertinentes à função; Elaborar e executar o plano anual de trabalho em sintonia com a Política Educacional do Município; Participar de atividades de avaliação do rendimento escolar dos alunos; Produzir e sistematizar material pedagógico; Manter atualizados os registros de aula, de frequência e de aproveitamento escolar do aluno; Acompanhar e zelar pela frequência do aluno à escola; Participar de reuniões e outras atividades programadas pela Secretaria de Educação; Cumprir as normas e diretrizes educacionais, o regimento da escola e o calendário escolar; Participar do processo de avaliação da unidade educacional; Fortalecer a gestão democrática das unidades educacionais; Orientar e acompanhar o trabalho do estagiário; Participar do plano global da unidade educacional; Constatar necessidades e encaminhar o educando aos setores específicos de atendimento; Participar de atividades cívicas e de promoções internas e externas; Manter-se atualizado sobre a legislação e as diretrizes de ensino; e Zelar pela disciplina e pelo material docente. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Professor X – Música

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Professor X | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 1 | 0 | 1 |
| Requisitos: Curso de Licenciatura em Música concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Professor X – Professor de Música / R\$ 1.623,46. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: | | | |

Ensaiair e dirigir orquestras, recitais, conjuntos, corais, bandas ou folclóricos, bem como espetáculos ou atividades afins;
 Lecionar matérias teóricas e práticas musicais, incluindo utilização de instrumentos diversos relativo a respectiva área de formação;
 Desenvolver processo ensino-aprendizagem propriamente dito, sob a forma de atividades técnico-pedagógicas de planejamento, execução e avaliação;
 Atuar na participação do processo de integração de educandos especiais;
 Participar de reuniões administrativas, pedagógicas e de planejamento e avaliação, inerentes às unidades escolares e ao sistema municipal de ensino; e
 Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
 Água Branca/PB

Cargo: Professor XI – Língua Inglesa

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Professor XI | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 2 | 0 | 2 |
| Requisitos: Curso de Licenciatura em Inglês concluído ou em Letras com habilitação em inglês concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Professor XI – Professor de Língua Inglesa / R\$ 1.623,46. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Planejar, coordenar e executar atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e desportivas; Ministrar aulas pertinentes à função; Elaborar e executar o plano anual de trabalho em sintonia com a Política Educacional do Município; Participar de atividades de avaliação do rendimento escolar dos alunos; Produzir e sistematizar material pedagógico; Manter atualizados os registros de aula, de frequência e de aproveitamento escolar do aluno; Acompanhar e zelar pela frequência do aluno à escola; Participar de reuniões e outras atividades programadas pela Secretaria de Educação; Cumprir as normas e diretrizes educacionais, o regimento da escola e o calendário escolar; Participar do processo de avaliação da unidade educacional; Fortalecer a gestão democrática das unidades educacionais; Orientar e acompanhar o trabalho do estagiário; Participar do plano global da unidade educacional; Constatar necessidades e encaminhar o educando aos setores específicos de atendimento; Participar de atividades cívicas e de promoções internas e externas; Manter-se atualizado sobre a legislação e as diretrizes de ensino; e Zelar pela disciplina e pelo material docente. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
 Água Branca/PB

Cargo: Psicólogo(a) para Secretaria de Educação

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Psicólogo(a) para Secretaria de Educação | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 1 | 0 | 1 |
| Requisitos: Curso de Psicologia concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Psicólogo(a) para Secretaria de Educação / R\$ 1.500,00. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| Atribuições: Colaborar com a adequação, por parte dos educadores, de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis na consecução crítica e reflexiva de seus papéis; Desenvolver trabalhos com educadores e alunos, visando a explicitação e a superação de entraves institucionais ao funcionamento produtivo das equipes e ao crescimento individual de seus integrantes; Desenvolver, com os participantes do trabalho escolar (pais, alunos, diretores, professores, técnicos, pessoal administrativo), atividades visando a prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais que possam bloquear, na escola, o desenvolvimento de potencialidades, a auto realização e o exercício da cidadania consciente; Elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, em situações escolares específicas, visando, através de uma ação coletiva e interdisciplinar a implementação de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento; Planejar, executar e/ou participar de pesquisas relacionadas a compreensão de processo ensino-aprendizagem e conhecimento das características psicossociais do público alvo, visando a atualização e reconstrução do projeto pedagógico da escola, relevante para o ensino, bem como suas condições de desenvolvimento e aprendizagem, com a finalidade de fundamentar a atuação crítica do Psicólogo, dos professores e usuários e de criar programas educacionais completos, alternativos ou complementares; Participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação naqueles aspectos que digam respeito aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participar da constante avaliação e do redirecionamento dos planos, e práticas educacionais implementados; Desenvolver programas de orientação profissional, visando um melhor aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano, fundamentados no conhecimento psicológico e numa visão crítica do trabalho e das relações do mercado de trabalho; Diagnosticar as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminhar aos serviços de atendimento da comunidade, aqueles que requeiram diagnóstico e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na escola, buscando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade; Realizar avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos do público alvo; Atuar como facilitador no processo de integração e adaptação do indivíduo à instituição. Orientar e acompanhar o público alvo, familiares destes, técnicos e demais agentes que participam diretamente ou indiretamente dos atendimentos; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
 Água Branca/PB

Cargo: Psicólogo(a) para o CRAS

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Psicólogo(a) para o CRAS | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 1 | 0 | 1 |
| Requisitos: Curso de Psicologia concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Psicólogo(a) para o CRAS / R\$ 1.400,00. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 20h. | | | |
| Atribuições: Promover estudos sobre características psicossociais de grupos étnicos, religiosos, classes e segmentos sociais, culturais, intra e interculturais; Atuar junto a organizações comunitárias, em equipe multiprofissional no diagnóstico, planejamento, execução e avaliação de programas comunitários; | | | |

Assessorar na elaboração e implementação de programas de mudança de caráter social e técnico, em situações planejadas ou não;
Atuar junto aos meios de comunicação, assessorando quanto aos aspectos psicológicos nas técnicas de comunicação e propaganda dos programas sociais;
Pesquisar, analisar e estudar variáveis psicológicas que influenciam o comportamento do público alvo;
Participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas a realidade psicossocial local;
Preparar pacientes para entrada, permanência e alta hospitalar, inclusive em hospitais psiquiátricos;
Realizar atendimento familiar e/ou de casal para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico; e
Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Psicólogo(a) para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Psicólogo(a) para o CAPS | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 1 | 0 | 1 |
| Requisitos: Curso de Psicologia concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Psicólogo(a) para o CAPS / R\$ 1.100,00 + gratificação, se houver, e de acordo com a produção de atendimentos e/ou enquanto perdurar o incentivo/programa Federal, Estadual e/ou Municipal. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 20h. | | | |
| <p>Atribuições:</p> <p>Realizar avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos;</p> <p>Realizar atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo do público alvo com problemas emocionais, psicomotores e psico- pedagógico, adequado às diversas faixas etárias;</p> <p>Realizar atendimento familiar e/ou de casal para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico;</p> <p>Realizar atendimento ao público alvo com problemas emocionais, psicomotores e psico- pedagógico;</p> <p>Acompanhar psicologicamente gestantes durante a gravidez, parto e puerpério, procurando integrar suas vivências emocionais e corporais, bem como incluir o parceiro, como apoio necessário em todo este processo;</p> <p>Preparar o paciente para entrada, permanência e alta hospitalar, inclusive em hospitais psiquiátricos;</p> <p>Trabalhar em situações de agravamento físico e emocional, inclusive no período terminal, participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, como: internações, intervenções cirúrgicas, exames e altas hospitalares;</p> <p>Participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas a realidade psicossocial da clientela;</p> <p>Criar, coordenar e acompanhar, individualmente ou em equipe multiprofissional, tecnologias próprias ao treinamento em saúde, particularmente em saúde mental, com o objetivo de qualificar o desempenho de várias equipes;</p> <p>Participar e acompanhar a elaboração de programas educativos e de treinamento em saúde mental, a nível de atenção primária, junto ao público alvo;</p> <p>Atuar como facilitador no processo de integração e adaptação do indivíduo à instituição. Orientar e acompanhar o público alvo, familiares, técnicos e demais agentes que participam diretamente ou indiretamente dos atendimentos;</p> <p>Participar dos planejamentos e realizar atividades culturais, terapêuticas e de lazer com o objetivo de propiciar a reinserção social do público alvo egresso de instituições;</p> <p>Trabalhar em situações de agravamento físico e emocional, inclusive no período terminal, participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, como: internações, intervenções cirúrgicas, exames e altas hospitalares;</p> <p>Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo.</p> | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Psicólogo(a) para o Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD)

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Psicólogo(a) para o SAD | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 2 | 0 | 2 |
| Requisitos: Curso de Psicologia concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Psicólogo(a) para o SAD / R\$ 1.100,00 + gratificação, se houver, e de acordo com a produção de atendimentos e/ou enquanto perdurar o incentivo/programa Federal, Estadual e/ou Municipal. | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 20h. | | | |
| <p>Atribuições:</p> <p>Realizar avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos;</p> <p>Realizar atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo, adequado às diversas faixas etárias;</p> <p>Realizar atendimento familiar e/ou de casal para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico;</p> <p>Realizar atendimento ao público alvo com problemas emocionais, psicomotores e psico- pedagógico.</p> <p>Acompanhar psicologicamente gestantes durante a gravidez, parto e puerpério, procurando integrar suas vivências emocionais e corporais, bem como incluir o parceiro, como apoio necessário em todo este processo;</p> <p>Preparar o paciente para entrada, permanência e alta hospitalar, inclusive em hospitais psiquiátricos;</p> <p>Trabalhar em situações de agravamento físico e emocional, inclusive no período terminal, participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, como: internações, intervenções cirúrgicas, exames e altas hospitalares;</p> <p>Participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas a realidade psicossocial do público alvo;</p> <p>Criar, coordenar e acompanhar, individualmente ou em equipe multiprofissional, tecnologias próprias ao treinamento em saúde, particularmente em saúde mental, com o objetivo de qualificar o desempenho de várias equipes;</p> <p>Participar e acompanhar a elaboração de programas educativos e de treinamento em saúde mental, a nível de atenção primária, junto ao público alvo;</p> <p>Atuar junto à equipe multiprofissional no sentido de leva-las a identificar e compreender os fatores emocionais que intervêm na saúde geral do indivíduo;</p> <p>Participar de programas de atenção primária, organizando grupos específicos, visando a prevenção de doenças ou do agravamento de fatores emocionais que comprometam o espaço psicológico;</p> <p>Realizar triagem e encaminhamentos para recursos da comunidade, sempre que necessário;</p> <p>Realizar avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos do público alvo;</p> <p>Atuar como facilitador no processo de integração e adaptação do indivíduo à instituição. Orientar e acompanhar o público alvo, familiares, técnicos e demais agentes que participam diretamente ou indiretamente dos atendimentos;</p> <p>Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo.</p> | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Técnico(a) em Edificações

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Técnico(a) em Edificações | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 1 | 0 | 1 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + Curso de Técnico em Edificações concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Técnico(a) em Edificações / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| Atribuições: | | | |

Conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;
Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;
Orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;
Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados de sua especialidade;
Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional; e
Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Técnico(a) em Enfermagem para o SAMU

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Técnico(a) em Enfermagem | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 4 | 0 | 4 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + Curso de Técnico em Enfermagem concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + Curso de Atendimento Pré Hospitalar - APH + (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Técnico(a) em Enfermagem para o SAMU / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| <p>Atribuições:</p> <p>Participar da programação da assistência de enfermagem, da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar e da equipe de saúde;</p> <p>Executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro;</p> <p>Prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos pacientes, sob supervisão do Enfermeiro, assim como colaborar nas atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas em seu setor de trabalho;</p> <p>Auxiliar o superior na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica e no controle sistemático da infecção hospitalar, nos atendimentos de urgência e emergência e na preparação do corpo após o óbito;</p> <p>Preparar pacientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica, sob supervisão do Enfermeiro;</p> <p>Colher e ou auxiliar o paciente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação;</p> <p>Realizar a movimentação e o transporte de pacientes de maneira segura, controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico;</p> <p>Circular e instrumentar em salas cirúrgicas e obstétricas, preparando-as conforme o necessário;</p> <p>Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização de materiais e equipamentos, bem como seu armazenamento e distribuição;</p> <p>Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo.</p> | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Técnico(a) em Enfermagem

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Técnico(a) em Enfermagem | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 4 | 0 | 4 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + Curso de Técnico em Enfermagem concluído, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Técnico(a) em Enfermagem / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| <p>Atribuições:</p> <p>Participar da programação da assistência de enfermagem, da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar e da equipe de saúde;</p> <p>Executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro;</p> <p>Prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos pacientes, sob supervisão do Enfermeiro, assim como colaborar nas atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas em seu setor de trabalho;</p> <p>Auxiliar o superior na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica e no controle sistemático da infecção hospitalar, nos atendimentos de urgência e emergência e na preparação do corpo após o óbito;</p> <p>Preparar pacientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica, sob supervisão do Enfermeiro;</p> <p>Colher e ou auxiliar o paciente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação;</p> <p>Realizar a movimentação e o transporte de pacientes de maneira segura, controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico;</p> <p>Circular e instrumentar em salas cirúrgicas e obstétricas, preparando-as conforme o necessário;</p> <p>Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização de materiais e equipamentos, bem como seu armazenamento e distribuição;</p> <p>Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo.</p> | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -

Água Branca/PB

Cargo: Agente Administrativo

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Agente Administrativo | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 1 | 0 | 1 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Agente Administrativo / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| <p>Atribuições:</p> <p>Atender ao público em geral, bem como servidores da administração, seja pessoalmente, telefone ou meios eletrônicos;</p> <p>Elaborar e redigir redações, correspondências, ofícios, memorandos, e-mails e outros documentos;</p> <p>Controlar o fluxo de materiais de expediente, por meio de protocolos;</p> <p>Realizar acompanhamento, registro e conferências de atividades e documentos dos setores que esteja responsável;</p> <p>Realizar acompanhamento e controle de processos administrativos;</p> <p>Realizar atualização de informações cadastrais;</p> <p>Implementar apoio administrativo aos servidores do seu departamento;</p> <p>Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo.</p> | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Assistente de Sala de Aula

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Assistente de Sala de Aula | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 7 | 0 | 7 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Assistente de Sala de Aula / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 30h. | | | |
| <p>Atribuições:</p> <p>Participar e manter-se integrado de todas as atividades desenvolvidas pelo professor e equipe de trabalho em sala de aula, ou fora dela;</p> <p>Participar das reuniões pedagógicas, de grupos de estudos, eventos da unidade escolar e atividades afins;</p> <p>Participar ativamente no processo de adaptação das crianças, atendendo as suas necessidades;</p> <p>Participar do processo de integração da unidade educativa, família e comunidade;</p> <p>Auxiliar na elaboração de materiais pedagógicos (jogos, materiais de sucata e outros);</p> <p>Promover ambiente de respeito mútuo e cooperação, entre as crianças e demais profissionais da Unidade Educativa, proporcionando o cuidado e educação;</p> <p>Zelar pela segurança das crianças, atendendo suas necessidades;</p> <p>Observar e registrar na agenda, sempre sob a supervisão do professor, os fatos ocorridos durante o dia, a fim de garantir a comunicação com a família, o bem-estar e o desenvolvimento sadio da criança;</p> <p>Comunicar ao professor e a direção, situações que requeiram atenção especial e ou anormalidades;</p> <p>Atender as crianças em suas necessidades diárias, estimular, orientar e cuidar da criança na aquisição de hábitos de higiene, troca de fraldas, necessidades fisiológicas, banho, alimentação e escovação dos dentes, sob a supervisão do professor;</p> <p>Conhecer o processo de desenvolvimento da criança, mantendo-se atualizado, através de leituras, formação continuada, seminários e outros eventos; e</p> <p>Acompanhar e zelar pelas crianças, na hora do repouso, acompanhar o sono, permanecendo vigilante durante todo o período do sono/repouso;</p> | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Cuidador de Aluno Especial

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Cuidador de Aluno Especial | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 4 | 0 | 4 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Cuidador de Aluno Especial / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| <p>Atribuições:</p> <p>Atuar no cuidado de pessoas com deficiência, necessidades especiais e/ou qualquer limitação funcional, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das mesmas.</p> <p>Participar de todas as rotinas e atividades que a pessoa assistida necessitar para o desenvolvimento social e educacional, incluindo a locomoção, acompanhamento médico, auxílio nas atividades pedagógicas e de aprendizado, caso o aluno não tenha autonomia motora ou intelectual para ler e escrever, além de todas as rotinas de higiene e alimentação;</p> <p>Conhecer o histórico da pessoa assistida, aprender sobre sua deficiência e características, demonstrar carinho, aceitação e entusiasmo, para que a pessoa assistida, como qualquer outra pessoa, empenhe-se em alcançar suas metas para realizar seus objetivos;</p> <p>Utilizar recursos visuais, orais, táteis e auditivos que explorem os sentidos das pessoas assistidas (como impressos, desenhos, vídeos, discussões, leitura e internet...);</p> <p>Auxiliar a pessoa assistida se alimentar, vestir, deambular ou locomover, realizar higiene corporal, manipular objetos, sentar, levantar, escrever, digitar, comunicar-se, orientar-se espacialmente, brincar, dentre qualquer outra necessidade que se mostre necessária;</p> <p>Participar das reuniões pedagógicas, de grupos de estudos, eventos da unidade escolar e atividades afins;</p> <p>Observar e registrar na agenda, sempre sob a supervisão do professor, os fatos ocorridos durante o dia, a fim de garantir a comunicação com a família, o bem-estar e o desenvolvimento sadio da pessoa assistida; e</p> <p>Acompanhar e zelar pelas pessoas assistidas, na hora do repouso, acompanhar o sono, permanecendo vigilante durante todo o período do sono/repouso;</p> | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Entrevistador(a) Social

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Entrevistador(a) Social | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 1 | 0 | 1 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Entrevistador(a) Social / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| <p>Atribuições:</p> <p>Atuar juntos aos Programas implementados pela Secretaria de Ação Social;</p> <p>Realizar busca ativa das famílias que enquadram nos programas sociais;</p> <p>Preencher o formulário com toda as informações fornecidas pelos usuários;</p> <p>Atender e orientar à população sobre os Programas Sociais;</p> <p>Realizar atividades inerentes à política de assistência social;</p> <p>Recepcionar e atender ao público usuário dos programas, projetos e serviços da assistência, tomando ciência dos assuntos a serem tratados para prestar informações, receber recados, proceder os encaminhamentos necessários e registrar os atendimentos realizados, para possibilitar o controle dos mesmos;</p> <p>Operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar e obter dados e informações;</p> <p>Preencher fichas, formulários e demais documentos, conferindo as identificações;</p> <p>Organizar fichário e arquivo de documentos relativos ao histórico de usuários da assistência social;</p> <p>Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo.</p> | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Oficineiro(a) de Esporte

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Oficineiro(a) de Esporte | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 1 | 0 | 1 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Oficineiro(a) de Esporte / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| Atribuições: Realizar planejamento das oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades registradas no planejamento de sua área de atuação; Registrar a frequência diária dos aprendizes; Participar de reuniões com a coordenação dos cursos; Avaliar o desempenho dos aprendizes; Desenvolver oficinas com conteúdos teóricos e práticos, voltados para o desporto; Participar das atividades de capacitação, quando solicitado; Fiscalizar o manuseio do material utilizado para os trabalhos; Participar de reuniões com a coordenação dos cursos; Avaliar o desempenho dos aprendizes; Participar das atividades de capacitação, introduzir novas abordagens em esportes em geral em consonância com a demanda atual da área; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Orientador(a) Social

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Orientador(a) Social | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 3 | 0 | 3 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Orientador(a) Social / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| Atribuições: Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades coletivas nas unidades e/ou nas comunidades; Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos, culturais e desportivos nas unidades e/ou nas comunidades; Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, na avaliação de processos, de fluxos de trabalho e resultado; Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumentais específicos, como listas de frequência, atas, sistemas eletrônicos próprios, etc; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Visitador(a) Social

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Visitador(a) Social | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 6 | 0 | 6 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Visitador(a) Social / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| Atribuições: Planejar e realizar a visita às famílias, com apoio e acompanhamento do(a) supervisor(a); Observar os protocolos de visitação e fazer os devidos registros das informações acerca das atividades desenvolvidas; Consultar e recorrer ao supervisor sempre que necessário; Registrar as visitas; Identificar e discutir com o supervisor demandas e situações que requeiram encaminhamentos para a rede, visando sua efetivação (como educação, cultura, justiça, saúde ou assistência social); e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Motorista Categoria “D” para transporte de alunos(as)

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Motorista Categoria “D” | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 15 | 0 | 15 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + Curso de Formação de condução de transporte de alunos + Carteira Nacional de Habilitação – CNH com Categoria “D” e anotação de atividade remunerada + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Motorista Categoria “D” para transporte de alunos(as) / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| Atribuições: Conduzir veículo automotor terrestre tipo ônibus, micro-ônibus, van, caminhão, camioneta ou similares, dentro ou fora do perímetro urbano e suburbano; Transpor pessoas, alunos, servidores, cargas, entregando-as nos locais determinados, bem como carregar, descarregar e conferir mercadorias transportadas; Conhecer o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e suas alterações supervenientes; Conhecer integralmente o veículo, realizar limpeza e manutenção básica do mesmo, bem como checar diariamente ou sempre que receber o veículo, os níveis de pressão pneumática e fluídos e solicitar providências de sua regularização quando necessário; Zelar pelo cuidado aos passageiros, cumprir os horários estabelecidos, acompanhar alunos desde o embarque no transporte até seu desembarque; Verificar se todas as pessoas estão assentadas adequadamente dentro do veículo e orientar e auxiliar a colocarem o cinto de segurança; Ajudar pessoas com limitações ou alunos a subir e descer dos transportes; Providenciar boletim de ocorrência policial, nos casos de acidente de trânsito, furto/roubo do veículo ou qualquer dano ocasionado às pessoas ou veículo ou objetos transportados e comunicar o fato imediatamente à Secretaria responsável pelos transportes; Elaborar relatório semanal dispondo sobre a situação do veículo ou dos veículos conduzidos naquela semana, conforme modelo a ser entregue pela Secretaria responsável pelos transportes; e | | | |

Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Motorista Categoria “D” para condução de ambulância

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Motorista Categoria “D” | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 3 | 0 | 3 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + Curso de Condutor de Ambulância + Carteira Nacional de Habilitação – CNH com Categoria “D” e anotação de atividade remunerada + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Motorista Categoria “D” para condução de ambulância / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| Atribuições: Conduzir veículo automotor terrestre tipo ônibus, micro-ônibus, van, caminhão, camioneta ou similares, dentro ou fora do perímetro urbano e suburbano; Transportar pessoas, servidores, cargas, entregando-as nos locais determinados, bem como carregar, descarregar e conferir mercadorias transportadas; Conhecer o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e suas alterações supervenientes; Conhecer integralmente o veículo, realizar limpeza e manutenção básica do mesmo, bem como checar diariamente ou sempre que receber o veículo, os níveis de pressão pneumática e fluídos e solicitar providências de sua regularização quando necessário; Zelar pelo cuidado aos passageiros, cumprir os horários estabelecidos, acompanhar o embarque e desembarque, bem como ajudar pessoas com limitações físicas; Verificar se todas as pessoas estão assentadas adequadamente dentro do veículo e orientar e auxiliar a colocarem o cinto de segurança; Providenciar boletim de ocorrência policial, nos casos de acidente de trânsito, furto/roubo do veículo ou qualquer dano ocasionado às pessoas ou veículo ou objetos transportados e comunicar o fato imediatamente à Secretaria responsável pelos transportes; Elaborar relatório semanal dispondo sobre a situação do veículo ou dos veículos conduzidos naquela semana, conforme modelo a ser entregue pela Secretaria responsável pelos transportes; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Operador(a) de Máquinas Pesadas

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Operador(a) de Máquinas Pesadas | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 1 | 0 | 1 |
| Requisitos: Ensino Médio concluído + Curso de Operador de Máquinas Pesadas + Carteira Nacional de Habilitação – CNH com Categoria “D” e anotação de atividade remunerada + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Operador(a) de Máquinas Pesadas / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| Atribuições: Operar retro-escavadeira, trator agrícola, patrôla, perfuratriz e outros veículos afins; Executar trabalhos de terraplanagem, escavações, movimentação de terras e preparação de terrenos para fins específicos; Operar máquina moto-niveladora, para nivelar terrenos apropriados a construção de edifícios, estradas e outras obras; Operar máquinas misturadoras de areia, pedra britada e água, manipulando os comandos, regulando a rotação e tambor de mistura; Conhecer o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e suas alterações supervenientes; Conhecer integralmente o veículo, realizar limpeza e manutenção básica do mesmo, bem como checar diariamente ou sempre que receber o veículo, os níveis de pressão pneumática e fluídos e solicitar providências de sua regularização quando necessário; Zelar pelo cuidado aos passageiros, cumprir os horários estabelecidos, acompanhar o embarque e desembarque, bem como ajudar pessoas com limitações físicas; Verificar se todas as pessoas estão assentadas adequadamente dentro do veículo e orientar e auxiliar a colocarem o cinto de segurança; Providenciar boletim de ocorrência policial, nos casos de acidente de trânsito, furto/roubo do veículo ou qualquer dano ocasionado às pessoas ou veículo ou objetos transportados e comunicar o fato imediatamente à Secretaria responsável pelos transportes; Elaborar relatório semanal dispondo sobre a situação do veículo ou dos veículos conduzidos naquela semana, conforme modelo a ser entregue pela Secretaria responsável pelos transportes; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Motorista Categoria “D”

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|---|-----------------------|--------------|-------|
| Motorista Categoria “D” | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 3 | 0 | 3 |
| Requisitos: Ensino Fundamental completo + Carteira Nacional de Habilitação – CNH com Categoria “D” e anotação de atividade remunerada + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Motorista Categoria “D” / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| Atribuições: Conduzir veículo automotor terrestre tipo ônibus, micro-ônibus, van, caminhão, camioneta ou similares, dentro ou fora do perímetro urbano e suburbano; Transportar pessoas, servidores, cargas, entregando-as nos locais determinados, bem como carregar, descarregar e conferir mercadorias transportadas; Conhecer o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e suas alterações supervenientes; Conhecer integralmente o veículo, realizar limpeza e manutenção básica do mesmo, bem como checar diariamente ou sempre que receber o veículo, os níveis de pressão pneumática e fluídos e solicitar providências de sua regularização quando necessário; Zelar pelo cuidado aos passageiros, cumprir os horários estabelecidos, acompanhar o embarque e desembarque, bem como ajudar pessoas com limitações físicas; Verificar se todas as pessoas estão assentadas adequadamente dentro do veículo e orientar e auxiliar a colocarem o cinto de segurança; Providenciar boletim de ocorrência policial, nos casos de acidente de trânsito, furto/roubo do veículo ou qualquer dano ocasionado às pessoas ou veículo ou objetos transportados e comunicar o fato imediatamente à Secretaria responsável pelos transportes; Elaborar relatório semanal dispondo sobre a situação do veículo ou dos veículos conduzidos naquela semana, conforme modelo a ser entregue pela Secretaria responsável pelos transportes; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Motorista Categoria “B”

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Motorista Categoria “B” | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 2 | 0 | 2 |
| Requisitos: Ensino Fundamental completo + Carteira Nacional de Habilitação – CNH com Categoria “B” e anotação de atividade remunerada + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Motorista Categoria “B” / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| Atribuições: Conduzir veículo automotor terrestre tipo de passeio, van, camioneta ou similares, dentro ou fora do perímetro urbano e suburbano; Transpor pessoas, servidores, cargas, entregando-as nos locais determinados, bem como carregar, descarregar e conferir mercadorias transportadas; Conhecer o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e suas alterações supervenientes; Conhecer integralmente o veículo, realizar limpeza e manutenção básica do mesmo, bem como checar diariamente ou sempre que receber o veículo, os níveis de pressão pneumática e fluídos e solicitar providências de sua regularização quando necessário; Zelar pelo cuidado aos passageiros, cumprir os horários estabelecidos, acompanhar o embarque e desembarque, bem como ajudar pessoas com limitações físicas; Verificar se todas as pessoas estão assentadas adequadamente dentro do veículo e orientar e auxiliar a colocarem o cinto de segurança; Providenciar boletim de ocorrência policial, nos casos de acidente de trânsito, furto/roubo do veículo ou qualquer dano ocasionado às pessoas ou veículo ou objetos transportados e comunicar o fato imediatamente à Secretaria responsável pelos transportes; Elaborar relatório semanal dispondo sobre a situação do veículo ou dos veículos conduzidos naquela semana, conforme modelo a ser entregue pela Secretaria responsável pelos transportes; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

| Função | Quantitativo de Vagas | | |
|--|-----------------------|--------------|-------|
| Auxiliar de Serviços Gerais | Ampla Concorrência | Reservas PCD | Total |
| | 58 | 0 | 58 |
| Requisitos: Ensino Fundamental completo + 1 (um) ano de experiência profissional. | | | |
| Remuneração Mensal: Auxiliar de Serviços Gerais / R\$ 1.100,00 | | | |
| Jornada de Trabalho Semanal: 40h. | | | |
| Atribuições: Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral; Ajudar na remoção ou arrumação de móveis e utensílios. Fazer o serviço de faxina em geral; Remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; Coletar lixo dos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados; Limpar ou lavar vidros, espelhos, persianas, tapetes, pátios, pisos, escadas, banheiros e toaletes; Fazer café, lanches, refeições, e, eventualmente, servi-lo; e Realizar outras atividades pertinentes à função, que objetivem o regular exercício do cargo. | | | |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

ANEXO III
AVALIAÇÃO - TABELA DE PONTUAÇÃO PARA OS CARGOS DE PROFESSOR I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI

| PROVAS | INDICADORES | PONTUAÇÃO |
|--|---|-----------|
| Titulação (apenas um item) | Certificado/Declaração de conclusão de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> /Doutorado, referente à área que concorre. | 30 |
| | Certificado/Declaração de conclusão de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> /Mestrado, referente à área que concorre. | 25 |
| | Certificado/Declaração de conclusão de curso de Especialização <i>lato sensu</i> , referente à área que concorre, com carga horária mínima de 360 horas. | 20 |
| Curso de Formação Continuada | Certificado de conclusão de curso de Formação Continuada sobre a base nacional comum curricular, com carga horária mínima de 160h, referente à área que concorre. | 20 |
| Experiência Profissional (apenas um item) | De 1 à 3 anos. | 20 |
| | De 3 anos e 1 dia à 6 anos. | 30 |
| | De 6 anos e 1 dia à 10 anos. | 40 |
| | Acima de 10 anos. | 50 |
| X | TOTAL | 100 |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

ANEXO IV
AVALIAÇÃO - TABELA DE PONTUAÇÃO PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL PARA O CRAS, ASSISTENTE SOCIAL PARA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ASSISTENTE SOCIAL PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO DOMICILIAR, EDUCADOR(A) FÍSICO(A), ENFERMEIRO(A), FISIOTERAPEUTA, NUTRICIONISTA, MÉDICO(A)-VETERINÁRIO(A), PSICÓLOGO(A) PARA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PSICÓLOGO(A) PARA O CRAS, PSICÓLOGO(A) PARA O CAPS E PSICÓLOGO(A) PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO DOMICILIAR

| PROVAS | INDICADORES | PONTUAÇÃO |
|--|--|-----------|
| Titulação (apenas um item) | Certificado/Declaração de conclusão de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> /Doutorado, referente à área que concorre. | 30 |
| | Certificado/Declaração de conclusão de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> /Mestrado, referente à área que concorre. | 25 |
| | Certificado/Declaração de conclusão de curso de Especialização <i>lato sensu</i> , referente à área que concorre, com carga horária mínima de 360 horas. | 20 |
| Experiência Profissional (apenas um item) | De 1 à 3 anos. | 40 |
| | De 3 anos e 1 dia à 6 anos. | 50 |
| | De 6 anos e 1 dia à 10 anos. | 60 |
| | Acima de 10 anos. | 70 |
| X | TOTAL | 100 |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

ANEXO V

AVALIAÇÃO - TABELA DE PONTUAÇÃO PARA OS CARGOS DE TÉCNICO(A) EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM PARA O SAMU, TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM, AGENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE SALA DE AULA, CUIDADOR(A) DE ALUNO ESPECIAL, ENTREVISTADOR(A) SOCIAL, MOTORISTA CATEGORIA “D” PARA TRANSPORTE DE ALUNOS(AS), MOTORISTA CATEGORIA “D” PARA CONDUÇÃO DE AMBULÂNCIA, OFICINEIRO(A) DE ESPORTE, ORIENTADOR(A) SOCIAL, VISITADOR(A) SOCIAL, OPERADOR(A) DE MÁQUINAS PESADAS, MOTORISTA CATEGORIA “D”, MOTORISTA CATEGORIA “B” E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

| PROVAS | INDICADORES | PONTUAÇÃO |
|--|---|-----------|
| Curso de Formação | Certificado de conclusão de Curso de Formação, com carga horária mínima de 40h, referente à área que concorre e diverso do requisito exigido no Anexo II para cada cargo. | 30 |
| Experiência Profissional (apenas um item) | De 1 à 3 anos. | 40 |
| | De 3 anos e 1 dia à 6 anos. | 50 |
| | De 6 anos e 1 dia à 10 anos. | 60 |
| | Acima de 10 anos. | 70 |
| X | TOTAL | 100 |

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/PB, 23 de julho de 2021.

EVERTON FIRMINO BATISTA

- Prefeito Constitucional -
Água Branca/PB

Publicado por:
Gidailsom Paulino Rodrigues
Código Identificador:DF9B08DE

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 177/2021 - COMITÊ INTERINSTITUCIONAL E INTERSETORIAL DO ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL – CIAM.

PORTARIA Nº. 177/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARAIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR, as pessoas abaixo relacionadas para função de membros titulares e suplentes do **COMITÊ INTERINSTITUCIONAL E INTERSETORIAL DO ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL – CIAM**.

| TITULARES | CPF | REPRESENTAÇÃO |
|------------------------------------|-----------------|--------------------------------------|
| MARIA DE FÁTIMA T. DE L. DAMASCENA | 302.579.214.-00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |
| ALDARA CRISTINA ALVES ARARUNA | 085.550.624-54 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE |
| GABRIELE CAVALCANTE DE LUCENA | 072.036.694-16 | SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL |
| ROSÂNGELA DE OLIVEIRA COSTA | 035.406.744-38 | CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME) |
| DIANA LIRA BRAGA | 918.345.034-34 | SINDICATO DA EDUCAÇÃO - SINTEB |
| JOAQUIM DOS SANTOS | 062786.944.-09 | SOCIEDADE CIVIL |

| SUPLENTES | CPF | REPRESENTAÇÃO |
|--------------------------------------|-----------------|--------------------------------------|
| DERIVANIA PEREIRA DOS SANTOS MOREIRA | 033.071.174-16 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |
| ARETHA ALINY SANTOS RAMOS | 065.159.704-80 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE |
| VANESSA PEREIRA DE MOURA | 105.506.944-55 | SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL |
| MARIA JANDISLENE DE SOUSA | 039.449.184.-01 | CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME) |
| DÉBORA CRISTINA ALVES DE ALMEIDA | 910.476.844-20 | SINDICATO DA EDUCAÇÃO - SINTEB |

JOSÉ AILTON DUNGA DE SOUSA

760.417.784.-00

SOCIEDADE CIVIL

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 28 de julho de 2021.

ANTONIO LUCENA FILHO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Furtado de Figueiredo Neto
Código Identificador: 1962CB36

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUPIRANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO - ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 014/2021-PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2021-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2021.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

O **MUNICÍPIO DE JURUPIRANGA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob Nº 08.865.933/0001-53, com sede Av. Brasil, 380 – Centro – Jurupiranga - PB, representado neste ato pelo Prefeito, o Senhor **Antônio Maroja Guedes Filho, brasileiro**, casado, portador da carteira de identidade sob nº 464.761 2º Via e do CPF nº 236.848.954-15, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa **QUALITY COMERCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ sob o nº 40.263.087/0001-04, com sede na Rua Cordeiro de Farias, Nº 195, Centro, Goiana, CEP: 55.900-000, representada neste ato pelo Sr. **Odeval Francisco Barbosa Junior**, Brasileiro, Solteiro, Empresário, residente na Vila Zezita, Nº 16- A, Nova Goiana, Goiana-PE, CEP: 55.900-000, portador da carteira de identidade sob o nº 9146507 SSDS-PE e do CPF nº 109.613.004-18, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na lei nº 8.666/93 e 10.520/02 e demais disposições, a homologação do Processo Licitatório nº 035/2021, Pregão Eletrônico nº 007/2021, têm entre si justo e acordado o seguinte:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa visando a Formalização de Ata Registro de Preços visando a aquisição de gêneros alimentícios destinados as secretarias de Educação, de Administração- Planejamento e de Desenvolvimento Social de Jurupiranga, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas e características descritas no Anexo I deste edital.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) propostas (s) são as que seguem:

| ITENS | DESCRIÇÃO/MARCA | MARCA | UND | QTD | P.UNIT | P.TOTAL |
|---------------------|--|--|-----|------|--------|-----------|
| 8 | BEBIDA LÁCTEA fermentada (YOGURTE) Sabores variados, com consistência cremosa ou líquida, acondicionada embalagem de saco plástico. Ingredientes obrigatórios: leite pasteurizado; soro de queijo pasteurizado e desnatado, açúcar, polpa de fruta, fermento lácteo, e estabilizantes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega. 1 litro. | NATURAL DA VACA | LT | 3000 | 3,85 | 11.550,00 |
| 27 | EXTRATO DE TOMATE , embalagem de 1Kg. Sem gluramato monossódico. | XAVANTE | KG | 800 | 4,00 | 3.200,00 |
| 56 | PÃO DOCE - produto a base de farinha de trigo especial, fermento fresco, ovos(gordura hidrogenada ou banha), contendo reforçador, açúcar, sal, antimorfo e leite em pó integral de origem animal. Embalagem deverá ser acondicionados em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente; Unidade de 50g. | IN NATURA | KG | 1500 | 8,25 | 12.375,00 |
| 58 | PÃO TIPO FRANCÊS – Pesando aproximadamente 50g. Características: Produto fermentado, preparado com farinha de trigo, sal e água, apresentando-se com casca crocante, de cor uniforme e miolo branco, acondicionado em embalagem adequada. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Isento de parasita, sujidades, larvas e material estanho. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega. | IN NATURA | KG | 2000 | 10,48 | 20.960,00 |
| VALOR TOTAL: | | R\$ 48.085,00 (Quarenta e oito mil e oitenta e cinco reais) | | | | |

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTES E ADESÃO.

3.1. – **MUNICÍPIO DE JURUPIRANGA** – GERENCIADOR

3.2 – **FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**– ORGÃOS PARTICIPANTES.

3.2 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Na hipótese acima, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da ordem de serviço e convocar os demais para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.9. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.8 “a”, 5.8 “b” e 5.8 “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

5.11. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o Município de Juripiranga fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

5.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

6.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar contrato ou receber a nota de empenho, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.2. O Município de Juripiranga poderá convocar para substituir o fornecedor registrado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

6.3. No ato da contratação, se for o caso, a empresa vencedora poderá se fazer representar por representante, mediante apresentação de procuração com poderes expressos para firmar contrato.

6.4. A contratação será precedida da apresentação de toda a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista e da emissão de nota de empenho, sendo convocada a adjudicatária para assinatura do termo de contrato.

6.5. O contratado deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

6.6. As obrigações do contratado e as penalidades decorrentes de suas condutas são aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato anexos ao edital.

6.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal (is) devidamente atestada pelo setor técnico competente, devendo ser comprovada a manutenção das exigências da habilitação.

7.2. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

7.3. O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.4. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos produtos sempre que solicitados, será realizado no prazo, horários e locais previstos nos itens 4.1. do Termo de Referência, conforme o caso.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O órgão gerenciador providenciará a publicação do extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Não será permitida a adesão/carona a esta Ata de Registro de Preços

9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. As obrigações que nortearão a relação contratual entre as partes estão previstas nas Cláusulas Quinta (obrigações da Contratada) e Sexta (obrigações da Contratante) da minuta do contrato.

9.5. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

9.5. Fica eleito o foro da Comarca de Itabaiana para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços.

9.6. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Juripiranga, 26 de Julho de 2021.

ANTONIO MAROJA GUEDES FILHO

Prefeito

Contratante

Quality Comercio Varejista de Alimentos EIRELI

CNPJ: 40.263.087/0001-04

ODEVAL FRANCISCO BARBOSA JUNIOR

CPF: 109.613.004-18

Contratada

Publicado por:

Arildo Nogueira Gonçalves

Código Identificador:EF65E282

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2021-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2021 OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE JURIPIRANGA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob Nº 08.865.933/0001-53, com sede Av. Brasil, 380 – Centro – Juripiranga - PB, representado neste ato pelo Prefeito, o Senhor **Antônio Maroja Guedes Filho, brasileiro**, casado, portador da carteira de identidade sob nº 464.761 2º Via e do CPF nº 236.848.954-15, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa **RONYERE VASCONCELOS DOS SANTOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ sob o nº 24.511.689/0001-87, com sede na Rua Padre Leonardo Greco, Nº 33, Zumbi, Recife, CEP: 50.720-670, representada neste ato pelo Sr. **Ronyere Vasconcelos Dos Santos**, Brasileiro, Solteiro, Empresário, residente na Rua Poeta Zezito Neves, Nº 281, Aptoº 501, Boa Viagem, Recife-PE, CEP: 51.020-200, portador da carteira de identidade sob o nº 9149004 SSDS-PE e do CPF nº 102.004.054-89, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na lei n.º 8.666/93 e 10.520/02 e demais disposições, a homologação do Processo Licitatório nº 035/2021, Pregão Eletrônico nº 007/2021, têm entre si justo e acordado o seguinte:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa visando a Formalização de Ata Registro de Preços visando a aquisição de gêneros alimentícios destinados as secretarias de Educação, de Administração-Planejamento e de Desenvolvimento Social de Juripiranga, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas e características descritas no Anexo I deste edital.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) propostas (s) são as que seguem:

| ITENS | DESCRIÇÃO/MARCA | MARCA | QTD | UNID | P.UNIT | P.TOTAL |
|-------|--|----------|------|-------|----------|---------------|
| 1 | ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO, Saco em polietileno leitoso de 400g. Ingredientes indispensáveis: Açúcar, cacau empó, leite em pó, com aroma natural, sem corantes artificiais. Deve constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade | MÁGICO | 2230 | PCT | R\$ 2,99 | R\$ 6.667,70 |
| 3 | AÇÚCAR CRISTAL GRANULADO - acondicionado em pacote plástico, íntegro, vedado hermeticamente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa. | AÇUCANA | 6250 | Kg | R\$ 3,09 | R\$ 19.312,50 |
| 5 | AMIDO DE MILHO – Embalado em papel impermeável, limpo, não violado, resistente e acondicionado em caixas de papelão resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega. Resolução CNPNA nº 12, de 1978. Embalagem aproximada de 500g. | YOKI | 800 | Unid. | R\$ 3,93 | R\$ 3.144,00 |
| 6 | ARROZ parboilizado- Tipo 1, longo, constituídos de | PANELAÇO | 7500 | kg | R\$ 3,85 | R\$ 28.875,00 |

| | | | | | | |
|----|--|-------------|-------|---------|-----------|---------------|
| | grãos inteiros, com teor de unidade máxima 15%, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pct de 01 kg. | | | | | |
| 7 | AVEIA EM FLOCOS FINOS, embalagem de 165g. | YOKI | 400 | Unidade | R\$ 2,94 | R\$ 1.176,00 |
| 9 | BISCOITO DOCE TIPO MARIA – A base de farinha de trigo com açúcar, soro de leite, gordura vegetal hidrogenada, aroma e lecitina de soja, enriquecido com vitaminas. Embalagem individualizada em papel celofane. A data de fabricação deverá estar em local visível da embalagem, não superior a 30 dias da data de entrega, bem como o prazo de validade. Pacotes de 400g. Sem Gordura trans. | VITARELA | 18600 | Pacote | R\$ 2,97 | R\$ 55.242,00 |
| 10 | BISCOITO TIPO CREAM CRACKER salgado, sabor tradicional. Biscoito, apresentação: quadrado, classificação: salgado, tipo: cream cracker, acondicionado em pacotes de 400g. Sem gorduras trans. | VITARELA | 15800 | Pacote | R\$ 2,79 | R\$ 44.082,00 |
| 11 | CAFÉ - EM PÓ homogêneo, torrado e moído, aroma e sabor característicos de café, tipo forte, apresentação moído. Tipo embalagem á vácuo em pacote de 250 gramas, com data de fabricação máxima de 2 meses anteriores à data de entrega. De primeira qualidade, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC. O produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA. As embalagens devem conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. | PETINHO | 300 | UNID | R\$ 4,50 | R\$ 1.350,00 |
| 16 | CARNE BOVINA ACÉM, com osso, com no máximo 10% de gordura, livre de aparas, resfriada. Acondicionado em embalagem plástica, contendo identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. Inspeccionado pelo ministério da agricultura (SIF ou SIE). | MASTERBOI | 1800 | kg | R\$ 23,50 | R\$ 42.300,00 |
| 17 | CARNE BOVINA ACÉM, sem osso, com no máximo 10% de gordura, livre de aparas, resfriada. Acondicionado em embalagem plástica, contendo identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. Inspeccionado pelo ministério da agricultura (SIF ou SIE). | MASTERBOI | 1800 | kg | R\$ 25,85 | R\$ 46.530,00 |
| 18 | CARNE BOVINA MOÍDA, congelada, de 1ª categoria(coxão de dentro, coxão de fora e patinho), com no máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, podendo conter no máximo 3% de aponevroses, flexível, atóxica, resistente e transparente, em pacotes de 500g, com rótulo contendo identificação da empresa, registro no SIF ou CISPOA, identificação da categoria e tipo de carne, com data de fabricação e prazo de validade de 06 meses. A embalagem secundária deve ser em monoblocos plásticos brancos e limpos. | FORTBOI | 2500 | kg | R\$ 12,13 | R\$ 30.325,00 |
| 19 | CARNE DE CHARQUE 1ª QUALIDADE – (no máximo 10% de gordura), embalada em saco plástico vácuo transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20(vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante Kg. Peça com 5 quilos. | GMA | 1740 | kg | R\$ 33,00 | R\$ 57.420,00 |
| 22 | COLORAU- o colorífico deve ser constituído de matéria-prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto. Contendo no máximo 10% de sal, de acordo com as normas vigentes. Deverá conter a validade de no mínimo 06 a 1 ano, com dizeres de rotulagem, data de fabricação. Registro no MS. De acordo com a rdc nº276/2005. Pct com 100g. Sem Glutamato monossódico ou sais sódicos. | SEMPRE VIVA | 8324 | Unid. | R\$ 0,46 | R\$ 3.829,04 |
| 23 | CONDIMENTO SECO EM PÓ – tempero seco composto de pimenta do rein cominho, embalagem c/100g | SEMPRE VIVA | 300 | Unidade | R\$ 1,28 | R\$ 384,00 |
| 24 | CREME DE LEITE, Creme de leite, teor gordura: 21 a 40% de gordura, processamento: uht. Origem animal, embalado em lata ou tetrapack, limpa, isenta de ferrugem, não amassada, não estufada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Atender as exigências do Ministério da Agricultura e DIPOA, conforme portaria 369 de 04/09/1997 e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de origem Animal. Deverá apresentar validade mínima de 6(seis) meses a partir da data de entrega. Peso aproximado 200g. | ITALAC | 600 | Unidade | R\$ 2,94 | R\$ 1.764,00 |
| 25 | CREME VEGETAL COM SAL, tipo margarina – creme vegetal sem sal. Apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis – embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega com registro no ministério da agricultura, SIF/DIPOA. Embalagem de 250g. Sem glutamato monossodico e sem gorduras trans. | PRIMOR | 1000 | Unidade | R\$ 3,34 | R\$ 3.340,00 |
| 28 | FARINHA DE MADIOCA TIPO 1 – Embalada em | ITAEGA | 100 | KG | R\$ 2,55 | R\$ 255,00 |

| | | | | | | |
|----|---|-------------|-------|---------|-----------|---------------|
| | sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. . O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. Pct. 1kg. | | | | | |
| 29 | FARINHA DE TRIGO, especial com fermento, embalada em sacos transparentes, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 70(setenta) dias a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pacote de 1 Kg. | ROSA BRANCA | 300 | Kg | R\$ 3,61 | R\$ 1.083,00 |
| 31 | FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO 1ª Classe carioquinha, em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pct de 01 kg. | SELEÇÃO | 1500 | Kg | R\$ 5,75 | R\$ 8.625,00 |
| 32 | FEIJÃO MACASSAR - Armazenados em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pct de 01 kg. | SELEÇÃO | 3000 | Kg | R\$ 5,94 | R\$ 17.820,00 |
| 33 | FEIJÃO PRETO- Armazenados em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pct de 01 kg. | SELEÇÃO | 1650 | kg | R\$ 6,64 | R\$ 10.956,00 |
| 34 | FÍGADO BOVINO, congelado, em perfeito estado de conservação, apresentação, integridade e consumo, livre de impurezas que a tornem imprópria ao consumo, livre de impurezas que a tornem imprópria ao consumo, com entrega programada conforme determinação da secretaria de educação, com validade estampada na embalagem de no mínimo 1 ano. Empacotado em embalagem de 1Kg. | MASTERBOI | 1750 | kg | R\$ 17,15 | R\$ 30.012,50 |
| 35 | FLOCÃO DE MILHO pré-cozido, rico em ferro e ácido fólico vitaminado, peso líquido 500g, não contém glúten. | KIVITA | 8000 | Unid. | R\$ 1,29 | R\$ 10.320,00 |
| 36 | Frango, congelado abatido, em perfeito estado de conservação, apresentação, integridade, e consumo, livre de impurezas que a tornem imprópria ao consumo, com entrega programada na sede e distrito, conforme determinação da secretaria de educação, com validade mínima de 60 dias da entrega do produto com data de vencimento estampada na embalagem de no mínimo 1 ano. | NATTO | 7500 | Kg | R\$ 9,99 | R\$ 74.925,00 |
| 37 | LEITE CONDENSADO, obtido pela desidratação do leite, adicionado de sacarose ou glicose, embalado em lata limpa, isenta de ferrugem, não amassada, não estufada, resistente, que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Atender as exigências do Ministério da Agricultura e DIPOA, conforme portaria 369 de 04/09/1997 e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de origem Animal. Deverá apresentar validade mínima de 6(seis) meses a partir da data de entrega. Peso aproximado 395g. | ITALAC | 600 | Unidade | R\$ 4,95 | R\$ 2.970,00 |
| 38 | LEITE DE COCO – de 1ª qualidade sem adição de açúcar 500ml | KICOCO | 1500 | Unid. | R\$ 3,79 | R\$ 5.685,00 |
| 39 | LEITE EM PÓ DESNATADO, fardo contendo 50 unidades de 200g, não violados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas da Portaria nº 369 de 04/09/1997 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem Animal do Ministério da Agricultura. Validade mínima de 10(dez)meses a partir da data de entrega. Embalagem 200g. | CCGL | 1000 | Unidade | R\$ 7,25 | R\$ 7.250,00 |
| 40 | LEITE EM PÓ INTEGRAL- Unidades de 200g, não violados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas da Portaria nº 369 de 04/09/1997 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de origem Animal do Ministério da Agricultura. Validade mínima de 10(dez) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 400g. | CCGL | 10000 | Unidade | R\$ 4,84 | R\$ 48.400,00 |
| 43 | MACARRÃO vitaminado, tipo espaguete, cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovos, e demais substâncias permitidas, isenta de corantes artificiais, sujidades, parasitas, admitida | VITARELA | 12000 | Unidade | R\$ 2,24 | R\$ 26.880,00 |

| | | | | | | |
|--------------|--|--|------|---------|-----------|---------------|
| | umidade máxima 13%, fardo contendo 20 pacotes de 500g, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. | | | | | |
| 45 | MILHO AMARELO PARA MANGUZÁ – Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo de mungunzá, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionado em saco plástico resistente. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano. Pct com 500g. | GRÃO VERDE | 2232 | Pct | R\$ 1,71 | R\$ 3.816,72 |
| 49 | MISTURA À BASE DE AMIDO DE MILHO PARA O PREPARO DE MINGAU, sabor chocolate. Embalado em papel impermeável, limpo, não violado, papelão resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima d 06(seis) meses a partir da data de entrega. Resolução CNNPA nº 12, de 1978. Embalagem aproximada de 200g. | CREMOGEMA | 1250 | Unid. | R\$ 3,57 | R\$ 4.462,50 |
| 50 | MISTURA À BASE DE AMIDO DE MILHO PARA O PREPARO DE MINGAU, sabor morango. Embalado em papel impermeável, limpo, não violado, papelão resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima d 06(seis) meses a partir da data de entrega. Resolução CNNPA nº 12, de 1978. Embalagem aproximada de 200g. | CREMOGEMA | 1250 | Unid. | R\$ 3,57 | R\$ 4.462,50 |
| 54 | ÓLEO DE SOJA, – de primeira qualidade, 100% natural, comestível, extrato refinado, limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso líquido 900ml | CONCÓRDIA | 3950 | Unid. | R\$ 7,99 | R\$ 31.560,50 |
| 55 | OVO DE GALINHA, classe A, tipo 3 grande. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidades, cor, odor ou sabor anormais; acondicionados em embalagem apropriada com 30 unidades. Proveniente de avicultor com inspeção oficial, devendo atender às exigências do Regulamento interno de inspeção de produtos de Origem Animal- RISPOA/MA Resolução nº 05 de julho de 1991- CIPOA/MA. | ENAVIS | 255 | Bandeja | R\$ 11,74 | R\$ 2.993,70 |
| 59 | PEITO DE FRANGO, congelado abatido, em perfeito estado de conservação, apresentação, integridade e consumo, livre de impurezas que a tornem imprópria ao consumo, com entrega programada na sede e distrito, conforme determinação da secretaria de educação, com validade mínima de 60 dias da entrega do produto com data de vencimento estampada na embalagem de no mínimo 1 ano. | MISTER FRANGO | 2300 | kg | R\$ 8,24 | R\$ 18.952,00 |
| 65 | PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA- sabor frango, apresentada em grãos, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isenta de sujidades, em saco plástico transparente; Rotulagem contendo composição nutricional, data de fabricação. Deverá apresentar validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnmpa. | CAMIL | 1405 | Fd | R\$ 5,10 | R\$ 7.165,50 |
| 66 | PROTEÍNA TEXTURIZADA ESCURA DE SOJA , apresentada em grãos, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isenta de sujidades, em saco plástico transparente; Rotulagem contendo composição nutricional, data de fabricação. Deverá apresentar validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnmpa. | CAMIL | 1255 | Unidade | R\$ 3,14 | R\$ 3.940,70 |
| 68 | SAL REFINADO – sal iodado, constituído de cristais de granulação uniforme e isento de impurezas e umidade, acondicionado em saco plástico, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação, quantidade do produto, numero de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6(seis) meses a partir da data de entrega. Resolução rdc nº 130, de 26 de maio de 2003. Embalagem de 1 kg. | LEBRE | 3362 | Kg | R\$ 1,24 | R\$ 4.168,88 |
| 69 | SALSICHA bovina, em conserva. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99 e da Lei Municipal / Vigilância Sanitária n.5504/99. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. | ESTRELA | 500 | KG | R\$ 10,54 | R\$ 5.270,00 |
| 70 | SARDINHA em lata de 125 gramas. | NAUTIQUE | 800 | Unid. | R\$ 3,67 | R\$ 2.936,00 |
| 71 | VINAGRE – Ácido acético obtido mediante a fermentação acética de soluções aquosas de álcool procedente principalmente de matérias agrícolas. Padronizado, refiltrado, pasteurizado e envasado para a distribuição no comércio em geral. Com acidez de 4,15%. Embalagem plástica/garrafa pet, sem corantes, sem essências e sem adição de açúcares. De acordo com a rdc nº 276/2005. Embalagem de 500ml. | FIGUEIRA | 2500 | Unid. | R\$ 2,29 | R\$ 5.725,00 |
| VALOR TOTAL: | | R\$ 686.376,74 (Seiscentos e oitenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos) | | | | |

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTES E ADESÃO.

3.1. – **MUNICÍPIO DE JURUPIRANGA – GERENCIADOR**

3.2 – **FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL– ORGÃOS PARTICIPANTES.**

3.2 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA**

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Na hipótese acima, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da ordem de serviço e convocar os demais para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.9. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.8 “a”, 5.8 “b” e 5.8 “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

5.11. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o Município de Jurupiranga fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

5.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO**

6.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar contrato ou receber a nota de empenho, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.2. O Município de Jurupiranga poderá convocar para substituir o fornecedor registrado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

6.3. No ato da contratação, se for o caso, a empresa vencedora poderá se fazer representar por representante, mediante apresentação de procuração com poderes expressos para firmar contrato.

6.4. A contratação será precedida da apresentação de toda a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista e da emissão de nota de empenho, sendo convocada a adjudicatária para assinatura do termo de contrato.

6.5. O contratado deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

6.6. As obrigações do contratado e as penalidades decorrentes de suas condutas são aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato anexos ao edital.

6.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto lícitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal (is) devidamente atestada pelo setor técnico competente, devendo ser comprovada a manutenção das exigências da habilitação.

7.2. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente. 7.3. O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.4. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8. **CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. O fornecimento dos produtos sempre que solicitados, será realizado no prazo, horários e locais previstos nos itens 4.1. do Termo de Referência, conforme o caso.

9. **CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

9.1. O órgão gerenciador providenciará a publicação do extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Não será permitida a adesão/carona a esta Ata de Registro de Preços.

9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. As obrigações que nortearão a relação contratual entre as partes estão previstas nas Cláusulas Quinta (obrigações da Contratada) e Sexta (obrigações da Contratante) da minuta do contrato.

9.5. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

9.5. Fica eleito o foro da Comarca de Itabaiana para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços.

9.6. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Juripiranga, 26 de Julho de 2021.

ANTONIO MAROJA GUEDES FILHO

Prefeito

Contratante

Ronyere Vasconcelos Dos Santos EIRELI

CNPJ: 24.511.689/0001-87

RONYERE VASCONCELOS DOS SANTOS

CPF: 102.004.054-89

Contratada

Publicado por:
Arildo Nogueira Gonçalves
Código Identificador:431F95E3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2021-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2021. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

O **MUNICÍPIO DE JURIPIRANGA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob Nº 08.865.933/0001-53, com sede Av. Brasil, 380 – Centro – Juripiranga - PB, representado neste ato pelo Prefeito, o Senhor **Antônio Maroja Guedes Filho, brasileiro**, casado, portador da carteira de identidade sob nº 464.761 2º Via e do CPF nº 236.848.954-15, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa **CHRISTIANNY MAROJA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ sob o nº 04.462.687/0001-38, com sede na Avenida Monsenhor Almeida, Nº 210, Loja: A, Jaguaribe, João Pessoa, CEP: 58.015-090, representada neste ato pela Sra. **Christianny Maroja**, Brasileira, Solteira, Empresária, residente na Avenida Senador João Lira, Nº 76, Jaguaribe, João Pessoa-PB, CEP: 58.015-090, portadora da carteira de identidade sob o nº 1.906.823 SSP-PB e do CPF nº 018.787.954-06, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na lei nº 8.666/93 e 10.520/02 e demais disposições, a homologação do Processo Licitatório nº 035/2021, Pregão Eletrônico nº 007/2021, têm entre si justo e acordado o seguinte:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa visando a Formalização de Ata Registro de Preços visando a aquisição de gêneros alimentícios destinados as secretarias de Educação, de Administração- Planejamento e de Desenvolvimento Social de Juripiranga, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas e características descritas no Anexo I deste edital. .

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) propostas (s) são as que seguem:

| ITENS | DESCRIÇÃO | QUANT | MARCA | UNID | VALOR | Valor TOTAL |
|--------------|--|-------|-----------------|-------|-------|------------------|
| 2 | ACHOCOLATADO LÍQUIDO , embalagem/1lt: Permeado concentrado de leite reconstituído, soro de leite pasteurizado, açúcar, creme de leite, cacau em pó, sal, aromatizante, estabilizante, citrato de sódio e espessantes amido, goma guar., aboximetilcelulose sódica e carragena. NÃO CONTEM GLÚTEN. | 600 | BETANIA | LT | 6,05 | 3.630,00 |
| 4 | ADOÇANTE , dietético, 100 ml. Adoçante, aspecto físico: líquido límpido transparente, ingredientes: ciclamato + sacarina. | 120 | MARATA | UNID | 3,30 | 396,00 |
| 12 | CAFÉ SOLÚVEL , original 50g. MARCA: NESCAFÉ. | 115 | SANTA CLARA | UNID | 3,86 | 443,90 |
| 13 | CALDO TIPO KNOR sabores: frango carne, bacon e costelas. Embalagem contendo 12 unidades. | 400 | KINOR | UNID | 1,19 | 476,00 |
| 14 | CANELA EM PAU . Embalagem de 100 g. | 10 | KITANO | UNID | 1,91 | 19,10 |
| 15 | CANELA EM PÓ , pote de 40g. | 500 | KITANO | UNID | 1,90 | 950,00 |
| 21 | COBERTURA DE CHOCOLATE , para bolo, embalagem c/380g. | 200 | DORI | UNID | 4,12 | 824,00 |
| 26 | DOCE DE GOIABA EM EMBALAGEM PLÁSTICA , embalagem de 250g. | 135 | TUPYGUARANI | UNID | 3,50 | 472,50 |
| 30 | FARINHA LÁCTEA , a base de: farinha de trigo/leite em pó integral/açúcar/sal/ vitaminas/sais minerais/aromatizantes. Composição nutricional mínima (100g): 11g de proteínas/ 69g de hidratos de carbono. Valor calórico 400Kcal. Embalagem de 210g. | 1100 | MARATÁ | PCT | 5,05 | 5.555,00 |
| 41 | LEITE EM PÓ INTEGRAL SEM LACTOSE - Fardo contendo 50 unidades de 200g, não violados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas da Portaria nº 369 de 04/09/1997 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de origem Animal do Ministério da Agricultura. Validade mínima de 10(dez) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 400g. | 1200 | ITAMBÉ | UNID | 5,06 | 6.072,00 |
| 42 | MACARRÃO PARA FUSO , cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovos, e demais substâncias permitidas, isento de glúten, corantes artificiais suídes, parasitas, admitida umidade máxima 13% Fardo contendo 20 pacotes de 500g, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados . A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. | 400 | VITAMASSA | UNID | 3,66 | 1.464,00 |
| 46 | MILHO PARA PIPOCA , 500g | 700 | CLARA | PCT | 3,79 | 2.653,00 |
| 47 | MILHO VERDE em conserva, em lata de 200g. | 600 | FUNGINI | UNID | 2,77 | 1.662,00 |
| 48 | MISTURA À BASE DE AMIDO DE MILHO PARA O PREPARO DE MINGAU , sabor baunilha tradicional. Embalado em papel impermeável, limpo, não violado, papelão resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega. Resolução CNPA nº 12, de 1978. Embalagem aproximada de 200g. | 4000 | CREMOGEMA | Unid. | 3,20 | 12.800,00 |
| 52 | MORTADELA DE FRANGO : produto constituído da mistura de carne de frango convenientemente trituradas, adicionadas de condimentos e outras substâncias alimentares. O produto deve ser preparado com carnes de boa qualidade, com até 9% de gordura, isenta de cartilagens. Produto embalado em plástico de até 3kg, no qual tenha sido aplicado vácuo, rótulo contendo identificação da empresa registro no sim ou sif, identificação da categoria e tipo de carne, data de fabricação e prazo de validade de 2 meses na entrega. | 300 | SADILAR | KG | 13,90 | 4.170,00 |
| 57 | PAO PARA CACHORRO QUENTE 50 gramas. Pacotes com 10 unidades. | 2500 | PANDEL | UNID | 5,80 | 14.500,00 |
| 67 | QUEIJO PARMESÃO RALADO . A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Pacote com 50 gr. | 200 | NATURAL DA VACA | UNID | 3,49 | 698,00 |
| VALOR TOTAL: | R\$ 56.785,50 (Cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos). | | | | | |

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTES E ADESÃO.

3.1. – **MUNICÍPIO DE JURIPIRANGA – GERENCIADOR**

3.2 – **FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL– ÓRGÃOS PARTICIPANTES.**

3.2 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Na hipótese acima, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. 5.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da ordem de serviço e convocar os demais para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

5.9. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.8 “a”, 5.8 “b” e 5.8 “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

5.11. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o Município de Juripiranga fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

5.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

6.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar contrato ou receber a nota de empenho, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.2. O Município de Juripiranga poderá convocar para substituir o fornecedor registrado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

6.3. No ato da contratação, se for o caso, a empresa vencedora poderá se fazer representar por representante, mediante apresentação de procuração com poderes expressos para firmar contrato.

6.4. A contratação será precedida da apresentação de toda a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista e da emissão de nota de empenho, sendo convocada a adjudicatária para assinatura do termo de contrato.

6.5. O contratado deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

6.6. As obrigações do contratado e as penalidades decorrentes de suas condutas são aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato anexos ao edital.

6.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal (is) devidamente atestada pelo setor técnico competente, devendo ser comprovada a manutenção das exigências da habilitação.

7.2. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

7.3. O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.4. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos produtos sempre que solicitados, será realizado no prazo, horários e locais previstos nos itens 4.1. do Termo de Referência, conforme o caso.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O órgão gerenciador providenciará a publicação do extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Não será permitida a adesão/carona a esta Ata de Registro de Preços.

9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. As obrigações que nortearão a relação contratual entre as partes estão previstas nas Cláusulas Quinta (obrigações da Contratada) e Sexta (obrigações da Contratante) da minuta do contrato.

9.5. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014. 9.5. Fica eleito o foro da Comarca de Itabaiana para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços.

9.6. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Juripiranga, 26 de Julho de 2021.

ANTONIO MAROJA GUEDES FILHO

Prefeito
Contratante

Christianny Maroja EIRELI
CNPJ: 04.462.687/0001-38
CHRISTIANNY MAROJA
CPF: 018.787.954-06
Contratada

Publicado por:
Arildo Nogueira Gonçalves
Código Identificador:38A0614F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO **GABINETE DO PREFEITO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 035/2021-PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2021**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2021. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

O **MUNICÍPIO DE JURIPIRANGA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob N.º 08.865.933/0001-53, com sede Av. Brasil, 380 – Centro – Juripiranga - PB, representado neste ato pelo Prefeito, o Senhor **Antônio Maroja Guedes Filho, brasileiro**, casado, portador da carteira de identidade sob n.º 464.761 2º Via e do CPF n.º 236.848.954-15, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **WILSON COMERCIO E SERVIÇO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ sob o n.º 22.265.371/0001-38, com sede na Rua Um, N.º 418, Lote Nova Paulista, Nobre, Paulista, CEP: 53.401-742, representada neste ato pelo Sr. **Wilson Monteiro Prates Neto**, Brasileiro, Solteiro, Empresário, residente na Rua Costa Azul, N.º 45, Pau Amarelo, Paulista-PE, CEP: 53.431-055, portador da carteira de identidade sob o n.º 7006077 SSDS-PE e do CPF n.º 057.672.434-33, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na lei n.º 8.666/93 e 10.520/02 e demais disposições, a homologação do Processo Licitatório n.º 035/2021, Pregão Eletrônico n.º 007/2021, têm entre si justo e acordado o seguinte:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa visando a Formalização de Ata Registro de Preços visando a aquisição de gêneros alimentícios destinados as secretarias de Educação, de Administração-Planejamento e de Desenvolvimento Social de Juripiranga, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas e características descritas no Anexo I deste edital.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) propostas (s) são as que seguem:

| ITENS | DESCRIÇÃO | QUANT | MARCA | UNID | VALOR | Valor TOTAL |
|---------------------|---|-------|----------|------|---|-----------------|
| 20 | CHOCOLATE GRANULADO , feito de cacau, em embalagens de 150g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas dos órgãos de Vigilância Sanitária em legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega. | 100 | DORI | UNID | 2,00 | 200,00 |
| 44 | MANTEIGA comum com sal embalagem 500g | 30 | SCALA | UNID | 8,05 | 241,50 |
| 51 | MISTURA PARA BOLO – Mistura Alimentícia, Ingredientes: Farinha De Trigo, Margarina, Leite E Ovos, Aplicação: Bolo. Embalagem c/500g sabores: laranja, baunilha, fubá e chocolate. | 300 | RENATA | PCT. | 4,45 | 1.335,00 |
| 53 | MUÇARELA em fatias. Queijo mussarela, fatiado. Embalagem com dados de identificação, data de fabricação e de validade, peso líquido e registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura. Deverá ser transportado em carros fechados refrigerados, em embalagens e temperaturas corretas (10°C ou de acordo com o fabricante) e adequadas, respeitando a características do produto. De modo que as embalagens não se apresente alteradas. | 130 | DA VAGA | KG | 26,30 | 3.419,00 |
| 60 | POLPA DE FRUTA SABOR ACEROLA - Selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou cxs. de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde. De acordo com a resolução 12/78 da cnmpa. | 100 | SÓFRUTA | KG | 5,86 | 586,00 |
| 61 | POLPA DE FRUTA SABOR CAJÁ Selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou cxs. de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde. De acordo com a resolução 12/78 da cnmpa. | 140 | SÓFRUTA | KG | 5,86 | 820,40 |
| 62 | POLPA DE FRUTA SABOR CAJÚ - Selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou cxs. de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde. De acordo com a resolução 12/78 da cnmpa. | 10 | SÓ FRUTA | KG | 5,86 | 58,60 |
| 63 | POLPA DE FRUTA SABOR GOIABA - Selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou cxs. de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde. De acordo com a resolução 12/78 da cnmpa. | 100 | SÓFRUTA | KG | 5,86 | 586,00 |
| 64 | Presunto , cozido sem gordura fatiado. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, lote, validade, peso líquido, e registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura. Deverá ser transportado em carros fechados refrigerados, em embalagens e temperaturas corretas (10°C ou de acordo com o fabricante) e adequadas, respeitando a características do produto. De modo que as embalagens não se apresente alteradas.. | 130 | AURORA | KG | 25,10 | 3.263,00 |
| VALOR TOTAL: | | | | | R\$ 10.509,50 (Dez mil quinhentos e nove reais e cinquenta centavos). | |

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTES E ADESÃO.

3.1. – **MUNICÍPIO DE JURIPIRANGA** – GERENCIADOR

3.2 – **FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**– ORGÃOS PARTICIPANTES.

3.2 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

5.2. Na hipótese acima, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da ordem de serviço e convocar os demais para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

5.9. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.8 “a”, 5.8 “b” e 5.8 “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

5.11. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o Município de Juripiranga fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

5.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

6.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar contrato ou receber a nota de empenho, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.2. O Município de Juripiranga poderá convocar para substituir o fornecedor registrado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

6.3. No ato da contratação, se for o caso, a empresa vencedora poderá se fazer representar por representante, mediante apresentação de procuração com poderes expressos para firmar contrato.

6.4. A contratação será precedida da apresentação de toda a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista e da emissão de nota de empenho, sendo convocada a adjudicatária para assinatura do termo de contrato.

6.5. O contratado deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

6.6. As obrigações do contratado e as penalidades decorrentes de suas condutas são aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato anexos ao edital.

6.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal (is) devidamente atestada pelo setor técnico competente, devendo ser comprovada a manutenção das exigências da habilitação.

7.2. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

7.3. O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.4. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos produtos sempre que solicitados, será realizado no prazo, horários e locais previstos nos itens 4.1. do Termo de Referência, conforme o caso.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O órgão gerenciador providenciará a publicação do extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Não será permitida a adesão/carona a esta Ata de Registro de Preços.

9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. As obrigações que nortearão a relação contratual entre as partes estão previstas nas Cláusulas Quinta (obrigações da Contratada) e Sexta (obrigações da Contratante) da minuta do contrato.

9.5. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

9.5. Fica eleito o foro da Comarca de Itabaiana para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços.

9.6. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Juripiranga, 26 de Julho de 2021.

ANTONIO MAROJA GUEDES FILHO

- Prefeito –

Contratante

Wilson Comercio E Serviço EIRELI
 CNPJ: 22.265.371/0001-38
WILSON MONTEIRO PRATES NETO
 CPF: 057.672.434-33
 Contratada

Publicado por:
 Arildo Nogueira Gonçalves
Código Identificador:9C13A762

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

GABINETE DO PREFEITO
RREO - ANEXO I (LRF, ART. 52, INCISO I, ALÍNEAS "A" E "B" DO INCISO II E §1º)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

| RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) | | | | | | | R\$ 1,00 |
|---|------------------|------------------------|---------------------|---------|--------------------|---------|------------------------|
| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA(a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO A REALIZAR (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 40.000.000,00 | 40.000.000,00 | 6.434.587,35 | 16,09 | 19.519.875,34 | 48,80 | 20.480.124,66 |
| Receitas Correntes | 38.665.466,00 | 38.665.466,00 | 6.434.587,35 | 16,64 | 19.228.717,22 | 49,73 | 19.436.748,78 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 2.042.119,00 | 2.042.119,00 | 179.277,41 | 8,78 | 763.017,49 | 37,36 | 1.279.101,51 |
| Impostos | 1.967.310,00 | 1.967.310,00 | 176.518,41 | 8,97 | 749.241,12 | 38,08 | 1.218.068,88 |
| Taxas | 74.809,00 | 74.809,00 | 2.759,00 | 3,69 | 13.776,37 | 18,42 | 61.032,63 |
| Contribuições | 888.969,00 | 888.969,00 | 89.808,83 | 10,10 | 299.504,82 | 33,69 | 589.464,18 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 888.969,00 | 888.969,00 | 89.808,83 | 10,10 | 299.504,82 | 33,69 | 589.464,18 |
| Receita Patrimonial | 30.969,00 | 30.969,00 | 19.286,86 | 62,28 | 28.248,68 | 91,22 | 2.720,32 |
| Valores Mobiliários | 30.969,00 | 30.969,00 | 19.286,86 | 62,28 | 28.248,68 | 91,22 | 2.720,32 |
| Receita de Serviços | 216.819,00 | 216.819,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 216.819,00 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 216.819,00 | 216.819,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 216.819,00 |
| Transferências Correntes | 35.171.971,00 | 35.171.971,00 | 6.145.635,93 | 17,47 | 18.137.257,46 | 51,57 | 17.034.713,54 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 18.546.200,00 | 18.546.200,00 | 2.811.073,55 | 15,16 | 8.648.227,69 | 46,63 | 9.897.972,31 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 9.691.684,00 | 9.691.684,00 | 1.595.433,61 | 16,46 | 4.910.456,29 | 50,67 | 4.781.227,71 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 6.934.087,00 | 6.934.087,00 | 1.739.128,77 | 25,08 | 4.578.573,48 | 66,03 | 2.355.513,52 |
| Outras Receitas Correntes | 314.619,00 | 314.619,00 | 578,32 | 0,18 | 688,77 | 0,22 | 313.930,23 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 62.061,00 | 62.061,00 | 578,32 | 0,93 | 688,77 | 1,11 | 61.372,23 |
| Demais Receitas Correntes | 252.558,00 | 252.558,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 252.558,00 |
| Receitas de Capital | 1.334.534,00 | 1.334.534,00 | 0,00 | 0,00 | 291.158,12 | 21,82 | 1.043.375,88 |
| Transferências de Capital | 1.334.534,00 | 1.334.534,00 | 0,00 | 0,00 | 291.158,12 | 21,82 | 1.043.375,88 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 1.230.348,00 | 1.230.348,00 | 0,00 | 0,00 | 280.658,12 | 22,81 | 949.689,88 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 104.186,00 | 104.186,00 | 0,00 | 0,00 | 10.500,00 | 10,08 | 93.686,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II) | 40.000.000,00 | 40.000.000,00 | 6.434.587,35 | 16,09 | 19.519.875,34 | 48,80 | 20.480.124,66 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV) | 40.000.000,00 | 40.000.000,00 | 6.434.587,35 | 16,09 | 19.519.875,34 | 48,80 | 20.480.124,66 |
| DEFICIT (VI) ¹ | - | - | - | - | 0,00 | - | - |
| TOTAL (VII) - (V + VI) | 40.000.000,00 | 40.000.000,00 | 6.434.587,35 | 16,09 | 19.519.875,34 | 48,80 | 20.480.124,66 |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 | - | - |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | 0,00 | 0,00 | - | - | - | - | - |
| Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais | - | 0,00 | - | - | 0,00 | - | - |

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e - f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e - h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS ² (k) |
|--|---------------------|------------------------|---------------------|------------------|---------------------|---------------------|------------------|---------------------|-----------------------------------|--|
| | | | No Bimestre | Até Bimestre (f) | | No Bimestre | Até Bimestre (h) | | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 40.000.000,00 | 40.000.117,00 | 5.861.279,19 | 16.673.635,76 | 23.326.481,24 | 5.849.267,19 | 16.661.436,16 | 23.338.680,84 | 16.219.455,92 | 12.199,60 |
| Despesas Correntes | 35.230.936,00 | 35.385.286,09 | 5.441.120,25 | 15.208.996,50 | 20.176.289,59 | 5.429.108,25 | 15.196.796,90 | 20.188.489,19 | 14.825.677,93 | 12.199,60 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 22.065.398,00 | 21.797.075,02 | 3.390.201,35 | 10.268.374,70 | 11.528.700,32 | 3.390.201,35 | 10.268.374,70 | 11.528.700,32 | 9.979.594,34 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 13.165.538,00 | 13.588.211,07 | 2.050.918,90 | 4.940.621,80 | 8.647.589,27 | 2.038.906,90 | 4.928.422,20 | 8.659.788,87 | 4.846.083,59 | 12.199,60 |
| Despesas de Capital | 4.369.064,00 | 4.214.830,91 | 420.158,94 | 1.464.639,26 | 2.750.191,65 | 420.158,94 | 1.464.639,26 | 2.750.191,65 | 1.393.777,99 | 0,00 |
| Investimentos | 3.104.524,00 | 2.950.290,91 | 306.471,12 | 1.049.973,33 | 1.900.317,58 | 306.471,12 | 1.049.973,33 | 1.900.317,58 | 979.112,06 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 1.264.540,00 | 1.264.540,00 | 113.687,82 | 414.665,93 | 849.874,07 | 113.687,82 | 414.665,93 | 849.874,07 | 414.665,93 | 0,00 |
| Reserva de Contingência | 400.000,00 | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX) | 40.000.000,00 | 40.000.117,00 | 5.861.279,19 | 16.673.635,76 | 23.326.481,24 | 5.849.267,19 | 16.661.436,16 | 23.338.680,84 | 16.219.455,92 | 12.199,60 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍV. REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | |
|--|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|-----------|
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 40.000.000,00 | 40.000.117,00 | 5.861.279,19 | 16.673.635,76 | 23.326.481,24 | 5.849.267,19 | 16.661.436,16 | 23.338.680,84 | 16.219.455,92 | 12.199,60 |
| SUPERÁVIT (XIII) | - | - | - | - | - | - | 2.858.439,18 | - | - | - |
| TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) | 40.000.000,00 | 40.000.117,00 | 5.861.279,19 | 16.673.635,76 | - | 5.849.267,19 | 19.519.875,34 | - | 16.219.455,92 | 12.199,60 |
| RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 | - | - | 0,00 | - | - |

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 às 08:41:42

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:9505837F

GABINETE DO PREFEITO RREO - ANEXO II (LRF, ART. 52, INCISO II, ALÍNEA "C")

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

| RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") | | | | | | | | | | | RS 1,00 |
|---|----------------|------------------------|---------------------|--------------------|-----------------|-----------------|---------------------|--------------------|----------------|-----------------|---|
| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIA | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c)=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e)=(a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até Bimestre (b) | % (b / total b) | | No Bimestre | Até Bimestre (d) | % (d/ total d) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 40.000.000,00 | 40.000.117,00 | 5.861.279,19 | 16.673.635,76 | 100,00 | 23.326.481,24 | 5.849.267,19 | 16.661.436,16 | 100,00 | 23.338.680,84 | 0,00 |
| Legislativa | 1.890.000,00 | 1.890.000,00 | 248.940,18 | 681.267,98 | 4,09 | 1.208.732,02 | 248.940,18 | 681.267,98 | 4,09 | 1.208.732,02 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 1.890.000,00 | 1.890.000,00 | 248.940,18 | 681.267,98 | 4,09 | 1.208.732,02 | 248.940,18 | 681.267,98 | 4,09 | 1.208.732,02 | 0,00 |
| Essencial à Justiça | 242.733,00 | 242.733,00 | 31.814,00 | 101.409,08 | 0,61 | 141.323,92 | 31.814,00 | 101.409,08 | 0,61 | 141.323,92 | 0,00 |
| Def. Interesse Públ. no Proc. Judiciário | 242.733,00 | 242.733,00 | 31.814,00 | 101.409,08 | 0,61 | 141.323,92 | 31.814,00 | 101.409,08 | 0,61 | 141.323,92 | 0,00 |
| Administração | 10.863.316,00 | 10.803.993,59 | 1.468.668,84 | 4.288.393,18 | 25,72 | 6.515.600,41 | 1.468.668,84 | 4.288.205,58 | 25,74 | 6.515.788,01 | 0,00 |
| Administração Geral | 5.299.948,00 | 5.249.913,59 | 650.163,83 | 2.144.784,44 | 12,86 | 3.105.129,15 | 650.163,83 | 2.144.596,84 | 12,87 | 3.105.316,75 | 0,00 |
| Administração Financeira | 1.264.540,00 | 1.264.540,00 | 113.687,82 | 414.665,93 | 2,49 | 849.874,07 | 113.687,82 | 414.665,93 | 2,49 | 849.874,07 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 4.298.828,00 | 4.289.540,00 | 704.817,19 | 1.728.942,81 | 10,37 | 2.560.597,19 | 704.817,19 | 1.728.942,81 | 10,38 | 2.560.597,19 | 0,00 |
| Assistência Social | 1.369.909,00 | 1.359.293,58 | 229.290,93 | 559.066,52 | 3,35 | 800.227,06 | 217.278,93 | 547.054,52 | 3,28 | 812.239,06 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | 40.000,00 | 3.821,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.821,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.821,76 | 0,00 |
| Assistência Comunitária | 1.329.909,00 | 1.355.471,82 | 229.290,93 | 559.066,52 | 3,35 | 796.405,30 | 217.278,93 | 547.054,52 | 3,28 | 808.417,30 | 0,00 |
| Saúde | 9.415.648,00 | 9.415.648,00 | 1.669.958,63 | 4.488.217,82 | 26,92 | 4.927.430,18 | 1.669.958,63 | 4.488.217,82 | 26,94 | 4.927.430,18 | 0,00 |
| Atenção Básica | 8.143.448,00 | 8.164.008,16 | 1.564.625,91 | 4.219.230,67 | 25,30 | 3.944.777,49 | 1.564.625,91 | 4.219.230,67 | 25,32 | 3.944.777,49 | 0,00 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 1.071.350,00 | 1.053.651,00 | 84.975,59 | 218.340,56 | 1,31 | 835.310,44 | 84.975,59 | 218.340,56 | 1,31 | 835.310,44 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 200.850,00 | 197.988,84 | 20.357,13 | 50.646,59 | 0,30 | 147.342,25 | 20.357,13 | 50.646,59 | 0,30 | 147.342,25 | 0,00 |
| Trabalho | 443.425,00 | 442.325,00 | 65.051,06 | 246.071,18 | 1,48 | 196.253,82 | 65.051,06 | 246.071,18 | 1,48 | 196.253,82 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 443.425,00 | 442.325,00 | 65.051,06 | 246.071,18 | 1,48 | 196.253,82 | 65.051,06 | 246.071,18 | 1,48 | 196.253,82 | 0,00 |
| Educação | 11.297.776,00 | 11.297.776,00 | 1.495.595,14 | 4.310.486,49 | 25,85 | 6.987.289,51 | 1.495.595,14 | 4.310.486,49 | 25,87 | 6.987.289,51 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 11.297.776,00 | 11.297.776,00 | 1.495.595,14 | 4.310.486,49 | 25,85 | 6.987.289,51 | 1.495.595,14 | 4.310.486,49 | 25,87 | 6.987.289,51 | 0,00 |
| Cultura | 894.033,00 | 901.743,00 | 85.687,80 | 245.234,04 | 1,47 | 656.508,96 | 85.687,80 | 245.234,04 | 1,47 | 656.508,96 | 0,00 |
| Difusão Cultural | 105.168,00 | 105.168,00 | 21.635,85 | 43.091,37 | 0,26 | 62.076,63 | 21.635,85 | 43.091,37 | 0,26 | 62.076,63 | 0,00 |
| Turismo | 788.865,00 | 796.575,00 | 64.051,95 | 202.142,67 | 1,21 | 594.432,33 | 64.051,95 | 202.142,67 | 1,21 | 594.432,33 | 0,00 |
| Direitos da Cidadania | 154.914,00 | 162.360,60 | 25.044,48 | 73.024,33 | 0,44 | 89.336,27 | 25.044,48 | 73.024,33 | 0,44 | 89.336,27 | 0,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 154.914,00 | 162.360,60 | 25.044,48 | 73.024,33 | 0,44 | 89.336,27 | 25.044,48 | 73.024,33 | 0,44 | 89.336,27 | 0,00 |
| Urbanismo | 1.181.793,00 | 1.304.383,48 | 341.499,87 | 975.259,10 | 5,85 | 329.124,38 | 341.499,87 | 975.259,10 | 5,85 | 329.124,38 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 804.065,00 | 887.347,40 | 219.834,81 | 663.383,96 | 3,98 | 223.963,44 | 219.834,81 | 663.383,96 | 3,98 | 223.963,44 | 0,00 |
| Serviços Urbanos | 161.264,00 | 95.774,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 95.774,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 95.774,16 | 0,00 |
| Recursos Hídricos | 216.464,00 | 321.261,92 | 121.665,06 | 311.875,14 | 1,87 | 9.386,78 | 121.665,06 | 311.875,14 | 1,87 | 9.386,78 | 0,00 |
| Habitação | 349.879,00 | 349.879,00 | 26.930,10 | 48.157,84 | 0,29 | 301.721,16 | 26.930,10 | 48.157,84 | 0,29 | 301.721,16 | 0,00 |
| Habitação Urbana | 349.879,00 | 349.879,00 | 26.930,10 | 48.157,84 | 0,29 | 301.721,16 | 26.930,10 | 48.157,84 | 0,29 | 301.721,16 | 0,00 |
| Saneamento | 118.045,00 | 64.983,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.983,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.983,00 | 0,00 |
| Serviços Urbanos | 118.045,00 | 64.983,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.983,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.983,00 | 0,00 |
| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIA | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c)=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e)=(a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b / total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/ total d) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 40.000.000,00 | 40.000.117,00 | 5.861.279,19 | 16.673.635,76 | 100,00 | 23.326.481,24 | 5.849.267,19 | 16.661.436,16 | 100,00 | 23.338.680,84 | 0,00 |
| Gestão Ambiental | 368.418,00 | 522.580,36 | 67.794,38 | 386.053,92 | 2,32 | 136.526,44 | 67.794,38 | 386.053,92 | 2,32 | 136.526,44 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 368.418,00 | 522.580,36 | 67.794,38 | 386.053,92 | 2,32 | 136.526,44 | 67.794,38 | 386.053,92 | 2,32 | 136.526,44 | 0,00 |
| Agricultura | 748.596,00 | 637.999,73 | 62.672,62 | 175.154,21 | 1,05 | 462.845,52 | 62.672,62 | 175.154,21 | 1,05 | 462.845,52 | 0,00 |
| Abastecimento | 748.596,00 | 637.999,73 | 62.672,62 | 175.154,21 | 1,05 | 462.845,52 | 62.672,62 | 175.154,21 | 1,05 | 462.845,52 | 0,00 |
| Transporte | 44.904,00 | 28.300,66 | 4.726,00 | 17.981,00 | 0,11 | 10.319,66 | 4.726,00 | 17.981,00 | 0,11 | 10.319,66 | 0,00 |
| Transporte Rodoviário | 44.904,00 | 28.300,66 | 4.726,00 | 17.981,00 | 0,11 | 10.319,66 | 4.726,00 | 17.981,00 | 0,11 | 10.319,66 | 0,00 |
| Desporto e Lazer | 216.611,00 | 176.118,00 | 37.605,16 | 77.859,07 | 0,47 | 98.258,93 | 37.605,16 | 77.859,07 | 0,47 | 98.258,93 | 0,00 |
| Transporte Rodoviário | 30.307,00 | 16.781,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.781,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.781,00 | 0,00 |
| Desporto Comunitário | 186.304,00 | 159.337,00 | 37.605,16 | 77.859,07 | 0,47 | 81.477,93 | 37.605,16 | 77.859,07 | 0,47 | 81.477,93 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 400.000,00 | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Def. Interesse Públ. no Proc. Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------|------------------------|---------------------|------------------|-------------------|---------------|-----------------|---------------------|-----------------|---------------|-----------------|---|
| Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência ao Idoso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência Comunitária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Atenção Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Vigilância Epidemiológica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Ensino Fundamental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIA | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | | SALDO (c)=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e)=(a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até Bimestre (b) | % (b / total b) | No Bimestre | | Até Bimestre (d) | % (d/ total d) | | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Cultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Difusão Cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Turismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Urbanismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Infra-Estrutura Urbana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Serviços Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Recursos Hídricos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Habitação Urbana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Saneamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Serviços Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Gestão Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Preservação e Conservação Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Agricultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Abastecimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte Rodoviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Desporto e Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte Rodoviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Desporto Comunitário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| TOTAL (III)=(I+II) | 40.000.000,00 | 40.000.117,00 | 5.861.279,19 | 16.673.635,76 | 100,00 | 23.326.481,24 | 5.849.267,19 | 16.661.436,16 | 100,00 | 23.338.680,84 | 0,00 | |
| FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 as 08:41:45 | | | | | | | | | | | | |

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 as 08:41:45

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:405444E0

GABINETE DO PREFEITO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, ART. 35)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

| RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35) | | | | RS 1,00 |
|---|----------------------|-------------------------|----------------------|---------------|
| RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
| RECEITAS DE IMPOSTOS (I) | 1.967.310,00 | 1.967.310,00 | 749.241,12 | 38,08 |
| Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 126.845,00 | 126.845,00 | 59.720,46 | 47,08 |
| IPTU | 126.845,00 | 126.845,00 | 59.720,46 | 47,08 |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 10.790,00 | 10.790,00 | 800,00 | 7,41 |
| ITBI | 10.790,00 | 10.790,00 | 800,00 | 7,41 |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 1.373.404,00 | 1.373.404,00 | 557.033,29 | 40,56 |
| ISS | 1.373.404,00 | 1.373.404,00 | 557.033,29 | 40,56 |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF | 456.271,00 | 456.271,00 | 131.687,37 | 28,86 |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 21.749.845,00 | 21.749.845,00 | 11.758.162,54 | 54,06 |
| Cota-Parte ITR | 2.893,00 | 2.893,00 | 1.949,89 | 67,40 |
| Cota-Parte FPM | 9.955.653,00 | 9.955.653,00 | 5.684.090,24 | 57,09 |
| Cota-Parte ICMS | 11.621.005,00 | 11.621.005,00 | 5.987.630,08 | 51,52 |
| Cota-Parte IPI-Exportação | 5.366,00 | 5.366,00 | 3.664,97 | 68,30 |
| Cota-Parte IPVA | 151.701,00 | 151.701,00 | 75.245,08 | 49,60 |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 13.227,00 | 13.227,00 | 5.582,28 | 42,20 |
| Desoneração ICMS - LC 87/1996 | 13.227,00 | 13.227,00 | 5.582,28 | 42,20 |
| Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II) | 23.717.155,00 | 23.717.155,00 | 12.507.403,66 | 54,06 |

| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|--|-----------------|------------------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|--------------------|--------------|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | %(d/c) x 100 | Até o Bimestre (e) | %(e/c) x 100 | Até o Bimestre (f) | %(f/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (IV) | 4.230.347,00 | 4.251.420,00 | 2.849.514,73 | 147,05 | 2.849.514,73 | 147,05 | 2.748.216,93 | 140,43 | 67,03 |

| | | | | | | | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|-------------|
| Despesas Correntes | 4.213.843,00 | 4.193.604,20 | 2.803.144,02 | 66,84 | 2.803.144,02 | 66,84 | 2.704.308,22 | 64,49 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 16.504,00 | 57.815,80 | 46.370,71 | 80,20 | 46.370,71 | 80,20 | 43.908,71 | 75,95 | 0,00 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V) | 50.512,00 | 29.439,00 | 4.287,39 | 14,56 | 4.287,39 | 14,56 | 4.287,39 | 14,56 | 14,56 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 50.512,00 | 29.439,00 | 4.287,39 | 14,56 | 4.287,39 | 14,56 | 4.287,39 | 14,56 | 0,00 |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X) | 4.280.859,00 | 4.280.859,00 | 2.853.802,12 | 161,61 | 2.853.802,12 | 161,61 | 2.752.504,32 | 155,00 | 0,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS | DESPESAS EMPENHADAS (d) | DESPESAS LIQUIDADAS (e) | DESPESAS PAGAS (f) |
|--|-------------------------|-------------------------|---------------------|
| Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI) | 2.853.802,12 | 2.853.802,12 | 2.752.504,32 |
| (-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV) | 2.853.802,12 | 2.853.802,12 | 2.752.504,32 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012) | 1.876.110,55 | 1.876.110,55 | 1.876.110,55 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal) | 1.876.110,55 | 1.876.110,55 | 1.876.110,55 |
| Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1 | 977.691,57 | 977.691,57 | 876.393,77 |
| Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero) | 0,00 | | |
| PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal) | 22,82 | 22,82 | |

| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012 | LIMITE NÃO CUMPRIDO | | | | |
|---|--|---|----------------|-------------|--|
| | Saldo Inicial (no exercício atual) (h) | Despesas Custeadas no Exercício de Referência Empenhadas (i) | Liquidadas (j) | Pagas (k) | Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j ou k)) |
| Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR | | | | | | | | | | | | |
|--|---|---|--|---------------------------------------|---|------------------------|---|-----------------------|-------------------------|--|-------|--|
| EXERCÍCIO DO EMPENHO | Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m) | Valor Aplicado em ASPS no Exercício (n) | Valor aplicado além do limite mínimo (o) | Total inscrito em RP no exercício (p) | RPNP Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade | Inscritos no Exercício | Valor inscrito em RP considerado Limite (r) | Total de RP pagos (s) | Total de RP a pagar (t) | Total de RP cancelados ou prescritos (u) | RP ou | Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) |
| Empenhos de 2020 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Empenhos de 2019 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Empenhos de 2018 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Empenhos de 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Empenhos de 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| e Anteriores | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012) | | | | | | | | | | | | |

| CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012 | RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS | | | | |
|---|---|---|----------------|-------------|--|
| | Saldo Inicial (no exercício atual) (w) | Despesas Custeadas no Exercício de Referência | | | Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y)) |
| | | Empenhadas (x) | Liquidadas (y) | Pagas (z) | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
| RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) | 3.005.091.018,42 | 3.005.091.018,42 | 1.298.123.796,15 | 102,09 |
| Proveniente da União | 2.978.026.666,42 | 2.978.026.666,42 | 1.282.145.516,67 | 43,05 |
| Proveniente dos Estados | 27.064.352,00 | 27.064.352,00 | 15.978.279,48 | 59,04 |
| Proveniente de outros Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS (XXX) | 200.295.242,64 | 200.295.242,64 | 9.786.763,33 | 4,89 |
| TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX) | 3.205.386.261,06 | 3.205.386.261,06 | 1.307.910.559,48 | 106,98 |

| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO | | | | | | | | | |
|--|---------------------|------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---|
| DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o Bimestre (e) | (e/c) x 100 | Até o Bimestre (f) | (f/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (XXXII) | 3.913.101,00 | 3.912.588,16 | 1.369.715,94 | 42,16 | 1.369.715,94 | 42,16 | 1.358.837,93 | 41,88 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 3.897.181,00 | 3.896.668,16 | 1.368.595,94 | 35,12 | 1.368.595,94 | 35,12 | 1.357.717,93 | 34,84 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 15.920,00 | 15.920,00 | 1.120,00 | 7,04 | 1.120,00 | 7,04 | 1.120,00 | 7,04 | 0,00 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII) | 1.020.838,00 | 1.024.212,00 | 214.053,17 | 57,50 | 214.053,17 | 57,50 | 207.662,86 | 55,78 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 368.905,00 | 372.279,00 | 214.053,17 | 57,50 | 214.053,17 | 57,50 | 207.662,86 | 55,78 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 651.933,00 | 651.933,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI) | 200.850,00 | 197.988,84 | 50.646,59 | 25,58 | 50.646,59 | 25,58 | 50.646,59 | 25,58 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 200.850,00 | 197.988,84 | 50.646,59 | 25,58 | 50.646,59 | 25,58 | 50.646,59 | 25,58 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII) | 5.134.789,00 | 5.134.789,00 | 1.634.415,70 | 0,00 | 1.634.415,70 | 125,24 | 1.634.415,70 | 123,24 | 0,00 |

| DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|--|---------------------|------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o Bimestre (e) | (e/c) x 100 | Até o Bimestre (f) | (f/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII) | 8.143.448,00 | 8.164.008,16 | 4.219.230,67 | 115,97 | 4.219.230,67 | 115,97 | 4.107.054,86 | 111,28 | 0,00 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XSUXPOIIRI)TE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV) | 1.071.350,00 | 1.053.651,00 | 218.340,56 | 58,13 | 218.340,56 | 58,13 | 211.950,25 | 56,41 | 0,00 |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI) | 200.850,00 | 197.988,84 | 50.646,59 | 25,58 | 50.646,59 | 25,58 | 50.646,59 | 25,58 | 0,00 |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX) | 9.415.648,00 | 9.415.648,00 | 4.488.217,82 | 199,68 | 4.488.217,82 | 199,68 | 4.488.217,82 | 193,27 | 0,00 |
| (-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII) | | | | | | | | | |

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 às 08:44:54

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:0D423156

GABINETE DO PREFEITO

RREO – ANEXO XIII (LEI Nº 11.079, DE 30.12.2004, ARTS. 22, 25 E 28)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

| RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) | | | RS 1,00 |
|---|---|-----------------------------|----------------|
| IMPACTO DAS CONTRATAÇÕES DE PPP | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCICIO ANTERIOR | REGISTROS EFETUADOS EM 2021 | |
| | | No bimestre | Até o bimestre |
| TOTAL DE ATIVOS | | | |
| Ativos Contabilizados na SPE | | | |
| TOTAL DE PASSIVOS | | | |
| Obrigações decorrentes de Ativos Constitucionais pela SPE | | | |
| Provisões de PPP | | | |
| Outros Passivos | | | |
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | | | |
| Obrigações Contratuais | | | |
| Garantias Concedidas | | | |

| DESPESAS DE PPP | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|--|--------------------|--------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) | | | | | | | | | | | |
| Das estatais Não-Dependentes | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS | | | | | | | | | | | |
| PPP A CONTRATAR (II) | | | | | | | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III) | | | | | | | | | | | |

NOTA:

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças – em 26 de julho de 2021 às 08:44:56

www.publicsoft.com.br - PublicSoft Contabilidade - versão 2021.32.1.0 -(83)3022-0800 Página 1 de 1

Prefeitura Municipal de Mataraca CNPJ: 08.898.256/0001-70 Rua Daniel Toscano, SN Cep: 58292000 Centro, Mataraca-PB fone:

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:CD9EDC8E

GABINETE DO PREFEITO
RREO – ANEXO VIII (LDB, ART. 72)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

| RREO – Anexo VIII (LDB, Art. 72) | | | | RS 1,00 |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS DO ENSINO | | | | |
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição) | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a) x 100 |
| 1-RECEITAS DE IMPOSTOS | 1.967.310,00 | 1.967.310,00 | 749.241,12 | 38,08 |
| 1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU | 126.845,00 | 126.845,00 | 59.720,46 | 47,08 |
| 1.1.1-IPTU | 126.845,00 | 126.845,00 | 59.720,46 | 47,08 |
| 1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI | 10.790,00 | 10.790,00 | 800,00 | 7,41 |
| 1.2.1-ITBI | 10.790,00 | 10.790,00 | 800,00 | 7,41 |
| 1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS | 1.373.404,00 | 1.373.404,00 | 557.033,29 | 40,56 |
| 1.3.1-ISS | 1.373.404,00 | 1.373.404,00 | 557.033,29 | 40,56 |
| 1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF | 456.271,00 | 456.271,00 | 131.687,37 | 28,86 |
| 1.4.1-IRRF | 456.271,00 | 456.271,00 | 131.687,37 | 28,86 |
| 1.4.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IRRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 23.498.888,00 | 23.498.888,00 | 11.758.162,54 | 50,04 |
| 2.1-Cota-Parte FPM | 11.704.696,00 | 11.704.696,00 | 5.684.090,24 | 53,62 |
| 2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 9.955.653,00 | 9.955.653,00 | 5.684.090,24 | 57,09 |
| 2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d | 644.318,00 | 644.318,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e | 1.104.725,00 | 1.104.725,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2-Cota-Parte ICMS | 11.621.005,00 | 11.621.005,00 | 5.987.630,08 | 51,52 |
| 2.3-ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996 | 13.227,00 | 13.227,00 | 5.582,28 | 42,20 |
| 2.4-Cota-Parte IPI-Exportação | 5.366,00 | 5.366,00 | 3.664,97 | 68,30 |
| 2.5-Cota-Parte ITR | 2.893,00 | 2.893,00 | 1.949,89 | 67,40 |
| 2.6-Cota-Parte IPVA | 151.701,00 | 151.701,00 | 75.245,08 | 49,60 |
| 2.7-Cota-Parte IOF-Ouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2) | 25.466.198,00 | 25.466.198,00 | 12.507.403,66 | 49,11 |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a) x 100 |
| 4-RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE | 578.469,00 | 578.469,00 | 253.746,83 | 43,87 |
| 5.1-Transferências do Salário-Educação | 142.508,00 | 142.508,00 | 97.865,11 | 68,67 |
| 5.2-Transferências Diretas - PDDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.3-Transferências Diretas - PNAE | 196.088,00 | 196.088,00 | 118.729,20 | 60,55 |
| 5.4-Transferências Diretas - PNATE | 95.759,00 | 95.759,00 | 37.152,52 | 38,80 |
| 5.5-Outras Transferências do FNDE | 144.114,00 | 144.114,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 141.137,00 | 141.137,00 | 10.500,00 | 7,44 |
| 6.1-Transferências de Convênios | 141.137,00 | 141.137,00 | 10.500,00 | 7,44 |
| 6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8) | 719.606,00 | 719.606,00 | 264.246,83 | 36,72 |

| FUNDEB | | | | |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| RECEITAS DO FUNDEB | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
| 10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB | 4.179.503,00 | 4.179.503,00 | 2.283.293,63 | 54,63 |
| 10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.1.1) | 1.849.217,00 | 1.849.217,00 | 1.085.377,79 | 58,69 |
| 10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.2) | 2.324.200,00 | 2.324.200,00 | 1.197.525,89 | 51,52 |
| 10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.3) | 2.645,00 | 2.645,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.4) | 2.863,00 | 2.863,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.5-Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5) | 578,00 | 578,00 | 389,95 | 67,47 |
| 10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.6) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 7.710.626,00 | 7.710.626,00 | 5.160.791,15 | 66,93 |
| 11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB | 6.934.087,00 | 6.934.087,00 | 4.578.573,48 | 66,03 |
| 11.2-Complementação da União ao FUNDEB | 776.539,00 | 776.539,00 | 582.217,67 | 74,98 |
| 11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10) | 2.754.584,00 | 2.754.584,00 | 2.295.279,85 | 83,33 |
| [SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | 2.295.279,85 | | | |
| [SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | 0,00 | | | |

| DESPESAS DO FUNDEB | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) |
|-----------------------------------|-----------------|------------------------|---------------------|-----------------|---------------------|-----------------|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d)x100 | |
| 13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO | 4.938.824,00 | 4.938.824,00 | 2.499.587,45 | 50,61 | 2.499.587,45 | 50,61 | 0,00 |

| | | | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|-------|--------------|-------|------|
| MAGISTÉRIO | | | | | | | |
| 13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO | 4.938.824,00 | 4.938.824,00 | 2.499.587,45 | 50,61 | 2.499.587,45 | 50,61 | 0,00 |
| 13.1-Com Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13.2-Com Ensino Fundamental | 4.938.824,00 | 4.938.824,00 | 2.499.587,45 | 50,61 | 2.499.587,45 | 50,61 | 0,00 |
| 14-OUTRAS DESPESAS | 3.292.550,00 | 3.292.550,00 | 1.269.028,43 | 38,54 | 1.269.028,43 | 38,54 | 0,00 |
| 14.1-Com Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14.2-Com Ensino Fundamental | 3.292.550,00 | 3.292.550,00 | 1.269.028,43 | 38,54 | 1.269.028,43 | 38,54 | 0,00 |
| 15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14) | 8.231.374,00 | 8.231.374,00 | 3.768.615,88 | 45,78 | 3.768.615,88 | 45,78 | 0,00 |

| | |
|--|---------------|
| DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO | VALOR |
| 16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB | 0,00 |
| 16.1 - FUNDEB 60% | 0,00 |
| 16.2 - FUNDEB 40% | 0,00 |
| 17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | 0,00 |
| 17.1 - FUNDEB 60% | 0,00 |
| 17.2 - FUNDEB 40% | 0,00 |
| 18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) | 0,00 |
| INDICADORES DO FUNDEB | VALOR |
| 19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) | 100,00 |
| 19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério $[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) \times 100) \%$ | 48,43 |
| 19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério $(14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) \times 100) \%$ | 24,59 |
| 19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - ((19.1 + 19.2)) \%)$ | 26,98 |
| CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE | VALOR |
| 20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2020 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS | 0,00 |
| 21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2021(2) | 0,00 |

| MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB | | | | | | | |
|---|-----------------|------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---|
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) |
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f) = (e/d) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (h) = (g/d) x 100 | |
| 22-EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22.1-Creche | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22.2-Pré-Escola | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23-ENSINO FUNDAMENTAL | 10.400.200,00 | 10.400.200,00 | 4.176.938,81 | 64,61 | 4.176.938,81 | 64,61 | 0,00 |
| 23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 8.231.374,00 | 8.231.374,00 | 3.768.615,88 | 45,78 | 3.768.615,88 | 45,78 | 0,00 |
| 23-ENSINO FUNDAMENTAL | 10.400.200,00 | 10.400.200,00 | 4.176.938,81 | 64,61 | 4.176.938,81 | 64,61 | 0,00 |
| 23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 2.168.826,00 | 2.168.826,00 | 408.322,93 | 18,83 | 408.322,93 | 18,83 | 0,00 |
| 24-ENSINO MÉDIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 25-ENSINO SUPERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27-OUTRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27) | 10.400.200,00 | 10.400.200,00 | 4.176.938,81 | 40,16 | 4.176.938,81 | 40,16 | 0,00 |

| | |
|---|---------------------|
| DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL | VALOR |
| 29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) | 2.295.279,85 |
| 30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | 582.217,67 |
| 31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | 0,00 |
| 32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS | 0,00 |
| 33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (4) | 0,00 |
| 34-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j) | 0,00 |
| 35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34) [6] | 2.877.497,52 |
| 36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35)) [6] | 1.299.441,29 |
| 37-PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % [6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% [5] | 10,39 |

| OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE | | | | | | | |
|---|-----------------|------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---|
| OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) |
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f) = (e/d) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (h) = (g/d) x 100 | |
| 38-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 39-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | 142.508,00 | 142.508,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 755.068,00 | 755.068,00 | 133.547,68 | 17,69 | 133.547,68 | 17,69 | 0,00 |
| 42-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41) | 897.576,00 | 897.576,00 | 133.547,68 | 14,88 | 133.547,68 | 14,88 | 0,00 |
| 43-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42) | 11.297.776,00 | 11.297.776,00 | 4.310.486,49 | 38,15 | 4.310.486,49 | 38,15 | 0,00 |

| RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | SALDO ATÉ O BIMESTRE | CANCELADO EM 2021 (j) |
|--|----------------------|-------------------------|
| 44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE | 0,00 | 0,00 |
| 44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | 0,00 | 0,00 |
| 44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 |
| FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB | FUNDEB | SALÁRIO EDUCAÇÃO |
| 45-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | 91.259,58 | 0,00 |
| 46-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | 5.160.791,15 | 0,00 |
| 47-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE | 3.652.828,29 | 0,00 |
| 47.1-ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO | 3.652.828,29 | 0,00 |

| | | |
|---|--------------|------|
| 47.2-RESTOS A PAGAR | 0,00 | 0,00 |
| 48-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | 0,00 | 0,00 |
| 49-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE | 1.599.222,44 | 0,00 |
| 50-(+) AJUSTES | 0,00 | 0,00 |
| 50.1-RETENÇÕES | 0,00 | 0,00 |
| 50.2-CONCILIAÇÃO BANCÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| 51-(=)SALDO FINANCEIRO CONCILIADO | 0,00 | 0,00 |
| FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 as 08:44:48 | | |

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:26A43AF9

GABINETE DO PREFEITO

RREO - ANEXO 4 (LRF, ART. 53, INCISO II)

| | | |
|--|-------------------------|--------------------------------------|
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | |
| DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS AS PENSÕES E INATIVOS MILITARES | | |
| ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | |
| JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO | | |
| RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) | | Em Reais |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS | | |
| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até Bimestre (b) |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 |
| Receita Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária entre os Regimes | 0,00 | 0,00 |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹ | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II) | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | |
|--|------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|--|
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Até Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) |
| Benefícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões por Morte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensações Previdenciárias do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) ² | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | |
|---|-------------------------|--|
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA | |
| VALOR | 0,00 | |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA | |
| VALOR | 0,00 | |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS | APORTES REALIZADOS | |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | 0,00 | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | 0,00 | |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | 0,00 | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | SALDO ATUAL | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 0,00 | |
| Investimentos e Aplicações | 0,00 | |
| Outros Bens e Direitos | 0,00 | |
| FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 |

| | | |
|---|------|------|
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII) | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) |
|---|------------------------|--|--|-----------------------------------|--|
| Benefícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária entre os regimes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)2 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | |
|--|--|--|--|--------------------|--|
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS | | | | APORTES REALIZADOS | |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | | | | 0,00 | |
| Recursos para Formação de Reserva | | | | 0,00 | |

| | | | | | |
|--|--|--|-------------------------|--|--|
| ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS | | | | | |
| RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | | | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) | |
| RECEITAS CORRENTES | | | 0,00 | 0,00 | |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | | | 0,00 | 0,00 | |

| DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) |
|--|------------------------|--|--|--|--|
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

| | | | | | |
|---|--|--|--|-------------------------|--|
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO | | | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) | | | | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) |
| Contribuições dos Servidores | | | | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Previdenciárias | | | | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII) | | | | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) |
|--|------------------------|--|--|--|--|
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)2N | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 as 08:41:50

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:578C723B

GABINETE DO PREFEITO
RREO - ANEXO VI (LRF, ART 53, INCISO III)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

| | | |
|---|----------------------------|----------------------------|
| RREO - ANEXO VI (LRF, art 53, inciso III) | | R\$ 1,00 |
| ACIMA DA LINHA | | |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre/2021 |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 38.665.466,00 | 19.228.717,22 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 2.042.119,00 | 763.017,49 |
| IRRF | 456.271,00 | 131.687,37 |
| IPTU | 126.845,00 | 59.720,46 |
| ITBI | 10.790,00 | 800,00 |
| ISS | 1.373.404,00 | 557.033,29 |
| Outras Receitas Tributárias | 74.809,00 | 13.776,37 |
| Contribuições | 888.969,00 | 299.504,82 |
| Receita Patrimonial | 30.969,00 | 28.248,68 |
| Aplicações Financeiras (II) | 30.969,00 | 28.248,68 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Correntes | 35.171.971,00 | 18.137.257,46 |
| Cota-Parte do FPM | 8.106.436,00 | 4.598.712,45 |
| Cota-Parte do ITR | 2.315,00 | 1.559,94 |
| Transferências da LC 87/1996 | 10.582,00 | 5.582,28 |
| Cota-Parte do ICMS | 9.296.805,00 | 4.790.104,19 |
| Cota-Parte do IPVA | 151.701,00 | 75.245,08 |
| Transferências da LC 61/1989 | 2.503,00 | 3.664,97 |
| Transferências do FUNDEB | 7.710.626,00 | 5.160.791,15 |
| Outras Transferências Correntes | 9.891.003,00 | 3.501.597,40 |
| Demais Receitas Correntes | 531.438,00 | 688,77 |
| Outras Receitas Financeiras (III) | 252.558,00 | 0,00 |
| Receitas Correntes Restantes | 278.880,00 | 688,77 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III) | 38.381.939,00 | 19.200.468,54 |
| RECEITAS DE CAPITAL (V) | 1.334.534,00 | 291.158,12 |
| Operações de Crédito (VI) | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Alienações de Bens | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos (VII) | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 1.334.534,00 | 291.158,12 |
| Convênios | 0,00 | 0,00 |
| Outras Transferências de Capital | 1.334.534,00 | 291.158,12 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Primárias | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X) | 1.334.534,00 | 291.158,12 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI) | 39.716.473,00 | 19.491.626,66 |

| DESPESAS PRIMÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre/2021 | | | | | |
|--|--------------------|---------------------|---------------------|--------------------|--------------------------------------|---|------------|
| | | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (a) | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS | PAGOS (c) |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 35.385.286,09 | 15.208.996,50 | 15.196.796,90 | 14.825.677,93 | 29.306,82 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 21.797.075,02 | 10.268.374,70 | 10.268.374,70 | 9.979.594,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Encargos da Dívida (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 13.588.211,07 | 4.940.621,80 | 4.928.422,20 | 4.846.083,59 | 29.306,82 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Correntes | 13.588.211,07 | 4.940.621,80 | 4.928.422,20 | 4.846.083,59 | 29.306,82 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Constitucionais e Legais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV) | 35.385.286,09 | 15.208.996,50 | 15.196.796,90 | 14.825.677,93 | 29.306,82 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XVI) | 4.214.830,91 | 1.464.639,26 | 1.464.639,26 | 1.393.777,99 | 39.337,50 | 252.086,37 | 252.086,37 |
| Investimentos | 2.950.290,91 | 1.049.973,33 | 1.049.973,33 | 979.112,06 | 39.337,50 | 252.086,37 | 252.086,37 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Crédito (XIX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XX) | 1.264.540,00 | 414.665,93 | 414.665,93 | 414.665,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX) | 2.950.290,91 | 1.049.973,33 | 1.049.973,33 | 979.112,06 | 39.337,50 | 252.086,37 | 252.086,37 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII) | 38.735.577,00 | 16.258.969,83 | 16.246.770,23 | 15.804.789,99 | 68.644,32 | 252.086,37 | 252.086,37 |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)] | | | | | | 3.366.105,98 | |
| META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO | | | | | | VALOR CORRENTE | |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | | | | | | 0,00 | |

| | |
|---|----------------------------|
| JUROS NOMINAIS | Até o Bimestre/2021 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV) | VALOR INCORRIDO |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI) | 0,00 |
| RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI) | 0,00 |
| 3.366.105,98 | |
| META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL | VALOR CORRENTE |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | 0,00 |
| ABAIXO DA LINHA | |
| CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL | SALDO |

| | Em 31/Dez/2020 | Até o |
|---|----------------|----------------|
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 6.295.793,75 | 5.881.127,82 |
| DEDUÇÕES (II) | 4.317.278,02 | 7.659.301,43 |
| Disponibilidade de Caixa | 3.922.398,02 | 6.666.012,80 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 4.051.396,39 | 6.726.366,85 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 128.998,37 | 60.354,05 |
| Demais Haveres Financeiros | 394.880,00 | 993.288,63 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXXIII - XXIX) | 1.978.515,73 | (1.778.173,61) |

| | |
|--|------------------------------|
| RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb) | 3.756.689,34 |
| AJUSTE METODOLÓGICO | Até o Bimestre/2021 |
| VARIAÇÃO SALDO RPP (XXXIII) = (XXXa - XXXb) | 68.644,32 |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) | 0,00 |
| VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) | 0,00 |
| PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) | 0,00 |
| OUTROS AJUSTES (XXXVII) | 0,00 |
| RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII) | 3.688.045,02 |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI) | 3.688.045,02 |
| INFORMAÇÕES ADICIONAIS | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 |
| Recursos arrecadados em exercício anteriores - RPPS | 0,00 |
| Superávit financeiro utilizado para abertura e reabertura de créditos adicionais | 0,00 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 0,00 |
| FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 as 08:43:11 | |

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:2CCCFCC6

GABINETE DO PREFEITO
RREO - ANEXO XIV (LRF, ART. 48)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

| | |
|---|-----------------------|
| RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48) | R\$ 1,00 |
| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | Até o Bimestre |
| RECEITAS | |
| Previsão Inicial | 40.000.000,00 |
| Previsão Atualizada | 40.000.000,00 |
| Receitas Realizadas | 19.519.875,34 |
| Déficit Orçamentário | 0,00 |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | 2.858.439,18 |
| DESPESAS | |
| Dotação Inicial | 40.000.000,00 |
| Créditos Adicionais | 117,00 |
| Dotação Atualizada | 40.000.117,00 |
| Despesas Empenhadas | 16.673.635,76 |
| Despesas Liquidadas | 16.661.436,16 |
| Despesas Pagas | 16.219.455,92 |
| Superávit Orçamentário | 2.858.439,18 |
| DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | Até o Bimestre |
| Despesas Empenhadas | 16.673.635,76 |
| Despesas Liquidadas | 16.661.436,16 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL | Até o Bimestre |
| Receita Corrente Líquida | 38.355.920,99 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 38.355.920,99 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 38.355.920,99 |
| RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | Até o Bimestre |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - PLANO PREVIDENCIÁRIO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - PLANO FINANCEIRO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 |

| RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado Até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
|-------------------------------------|--|--------------------------------------|---------------------------|
| Resultado Primário - Acima da Linha | 0,00 | 3.366.105,98 | 0,00 |
| Resultado Nominal - Acima da Linha | 0,00 | 3.366.105,98 | 0,00 |

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | Até o Bimestre | | | |
|---|----------------|-----------------------------|--------------------------|---------------|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo à Pagar |
| RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO | | | | |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 128.998,37 | 0,00 | 68.644,32 | 60.354,05 |
| Poder Executivo | 128.998,37 | 0,00 | 68.644,32 | 60.354,05 |
| Poder Legislativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|--------------------------------|------------|------|------------|------------|
| Poder Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ministério Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defensoria Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | 348.685,17 | 0,00 | 252.086,37 | 96.598,80 |
| Poder Executivo | 348.685,17 | 0,00 | 252.086,37 | 96.598,80 |
| Poder Legislativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Poder Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ministério Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defensoria Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 477.683,54 | 0,00 | 320.730,69 | 156.952,85 |

| DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
|--|------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.299.441,29 | 25% | 10,39 |
| Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica | 2.499.587,45 | 70% | 48,43 |
| Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil | 0,00 | 50% | 0,00 |
| Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital | 0,00 | 15% | 0,00 |

| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | Valor Apurado no Exercício | | Saldo não Realizado | |
|---|------------------------------|---------------|---------------------|---------------|
| Receita de Operação de Crédito | 0,00 | | 0,00 | |
| Despesa de Capital Líquida | 0,00 | | 0,00 | |
| PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | Exercício | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
| Plano Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Plano Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | Valor Apurado Até o Bimestre | | Saldo a Realizar | |
| Receita da Alienação de Ativos | 0,00 | | 0,00 | |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | 0,00 | | 0,00 | |

| | | | |
|---|-------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | | | Até o Bimestre |
| | | | |
| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | Valor apurado Até o Bimestre | Limite Constitucional Anual | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos | 2.853.802,12 | 15,00 | 22,82 |
| DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP | VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE | | |
| Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%) | 0,00 | | |
| FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 as 08:46:30 | | | |

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:A0AC6E55

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEDOS

GABINETE DO PREFEITO ANEXO 1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

| | | | | | | | |
|--|----------------------------------|-------------------------|-------------------------------------|---------|------------------------------------|---------|---------------|
| Poder Executivo | Lei de Nº Criada em | | | | | | |
| C.N.P.J.: 08.740.102/0001-55 | | | | | | | |
| Rua Ananias dos Anjo | | | | | | | |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | | | | |
| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | | | | | | | |
| Demonstrativo Consolidado | | | | | | | |
| JANEIRO A JUNHO 2021/MAIO-JUNHO | | | | | | | |
| RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 53, inciso I) | | | | | | | |
| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (b) | % (b/a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre | % (c/a) | SALDO (a-c) |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 20.275.186,00 | 21.187.355,10 | 2.910.914,12 | 101,16 | 9.060.136,57 | 393,38 | 12.127.218,53 |
| RECEITAS CORRENTES | 15.275.186,00 | 16.187.355,10 | 2.910.914,12 | 101,16 | 8.850.136,57 | 388,38 | 7.337.218,53 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 236.307,00 | 238.045,00 | 56.457,91 | 33,83 | 182.047,69 | 107,61 | 55.997,31 |
| Impostos | 234.307,00 | 236.045,00 | 56.257,91 | 23,83 | 181.432,69 | 76,86 | 54.612,31 |
| Taxas | 2.000,00 | 2.000,00 | 200,00 | 10,00 | 615,00 | 30,75 | 1.385,00 |
| Contribuição de Melhoria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Econômicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 81.260,00 | 83.179,89 | 4.971,89 | 15,18 | 7.273,23 | 22,20 | 75.906,66 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 50.420,00 | 50.420,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.420,00 |
| Valores Mobiliários | 30.840,00 | 32.759,89 | 4.971,89 | 15,18 | 7.273,23 | 22,20 | 25.486,66 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessão de Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | |
|--|---------------|---------------|--------------|-------|--------------|--------|---------------|
| Demais Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços e Atividades Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 14.955.312,00 | 15.747.100,03 | 2.849.472,69 | 52,14 | 8.543.979,47 | 160,31 | 7.203.120,56 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 10.673.117,00 | 11.458.241,64 | 2.106.097,88 | 18,38 | 6.198.467,02 | 54,10 | 5.259.774,62 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 1.572.997,00 | 1.579.660,39 | 239.343,97 | 15,15 | 744.009,31 | 47,10 | 835.651,08 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 2.709.198,00 | 2.709.198,00 | 504.030,84 | 18,60 | 1.601.503,14 | 59,11 | 1.107.694,86 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 2.307,00 | 119.030,18 | 11,63 | 0,01 | 116.836,18 | 98,25 | 2.194,00 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 2.192,00 | 118.915,18 | 11,63 | 0,01 | 116.836,18 | 98,25 | 2.079,00 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 115,00 | 115,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 115,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 210.000,00 | 5,00 | 4.790.000,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 210.000,00 | 5,00 | 4.790.000,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 4.200.000,00 | 4.200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 210.000,00 | 5,00 | 3.990.000,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 800.000,00 | 800.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 800.000,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 20.275.186,00 | 21.187.355,10 | 2.910.914,12 | 13,74 | 9.060.136,57 | 42,76 | 12.127.218,53 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) | 20.275.186,00 | 21.187.355,10 | 2.910.914,12 | 13,74 | 9.060.136,57 | 42,76 | 12.127.218,53 |
| DÉFICIT (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) | 20.275.186,00 | 21.187.355,10 | 2.910.914,12 | 13,74 | 9.060.136,57 | 42,76 | 12.127.218,53 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|--|----------------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------------|---------------------------|-------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÁ |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 20.275.186,00 | 20.275.186,00 | 2.873.252,86 | 8.486.472,43 | 0,00 | 3.108.388,30 | 8.434.510,24 | 0,00 | 8.131.845,36 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 14.684.512,00 | 14.666.391,00 | 2.804.913,22 | 7.610.264,27 | 0,00 | 2.762.998,66 | 7.558.302,08 | 0,00 | 7.255.637,20 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 7.973.742,00 | 8.109.279,00 | 1.607.165,23 | 4.450.350,43 | 0,00 | 1.607.165,23 | 4.450.350,43 | 0,00 | 4.333.942,83 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 6.710.770,00 | 6.557.112,00 | 1.197.747,99 | 3.159.913,84 | 0,00 | 1.155.833,43 | 3.107.951,65 | 0,00 | 2.921.694,37 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 5.460.674,00 | 5.478.795,00 | 68.339,64 | 876.208,16 | 0,00 | 345.389,64 | 876.208,16 | 0,00 | 876.208,16 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 5.191.194,00 | 5.209.315,00 | 783,05 | 694.053,31 | 0,00 | 277.833,05 | 694.053,31 | 0,00 | 694.053,31 | 0,00 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 10.500,00 | 10.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 258.980,00 | 258.980,00 | 67.556,59 | 182.154,85 | 0,00 | 67.556,59 | 182.154,85 | 0,00 | 182.154,85 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 130.000,00 | 130.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 20.275.186,00 | 20.275.186,00 | 2.873.252,86 | 8.486.472,43 | 0,00 | 3.108.388,30 | 8.434.510,24 | 0,00 | 8.131.845,36 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | |
|--|---------------|---------------|--------------|--------------|------|--------------|--------------|------|--------------|------|
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) =(X + XI) | 20.275.186,00 | 20.275.186,00 | 2.873.252,86 | 8.486.472,43 | 0,00 | 3.108.388,30 | 8.434.510,24 | 0,00 | 8.131.845,36 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 20.275.186,00 | 20.275.186,00 | 2.873.252,86 | 8.486.472,43 | 0,00 | 3.108.388,30 | 8.434.510,24 | 0,00 | 8.131.845,36 | 0,00 |
| SUPERÁVIT (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 573.664,14 | 0,00 | 0,00 | 625.626,33 | 0,00 | 928.291,21 | 0,00 |
| TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII) | 20.275.186,00 | 20.275.186,00 | 2.873.252,86 | 9.060.136,57 | 0,00 | 3.108.388,30 | 9.060.136,57 | 0,00 | 9.060.136,57 | 0,00 |
| RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|--|----------------------------------|-------------------------|-------------------------------------|---------|------------------------------------|---------|-------------|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (b) | % (b/a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre | % (c/a) | SALDO (a-c) |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuição de Melhoria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Econômicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessão de Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços e Atividades Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Despesas Intra Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|----------------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------------|---------------------------|-------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÂ |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos e Prefeitura Municipal de Olivedos | | | | | | | | | | |
| Nota Explicativa: | | | | | | | | | | |

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Contador CRC PB 3091

JOSE DE DEUS ANIBAL LEONARDO
Prefeito

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:568933A1

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

| | | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|------------------------|---------------------|--------------------|-------------|---------------|----------------------|--------------------|-------------|-------------------|---|
| Poder Executivo | | Lei de Nº Criada em | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | | | | | | | | | |
| DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | | | | | | | | | | | | |
| Demonstrativo Consolidado | | ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | | | | |
| JANEIRO A JUNHO 2021/MAIO-JUNHO | | | | | | | | | | | | |
| RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") | | | | | | | | | | | | |
| Função / SubFunção | | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | Saldo c=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADADA | | | Saldo (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | | No Bimestr | Até o Bimestre (b) | % b/total b | | No Bimestr | Até o Bimestre (d) | % d/total d | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | | 20.275.186,00 | 20.275.186,00 | 2.873.252,86 | 8.486.472,43 | 99,99 | 11.788.713,57 | 3.108.388,30 | 8.434.510,24 | 99,98 | 11.840.675,76 | 0,00 |
| 01 | Legislativa | 821.946,00 | 821.946,00 | 124.156,44 | 355.486,70 | 4,19 | 466.459,30 | 124.156,44 | 355.486,70 | 4,21 | 466.459,30 | 0,00 |
| 031 | Ação Legislativa | 821.946,00 | 821.946,00 | 124.156,44 | 355.486,70 | 4,19 | 466.459,30 | 124.156,44 | 355.486,70 | 4,21 | 466.459,30 | 0,00 |
| 04 | Administração | 3.831.996,00 | 3.404.258,00 | 680.047,90 | 1.762.788,69 | 20,77 | 1.641.469,31 | 650.310,35 | 1.732.629,14 | 20,54 | 1.671.628,86 | 0,00 |
| 123 | Administração Financeira | 422.113,00 | 507.450,00 | 135.161,42 | 323.417,89 | 3,81 | 184.032,11 | 135.161,42 | 323.417,89 | 3,83 | 184.032,11 | 0,00 |
| 122 | Administração Geral | 3.409.883,00 | 2.896.808,00 | 544.886,48 | 1.439.370,80 | 16,96 | 1.457.437,20 | 515.148,93 | 1.409.211,25 | 16,71 | 1.487.596,75 | 0,00 |
| 08 | Assistencial Social | 881.310,00 | 1.212.353,00 | 196.900,05 | 665.230,39 | 7,84 | 547.122,61 | 196.425,55 | 664.714,21 | 7,88 | 547.638,79 | 0,00 |
| 122 | Administração Geral | 50.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 |
| 243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | 154.507,00 | 157.468,00 | 8.800,00 | 27.250,00 | 0,32 | 130.218,00 | 8.800,00 | 27.250,00 | 0,32 | 130.218,00 | 0,00 |
| 244 | Assistência Comunitária | 676.803,00 | 1.004.885,00 | 188.100,05 | 637.980,39 | 7,52 | 366.904,61 | 187.625,55 | 637.464,21 | 7,56 | 367.420,79 | 0,00 |
| 10 | Saúde | 4.671.762,00 | 5.301.941,00 | 799.615,71 | 2.490.594,85 | 29,34 | 2.811.346,15 | 1.063.167,20 | 2.476.278,39 | 29,35 | 2.825.662,61 | 0,00 |
| 122 | Administração Geral | 3.518.708,00 | 3.754.625,00 | 714.906,90 | 1.901.320,26 | 22,40 | 1.853.304,74 | 701.408,39 | 1.887.003,80 | 22,37 | 1.867.621,20 | 0,00 |
| 302 | Assistência Hospitalar Ambulatorial e | 80.554,00 | 80.554,00 | 13.884,90 | 40.018,02 | 0,47 | 40.535,98 | 13.884,90 | 40.018,02 | 0,47 | 40.535,98 | 0,00 |
| 301 | Atenção Básica | 1.023.500,00 | 1.023.500,00 | -81.250,00 | 195.800,00 | 2,31 | 827.700,00 | 195.800,00 | 195.800,00 | 2,32 | 827.700,00 | 0,00 |
| 305 | Vigilância Epidemiológica | 49.000,00 | 443.262,00 | 152.073,91 | 353.456,57 | 4,16 | 89.805,43 | 152.073,91 | 353.456,57 | 4,19 | 89.805,43 | 0,00 |
| 12 | Educação | 6.182.308,00 | 5.606.444,00 | 908.067,27 | 2.671.332,25 | 31,48 | 2.935.111,75 | 907.359,27 | 2.665.614,25 | 31,60 | 2.940.829,75 | 0,00 |
| 365 | Educação Infantil | 650.066,00 | 456.066,00 | 25.765,38 | 71.054,43 | 0,84 | 385.011,57 | 25.765,38 | 71.054,43 | 0,84 | 385.011,57 | 0,00 |
| 361 | Ensino Fundamental | 5.530.242,00 | 5.148.378,00 | 882.301,89 | 2.600.277,82 | 30,64 | 2.548.100,18 | 881.593,89 | 2.594.559,82 | 30,76 | 2.553.818,18 | 0,00 |
| 364 | Ensino Superior | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 |
| Função / SubFunção | | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | Saldo c=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADADA | | | Saldo (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | | No Bimestr | Até o Bimestre (b) | % b/total b | | No Bimestr | Até o Bimestre (d) | % d/total d | | |
| 13 | Cultura | 83.300,00 | 83.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83.300,00 | 0,00 |
| 392 | Difusão Cultural | 83.300,00 | 83.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83.300,00 | 0,00 |
| 15 | Urbanismo | 1.446.112,00 | 1.446.112,00 | 0,00 | 120.501,57 | 1,42 | 1.325.610,43 | 0,00 | 120.501,57 | 1,43 | 1.325.610,43 | 0,00 |
| 451 | Infra-Estrutura Urbana | 676.000,00 | 676.000,00 | 0,00 | 120.501,57 | 1,42 | 555.498,43 | 0,00 | 120.501,57 | 1,43 | 555.498,43 | 0,00 |
| 452 | Serviços Urbanos | 770.112,00 | 770.112,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 770.112,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 770.112,00 | 0,00 |
| 16 | Habitação | 301.000,00 | 301.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 301.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 301.000,00 | 0,00 |
| 482 | Habitação Urbana | 301.000,00 | 301.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 301.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 301.000,00 | 0,00 |
| 17 | Saneamento | 1.243.000,00 | 1.243.000,00 | 40.715,52 | 40.715,52 | 0,48 | 1.202.284,48 | 40.715,52 | 40.715,52 | 0,48 | 1.202.284,48 | 0,00 |
| 512 | Saneamento Básico Urbano | 1.243.000,00 | 1.243.000,00 | 40.715,52 | 40.715,52 | 0,48 | 1.202.284,48 | 40.715,52 | 40.715,52 | 0,48 | 1.202.284,48 | 0,00 |
| 20 | Agricultura | 119.472,00 | 161.852,00 | 27.251,66 | 105.796,91 | 1,25 | 56.055,09 | 29.755,66 | 104.544,91 | 1,24 | 57.307,09 | 0,00 |
| 606 | Extensão Rural | 119.472,00 | 161.852,00 | 27.251,66 | 105.796,91 | 1,25 | 56.055,09 | 29.755,66 | 104.544,91 | 1,24 | 57.307,09 | 0,00 |
| 26 | Transporte | 61.000,00 | 61.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 61.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 61.000,00 | 0,00 |
| 782 | Transporte Rodoviário | 61.000,00 | 61.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 61.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 61.000,00 | 0,00 |
| 27 | Desporto e Lazer | 121.000,00 | 121.000,00 | 0,00 | 8.042,84 | 0,09 | 112.957,16 | 0,00 | 8.042,84 | 0,10 | 112.957,16 | 0,00 |
| 812 | Desporto Comunitário | 121.000,00 | 121.000,00 | 0,00 | 8.042,84 | 0,09 | 112.957,16 | 0,00 | 8.042,84 | 0,10 | 112.957,16 | 0,00 |
| 28 | Encargos Especias | 510.980,00 | 510.980,00 | 96.498,31 | 265.982,71 | 3,13 | 244.997,29 | 96.498,31 | 265.982,71 | 3,15 | 244.997,29 | 0,00 |
| 846 | Outros Encargos Especiais | 510.980,00 | 510.980,00 | 96.498,31 | 265.982,71 | 3,13 | 244.997,29 | 96.498,31 | 265.982,71 | 3,15 | 244.997,29 | 0,00 |
| TOTAL | | 20.275.186,00 | 20.275.186,00 | 2.873.252,86 | 8.486.472,43 | 99,99 | 11.788.713,57 | 3.108.388,30 | 8.434.510,24 | 99,98 | 11.840.675,76 | 0,00 |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos e Prefeitura Municipal de Olivedos | | | | | | | | | | | | |
| Nota Explicativa: | | | | | | | | | | | | |
| Função / SubFunção | | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | Saldo c=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADADA | | | Saldo (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | | No Bimestr | Até o Bimestre (b) | % b/total b | | No Bimestr | Até o Bimestre (d) | % d/total d | | |
| | | | | | | | | | | | | |

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Contador CRC PB 3091

JOSE DE DEUS ANIBAL LEONARDO
Prefeito

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:A43D1655

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

| | |
|---|---------------------|
| Poder Executivo | Lei de Nº Criada em |
| C.N.P.J.: 08.740.102/0001-55 | |
| Rua Ananias dos Anjo | |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | |
| DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS | |

| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------------|---------------------------|
| Demonstrativo Consolidado | | | | |
| JANEIRO A JUNHO 2021/MAIO-JUNHO | | | | |
| RREO – ANEXO 4 (LRF, Art. 53, inciso I) | | | | |
| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Receita | | | |
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS Até o | RECEITAS REALIZADAS Até o |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Compensação Financeira Entre Os Regimes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)1 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Despesa | | | | | |
|--|---------------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O |
| Benefícios - Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | Previsão |
|---|--|-----------------------|
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | PREVISÃO ORÇAMENTÁRI |
| | | 0,00 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS - Plano Previdenciário | | Previsão |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | | PREVISÃO ORÇAMENTÁRI |
| | | 0,00 |
| Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS | | Aportes de Recursos |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | | APORTES REALIZADOS |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | 0,00 |
| Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário | | Período de Referência |
| | | 2021 2020 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 0,00 0,00 |
| Investimentos e Aplicações | | 0,00 0,00 |
| Outros Bens e Direitos | | 0,00 0,00 |

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Receita | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------------|---------------------------|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS Até o | RECEITAS REALIZADAS Até o |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Compensação Previdenciária Entre Os Regimes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | |
|--|---------------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O |
| Benefícios - Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Compensacao Previdenciaria Entre Os Regimes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)2 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---------------------|
| | APORTES REALIZADOS |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 0,00 |
| Recursos para Formação de Reserva | 0,00 |

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Administração | Execução da Receita | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------------|---------------------------|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS Até o | RECEITAS REALIZADAS Até o |
| RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Administração | Execução da Despesa | | | | | |
|--|---------------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal E Encargos Sociais Da Administracao de RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Correntes Da AdministracaoRPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) | Execução da Receita | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------------|---------------------------|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS Até o | RECEITAS REALIZADAS Até o |
| Contribuições dos Servidores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) (XVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Administração | Execução da Despesa | | | | | |
|--|---------------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) (XVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO (XIX) = (XVII - XVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivados e Prefeitura Municipal de Olivados

Nota Explicativa:

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Contador CRC PB 3091

JOSE DE DEUS ANIBAL LEONARDO
Prefeito

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:92E7D020

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO 6 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

| | | |
|--|---------------------------------|--|
| Poder Executivo | Lei de Nº Criada em | |
| C.N.P.J.: 08.740.102/0001-55 | | |
| Rua Ananias dos Anjo | | |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | |
| DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - MUNICÍPIOS | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | |
| Demonstrativo Consolidado | JANEIRO A JUNHO 2021/MAIO-JUNHO | |
| RREO – ANEXO 6 (LRF, Art. 53, inciso I) | | |
| Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias | Receita Orçamentária | |
| | PREPREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS (a) Até o Bimestre / |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 16.187.355,10 | 8.850.136,57 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 238.045,00 | 182.047,69 |
| IPTU | 2.618,00 | 2.618,00 |
| ISS | 75.096,00 | 43.601,12 |
| ITBI | 2.120,00 | 2.120,00 |
| IRRF | 156.211,00 | 133.093,57 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 2.000,00 | 615,00 |
| Contribuições | 0,00 | 0,00 |

| | | |
|---|---------------|--------------|
| Receita Patrimonial | 83.179,89 | 7.273,23 |
| Aplicações Financeiras (II) | 32.759,89 | 7.273,23 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 50.420,00 | 0,00 |
| Transferências Correntes | 15.747.100,03 | 8.543.979,47 |
| Cota-Parte do FPM | 8.489.275,00 | 4.547.272,33 |
| Cota-Parte do ICMS | 1.447.501,00 | 694.310,16 |
| Cota-Parte do IPVA | 53.696,00 | 31.505,66 |
| Cota-Parte do ITR | 800,00 | 130,86 |
| Transferências da LC 87/1996 | 800,00 | 808,08 |
| Transferências da LC nº 61/1989 | 800,00 | 530,10 |
| Transferências do FUNDEB | 3.008.767,35 | 1.818.040,59 |
| Outras Transferências Correntes | 2.745.460,68 | 1.451.381,69 |
| Demais Receitas Correntes | 119.030,18 | 116.836,18 |
| Receitas Correntes Restantes | 119.030,18 | 116.836,18 |
| Outras Receitas Financeiras (III) | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV)=(I - II - III) | 16.154.595,21 | 8.842.863,34 |
| RECEITAS DE CAPITAL (V) | 5.000.000,00 | 210.000,00 |
| Operações de Crédito (VI) | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos (VII) | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Alienações de Bens | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 5.000.000,00 | 210.000,00 |
| Convênios | 4.400.000,00 | 0,00 |
| Outras Transferências de Capital | 600.000,00 | 210.000,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Primárias | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V - VI - VII - VIII - IX - X) | 5.000.000,00 | 210.000,00 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII)=(IV + XI) | 21.154.595,21 | 9.052.863,34 |

| Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias | Despesa Orçamentária | | | | | | |
|---|----------------------|------------------------------------|--------------------------------------|--|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / | DESPESAS PAGAS (a) ATÉ O BIMESTRE / 2021 | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 14.666.391,00 | 7.610.264,27 | 7.558.302,08 | 7.255.637,20 | 435.582,48 | 45.013,90 | 45.013,90 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 8.109.279,00 | 4.450.350,43 | 4.450.350,43 | 4.333.942,83 | 410.693,48 | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Encargos da Dívida (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 6.557.112,00 | 3.159.913,84 | 3.107.951,65 | 2.921.694,37 | 24.889,00 | 45.013,90 | 45.013,90 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV)=(XIII - XIV) | 14.666.391,00 | 7.610.264,27 | 7.558.302,08 | 7.255.637,20 | 435.582,48 | 45.013,90 | 45.013,90 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XVI) | 5.478.795,00 | 876.208,16 | 876.208,16 | 876.208,16 | 42.394,00 | 125.501,17 | 125.501,17 |
| Investimentos | 5.209.315,00 | 694.053,31 | 694.053,31 | 694.053,31 | 42.394,00 | 125.501,17 | 125.501,17 |
| Inversões Financeiras | 10.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Crédito (XIX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 10.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XX) | 258.980,00 | 182.154,85 | 182.154,85 | 182.154,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI - XVII - XVIII - XIX - XX) | 5.219.815,00 | 694.053,31 | 694.053,31 | 694.053,31 | 42.394,00 | 125.501,17 | 125.501,17 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) | 130.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV + XXI + XXII) | 20.016.206,00 | 8.304.317,58 | 8.252.355,39 | 7.949.690,51 | 477.976,48 | 170.515,07 | 170.515,07 |

| Resultado Primário - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2021 |
|---|----------------------------|
| | VALOR INCORRIDO |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)) | 454.681,28 |
| Meta Fiscal para o Resultado Primário | Valor Realizado no Período |
| | VALOR CORRENTE |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | 0,00 |
| Juros Nominais | Até o Bimestre / 2021 |
| | VALOR INCORRIDO |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV) | 7.273,23 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI) | 0,00 |

| Resultado Nominal - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2021 |
|---|-----------------------|
| | VALOR INCORRIDO |
| RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII)=XXIV + (XXV - XXVI) | 651.814,56 |
| Meta Fiscal para o Resultado Nominal | Até o Bimestre / 2021 |
| | VALOR INCORRIDO |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | 0,00 |

| Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida | Saldo | |
|--|-------------------|-----------------------|
| | Em 31/12/2020 (a) | Até o Bimestre / 2021 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) | 1.171.009,55 | 984.108,14 |
| DEDUÇÕES (XXIX) | 890.871,11 | 1.363.057,49 |
| Disponibilidade de Caixa | 890.871,11 | 1.363.057,49 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 1.487.998,24 | 1.482.208,14 |
| (-) Restos a Pagar Processados (XXX) | 597.127,13 | 119.150,65 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI)=(XXVIII - XXIX) | 280.138,44 | (378.949,35) |

| Resultado Nominal - Abaixo da Linha | Saldo |
|--|-----------------------|
| | Até o Bimestre / 2021 |
| RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII)=(XXXIa - XXXIb) | 659.087,79 |
| Ajuste Metodológico | Até o Bimestre / 2021 |
| | VALOR INCORRIDO |
| VARIAÇÃO SALDO RPP=(XXXIII)=(XXXa - XXXb) | 477.976,48 |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) | 0,00 |
| VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) | 0,00 |
| PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) | 0,00 |
| OUTROS AJUSTES (XXXVII) | 0,00 |
| RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII)=(XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII) | 181.111,31 |

| Resultado Primário - Abaixo da Linha | Saldo |
|---|----------------------------|
| | Até o Bimestre / 2021 |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX)=XXXVIII - (XXV - XXVI) | 173.838,08 |
| Informações Adicionais | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA 2021 |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | 0,00 |
| Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais | 0,00 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 0,00 |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos e Prefeitura Municipal de Olivedos | |
| Nota Explicativa: | |

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Contador CRC PB 3091

JOSE DE DEUS ANIBAL LEONARDO
Prefeito

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:DED4C031

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 11 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

| | | | |
|--|---------------------------|-------------------------|-------------------|
| Poder Executivo | Lei de Nº Criada em | | |
| C.N.P.J.: 08.740.102/0001-55 | Rua Ananias dos Anjo | | |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | |
| DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| Demonstrativo Consolidado | | | |
| JANEIRO A JUNHO 2021/MAIO-JUNHO | | | |
| RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) | | | |
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS | Receita Orçamentária | | |
| | PREPREVISÃO ATUALIZADA(a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO (c) = (a-b) |
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS | Despesa Orçamentária | | | | | | SALDO (h) = (d-e) |
|---|------------------------|-------------------------|---------------------|--------------------|--------------------------------|---------------------------------|-------------------|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (f) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A | PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g) | |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes dos Regimes de Previdência Decorrentes dos Recursos da Alienação de Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes dos Regimes de Previdência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| SALDO FINANCEIRO A APLICAR | SALDO FINANCEIRO A APLICAR | | |
|---|----------------------------|---|-----------------|
| | 2020 (i) | 2021 (j) = (Ib – (IIf+SALDO ATUAL (k) IIg)) | = (IIIi + IIIj) |
| SALDO FINANCEIRO A APLICAR | 0,00 | | 0,00 |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos e Prefeitura Municipal de Olivedos | | | |
| Nota Explicativa: | | | |

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Contador CRC PB 3091

JOSE DE DEUS ANIBAL LEONARDO
Prefeito

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:19EF054E

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE - VER. 9

| Poder Executivo | | | Lei de Nº Criada em | |
|--|------------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| C.N.P.J.: 08.740.102/0001-55 | | | | |
| Rua Ananias dos Anjo | | | | |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | |
| DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS COM SAÚDE | | | | |
| Demonstrativo Consolidado JANEIROAJUNHO2021/MAIO-JUNHO | | | | |
| RREO – ANEXO 12 (LRF, Art. 53, inciso I) | | | | |
| Receita Resultante de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais | Receitas | | | |
| | Previsão Inicial | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
| RECEITA DE IMPOSTOS (I) | 78.096,00 | 79.834,00 | 48.339,12 | 60,55% |
| Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 2.000,00 | 2.618,00 | 2.618,00 | 100,00% |
| IPTU | 2.000,00 | 2.618,00 | 2.618,00 | 100,00% |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 1.000,00 | 2.120,00 | 2.120,00 | 100,00% |
| ITBI | 1.000,00 | 2.120,00 | 2.120,00 | 100,00% |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 75.096,00 | 75.096,00 | 43.601,12 | 58,06% |
| ISS | 75.096,00 | 75.096,00 | 43.601,12 | 58,06% |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 9.785.816,00 | 9.785.816,00 | 6.584.985,18 | 67,29% |
| Cota-Parte FPM | 8.282.219,00 | 8.282.219,00 | 5.684.090,24 | 68,63% |
| Cota-Parte ITR | 800,00 | 800,00 | 163,55 | 20,44% |
| Cota-Parte IPVA | 53.696,00 | 53.696,00 | 31.505,66 | 58,67% |
| Cota-Parte ICMS | 1.447.501,00 | 1.447.501,00 | 867.887,55 | 59,96% |
| CotaParteIPIExportacao | 800,00 | 800,00 | 530,10 | 66,26% |
| Compensacoes Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 800,00 | 800,00 | 808,08 | 101,01% |
| Desoneração ICMS (LC 87/1996) | 800,00 | 800,00 | 808,08 | 101,01% |
| Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II) | 9.863.912,00 | 9.865.650,00 | 6.633.324,30 | 67,24% |

| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) - Por Subfunção e Categoria Econômica | Despesas Com Saúde (Por Grupo e Natureza da Despesa) | | | | | | | |
|--|--|------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (c) | Despesas Empenhadas | | Despesas Liquidadas | | Despesas Pagas | |
| | | | Até o bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o bimestre (e) | % (e/c) x 100 | Até o bimestre (f) | % (f/c) x 100 |
| ATENÇÃO BÁSICA (IV) | 19.500,00 | 19.500,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Despesas Correntes | 6.000,00 | 6.000,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Despesas de Capital | 13.500,00 | 13.500,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII) | 14.000,00 | 98.254,00 | 20.952,41 | 21,32% | 20.952,41 | 21,32% | 20.952,41 | 21,32% |
| Despesas Correntes | 12.000,00 | 96.254,00 | 20.952,41 | 21,77% | 20.952,41 | 21,77% | 20.952,41 | 21,77% |
| Despesas de Capital | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (X) | 3.278.295,00 | 3.276.994,00 | 1.163.574,67 | 35,51% | 1.163.574,67 | 35,51% | 1.106.638,76 | 33,77% |
| Despesas Correntes | 2.253.182,00 | 2.330.830,00 | 957.804,67 | 41,09% | 957.804,67 | 41,09% | 900.868,76 | 38,65% |
| Despesas de Capital | 1.025.113,00 | 946.164,00 | 205.770,00 | 21,75% | 205.770,00 | 21,75% | 205.770,00 | 21,75% |
| TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X) | 3.311.795,00 | 3.394.748,00 | 1.184.527,08 | 34,89% | 1.184.527,08 | 34,89% | 1.127.591,17 | 33,22% |

| Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo para Aplicação em ASPS | Descrição | | |
|---|-------------------------|-------------------------|--------------------|
| | Despesas Empenhadas (d) | Despesas Liquidadas (e) | Despesas Pagas (f) |
| Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI) | 1.184.527,08 | 1.184.527,08 | 1.127.591,17 |
| (-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV) | 1.184.527,08 | 1.184.527,08 | 1.127.591,17 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012) | 994.998,65 | 994.998,65 | 994.998,65 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal) | 994.998,65 | 994.998,65 | 994.998,65 |
| Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII) | 189.528,44 | 189.528,44 | 132.592,53 |
| Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal) | 17,86 | 17,86 | 17,00 |

| Controle de Valores | Limite não Cumprido | | | | |
|---|--|----------------------------|----------------------------|-----------------------|---|
| | Saldo Inicial (No Exercício Atual) (h) | Despesas Custeadas em 2021 | | | Saldo Final (não aplic.) 1 (i)=(h-(i ou j)) |
| | | Custeadas - Empenhadas (i) | Custeadas - Liquidadas (j) | Custeadas - Pagas (k) | |
| Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo inicial = XIXd) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Exercício do Empenho | Execução e Restos a Pagar | | | | | | | | | |
|----------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------|----------------------|-----------------------------|-------------------------------------|-------------------|---------------|----------------------------|-----------------------------|
| | Vlr. Mín. para Aplicação em | Vlr Aplic. em ASPS no | Vlr. Aplic. Além do | Total Insc. em RP no | RPNP Insc. Indevidamente no | Valor Inscrito em RP considerado no | Total de RP Pagos | Total de RP a | Total de RP Cancelados (u) | Diferença de Valor Aplicado |

| | ASPS (m) | Exercício (n) | Limite Mín. (o) | exerc. (p) | Exerc. q = (XIII d) | Limite (r) | (s) | Pagar (t) | | (v) |
|--|----------|---------------|--------------------|------------|---------------------|------------|------|-----------|------|------|
| Empenhos de 2020 (regra nova) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empenhos de 2019 (regra nova) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empenhos de 2018 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empenhos de 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empenhos de 2016 e anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTER | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL (XXIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Controle de Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos Considerados Para Fins De Aplicação Da Disponibilidade De Caixa Conforme Artigo 24§ 1º E 2º Da Lc 141/2012 | Restos A Pagar Cancelados Ou Prescritos | | | | |
|---|---|----------------------------|---------------|--------------|--|
| | Saldo Inicial (w) | Despesas Custeadas em 2021 | | | Saldo Final (não aplicado) (aa)=(w-x ou y)) |
| | | Empenhadas (x) | Liquidadas(y) | Pagas (z) | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Receitas Adicionais Para O Financiamento Da Saúde Não Computadas No Cálculo Do Mínimo | Valores | | | |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|-------------|
| | Previsão Inicial | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a)x100 |
| RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) | 1.669.867,00 | 2.077.279,36 | 1.166.246,40 | 56,14% |
| Proveniente da União | 1.659.754,00 | 2.061.021,79 | 1.150.101,83 | 55,80% |
| Proveniente dos Estados | 10.113,00 | 16.257,57 | 16.144,57 | 99,30% |
| Proveniente de outros Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| OUTRAS RECEITAS (XXX) | 2.991.794,94 | 2.992.107,78 | 1.218.112,84 | 40,71% |
| TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX) | 4.661.661,94 | 5.069.387,14 | 2.384.359,24 | 47,03% |

| Despesas Com Saúde Por Subfunções E Categoria Econômica Não Computadas No Cálculo Do Mínimo | Despesas Com Saúde não Computadas No Cálculo Do Mínimo | | | | | | | | |
|---|--|------------------------|---------------------|---------------|---------------------|-------------------|----------------|---------------|---------------------------------|
| | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (c) | Despesas Empenhadas | | Despesas Liquidadas | | Despesas Pagas | | Insc. em RP não Processados (g) |
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o bimestre (e) | % (e/c) x 100 Até | o bimestre (f) | % (f/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (XXXII) | 1.004.000,00 | 1.004.000,00 | 195.800,00 | 19,50% | 195.800,00 | 19,50% | 195.800,00 | 19,50% | 0,00 |
| Despesas de Capital | 998.000,00 | 998.000,00 | 195.800,00 | 19,62% | 195.800,00 | 19,62% | 195.800,00 | 19,62% | 0,00 |
| Despesas Correntes | 6.000,00 | 6.000,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII) | 80.554,00 | 80.554,00 | 40.018,02 | 49,68% | 40.018,02 | 49,68% | 40.018,02 | 49,68% | 0,00 |
| Despesas de Capital | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| Despesas Correntes | 78.554,00 | 78.554,00 | 40.018,02 | 50,94% | 40.018,02 | 50,94% | 40.018,02 | 50,94% | 0,00 |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI) | 35.000,00 | 345.008,00 | 332.504,16 | 96,38% | 332.504,16 | 96,38% | 328.324,16 | 95,16% | 0,00 |
| Despesas de Capital | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| Despesas Correntes | 30.000,00 | 340.008,00 | 332.504,16 | 97,79% | 332.504,16 | 97,79% | 328.324,16 | 96,56% | 0,00 |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII) | 1.250.426,00 | 1.399.145,00 | 926.148,76 | 66,19% | 911.832,30 | 65,17% | 863.866,48 | 61,74% | 0,00 |
| Despesas de Capital | 17.113,00 | 17.113,00 | 4.670,00 | 27,29% | 4.670,00 | 27,29% | 4.670,00 | 27,29% | 0,00 |
| Despesas Correntes | 1.233.313,00 | 1.382.032,00 | 921.478,76 | 66,68% | 907.162,30 | 65,64% | 859.196,48 | 62,17% | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS XXXIX = XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII | 2.369.980,00 | 2.828.707,00 | 1.494.470,94 | 52,83% | 1.480.154,48 | 52,33% | 1.428.008,66 | 50,48% | 0,00 |

| Despesas Totais com Saúde Executadas com Recursos Próprios e com Recursos Transferidos de Outros Entes | Informações das Despesas | | | | | | | |
|--|--------------------------|------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (c) | Despesas Empenhadas | | Despesas Liquidadas | | Despesas Pagas | |
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o bimestre (e) | % (e/c) x 100 | Até o bimestre (f) | % (f/c) x 100 |
| ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII) | 1.023.500,00 | 1.023.500,00 | 195.800,00 | 19,13% | 195.800,00 | 19,13% | 195.800,00 | 19,13% |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII) | 80.554,00 | 80.554,00 | 40.018,02 | 49,68% | 40.018,02 | 49,68% | 40.018,02 | 49,68% |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI) | 49.000,00 | 443.262,00 | 353.456,57 | 79,74% | 353.456,57 | 79,74% | 349.276,57 | 78,80% |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII) | 4.528.721,00 | 4.676.139,00 | 2.089.723,43 | 44,69% | 2.075.406,97 | 44,38% | 1.970.505,24 | 42,14% |
| TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX) | 5.681.775,00 | 6.223.455,00 | 2.678.998,02 | 43,05% | 2.664.681,56 | 42,82% | 2.555.599,83 | 41,06% |
| (-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII) | 5.681.775,00 | 6.223.455,00 | 2.678.998,02 | 43,05% | 2.664.681,56 | 42,82% | 2.555.599,83 | 41,06% |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos e Prefeitura Municipal de Olivedos | | | | | | | | |
| Nota Explicativa: | | | | | | | | |

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Contador CRC PB 3091

JOSE DE DEUS ANIBAL LEONARDO

Prefeito

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:C276DC46

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| | | | |
|---|--|---------------------------------|-----------|
| Poder Executivo | | Lei de Nº | Criada em |
| C.N.P.J.: 08.740.102/0001-55 | | | |
| Rua Ananias dos Anjo | | | |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | |
| Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) | | JANEIRO A JUNHO 2021/MAIO-JUNHO | |
| Demonstrativo Consolidado | | | |
| Balanco Orçamentário | | Balanco Orçamentário | |
| | | Até o Bimestre | |
| RECEITAS | | | |
| Previsão Inicial | | 20.275.186,00 | |
| Previsão Atualizada | | 21.187.355,10 | |
| Receitas Realizadas | | 9.060.136,57 | |
| Déficit Orçamentário | | | |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | | | |
| DESPESAS | | | |
| Dotação Inicial | | 20.275.186,00 | |
| Créditos Adicionais | | 1.951.773,00 | |
| Dotação Atualizada | | 20.275.186,00 | |
| Despesas Empenhadas | | 8.486.472,43 | |
| Despesas Liquidadas | | 8.434.510,24 | |
| Despesas Pagas | | 8.131.845,36 | |
| Superávit Orçamentário | | 625.626,33 | |
| Despesas por Função/Subfunção | | Despesas por Função/Subfunção | |
| | | Até o Bimestre | |
| Despesas Empenhadas | | 8.486.472,43 | |
| Despesas Liquidadas | | 8.434.510,24 | |

| | | | |
|---|---|--------------------------------------|---------------------------|
| Receita Corrente Líquida - RCL | Receita Corrente Líquida - RCL | | |
| | Até o Bimestre | | |
| Receita Corrente Líquida | | | 17.514.249,40 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada Para Calculo Dos Limites De Endividamento | | | 17.514.249,40 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada Para Calculo Dos Limites Da Despesa Com Pessoal | | | 17.514.249,40 |
| Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | |
| | Até o Bimestre | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO | | | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | | | |
| Despesas Previdenciárias Empenhada | | | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | | | |
| Resultado Previdenciário | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO | | | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | | | |
| Despesas Previdenciárias Empenhada | | | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | | | |
| Resultado Previdenciário | | | |
| Resultados Nominal e Primário | Resultados Nominal e Primário | | |
| | Meta Fixada no Anexo de Metas | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
| | | | |

| Resultados Nominal e Primário | Resultados Nominal e Primário | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|---------------------------|
| | Meta Fixada no Anexo de Metas | | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
| Resultado Nominal - Acima da Linha | | | 651.814,56 | |
| Resultado Primário - Acima da Linha | | | 454.681,28 | |
| Restos a Pagar por Poder | Restos a Pagar por Poder | | | |
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | |
| Poder Executivo | 596.438,04 | | 477.976,48 | 118.461,56 |
| Poder Legislativo | 689,09 | | | 689,09 |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | |
| Poder Executivo | 273.953,34 | | 170.515,07 | 103.438,27 |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| TOTAL | 871.080,47 | | 648.491,55 | 222.588,92 |

| | | | |
|---|--|---------------------------------|---------------------------|
| Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | | |
| | Valor Apurado Até o Bimestre | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do | 2.042.804,97 | 25,00 | 30,19 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e | 1.273.125,58 | 70,00 | 77,66 |
| ComplementacaoDaUniaoAoFUNDEBEducaoInfantil | | 50,00 | |
| ComplementacaoDaUniaoAoFUNDEBEmDespesasDeCapital | | 15,00 | |
| Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | | |
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Saldo Não Realizado | |

| | | | | |
|--|--|---------------|---------------|---------------|
| Receitas de Operações de Crédito | | | | |
| Despesa de Capital Líquida | | | 876.208,16 | 4.602.586,84 |
| Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência | Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência | | | |
| | Exercício | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
| Plano Previdenciário | | | | |
| Receitas Previdenciárias | | | | |
| Despesas Previdenciárias | | | | |
| Resultado Previdenciário | | | | |

| Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência | Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência | | | |
|---|---|---------------|---------------------------------|---------------------------|
| | Exercício | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
| Plano Financeiro | | | | |
| Receitas Previdenciárias | | | | |
| Despesas Previdenciárias | | | | |
| Resultado Previdenciário | | | | |
| Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | | | |
| | Valor Apurado Até o Bimestre | | | Saldo a Realizar |
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | | | | |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | | | |
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde | Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde | | | |
| | Valor Apurado Até o Bimestre | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos | 1.184.527,08 | | 15,00 | 17,86 |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos e Prefeitura Municipal de Olivedos | | | | |
| Nota Explicativa: | | | | |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos, Prefeitura Municipal de Olivedos | | | | |

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Contador CRC PB 3091

JOSE DE DEUS ANIBAL LEONARDO
Prefeito

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:915B9D7F

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

| | | | | |
|---|------------------|-------------------------|--------------------|-------------|
| Poder Executivo | | Lei de Nº Criada em | | |
| C.N.P.J.: 08.740.102/0001-55 | | | | |
| Rua Ananias dos Anjo | | | | |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | |
| DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE | | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | |
| Demonstrativo Consolidado | | | | |
| JANEIRO A JUNHO 2021/MAIO-JUNHO | | | | |
| RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) | | | | |
| RECEITAS DE ENSINO | | | | |
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITA REALIZADA | |
| | | | Até o Bimestre (a) | % c=(a)x100 |
| 1 - RECEITAS CORRENTES | 234.307,00 | 236.045,00 | 60.603,44 | 25,86 |
| 1.1 - Receitas resultante do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU | 2.000,00 | 2.618,00 | 1.303,00 | 65,15 |
| 1.1.1 - IPTU | 2.000,00 | 2.618,00 | 1.303,00 | 65,15 |
| 1.1.2 - Multas, Juros de mora e outros encargos de IPTU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.3 - DÁ-vida Ativa do IPTU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.4 - Multas, Juros do Mora, Atualizações Monetárias e Outros encargos da DÁ-vida Ativa do IPTU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 1.000,00 | 2.120,00 | 800,00 | 80,00 |
| 1.2.1 - ITBI | 1.000,00 | 2.120,00 | 800,00 | 80,00 |
| 1.2.2 - Multas, Juros de mora e outros encargos de ITBI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.3 - DÁ-vida Ativa do ITBI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.4 - Multas, Juros do Mora, Atualizações Monetárias e Outros encargos da DÁ-vida Ativa do ITBI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 231.307,00 | 231.307,00 | 58.500,44 | 25,29 |
| 1.3.1 - ISS | 75.096,00 | 75.096,00 | 11.833,19 | 15,75 |
| 1.3.2 - Multas, Juros de mora e outros encargos de ISS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.3 - DÁ-vida Ativa do ISS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.4 - Multas, Juros do Mora, Atualizações Monetárias e Outros encargos da DÁ-vida Ativa do ISS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.5 - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal | 156.211,00 | 156.211,00 | 46.667,25 | 29,87 |
| 1.3.6 - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - DÁ-vida Ativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.1 - IRRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.2 - Imposto sobre a Renda - Outros Rendimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.3 - DÁ-vida Ativa do IRRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.4 - Multas, Juros do Mora, Atualizações Monetárias e Outros encargos da DÁ-vida Ativa do IRRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.1 - ITR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.2 - Multas, Juros de mora e outros encargos do ITR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.3 - DÁ-vida Ativa do ITR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.4 - Multas, Juros do Mora, Atualizações Monetárias e Outros encargos da DÁ-vida Ativa do ITR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 12.439.326,00 | 12.439.326,00 | 2.424.918,43 | 19,49 |
| 2.1 - Cota-Parte FPM | 10.352.774,00 | 10.352.774,00 | 2.130.027,02 | 20,57 |
| 2.2 - Cota-Parte ICMS | 1.809.376,00 | 1.809.376,00 | 285.534,51 | 15,78 |
| 2.3 - ICMS-Desoneração - LC nº87/1996 | 1.000,00 | 1.000,00 | 269,36 | 26,93 |
| 2.4 - Cota-Parte IPI Exportação | 1.000,00 | 1.000,00 | 177,31 | 17,73 |
| 2.5 - Cota-Parte ITR | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|--|------------------|-------------------------|--------------------------------------|---------------|
| 2.6 - Cota-Parte IPVA | 67.120,00 | 67.120,00 | 8.910,23 | 13,27 |
| 2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.8 - Cota-Parte do Fundo de Participação do Município 1% Dezembro - Principal | 103.528,00 | 103.528,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.9 - Cota-Parte do Fundo de Participação do Município 1% Julho - Principal | 103.528,00 | 103.528,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2) | 12.673.633,00 | 12.673.633,00 | 2.485.521,87 | |
| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITA REALIZADA Até o Bimestre (b) | % c=(b/a)x100 |
| 4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE | 172.337,00 | 172.337,00 | 25.363,83 | 14,71 |
| 5.1 - Transferências do Salário-Educação | 82.245,00 | 82.245,00 | 13.945,47 | 16,95 |
| 5.2 - Transferências Diretas - PDDE | 10.193,00 | 10.193,00 | 4,55 | 0,04 |
| 5.3 - Transferências Diretas - PNAE | 65.066,00 | 65.066,00 | 11.408,84 | 17,53 |
| 5.4 - Transferências Diretas - PNATE | 14.720,00 | 14.720,00 | 2,80 | 0,01 |
| 5.5 - Outras Transferências do FNDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE | 113,00 | 113,00 | 2,17 | 1,92 |
| 6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 226,00 | 226,00 | 77,73 | 34,39 |
| 6.1 - Transferências de Convênios | | | | 0,00 |
| 6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios | 226,00 | 226,00 | 77,73 | 34,39 |
| 7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8) | 172.563,00 | 172.563,00 | 25.441,56 | |
| RECEITAS DO FUNDEB | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITA REALIZADA Até o Bimestre (b) | % c=(b/a)x100 |
| 10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB | 2.446.254,00 | 2.446.254,00 | 483.112,22 | 0,00 |
| 10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1) | 2.070.555,00 | 2.070.555,00 | 426.005,37 | 0,00 |
| 10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2) | 361.875,00 | 361.875,00 | 57.106,85 | 0,00 |
| 10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3) | 200,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4) | 200,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6) | 13.424,00 | 13.424,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 2.975.577,00 | 2.975.577,00 | 628.782,85 | 21,13 |
| 11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB | 2.709.198,00 | 2.709.198,00 | 584.942,82 | 21,59 |
| 11.2 - Complementação da União ao FUNDEB | 264.328,00 | 264.328,00 | 43.814,77 | 16,57 |
| 11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | 2.051,00 | 2.051,00 | 25,26 | 1,23 |
| 12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10) | 262.944,00 | 262.944,00 | 101.830,60 | |
| [SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12<0)] ACRÉSCIMO RESULTANTE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | 101.830,60 | | | |
| [SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA(12<0)] DECRÉSCIMO RESULTANTE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | 0,00 | | | |

| DESPESAS DO FUNDEB | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d)x100 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (i) |
|--|-----------------|------------------------|--|-----------------|--|-----------------|---|
| 13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO | 0,00 | 2.940.932,00 | 1.412.528,95 | 48,02 | 1.412.528,95 | 48,02 | 0,00 |
| 13.1 - Com Educação Infantil | 0,00 | 106.444,00 | 53.054,43 | 49,84 | 53.054,43 | 49,84 | 0,00 |
| 13.2 - Com Ensino Fundamental | 0,00 | 2.834.488,00 | 1.359.474,52 | 54,00 | 1.359.474,52 | 54,00 | 0,00 |
| 14 - OUTRAS DESPESAS | 0,00 | 675.988,00 | 417.909,16 | 61,82 | 417.909,16 | 61,82 | 0,00 |
| 14.1 - Com Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14.2 - Com Ensino Fundamental | 0,00 | 675.988,00 | 417.909,16 | 89,96 | 417.909,16 | 89,96 | 0,00 |
| 15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14) | 0,00 | 3.616.920,00 | 1.830.438,11 | 50,61 | 1.830.438,11 | 50,61 | 0,00 |

| | |
|--|--------------|
| DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB | VALOR |
| 16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE | 0,00 |
| 16.1 - FUNDEB 60% | 0,00 |
| 16.2 - FUNDEB 40% | 0,00 |
| 17 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTEIRO DO | 0,00 |
| 17.1 - FUNDEB 60% | 0,00 |
| 17.2 - FUNDEB 40% | 0,00 |
| 18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) | |
| INDICADORES DO FUNDEB | VALOR |
| 19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) | 1.830.438,11 |
| 19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério(13-(16.1 + 17.1))/(11 x 100)% | 224,64 |
| 19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE que não remuneração do Magistério (14-(16.2+17.2))/(11 x 100)% | 66,46 |
| 19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício(100 - (19.1 +19.2))% | -191,10 |
| CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE | VALOR |
| 20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2021 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS | 0,00 |
| 21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ 1º TRIMESTRE DE 2021 | 0,00 |

| MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB | | | | | | | |
|---|-----------------|------------------------|--|-----------------|--|-----------------|---|
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d)x100 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) |
| 23 - EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 217.566,00 | 71.054,43 | 32,65 | 71.054,43 | 32,65 | 0,00 |
| 23.1 - Creche | 0,00 | 217.566,00 | 71.054,43 | 32,65 | 71.054,43 | 32,65 | 0,00 |
| 23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 106.444,00 | 53.054,43 | 49,84 | 53.054,43 | 49,84 | 0,00 |
| 23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 111.122,00 | 18.000,00 | 16,19 | 18.000,00 | 16,19 | 0,00 |
| 23.2 - Prática-escola | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24 - ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 5.995.994,00 | 2.262.136,26 | 37,72 | 2.256.418,26 | 37,63 | 0,00 |
| 24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 3.510.476,00 | 1.777.383,68 | 143,96 | 1.777.383,68 | 143,96 | 0,00 |
| 24.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 2.485.518,00 | 484.752,58 | 19,50 | 479.034,58 | 19,27 | 0,00 |
| 25 - ENSINO MÉDIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26 - ENSINO SUPERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | |
|---|--|-----------------|------------------------|----------------------|-----------------|-----------------------|-----------------|---|
| REGULAR | | | | | | | | |
| 28 - OUTRAS | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28) | | 0,00 | 6.213.560,00 | 2.333.190,69 | 37,55 | 2.327.472,69 | 37,46 | 0,00 |
| DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL | | | | | | | VALOR | |
| 30 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) | | | | | | | 101.830,60 | |
| 31 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | | | | | | | 43.814,77 | |
| 32 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE | | | | | | | 25,26 | |
| 33 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCICIO ANTERIOR DO | | | | | | | 0,00 | |
| 34 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCICIO ANTERIOR DE | | | | | | | 0,00 | |
| 35 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE | | | | | | | 0,00 | |
| 36 - CANCELAMENTO NO EXERC. DE RESTOS APAGAR INSC. COM DISPON. FINANCEIRA DE RECUSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS NO ENSINO = 46J | | | | | | | 0,00 | |
| 37 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36) | | | | | | | 145.670,63 | |
| 38 - TOTAL DAS DESEPSAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37)) | | | | | | | 2.181.802,06 | |
| 39 - MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38/(3) X 100)% | | | | | | | 87,78 | |
| OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE | | | | | | | | |
| OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | | Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d)x100 | |
| 40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 43 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42+ 43) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 45 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (29 + 44) | | 0,00 | 6.213.560,00 | 2.333.190,69 | 37,55 | 2.327.472,69 | 37,46 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO | | | | SALDO ATÉ O BIMESTRE | | CANCELADO EM 2021 (J) | | |
| 46 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | | | | | | | | |
| 46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | | | | 17.481,19 | | 0,00 | | |
| 46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB | | | | 73.715,99 | | 0,00 | | |
| CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA | | | | FUNDEB | | SALÁRIO EDUCAÇÃO | | |
| 47 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | | | | 0,00 | | 0,00 | | |
| 48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | | | | 1.875.054,31 | | 0,00 | | |
| 48.1 - Orçamento do Exercício | | | | 1.830.438,11 | | 0,00 | | |
| 48.2 - Restos a Pagar | | | | 44.616,20 | | 0,00 | | |
| 49 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | | | | | | 0,00 | | |
| 50 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE | | | | | | 25,26 | | |
| 51 (+) AJUSTES | | | | | | 25,26 | | |
| 51.1 - Retenção | | | | | | | | |
| 51.2 - Conciliação Bancária | | | | | | | | |
| 52 (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO | | | | | | | | |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos e Prefeitura Municipal de Olivedos | | | | | | | | |

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Contador CRC PB 3091

JOSE DE DEUS ANIBAL LEONARDO
Prefeito

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:499152C6

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - EMPENHAD

| | | |
|---|-----------------------|-----------------------------------|
| Lei de Nº Criada em | | |
| C.N.P.J.: 08.740.102/0001-55 | | |
| Poder Executivo | | Rua Ananias dos Anjo |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | |
| DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | |
| Demonstrativo Consolidado JANEIRO/JUNHO 2021/MAIO-JUNHO | | |
| RREO – ANEXO 8 (LRF, Art. 53, inciso I) | | |
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal) | RECEITA RESULTANTE DE | |
| | Previsão Atualizada | Receita Realizada Até o Bim./2021 |
| 1- RECEITA DE IMPOSTOS | 236.045,00 | 181.432,69 |
| 1.1- Receita Resultante do IPTU | 2.618,00 | 2.618,00 |
| 1.2- Receita Resultante do ITBI | 2.120,00 | 2.120,00 |
| 1.3- Receita Resultante de Qualquer Natureza – ISS | 75.096,00 | 43.601,12 |
| 1.4- Receita Resultante do IRRF | 156.211,00 | 133.093,57 |
| 2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 12.439.326,00 | 6.584.985,18 |
| 2.1- Cota-Parte FPM | 10.559.830,00 | 5.684.090,24 |
| 2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 10.352.774,00 | 5.684.090,24 |
| 2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e | 207.056,00 | 0,00 |
| 2.2- Cota-Parte ICMS | 1.809.376,00 | 867.887,55 |
| 2.3- Cota-Parte IPI-Exportação | 1.000,00 | 530,10 |
| 2.4- Cota-Parte ITR | 1.000,00 | 163,55 |
| 2.5- Cota-Parte IPVA | 67.120,00 | 31.505,66 |
| 2.6- Cota-Parte IOF-Ouro | 0,00 | 0,00 |
| 2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 1.000,00 | 808,08 |
| 3- Total da Receita Resultante de Impostos (1 + 2) | 12.675.371,00 | 6.766.417,87 |

| | | |
|---|---------------------|------------------------------------|
| 4- Total Destinado ao Fundeb - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) | 2.446.254,00 | 1.316.835,42 |
| 5- Valor mínimo a ser aplicado no MDE além do valor dest. ao FUNDEB - 5% de (2.1.1+2.2+2.3+2.4+2.5)+25% de (1.1+1.2+1.3+1.4+2.1.2+2. 6+2.7) | 722.588,75 | 374.769,05 |
| RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | FUNDEB | |
| | Previsão Atualizada | Receita Realizada Até o Bim./ 2021 |
| 6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 3.010.818,35 | 1.818.750,83 |
| 6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | 2.711.249,00 | 1.602.213,38 |
| 6.1.1 - Principal | 2.709.198,00 | 1.601.503,14 |
| 6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira | 2.051,00 | 710,24 |
| 6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF | 299.569,35 | 216.537,45 |
| 6.2.1 - Principal | 299.569,35 | 216.537,45 |
| 6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 |
| 6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT | 0,00 | 0,00 |
| 6.3.1- Principal | 0,00 | 0,00 |
| 6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 |
| 7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4) | 262.944,00 | 284.667,72 |
| RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT) | Informações VALOR | |
| 8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT | 0,00 | |
| 8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR | 0,00 | |
| 8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS | 0,00 | |
| 9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6+8) | 1.818.750,83 | |

| DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB | DESPESAS FUNDEB | | | | |
|--|--------------------|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| | Dotação Atualizada | Empenhadas Até o Bim./ 2021 (d) | Liquidadas Até o Bim./ 2021 (e) | Pagas Até o Bim./ 2021 (f) | Inscritas em Restos a Pagar |
| 10 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA | 2.523.738,00 | 1.412.528,95 | 1.412.528,95 | 1.375.633,99 | 0,00 |
| 10.1 - Educação Infantil | 106.444,00 | 53.054,43 | 53.054,43 | 53.054,43 | 0,00 |
| 10.2 - Ensino Fundamental | 2.417.294,00 | 1.359.474,52 | 1.359.474,52 | 1.322.579,56 | 0,00 |
| 11 - OUTRAS DESPESAS | 466.577,00 | 417.909,16 | 417.909,16 | 407.910,10 | 0,00 |
| 11.1 - Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.2 - Ensino Fundamental | 466.577,00 | 417.909,16 | 417.909,16 | 407.910,10 | 0,00 |
| 12 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11) | 2.990.315,00 | 1.830.438,11 | 1.830.438,11 | 1.783.544,09 | 0,00 |

| DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO | | INDICADORES DO FUNDEB | | | | |
|---|----------------------------|---|------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| | | Empenhadas Até o Bim./ 2021 (d) | Liquidadas Até o Bim./ 2021 (e) | Pagas Até o Bim./ 2021 (f) | Incr. em Restos a Pagar não Proces. | Rest. Pagar não Proc. s/ disp. de |
| 13 - FUNDEB com Profissionais da Educação Básica | | 1.412.528,95 | 1.412.528,95 | 1.375.633,99 | 0,00 | 0,00 |
| 14 - FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | | 1.830.438,11 | 1.830.438,11 | 1.783.544,09 | 0,00 | 0,00 |
| 15 - FUNDEB Complementação da União - VAAF | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 - FUNDEB Complementação da União - VAAT | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 - FUNDEB Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 - FUNDEB Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal | | Informações Complementares | | | | |
| | | Valor Exigido (i) | Valor Aplicado (j) | Valor Considerado após Deduções (k) | % Aplicado (l) | |
| 19 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica | | 1.273.125,58 | 1.412.528,95 | 1.412.528,95 | 77,66 | |
| 20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 21 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) | | Informações Complementares | | | | |
| | | Valor Máximo Permitido (m) | Valor não aplicado (n) | Valor não aplicado após ajuste (o) | % Não Aplicado (p) | |
| 22 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício | | 181.875,08 | (11.687,28) | (11.687,28) | (0,64) | |
| INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) | Informações Complementares | | | | | |
| | Superávit Permitido no | Não Aplicado no Exerc. Anterior (r) | Superávit Aplic. até o 1º Quadrim. | Aplic. até o 1º Quad. - Lim. | Aplicado após o 1º Quad. (u) | Não Aplicado (v) |
| 23 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.1 - Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências d e Impostos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2 - Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino MDE - Custeadas com receita de impostos (exceto FUNDEB) | | Despesas com ações típicas de MDE-Receitas de Impostos-Exceto FUNDEB(Por Área de Despesas Atualizadas (c) | | | | |
| 24 - EDUCAÇÃO INFANTIL | | 111.122,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 15.000,00 | 0,00 |
| 25 - ENSINO FUNDAMENTAL | | 1.270.874,00 | 484.752,58 | 479.034,58 | 444.792,17 | 0,00 |
| 26 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25) | | 1.381.996,00 | 502.752,58 | 497.034,58 | 459.792,17 | 0,00 |
| APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL | | | | | | VALOR |
| 27 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) | | | | | | 2.333.190,69 |
| 28 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | | | | | | 284.667,72 |
| 29 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOS TOS | | | | | | 0,00 |
| 30 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS | | | | | | 0,00 |
| 31 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VIN CULADOS AO ENSINO | | | | | | 0,00 |
| 32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 – (28 + 29 + 30 + 31)) | | | | | | 2.048.522,97 |
| APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL | | | | Valores Informados | | |
| | | | | Valor Exigido (x) | Valor Aplicado (w) | % Aplicado (y) |
| 33 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS | | | | 1.691.604,47 | 2.048.522,97 | 30,27 |

| RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB | Valores Informados | | | | |
|--|--------------------------|-------------------------|---------------|--------------------|-----------------|
| | Saldo Inicial (z) | RP Liquidados (aa) | RP Pagos (ab) | RP Cancelados (ac) | Saldo Final(ad) |
| 34 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE | 191.844,46 | 14.145,80 | 100.647,28 | 0,00 | 91.197,18 |
| 34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos | 73.512,27 | 14.145,80 | 56.031,08 | 0,00 | 17.481,19 |
| 34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos | 118.332,19 | 0,00 | 44.616,20 | 0,00 | 73.715,99 |
| 34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE | RECEITAS ADICIONAIS PARA | | | | |
| | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas (b) | | | |
| 35 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA) | 386.427,43 | 294.847,70 | | | |
| 35.1 - Salário-Educação | 82.262,54 | 35.814,35 | | | |
| 35.2 - PDDE | 10.193,00 | 106,51 | | | |
| 35.3 - PNAE | 65.066,00 | 34.296,30 | | | |

| | | | | | |
|---|------------------------|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| 35.4 - PNATE | | | | 14.720,00 | 10.444,65 |
| 35.5 - Outras Transferências do FNDE | | | | 214.185,89 | 214.185,89 |
| 35.5.1 - Pró-Jovem Urbano | | | | 0,00 | 0,00 |
| 35.5.2 - Pró-Jovem Campo | | | | 0,00 | 0,00 |
| 35.5.3 - PBA | | | | 0,00 | 0,00 |
| 35.5.4 - PEJA | | | | 0,00 | 0,00 |
| 35.5.5 - Demais Transferências (FNDE) | | | | 214.185,89 | 214.185,89 |
| 36 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | | | | 50.712,49 | 712,49 |
| 37 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO | | | | 0,00 | 0,00 |
| 38 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO | | | | 0,00 | 0,00 |
| 39 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | | | | 0,00 | 0,00 |
| 40 - Total das receitas adicionais para financiamento do ensino = (35+36+37+38+39) | | | | 437.139,92 | 295.560,19 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | Dotação Atualizada (c) | Empenhadas Até o Bim./ 2021 (d) | Liquidadas Até o Bim./ 2021 (e) | Pagas Até o Bim./ 2021 (f) | Insc. Rest. Pagar não Proc. (g) |
| 41 - EDUCAÇÃO INFANTIL | 432.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 - ENSINO FUNDAMENTAL | 782.913,00 | 338.141,56 | 338.141,56 | 338.141,56 | 0,00 |
| 43 - ENSINO MÉDIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44 - ENSINO SUPERIOR | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 45 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 46 - Total das Despesas Custeadas com Receitas Adicionais Para Financiamento Do Ensino o (41 + 42 + 43 + 44 + 45) | 1.217.413,00 | 338.141,56 | 338.141,56 | 338.141,56 | 0,00 |
| TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO | Valores | | | | |
| | Dotação Atualizada (c) | Empenhadas Até o Bim./ 2021 (d) | Liquidadas Até o Bim./ 2021 (e) | Pagas Até o Bim./ 2021 (f) | Insc. Rest. Pagar não Proc. (g) |
| 47 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46) | 5.589.724,00 | 2.671.332,25 | 2.665.614,25 | 2.581.477,82 | 0,00 |
| 47.1 - Despesas Correntes | 5.223.326,00 | 2.366.266,92 | 2.360.548,92 | 2.276.412,49 | 0,00 |
| 47.1.1 - Pessoal Ativo | 4.189.702,00 | 2.120.260,96 | 2.120.260,96 | 2.060.765,18 | 0,00 |
| 47.1.2 - Pessoal Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 47.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fi ns lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 47.1.4 - Outras Despesas Correntes | 1.033.624,00 | 246.005,96 | 240.287,96 | 215.647,31 | 0,00 |
| 47.2 - Despesas de Capital | 958.982,00 | 305.065,33 | 305.065,33 | 305.065,33 | 0,00 |
| 47.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fi ns lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 47.2.2 - Outras Despesas Correntes | 958.982,00 | 305.065,33 | 305.065,33 | 305.065,33 | 0,00 |
| CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA | | | | Valores | |
| | | | | FUNDEB (ae) | Salário Educação (af) |
| 48 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE ANTERIOR | | | | 0,00 | 0,00 |
| 48.1 - Caixa | | | | 0,00 | 0,00 |
| 48.2 - Bancos Conta Movimento - Demais Contas | | | | 0,00 | 0,00 |
| 48.3 - Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata | | | | 0,00 | 0,00 |
| 49 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário) | | | | 0,00 | 0,00 |
| 50 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar) | | | | 0,00 | 0,00 |
| 51 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE | | | | 0,00 | 0,00 |
| 52 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS) | | | | 0,00 | 0,00 |
| 53 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS) | | | | 0,00 | 0,00 |
| 54 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário) | | | | 0,00 | 0,00 |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos e Prefeitura Municipal de Olivedos | | | | | |
| Nota Explicativa: | | | | | |

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Contador CRC PB 3091

JOSE DE DEUS ANIBAL LEONARDO
Prefeito

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:F4DDE1BA

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - LIQUIDAD

| | | |
|--|-----------------------|-----------------------------------|
| Lei de Nº Criada em | | |
| C.N.P.J.: 08.740.102/0001-55 | | |
| Poder Executivo | | Rua Ananias dos Anjo |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | |
| DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | |
| Demonstrativo Consolidado | | JANEIROAJUNHO2021/MAIO-JUNHO |
| RREO – ANEXO 8 (LRF, Art. 53, inciso I) | | |
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal) | RECEITA RESULTANTE DE | |
| | Previsão Atualizada | Receita Realizada Até o Bim./2021 |
| 1- RECEITA DE IMPOSTOS | 236.045,00 | 181.432,69 |
| 1.1- Receita Resultante do IPTU | 2.618,00 | 2.618,00 |
| 1.2- Receita Resultante do ITBI | 2.120,00 | 2.120,00 |
| 1.3- Receita Resultante de Qualquer Natureza – ISS | 75.096,00 | 43.601,12 |
| 1.4- Receita Resultante do IRRF | 156.211,00 | 133.093,57 |
| 2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 12.439.326,00 | 6.584.985,18 |
| 2.1- Cota-Parte FPM | 10.559.830,00 | 5.684.090,24 |
| 2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 10.352.774,00 | 5.684.090,24 |
| 2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e | 207.056,00 | 0,00 |
| 2.2- Cota-Parte ICMS | 1.809.376,00 | 867.887,55 |
| 2.3- Cota-Parte IPI-Exportação | 1.000,00 | 530,10 |

| | | |
|--|---------------------|------------------------------------|
| 2.4- Cota-Parte ITR | 1.000,00 | 163,55 |
| 2.5- Cota-Parte IPVA | 67.120,00 | 31.505,66 |
| 2.6- Cota-Parte IOF-Ouro | 0,00 | 0,00 |
| 2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 1.000,00 | 808,08 |
| 3- Total da Receita Resultante de Impostos (1 + 2) | 12.675.371,00 | 6.766.417,87 |
| 4- Total Destinado ao Fundeb - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) | 2.446.254,00 | 1.316.835,42 |
| 5- Valor mínimo a ser aplicado no MDE além do valor dest. ao FUNDEB - 5% de (2.1.1+2.2+2.3+2.4+2.5)+25% de ((1.1+1.2+1.3+1.4+2.1.2+2. 6+2.7) | 722.588,75 | 374.769,05 |
| RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | FUNDEB | |
| | Previsão Atualizada | Receita Realizada Até o Bim./ 2021 |
| 6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 3.010.818,35 | 1.818.750,83 |
| 6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | 2.711.249,00 | 1.602.213,38 |
| 6.1.1 - Principal | 2.709.198,00 | 1.601.503,14 |
| 6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira | 2.051,00 | 710,24 |
| 6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF | 299.569,35 | 216.537,45 |
| 6.2.1 - Principal | 299.569,35 | 216.537,45 |
| 6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 |
| 6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT | 0,00 | 0,00 |
| 6.3.1- Principal | 0,00 | 0,00 |
| 6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 |
| 7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4) | 262.944,00 | 284.667,72 |

| | | |
|--|--|--------------|
| RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT) | | Informações |
| | | VALOR |
| 8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT | | 0,00 |
| 8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR | | 0,00 |
| 8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS | | 0,00 |
| 9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6+8) | | 1.818.750,83 |

| | | | | | |
|--|--------------------|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB | Dotação Atualizada | DESPESAS FUNDEB | | | |
| | | Empenhadas Até o Bim./ 2021 (d) | Liquidadas Até o Bim./ 2021 (e) | Pagas Até o Bim./ 2021 (f) | Inscritas em Restos a Pagar |
| 10 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA | 2.523.738,00 | 1.412.528,95 | 1.412.528,95 | 1.375.633,99 | 0,00 |
| 10.1 - Educação Infantil | 106.444,00 | 53.054,43 | 53.054,43 | 53.054,43 | 0,00 |
| 10.2 - Ensino Fundamental | 2.417.294,00 | 1.359.474,52 | 1.359.474,52 | 1.322.579,56 | 0,00 |
| 11 - OUTRAS DESPESAS | 466.577,00 | 417.909,16 | 417.909,16 | 407.910,10 | 0,00 |
| 11.1 - Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.2 - Ensino Fundamental | 466.577,00 | 417.909,16 | 417.909,16 | 407.910,10 | 0,00 |
| 12 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11) | 2.990.315,00 | 1.830.438,11 | 1.830.438,11 | 1.783.544,09 | 0,00 |

| | | | | | |
|--|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO | INDICADORES DO FUNDEB | | | | |
| | Empenhadas Até o Bim./ 2021 (d) | Liquidadas Até o Bim./ 2021 (e) | Pagas Até o Bim./ 2021 (f) | Incr. em Restos a Pagar não Proces. | Rest. Pagar não Proc. s/ disp. de |
| 13 - FUNDEB com Profissionais da Educação Básica | 1.412.528,95 | 1.412.528,95 | 1.375.633,99 | 0,00 | 0,00 |
| 14 - FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 1.830.438,11 | 1.830.438,11 | 1.783.544,09 | 0,00 | 0,00 |
| 15 - FUNDEB Complementação da União - VAAF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 - FUNDEB Complementação da União - VAAT | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 - FUNDEB Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 - FUNDEB Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|---|----------------------------|------------------------|-------------------------------------|--------------------|
| INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal | Informações Complementares | | | |
| | Valor Exigido (i) | Valor Aplicado (j) | Valor Considerado após Deduções (k) | % Aplicado (l) |
| 19 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica | 1.273.125,58 | 1.412.528,95 | 1.412.528,95 | 77,66 |
| 20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) | Informações Complementares | | | |
| | Valor Máximo Permitido (m) | Valor não aplicado (n) | Valor não aplicado após ajuste (o) | % Não Aplicado (p) |
| 22 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício | 181.875,08 | (11.687,28) | (11.687,28) | (0,64) |

| | | | | | | |
|--|----------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------|
| INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) | Informações Complementares | | | | | |
| | Superávit Permitido no | Não Aplicado no Exerc. Anterior (r) | Superávit Aplic. até o 1º Quadrim. | Aplic. até o 1º Quad. - Lim. | Aplicado após o 1º Quad. (u) | Não Aplicado (v) |
| 23 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.1 - Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências d e Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2 - Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União(VAAF + VAAT) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | |
|---|--|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino MDE - Custeadas com receita de impostos (exceto FUNDEB) | Despesas com ações típicas de MDE-Receitas de Impostos-Exceto FUNDEB(Por Área de | | | | |
| | Despesas Atualizadas (c) | Empenhadas Até o Bim./ 2021 (d) | Liquidadas Até o Bim./ 2021 (e) | Pagas Até o Bim./ 2021 (f) | Insc. Rest. Pagar não Proc. (g) |
| 24 - EDUCAÇÃO INFANTIL | 111.122,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 15.000,00 | 0,00 |
| 25 - ENSINO FUNDAMENTAL | 1.270.874,00 | 484.752,58 | 479.034,58 | 444.792,17 | 0,00 |
| 26 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25) | 1.381.996,00 | 502.752,58 | 497.034,58 | 459.792,17 | 0,00 |

| | | |
|---|--|--------------|
| APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL | | VALOR |
| 27 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) | | 2.327.472,69 |
| 28 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | | 284.667,72 |
| 29 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOS TOS | | 0,00 |
| 30 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS | | 0,00 |
| 31 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VIN CULADOS AO ENSINO | | 0,00 |
| 32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 – (28 + 29 + 30 + 31)) | | 2.042.804,97 |

| | | | |
|--|--------------------|--------------------|----------------|
| APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL | Valores Informados | | |
| | Valor Exigido (x) | Valor Aplicado (w) | % Aplicado (y) |
| 33 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS | 1.691.604,47 | 2.042.804,97 | 30,19 |

| RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM ISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB | Valores Informados | | | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| | Saldo Inicial (z) | RP Liquidados (aa) | RP Pagos (ab) | RP Cancelados (ac) | Saldo Final(ad) |
| 34 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE | 191.844,46 | 14.145,80 | 100.647,28 | 0,00 | 91.197,18 |
| 34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos | 73.512,27 | 14.145,80 | 56.031,08 | 0,00 | 17.481,19 |
| 34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos | 118.332,19 | 0,00 | 44.616,20 | 0,00 | 73.715,99 |
| 34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VA AF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE | | | | RECEITAS ADICIONAIS PARA | |
| | | | | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas (b) |
| 35 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA) | | | | 386.427,43 | 294.847,70 |
| 35.1 - Salário-Educação | | | | 82.262,54 | 35.814,35 |
| 35.2 - PDDE | | | | 10.193,00 | 106,51 |
| 35.3 - PNAE | | | | 65.066,00 | 34.296,30 |
| 35.4 - PNATE | | | | 14.720,00 | 10.444,65 |
| 35.5 - Outras Transferências do FNDE | | | | 214.185,89 | 214.185,89 |
| 35.5.1 - Pró-Jovem Urbano | | | | 0,00 | 0,00 |
| 35.5.2 - Pró-Jovem Campo | | | | 0,00 | 0,00 |
| 35.5.3 - PBA | | | | 0,00 | 0,00 |
| 35.5.4 - PEJA | | | | 0,00 | 0,00 |
| 35.5.5 - Demais Transferências (FNDE) | | | | 214.185,89 | 214.185,89 |
| 36 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | | | | 50.712,49 | 712,49 |
| 37 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO | | | | 0,00 | 0,00 |
| 38 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO | | | | 0,00 | 0,00 |
| 39 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | | | | 0,00 | 0,00 |
| 40 - Total das receitas adicionais para financiamento do ensino = (35+36+37+38+39) | | | | 437.139,92 | 295.560,19 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO NSINO | Dotação Atualizada (c) | Empenhadas Até o Bim./ 2021 (d) | Liquidadas Até o Bim./ 2021 (e) | Pagas Até o Bim./ 2021 (f) | Insc. Rest. Pagar não Proc. (g) |
| 41 - EDUCAÇÃO INFANTIL | 432.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 - ENSINO FUNDAMENTAL | 782.913,00 | 338.141,56 | 338.141,56 | 338.141,56 | 0,00 |
| 43 - ENSINO MÉDIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44 - ENSINO SUPERIOR | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 45 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 46 - Total das Despesas Custeadas com Receitas Adicionais Para Financiamento Do Ensin o (41 + 42 + 43 + 44 + 45) | 1.217.413,00 | 338.141,56 | 338.141,56 | 338.141,56 | 0,00 |
| TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO | Valores | | | | |
| | Dotação Atualizada (c) | Empenhadas Até o Bim./ 2021 (d) | Liquidadas Até o Bim./ 2021 (e) | Pagas Até o Bim./ 2021 (f) | Insc. Rest. Pagar não Proc. (g) |
| 47 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46) | 5.589.724,00 | 2.671.332,25 | 2.665.614,25 | 2.581.477,82 | 0,00 |
| 47.1 - Despesas Correntes | 5.223.326,00 | 2.366.266,92 | 2.360.548,92 | 2.276.412,49 | 0,00 |
| 47.1.1 - Pessoal Ativo | 4.189.702,00 | 2.120.260,96 | 2.120.260,96 | 2.060.765,18 | 0,00 |
| 47.1.2 - Pessoal Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 47.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fi ns lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 47.1.4 - Outras Despesas Correntes | 1.033.624,00 | 246.005,96 | 240.287,96 | 215.647,31 | 0,00 |
| 47.2 - Despesas de Capital | 958.982,00 | 305.065,33 | 305.065,33 | 305.065,33 | 0,00 |
| 47.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fi ns lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 47.2.2 - Outras Despesas Correntes | 958.982,00 | 305.065,33 | 305.065,33 | 305.065,33 | 0,00 |
| CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA | | | | Valores | |
| | | | | FUNDEB (ae) | Salário Educação (af) |
| 48 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE ANTERIOR | | | | 0,00 | 0,00 |
| 48.1 - Caixa | | | | 0,00 | 0,00 |
| 48.2 - Bancos Conta Movimento - Demais Contas | | | | 0,00 | 0,00 |
| 48.3 - Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata | | | | 0,00 | 0,00 |
| 49 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário) | | | | 0,00 | 0,00 |
| 50 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar) | | | | 0,00 | 0,00 |
| 51 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE | | | | 0,00 | 0,00 |
| 52 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS) | | | | 0,00 | 0,00 |
| 53 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS) | | | | 0,00 | 0,00 |
| 54 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário) | | | | 0,00 | 0,00 |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos e Prefeitura Municipal de Olivedos | | | | | |
| Nota Explicativa: | | | | | |

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Prefeito

JOSE DE DEUS ANIBAL LEONARDO
Contador CRC PB 3091

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:156C45F3

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00011/2021

Aos 26 dias do mês de Julho de 2021, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, Estado da Paraíba, localizada na Av. Santa Cecília - Centro - Santa Cecília - PB, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto Municipal nº 185, de 02 de Maio de 2011; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00011/2021 que objetiva o registro de preços para: Aquisição

parcelada, conforme demanda, de lubrificantes e outros derivados de petróleo para atender a frota de veículos do Município de Santa Cecília/PB; resolve registrar o preço nos seguintes termos:
Órgão integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA - CNPJ nº 01.612.643/0001-59.

| VENCEDOR: AUTO PECAS MOURA E CECI LTDA | | | | | | |
|--|---|------------|-------|--------|---------|-----------|
| CNPJ: 03.856.014/0001-08 | | | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UNID. | QUANT. | P.UNIT. | P.TOTAL |
| 1 | Aditivo radiador, características adicionais: concentrado, anticorrosivo, orgânico, aplicação: radiador automotivo, componentes: monoetilenoglicol. Embalagem com 1 litro. | RADINAQ | L | 80 | 16,00 | 1.280,00 |
| 2 | Solução, composição: 32,50% uréia pura e água deionizada, tipo: arla-32, apresentação: líquido. Balde com 20 litros. | ARLA 32 | BALDE | 90 | 72,00 | 6.480,00 |
| 3 | Fluido de sistema de freio, aplicação: veículo automotivo, característica adicionais: dot 3. Frasco com 500ml. | VARGA | FR | 75 | 19,99 | 1.499,25 |
| 4 | Graxa, tipo base: óleo mineral, tipo espessante: lítio, tipo aditivos: anticorrosivo, antioxidante, adesividade, anti-ferru-, aplicação: automotiva, características adicionais: não aplicável. Balde com 20 litros. | MARFAQ | BALDE | 75 | 310,00 | 23.250,00 |
| 5 | Graxa, tipo base: óleo sintético, tipo espessante: lítio, ponto gota: 170 ° c, tipo aditivos: antioxidante, anticorrosivo, aplicação: múltipla, consistência nlgi: 2, características adicionais: não aplicável. Balde com 20 litros. | KARTER | BALDE | 30 | 420,00 | 12.600,00 |
| 6 | Óleo lubrificante, uso: automotivo, tipo: sintético, classificação: api sn, viscosidade: sae 5w-40. Embalagem com 1 litro. | LUBRAX | L | 130 | 39,90 | 5.187,00 |
| 7 | Óleo lubrificante, uso: automotivo, tipo: mineral, classificação: gl-5, viscosidade: sae 140. Balde com 20 litros. | LUBRAX | BALDE | 6 | 390,00 | 2.340,00 |
| 8 | Óleo lubrificante, uso: automotivo, tipo: mineral, classificação: api gl-5, viscosidade: sae 80w-90. Balde com 20 litros. | LUBRAX | BALDE | 7 | 399,00 | 2.793,00 |
| 9 | Óleo lubrificante, uso: automotivo, tipo: mineral, classificação: api ch-4, viscosidade: sae 15w-40. Balde com 20 litros. | MOTORCRAFT | BALDE | 45 | 340,00 | 15.300,00 |
| 10 | Óleo lubrificante, uso: automotivo, tipo: semissintético, classificação: api sl, viscosidade: sae 15w-40. Embalagem com 1 litro. | MOTORCRAFT | L | 350 | 29,00 | 10.150,00 |
| 11 | Óleo lubrificante, uso: automotivo, tipo: mineral, classificação: api ci-4, viscosidade: sae 15w-40. Embalagem com 1 litro. | MOTORCRAFT | L | 180 | 19,00 | 3.420,00 |
| 12 | Óleo lubrificante, uso: automotivo, tipo: mineral, classificação: multiuso, viscosidade: bd-68. Balde com 20 litros. | LUBRAX | BALDE | 40 | 280,00 | 11.200,00 |
| TOTAL | | | | | | 95.499,25 |

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Santa Cecília firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00011/2021, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Santa Cecília, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00011/2021 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- AUTO PECAS MOURA E CECI LTDA.
CNPJ: 03.856.014/0001-08.
Itens: 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12.
Valor: R\$ 95.499,25.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Umbuzeiro.

Santa Cecília - PB, 26 de Julho de 2021

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:06445FE2

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAUNA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DE DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------|-------------------|---|---------------------|-----|-----------|-----------------|---------------------|-----|-----------|-----------------|---------------------------------|
| DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | | | | | | | | | | | | |
| ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | | | | | | |
| JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO | | | | | | | | | | | | |
| RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") | | | | | | | | | | | R\$ 1,00 | |
| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIA | DOTAÇÃO ATUALIZAD | A | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c)=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e)=(a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO |
| | | | | No | Até | a % (b / | | No | Até | d % (d / | | |

| | | (a) | Bimestre | Bimestre (b) | total b) | | Bimestre | Bimestre (d) | total d) | | PROCESSADOS (f) |
|---|----------------|------------------------|---------------------|------------------|-------------------|-----------------|---------------------|------------------|-------------------|-----------------|---|
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 56.061.408,00 | 56.061.408,00 | 7.120.047,91 | 16.578.117,61 | 100,00 | 39.483.290,39 | 7.104.727,94 | 16.482.412,90 | 100,00 | 39.578.995,10 | 0,00 |
| Legislativa | 1.530.800,00 | 1.530.800,00 | 235.984,42 | 653.027,14 | 3,94 | 877.772,86 | 219.274,69 | 636.317,41 | 3,86 | 894.482,59 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 1.530.800,00 | 1.530.800,00 | 235.984,42 | 653.027,14 | 3,94 | 877.772,86 | 219.274,69 | 636.317,41 | 3,86 | 894.482,59 | 0,00 |
| Administração | 2.897.620,00 | 3.055.521,00 | 528.166,52 | 1.402.817,33 | 8,46 | 1.652.703,67 | 533.441,52 | 1.402.124,33 | 8,51 | 1.653.396,67 | 0,00 |
| Ação Judiciária | 155.645,00 | 165.247,00 | 42.032,10 | 93.532,69 | 0,56 | 71.714,31 | 42.032,10 | 93.532,69 | 0,57 | 71.714,31 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | 201.272,00 | 116.272,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 116.272,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 116.272,00 | 0,00 |
| Administração Geral | 1.731.950,00 | 1.856.781,00 | 353.590,37 | 908.842,38 | 5,48 | 947.938,62 | 356.305,37 | 908.149,38 | 5,51 | 948.631,62 | 0,00 |
| Administração Financeira | 787.953,00 | 896.421,00 | 132.544,05 | 400.442,26 | 2,42 | 495.978,74 | 135.104,05 | 400.442,26 | 2,43 | 495.978,74 | 0,00 |
| Formação de Recursos Humanos | 20.800,00 | 20.800,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.800,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.800,00 | 0,00 |
| Assistência Social | 1.738.127,00 | 2.280.899,00 | 287.904,63 | 784.544,57 | 4,73 | 1.496.354,43 | 288.104,63 | 784.544,57 | 4,76 | 1.496.354,43 | 0,00 |
| Administração Geral | 580.819,00 | 600.819,00 | 154.863,38 | 360.836,34 | 2,18 | 239.982,66 | 154.863,38 | 360.836,34 | 2,19 | 239.982,66 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | 12.402,00 | 12.402,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.402,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.402,00 | 0,00 |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 4.895,00 | 4.895,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.895,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.895,00 | 0,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 307.241,00 | 347.241,00 | 42.800,80 | 103.449,94 | 0,62 | 243.791,06 | 42.800,80 | 103.449,94 | 0,63 | 243.791,06 | 0,00 |
| Assistência Comunitária | 832.770,00 | 1.315.542,00 | 90.240,45 | 320.258,29 | 1,93 | 995.283,71 | 90.440,45 | 320.258,29 | 1,94 | 995.283,71 | 0,00 |
| Saúde | 14.818.820,00 | 14.818.820,00 | 2.252.022,82 | 5.494.473,23 | 33,14 | 9.324.346,77 | 2.216.655,29 | 5.418.931,41 | 32,88 | 9.399.888,59 | 0,00 |
| Administração Geral | 3.486.395,00 | 3.699.895,00 | 418.030,72 | 698.223,77 | 4,21 | 3.001.671,23 | 409.942,79 | 689.935,84 | 4,19 | 3.009.959,16 | 0,00 |
| Atenção Básica | 8.385.005,00 | 8.058.505,00 | 1.287.079,85 | 3.308.905,77 | 19,96 | 4.749.599,23 | 1.269.352,46 | 3.252.575,55 | 19,73 | 4.805.929,45 | 0,00 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 2.547.420,00 | 2.600.420,00 | 494.378,60 | 1.333.022,80 | 8,04 | 1.267.397,20 | 484.826,39 | 1.322.099,13 | 8,02 | 1.278.320,87 | 0,00 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 150.000,00 | 160.000,00 | 12.127,90 | 43.226,68 | 0,26 | 116.773,32 | 12.127,90 | 43.226,68 | 0,26 | 116.773,32 | 0,00 |
| Vigilância Sanitária | 9.000,00 | 59.000,00 | 5.775,00 | 8.085,00 | 0,05 | 50.915,00 | 5.775,00 | 8.085,00 | 0,05 | 50.915,00 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 241.000,00 | 241.000,00 | 34.630,75 | 103.009,21 | 0,62 | 137.990,79 | 34.630,75 | 103.009,21 | 0,62 | 137.990,79 | 0,00 |
| Trabalho | 80.000,00 | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80.000,00 | 0,00 |
| Empregabilidade | 80.000,00 | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80.000,00 | 0,00 |
| Educação | 14.285.835,00 | 14.729.577,00 | 2.057.060,16 | 4.584.966,08 | 27,66 | 10.144.610,92 | 2.059.180,00 | 4.584.605,92 | 27,82 | 10.144.971,08 | 0,00 |
| Alimentação e Nutrição | 280.150,00 | 280.150,00 | 20.801,00 | 80.877,16 | 0,49 | 199.272,84 | 20.801,00 | 80.877,16 | 0,49 | 199.272,84 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 11.986.364,00 | 12.074.906,00 | 1.767.484,14 | 4.077.185,23 | 24,59 | 7.997.720,77 | 1.769.603,98 | 4.076.825,07 | 24,73 | 7.998.080,93 | 0,00 |
| Ensino Superior | 18.300,00 | 18.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.300,00 | 0,00 |
| Educação Infantil | 1.873.746,00 | 1.878.946,00 | 67.144,50 | 155.043,43 | 0,94 | 1.723.902,57 | 67.144,50 | 155.043,43 | 0,94 | 1.723.902,57 | 0,00 |
| Educação de Jovens e Adultos | 127.275,00 | 477.275,00 | 201.630,52 | 271.860,26 | 1,64 | 205.414,74 | 201.630,52 | 271.860,26 | 1,65 | 205.414,74 | 0,00 |
| Cultura | 439.221,00 | 444.221,00 | 20.982,93 | 47.445,46 | 0,29 | 396.775,54 | 20.982,93 | 47.445,46 | 0,29 | 396.775,54 | 0,00 |
| Difusão Cultural | 439.221,00 | 444.221,00 | 20.982,93 | 47.445,46 | 0,29 | 396.775,54 | 20.982,93 | 47.445,46 | 0,29 | 396.775,54 | 0,00 |
| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIA | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | Até Bimestre (b) | % (b / total b) | SALDO (e)=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | Até Bimestre (d) | % (d / total d) | SALDO (e)=(a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 56.061.408,00 | 56.061.408,00 | 7.120.047,91 | 16.578.117,61 | 100,00 | 39.483.290,39 | 7.104.727,94 | 16.482.412,90 | 100,00 | 39.578.995,10 | 0,00 |
| Urbanismo | 7.562.394,00 | 6.868.869,49 | 910.116,16 | 2.141.528,62 | 12,92 | 4.727.340,87 | 928.706,16 | 2.140.728,62 | 12,99 | 4.728.140,87 | 0,00 |
| Administração Geral | 2.157.824,00 | 2.388.828,00 | 383.674,16 | 1.037.449,74 | 6,26 | 1.351.378,26 | 385.914,16 | 1.037.149,74 | 6,29 | 1.351.678,26 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 5.082.820,00 | 3.725.911,49 | 369.998,58 | 653.189,59 | 3,94 | 3.072.721,90 | 370.598,58 | 653.189,59 | 3,96 | 3.072.721,90 | 0,00 |
| Serviços Urbanos | 321.750,00 | 754.130,00 | 156.443,42 | 450.889,29 | 2,72 | 303.240,71 | 172.193,42 | 450.389,29 | 2,73 | 303.740,71 | 0,00 |
| Habituação | 1.350.000,00 | 950.000,00 | 112.743,35 | 112.743,35 | 0,68 | 837.256,65 | 112.743,35 | 112.743,35 | 0,68 | 837.256,65 | 0,00 |
| Habituação Urbana | 1.350.000,00 | 950.000,00 | 112.743,35 | 112.743,35 | 0,68 | 837.256,65 | 112.743,35 | 112.743,35 | 0,68 | 837.256,65 | 0,00 |
| Saneamento | 6.041.000,00 | 5.531.000,00 | 61.825,54 | 147.469,50 | 0,89 | 5.383.530,50 | 64.905,54 | 146.869,50 | 0,89 | 5.384.130,50 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | 150.000,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Urbano | 5.891.000,00 | 5.441.000,00 | 61.825,54 | 147.469,50 | 0,89 | 5.293.530,50 | 64.905,54 | 146.869,50 | 0,89 | 5.294.130,50 | 0,00 |
| Gestão Ambiental | 40.000,00 | 40.000,00 | 3.000,00 | 15.000,00 | 0,09 | 25.000,00 | 3.000,00 | 15.000,00 | 0,09 | 25.000,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 40.000,00 | 40.000,00 | 3.000,00 | 15.000,00 | 0,09 | 25.000,00 | 3.000,00 | 15.000,00 | 0,09 | 25.000,00 | 0,00 |
| Agricultura | 1.719.982,00 | 1.790.982,00 | 92.142,88 | 304.947,49 | 1,84 | 1.486.034,51 | 99.635,33 | 303.947,49 | 1,84 | 1.487.034,51 | 0,00 |
| Administração Geral | 286.030,00 | 322.030,00 | 62.664,56 | 153.067,88 | 0,92 | 168.962,12 | 63.189,56 | 153.067,88 | 0,93 | 168.962,12 | 0,00 |
| Recursos Hídricos | 700.000,00 | 700.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 700.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 700.000,00 | 0,00 |
| Abastecimento | 133.952,00 | 153.952,00 | 18.311,08 | 65.729,03 | 0,40 | 88.222,97 | 22.611,08 | 64.729,03 | 0,39 | 89.222,97 | 0,00 |
| Extensão Rural | 390.000,00 | 405.000,00 | 11.167,24 | 86.150,58 | 0,52 | 318.849,42 | 13.834,69 | 86.150,58 | 0,52 | 318.849,42 | 0,00 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 60.000,00 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 0,00 |
| Defesa Agropecuária | 150.000,00 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 |
| Transporte | 688.362,00 | 1.071.471,51 | 168.239,62 | 215.938,49 | 1,30 | 855.533,02 | 168.239,62 | 215.938,49 | 1,31 | 855.533,02 | 0,00 |
| Administração Geral | 30.452,00 | 65.853,00 | 0,00 | 33.625,16 | 0,20 | 32.227,84 | 0,00 | 33.625,16 | 0,20 | 32.227,84 | 0,00 |
| Transporte Rodoviário | 657.910,00 | 1.005.618,51 | 168.239,62 | 182.313,33 | 1,10 | 823.305,18 | 168.239,62 | 182.313,33 | 1,11 | 823.305,18 | 0,00 |
| Desporto e Lazer | 1.047.047,00 | 1.047.047,00 | 0,00 | 915,78 | 0,01 | 1.046.131,22 | 0,00 | 915,78 | 0,01 | 1.046.131,22 | 0,00 |
| Desporto Comunitário | 1.047.047,00 | 1.047.047,00 | 0,00 | 915,78 | 0,01 | 1.046.131,22 | 0,00 | 915,78 | 0,01 | 1.046.131,22 | 0,00 |
| Encargos Especiais | 1.800.000,00 | 1.800.000,00 | 389.858,88 | 672.300,57 | 4,06 | 1.127.699,43 | 389.858,88 | 672.300,57 | 4,08 | 1.127.699,43 | 0,00 |
| Administração Financeira | 400.000,00 | 400.000,00 | 41.402,30 | 126.294,64 | 0,76 | 273.705,36 | 41.402,30 | 126.294,64 | 0,77 | 273.705,36 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Interna | 1.400.000,00 | 1.400.000,00 | 348.456,58 | 546.005,93 | 3,29 | 853.994,07 | 348.456,58 | 546.005,93 | 3,31 | 853.994,07 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 22.200,00 | 22.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.200,00 | 0,00 |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 |
| Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIA | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | Até Bimestre (b) | % (b / total b) | SALDO (e)=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | Até Bimestre (d) | % (d / total d) | SALDO (e)=(a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 |
| Administração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Formação de Recursos Humanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------|-------------------------------|----------------------------|-------------------------|--------------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------|--------------------------|------------------------|--|
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Comunitária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saúde | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 |
| Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Atenção Básica | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Sanitária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empregabilidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alimentação e Nutrição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Superior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão Cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Urbanismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIA | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c)=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e)=(a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até Bimestre (b) | % (b / total b) | | No Bimestre | Até Bimestre (d) | % (d / total d) | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 |
| Habituação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habituação Urbana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Urbano | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Gestão Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Agricultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Hídricos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Abastecimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Extensão Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Rodoviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto e Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto Comunitário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III)=(I+II) | 56.066.408,00 | 56.066.408,00 | 7.120.047,91 | 16.578.117,61 | 100,00 | 39.488.290,39 | 7.104.727,94 | 16.482.412,90 | 100,00 | 39.583.995,10 | 0,00 |

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 as 17:04:14

MARCOS JOSE DE OLIVEIRA

Contador CRC/PB 5493

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIA | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c)=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e)=(a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
|------------------|----------------|------------------------|---------------------|------------------|-------------------|-----------------|---------------------|------------------|-------------------|-----------------|---|
| | | | No Bimestre | Até Bimestre (b) | % (b / total b) | | No Bimestre | Até Bimestre (d) | % (d / total d) | | |
| | | | | | | | | | | | |

IVENS IAN BRAGA DE ANDRADE FIRMO

Secretario da Fazenda

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeita

Publicado por:
Isabel Fernandes Lima
Código Identificador:177423EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRATIVOS DA SPARCELAS PÚBLICAS-PRIVADAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

| | | | | |
|---|----------|----------|------------|---------------------|
| RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35) | RS 1,00 | | | |
| RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | PREVISÃO | PREVISÃO | ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS |

| | INICIAL | (a) | Até o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| RECEITAS DE IMPOSTOS (I) | 1.422.000,00 | 1.487.157,37 | 536.696,07 | 36,09 |
| Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 230.000,00 | 257.205,58 | 104.726,98 | 40,72 |
| IPTU | 170.000,00 | 170.000,00 | 17.521,40 | 10,31 |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 60.000,00 | 87.205,58 | 87.205,58 | 100,00 |
| Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 91.000,00 | 91.000,00 | 38.611,00 | 42,43 |
| ITBI | 89.000,00 | 89.000,00 | 38.611,00 | 43,38 |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 447.000,00 | 484.951,79 | 229.688,24 | 47,36 |
| ISS | 445.000,00 | 445.000,00 | 189.736,45 | 42,64 |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 2.000,00 | 39.951,79 | 39.951,79 | 100,00 |
| Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF | 654.000,00 | 654.000,00 | 163.669,85 | 25,03 |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 17.566.150,00 | 17.571.803,31 | 11.515.164,63 | 65,53 |
| Cota-Parte ITR | 500,00 | 500,00 | 114,52 | 22,90 |
| Cota-Parte FPM | 14.222.000,00 | 14.222.000,00 | 9.473.483,73 | 66,61 |
| Cota-Parte ICMS | 2.922.150,00 | 2.922.150,00 | 1.792.613,94 | 61,35 |
| Cota-Parte IPI-Exportação | 1.000,00 | 6.653,31 | 6.653,31 | 100,00 |
| Cota-Parte IPVA | 419.000,00 | 419.000,00 | 241.463,75 | 57,63 |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 1.500,00 | 1.500,00 | 835,38 | 55,69 |
| Desoneração ICMS - LC 87/1996 | 1.500,00 | 1.500,00 | 835,38 | 55,69 |
| Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) | 18.988.150,00 | 19.058.960,68 | 12.051.860,70 | 65,53 |
| = (I) + (II) | | | | |

| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|--|---------------------|------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | %(d/c) x 100 | Até o Bimestre (e) | (e/c) x 100 | Até o Bimestre (f) | (f/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (IV) | 2.549.455,00 | 2.995.408,00 | 1.807.263,72 | 74,61 | 1.761.749,57 | 73,03 | 1.721.946,41 | 71,66 | 58,82 |
| Despesas Correntes | 2.466.655,00 | 2.892.608,00 | 1.794.335,82 | 62,03 | 1.748.821,67 | 60,46 | 1.709.018,51 | 59,08 | 45.514,15 |
| Despesas de Capital | 82.800,00 | 102.800,00 | 12.927,90 | 12,58 | 12.927,90 | 12,58 | 12.927,90 | 12,58 | 0,00 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V) | 6.000,00 | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 4.000,00 | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI) | 3.000,00 | 8.000,00 | 4.015,00 | 57,36 | 4.015,00 | 57,36 | 4.015,00 | 57,36 | 50,19 |
| Despesas Correntes | 2.000,00 | 7.000,00 | 4.015,00 | 57,36 | 4.015,00 | 57,36 | 4.015,00 | 57,36 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIGILANCIA SANITÁRIA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (X) | 474.395,00 | 660.895,00 | 398.614,01 | 90,11 | 396.882,44 | 89,84 | 391.745,00 | 89,05 | 60,05 |
| Despesas Correntes | 467.277,00 | 648.777,00 | 395.074,01 | 60,90 | 393.342,44 | 60,63 | 388.205,00 | 59,84 | 1.731,57 |
| Despesas de Capital | 7.118,00 | 12.118,00 | 3.540,00 | 29,21 | 3.540,00 | 29,21 | 3.540,00 | 29,21 | 0,00 |
| TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X) | 3.032.850,00 | 3.670.303,00 | 2.209.892,73 | 222,07 | 2.162.647,01 | 220,23 | 2.117.706,41 | 218,06 | 60,05 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS | DESPESAS EMPENHADAS (d) | DESPESAS LIQUIDADAS (e) | DESPESAS PAGAS (f) |
|--|-------------------------|-------------------------|---------------------|
| Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI) | 2.209.892,73 | 2.162.647,01 | 2.117.706,41 |
| (-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV) | 2.209.892,73 | 2.162.647,01 | 2.117.706,41 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012) | 1.807.779,10 | 1.807.779,10 | 1.807.779,10 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal) | 1.807.779,10 | 1.807.779,10 | 1.807.779,10 |
| Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1 | 402.113,62 | 354.867,90 | 309.927,30 |
| Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero) | 0,00 | | |
| PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal) | 18,34 | 17,94 | |

| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012 | LIMITE NÃO CUMPRIDO | | | |
|---|--|---|---|-------------|
| | Saldo Inicial (no exercício atual) (h) | Despesas Custeadas no Exercício de Referência | Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j) + k) | |
| | | Empenhadas (i) | Liquidadas (j) | Pagas (k) |
| Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR | | | | | | | | | | |
|----------------------------|---|---------------------------------|--|---------------------------------------|---|------------------------|---|-----------------------|-------------------------|--|
| EXERCÍCIO DO EMPENHO | Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m) | Valor Aplicado em Exercício (n) | Valor aplicado além do limite mínimo (o) | Total inscrito em RP no exercício (p) | RPNP Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade | Inscritos no Exercício | Valor inscrito em RP considerado Limite (r) | Total de RP pagos (s) | Total de RP a pagar (t) | Total de RP cancelados ou prescritos (u) |
| Empenhos de 2020 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empenhos de 2019 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empenhos de 2018 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empenhos de 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empenhos de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

GABINETE DO PREFEITO
RREO – ANEXO III (LRF, ART. 53, INCISO I)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

| RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I) | | | | | | | | | | | | | RS 1,00 | |
|--|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------------|----------------------------|
| Especificação | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | Total (últimos 12 meses) | Previsão Atualizada - 2021 |
| | Jul/20 | Ago/20 | Set/20 | Out/20 | Nov/20 | Dez/20 | Jan/21 | Fev/21 | Mar/21 | Abr/21 | Mai/21 | Jun/21 | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 3.829.787,88 | 3.086.803,37 | 3.338.675,29 | 3.230.509,77 | 3.141.659,71 | 4.575.546,23 | 4.137.282,06 | 3.233.337,41 | 3.408.152,20 | 3.530.595,57 | 3.654.700,03 | 3.547.943,58 | 42.714.993,10 | 42.844.969,00 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 180.307,29 | 132.149,71 | 183.160,85 | 195.767,73 | 132.387,54 | 215.813,41 | 181.176,86 | 92.896,42 | 99.147,45 | 210.519,35 | 100.249,49 | 79.027,92 | 1.802.604,02 | 2.042.119,00 |
| IPTU | 2.487,08 | 3.006,02 | 4.804,89 | 1.139,10 | 1.124,05 | 1.138,82 | 1.521,63 | 517,27 | 6.417,57 | 23.476,14 | 19.838,57 | 7.949,28 | 73.420,42 | 126.845,00 |
| ISS | 153.715,20 | 54.600,23 | 73.906,99 | 171.430,33 | 73.827,78 | 77.663,83 | 155.127,14 | 62.646,48 | 68.993,73 | 163.635,34 | 58.914,52 | 47.716,08 | 1.162.177,65 | 1.373.404,00 |
| ITBI | 1.000,00 | 1.500,00 | 0,00 | 44,00 | 0,00 | 900,00 | 360,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 240,00 | 0,00 | 4.244,00 | 10.790,00 |
| IRRF | 19.164,01 | 69.139,46 | 96.211,61 | 18.577,30 | 51.315,19 | 131.305,76 | 19.833,09 | 28.407,67 | 21.496,70 | 20.089,95 | 19.397,40 | 22.462,56 | 517.400,70 | 456.271,00 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias | 3.941,00 | 3.904,00 | 8.237,36 | 4.577,00 | 6.120,52 | 4.805,00 | 4.335,00 | 1.325,00 | 2.239,45 | 3.117,92 | 1.859,00 | 900,00 | 45.361,25 | 74.809,00 |
| Contribuições | 43.569,38 | 17.869,38 | 104.799,09 | 51.075,83 | 55.445,69 | 56.925,63 | 55.553,44 | 17.699,00 | 48.795,41 | 87.648,14 | 41.495,39 | 48.313,44 | 629.189,82 | 888.969,00 |
| Receita Patrimonial | 4.364,63 | 2.353,38 | 499,37 | 1.702,99 | 1.949,58 | 4.454,00 | 1.236,91 | 763,85 | 2.410,66 | 4.550,40 | 8.327,52 | 10.959,34 | 43.572,63 | 30.969,00 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 4.364,63 | 2.353,38 | 499,37 | 1.702,99 | 1.949,58 | 4.454,00 | 1.236,91 | 763,85 | 2.410,66 | 4.550,40 | 8.327,52 | 10.959,34 | 43.572,63 | 30.969,00 |
| Outras Rceitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 216.819,00 |
| Transferências Correntes | 3.601.546,58 | 2.934.430,90 | 3.050.215,98 | 2.981.963,22 | 2.951.876,90 | 4.288.779,09 | 3.899.214,85 | 3.121.967,69 | 3.257.798,68 | 3.227.877,68 | 3.504.209,22 | 3.409.482,97 | 40.229.363,76 | 39.351.474,00 |
| Cota-Parte do FPM | 928.834,68 | 590.018,18 | 475.264,83 | 639.514,63 | 847.628,19 | 1.263.879,11 | 921.791,75 | 1.208.235,27 | 809.854,71 | 846.641,75 | 1.017.546,78 | 880.019,98 | 10.429.229,86 | 11.704.696,00 |
| Cota-Parte do ICMS | 854.660,96 | 823.103,68 | 1.246.278,91 | 1.054.059,72 | 945.444,02 | 1.449.023,15 | 1.100.930,01 | 1.115.231,05 | 931.602,41 | 897.192,53 | 766.261,29 | 1.176.412,79 | 12.360.200,52 | 11.621.005,00 |
| Cota-Parte do IPVA | 19.210,16 | 16.967,72 | 13.251,36 | 10.870,36 | 8.080,73 | 9.292,28 | 15.185,65 | 29.418,69 | (5.022,83) | 11.331,66 | 9.430,25 | 14.901,66 | 152.917,69 | 151.701,00 |
| Cota-Parte do ITR | 64,26 | 113,79 | 337,24 | 9.978,12 | 1.713,00 | 748,39 | 848,79 | 936,39 | 30,00 | 93,74 | 40,97 | 0,00 | 14.904,69 | 2.893,00 |
| Transferências da LC 87/1996 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.970,14 | 0,00 | 1.860,76 | 930,38 | 930,38 | 930,38 | 930,38 | 18.552,42 | 13.227,00 |
| Transferências da LC 61/1989 | 411,65 | 473,33 | 551,65 | 662,66 | 641,63 | 808,46 | 676,21 | 555,83 | 587,33 | 665,57 | 577,50 | 602,53 | 7.214,35 | 5.366,00 |
| Transferências do FUNDEB | 486.235,20 | 495.081,64 | 550.975,38 | 567.084,51 | 648.411,89 | 784.432,38 | 1.449.661,48 | (133.002,13) | 973.658,96 | 967.897,03 | 1.105.289,24 | 797.286,57 | 8.693.012,15 | 7.710.626,00 |
| Outras Transferências Correntes | 1.312.129,67 | 1.008.672,56 | 763.556,61 | 699.793,22 | 499.957,44 | 767.625,18 | 410.120,96 | 898.731,83 | 546.157,72 | 503.125,02 | 604.132,81 | 539.329,06 | 8.553.332,08 | 8.141.960,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.574,10 | 100,00 | 10,45 | 0,00 | 0,00 | 418,41 | 159,91 | 10.262,87 | 314.619,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 281.454,79 | 282.647,07 | 344.376,15 | 340.710,43 | 358.957,00 | 467.633,04 | 404.714,07 | 364.495,60 | 397.242,15 | 348.785,55 | 356.769,76 | 411.286,50 | 4.359.072,11 | 4.179.503,00 |
| Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Financ. entre Regimes Previdência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 281.454,79 | 282.647,07 | 344.376,15 | 340.710,43 | 358.957,00 | 467.633,04 | 404.714,07 | 364.495,60 | 397.242,15 | 348.785,55 | 356.769,76 | 411.286,50 | 4.359.072,11 | 4.179.503,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) | 3.548.333,09 | 2.804.156,30 | 2.994.299,14 | 2.889.799,34 | 2.782.702,71 | 4.107.913,19 | 3.732.567,99 | 2.868.841,81 | 3.010.910,05 | 3.181.810,02 | 3.297.930,27 | 3.136.657,08 | 38.355.920,99 | 38.665.466,00 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) | 3.548.333,09 | 2.804.156,30 | 2.994.299,14 | 2.889.799,34 | 2.782.702,71 | 4.107.913,19 | 3.732.567,99 | 2.868.841,81 | 3.010.910,05 | 3.181.810,02 | 3.297.930,27 | 3.136.657,08 | 38.355.920,99 | 38.665.466,00 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI) | 3.548.333,09 | 2.804.156,30 | 2.994.299,14 | 2.889.799,34 | 2.782.702,71 | 4.107.913,19 | 3.732.567,99 | 2.868.841,81 | 3.010.910,05 | 3.181.810,02 | 3.297.930,27 | 3.136.657,08 | 38.355.920,99 | 38.665.466,00 |
| FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 as 08:41:48 | | | | | | | | | | | | | | |

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 às 08:41:48

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:A2243E21

GABINETE DO PREFEITO
RREO - ANEXO VII (LRF, ART. 53, INCISO V)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2021/BIMESTRE MAIO-JUNHO

| RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso V) | | | | | | | | | | | | R\$ 1,00 |
|---|---|-------------------------------|-----------|----------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|----------------|------------|----------------|-------------------------------|-------------------------|
| PODER / ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSDOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total L = (e + k) |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo (e = (a + b) - (c + d)) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo (k = (f + g) - (i + j)) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2020 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2020 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA ORÇAMENTÁRIOS)(I) | 18.476,28 | 110.522,09 | 68.644,32 | 0,00 | 60.354,05 | 118.214,37 | 230.470,80 | 252.086,37 | 252.086,37 | 0,00 | 96.598,80 | 156.952,85 |
| PODER EXECUTIVO | 18.476,28 | 110.522,09 | 68.644,32 | 0,00 | 60.354,05 | 118.214,37 | 230.470,80 | 252.086,37 | 252.086,37 | 0,00 | 96.598,80 | 156.952,85 |
| Prefeitura Municipal de Mataraca | 18.457,47 | 103.771,67 | 61.894,20 | 0,00 | 60.334,94 | 96.528,80 | 230.470,80 | 230.400,80 | 230.400,80 | 0,00 | 96.598,80 | 156.933,74 |
| Fundo Municipal de Saúde de Mataraca | 18,81 | 6.750,42 | 6.750,12 | 0,00 | 19,11 | 21.685,57 | 0,00 | 21.685,57 | 21.685,57 | 0,00 | 0,00 | 19,11 |
| RESTOS A PAGAR (INTRA - ORÇAMENTÁRIOS)(II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| NADA A REGISTRAR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 18.476,28 | 110.522,09 | 68.644,32 | 0,00 | 60.354,05 | 118.214,37 | 230.470,80 | 252.086,37 | 252.086,37 | 0,00 | 96.598,80 | 156.952,85 |
| FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 26 de julho de 2021 as 08:43:16 | | | | | | | | | | | | |

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:A71EAB29

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEDOS

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------------------|---------------|------------|
| Poder Executivo | Lei de Nº Criada em | | | | | | | | | | | | | | |
| | C.N.P.J.: 08.740.102./0001-55 | | | | | | | | | | | | | | |
| | Rua Ananias dos Anjo | | | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | | | | | | | | | | | | |
| DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | | | | | | | | | | | | | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | | | | | | | | | |
| Demonstrativo Consolidado | | JANEIRO A JUNHO 2021/MAIO-JUNHO | | | | | | | | | | | | | |
| RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO 2021 | ATUALIZADA |
| | JUL/2020 | AGO/2020 | SET/2020 | OUT/2020 | NOV/2020 | DEZ/2020 | JAN/2021 | FEV/2021 | MAR/2021 | ABR/2021 | MAI/2021 | JUN/2021 | | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 1.975.533,03 | 1.339.933,27 | 1.344.542,74 | 1.353.551,81 | 1.529.436,73 | 2.089.511,62 | 1.944.687,99 | 1.578.038,22 | 1.632.697,71 | 1.658.351,00 | 1.813.349,38 | 1.533.440,26 | 19.793.073,76 | 18.633.809,10 | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 27.848,05 | 29.233,02 | 28.620,93 | 36.096,82 | 31.447,46 | 51.342,14 | 29.695,11 | 31.323,33 | 35.280,70 | 29.290,64 | 29.138,13 | 27.319,78 | 386.636,11 | 238.045,00 | |
| IPTU | 132,00 | 20,00 | 32,00 | 26,00 | 629,00 | 3.435,00 | 982,00 | 321,00 | 343,00 | 497,00 | 209,00 | 266,00 | 6.892,00 | 2.618,00 | |
| ISS | 8.070,85 | 7.688,60 | 7.097,65 | 14.859,16 | 8.966,33 | 12.350,37 | 6.896,23 | 4.936,96 | 12.056,59 | 7.341,01 | 5.574,24 | 6.796,09 | 102.634,08 | 75.096,00 | |
| ITBI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400,00 | 400,00 | 0,00 | 0,00 | 1.080,00 | 240,00 | 2.120,00 | 2.120,00 | |
| IRRF | 19.045,20 | 21.524,42 | 21.461,28 | 20.996,66 | 21.237,13 | 35.141,77 | 21.201,88 | 25.465,37 | 22.881,11 | 21.452,63 | 22.274,89 | 19.817,69 | 272.500,03 | 156.211,00 | |
| Outros Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria | 600,00 | 0,00 | 30,00 | 215,00 | 615,00 | 415,00 | 215,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 2.490,00 | 2.000,00 | |
| Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Receita Patrimonial | 889,58 | 389,11 | 208,74 | 270,92 | 216,69 | 216,95 | 169,92 | 206,35 | 730,85 | 1.194,22 | 2.394,16 | 2.577,73 | 9.465,22 | 83.179,89 | |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 889,58 | 389,11 | 208,74 | 270,92 | 216,69 | 216,95 | 169,92 | 206,35 | 730,85 | 1.194,22 | 2.394,16 | 2.577,73 | 9.465,22 | 32.759,89 | |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.420,00 | |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Correntes | 1.946.795,40 | 1.310.311,14 | 1.315.713,07 | 1.309.951,56 | 1.496.872,58 | 2.034.504,78 | 1.798.127,41 | 1.546.508,54 | 1.596.686,16 | 1.627.737,14 | 1.781.805,46 | 1.503.542,75 | 19.268.555,99 | 18.193.554,03 |
| Cota-Parte do FPM | 973.086,78 | 590.018,18 | 475.264,83 | 639.514,63 | 847.628,19 | 1.263.879,11 | 921.791,75 | 1.208.235,27 | 809.854,71 | 846.641,75 | 1.017.546,78 | 880.019,98 | 10.473.481,96 | 10.559.830,00 |
| Cota-Parte do ICMS | 113.682,78 | 109.485,19 | 165.773,87 | 140.205,82 | 125.758,29 | 192.741,90 | 159.044,04 | 126.490,47 | 170.568,80 | 130.094,04 | 111.108,86 | 170.581,34 | 1.715.535,40 | 1.809.376,00 |
| Cota-Parte do IPVA | 7.342,20 | 7.055,80 | 7.231,56 | 4.434,65 | 4.400,56 | 3.231,98 | 3.856,72 | 5.053,51 | 4.826,20 | 5.488,85 | 4.612,18 | 7.668,20 | 65.202,41 | 67.120,00 |
| Cota-Parte do ITR | 0,00 | 277,92 | 200,65 | 488,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 36,39 | 6,08 | 79,80 | 41,28 | 1.130,13 | 1.000,00 |
| Transferências da LC nº 87/1996 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.725,22 | 0,00 | 269,36 | 134,68 | 134,68 | 134,68 | 134,68 | 2.533,30 | 1.000,00 |
| Transferências da LC nº 61/1989 | 54,75 | 62,96 | 73,38 | 88,15 | 85,34 | 107,53 | 96,73 | 80,58 | 85,17 | 96,52 | 83,74 | 87,36 | 1.002,21 | 1.000,00 |
| Transferências do FUNDEB | 193.618,25 | 197.140,90 | 219.397,70 | 225.812,35 | 258.196,85 | 312.360,02 | 577.253,46 | 51.504,13 | 283.244,37 | 348.438,47 | 245.259,00 | 312.341,16 | 3.224.566,66 | 3.008.767,35 |
| Outras Transferências Correntes | 659.010,64 | 406.270,19 | 447.771,08 | 299.407,95 | 260.803,35 | 260.459,02 | 136.084,71 | 154.875,22 | 327.935,84 | 296.836,75 | 402.980,42 | 132.668,75 | 3.785.103,92 | 2.745.460,68 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.232,51 | 900,00 | 3.447,75 | 116.695,55 | 0,00 | 0,00 | 129,00 | 11,63 | 0,00 | 128.416,44 | 119.030,18 |
| DEDUÇÕES (II) | 133.246,30 | 139.956,21 | 128.247,83 | 156.041,63 | 194.677,27 | 216.227,13 | 216.167,12 | 266.945,10 | 196.091,93 | 195.348,32 | 225.747,05 | 210.128,47 | 2.278.824,36 | 2.446.454,00 |
| Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comp. Financ. entre Regimes Previdência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 133.246,30 | 139.956,21 | 128.247,83 | 156.041,63 | 194.677,27 | 216.227,13 | 216.167,12 | 266.945,10 | 196.091,93 | 195.348,32 | 225.747,05 | 210.128,47 | 2.278.824,36 | 2.446.454,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(III)=(I-II) | 1.842.286,73 | 1.199.977,06 | 1.216.294,91 | 1.197.510,18 | 1.334.759,46 | 1.873.284,49 | 1.728.520,87 | 1.311.093,12 | 1.436.605,78 | 1.463.002,68 | 1.587.602,33 | 1.323.311,79 | 17.514.249,40 | 16.187.355,10 |
| (-) Transf. obrig. da União relativas às emendas individuais (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R.C.L. ajustada para para cálculo dos limites de endividamento (V)=(III-IV) | 1.842.286,73 | 1.199.977,06 | 1.216.294,91 | 1.197.510,18 | 1.334.759,46 | 1.873.284,49 | 1.728.520,87 | 1.311.093,12 | 1.436.605,78 | 1.463.002,68 | 1.587.602,33 | 1.323.311,79 | 17.514.249,40 | 16.187.355,10 |
| (-) Transf. obrig. da União relativas às emendas de bancada (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R.C.L. ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal (VII)=(V-VI) | 1.842.286,73 | 1.199.977,06 | 1.216.294,91 | 1.197.510,18 | 1.334.759,46 | 1.873.284,49 | 1.728.520,87 | 1.311.093,12 | 1.436.605,78 | 1.463.002,68 | 1.587.602,33 | 1.323.311,79 | 17.514.249,40 | 16.187.355,10 |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos e Prefeitura Municipal de Olivedos | | | | | | | | | | | | | | |

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Contador CRC PB 3091

JOSE DE DEUS ANIBALLEONARDO
Prefeito

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:FEA0A7A5

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 7 – DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

| | | | | | | | | | | | | |
|---|--|---|------------|------------|------------|--------------------------------|-----------------------|------------|------------|------------|------------|-------------------|
| Lei de Nº Criada em | | | | | | | | | | | | |
| C.N.P.J.: 08.740.102/0001-55 | | | | | | | | | | | | |
| Poder Executivo | | Rua Ananias dos Anjo | | | | | | | | | | |
| RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V | | RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | | | | | | | |
| DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A | | | | | | | | | | | | |
| PAGAR POR PODER E ÓRGÃO | | | | | | | | | | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | | | | | | |
| Demonstrativo Consolidado | | | | | | | | | | | | |
| JANEIRO A JUNHO 2021/MAIO-JUNHO | | | | | | | | | | | | |
| RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V) | | | | | | | | | | | | |
| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total (a+b) |
| | Inscritos | | Pagos | Cancelados | Saldo (a) | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo (b) | |
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de dez. de 2020 | | | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de dez. de 2020 | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 4.016,08 | 593.111,05 | 477.976,48 | 0,00 | 119.150,65 | 0,00 | 273.953,34 | 170.515,07 | 170.515,07 | 0,00 | 103.438,27 | 222.588,92 |
| PODER LEGISLATIVO | 689,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 689,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 689,09 |
| Geral Consolidado | 689,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 689,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 689,09 |
| PODER EXECUTIVO | 3.326,99 | 593.111,05 | 477.976,48 | 0,00 | 118.461,56 | 0,00 | 273.953,34 | 170.515,07 | 170.515,07 | 0,00 | 103.438,27 | 221.899,83 |
| Secretaria de Administração e Planejamento | 0,00 | 2.453,72 | 1.849,00 | 0,00 | 604,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 604,72 |
| Secretaria de Educação | 0,00 | 428.138,98 | 314.154,72 | 0,00 | 113.984,26 | 0,00 | 28.300,00 | 14.145,80 | 14.145,80 | 0,00 | 14.154,20 | 128.138,46 |
| Secretaria de Obras e Serviços Urbanos | 0,00 | 172,00 | 0,00 | 0,00 | 172,00 | 0,00 | 240.865,21 | 153.974,27 | 153.974,27 | 0,00 | 86.890,94 | 87.062,94 |
| Secretaria de Serviços Rurais | 3.326,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.326,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.326,99 |
| Secretaria de Finanças | 0,00 | 107.821,70 | 107.821,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fundo Municipal de Saude de Olivedos | 0,00 | 37.138,36 | 37.111,06 | 0,00 | 27,30 | 0,00 | 4.708,13 | 2.395,00 | 2.395,00 | 0,00 | 2.313,13 | 2.340,43 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|-----------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Fundo Municipal de Assistência Social de Olivedos | 0,00 | 17.386,29 | 17.040,00 | 0,00 | 346,29 | 0,00 | 80,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80,00 | 426,29 |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 4.016,08 | 593.111,05 | 477.976,48 | 0,00 | 119.150,65 | 0,00 | 273.953,34 | 170.515,07 | 170.515,07 | 0,00 | 103.438,27 | 222.588,92 |
| Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Olivedos e Prefeitura Municipal de Olivedos | | | | | | | | | | | | |

SERGIO MARCOS TORRES DA SILVA
Contador CRC PB 3091

JOSE DE DEUS ANIBAL LEONARDO
Prefeito

Publicado por:
Sérgio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:2A0425A1

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais atos legais de interesse privado das **pessoas físicas** ou **jurídicas** de direito privado cuja legislação de regência determine a divulgação e a publicidade agora tem um novo espaço, mas ágil e **com menor custo**.

saiba mais em:

www.diariomunicipal.com.br/famup

(61) 4063-6162

